

Mestrado em Gestão

Administração Pública

Guilherme Miguel Gonçalves Crucho

Análise de Desempenho nas Associações de Natureza Sindical:
Um Estudo de Caso

jun | 2023

GUARDA
POLI
TÉCNICO



POLI TÉCNICO GUARDA

O POTENCIAL DO NOSSO INTERIOR

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

**ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS
ASSOCIAÇÕES DE NATUREZA SINDICAL: UM ESTUDO DE CASO**

PROJECTO APLICADO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
GESTÃO, ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GUILHERME MIGUEL GONÇALVES CRUCHO

Junho / 2023

POLI TÉCNICO GUARDA

O POTENCIAL DO NOSSO INTERIOR

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

**ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS
ASSOCIAÇÕES DE NATUREZA SINDICAL: UM ESTUDO DE CASO**

PROJECTO APLICADO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
GESTÃO, ESPECIALIZAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Professora Orientadora: Prof. Doutora Rute Abreu

GUILHERME MIGUEL GONÇALVES CRUCHO

Junho / 2023

Agradecimentos

Neste espaço quero deixar os meus agradecimentos, a todos aqueles que em acompanharam durante o Mestrado de Gestão - Ramo de Administração Pública, e durante toda a redação e investigação deste projeto.

Em primeiro lugar, quero deixar um enorme agradecimento à minha família, em especial à minha irmã Carolina, mãe Nanci e pai Hélio, que em todas as circunstâncias me apoiaram ao longo deste grande e desafiante caminho.

Em segundo lugar, quero agradecer aos meus amigos de infância, em especial à Catarina Cruchinho, Cristiana Lourenço e à Alecsandra Zasinets por estarem sempre comigo ao longo desta etapa com conselhos, palavras amigas e de força.

Em terceiro lugar, quero agradecer, também, aos colegas que me acompanham desde 2017 na licenciatura, até hoje ao mestrado, pelas horas de discussão e reflexão dos projetos que cada um escolhemos, pelos conselhos, dicas e ajudas mutas em todo o projeto, em especial, à Inês Dias e à Bruna Pinto.

Em quarto lugar, quero agradecer aos professores do Mestrado de Gestão pelo acompanhamento e encorajamento ao longo deste percurso, e aos professores da Licenciatura de Contabilidade que sempre acreditaram nas minhas capacidades e me encorajaram a continuar a estudar.

Em quinto lugar, quero agradecer ao Instituto Politécnico da Guarda, por ser uma das minhas casas desde 2017 e pelas oportunidades que me deu, da licenciatura em Contabilidade até ao Mestrado em Gestão – Ramo de Administração Pública.

Por último, quero fazer um especial agradecimento à minha orientadora Professora Doutor Rute Abreu, por desde cedo no meu percurso no Politécnico ter acreditado e apostado em mim constantemente, para ser melhor em tudo aquilo que faço a cada dia e pela referência que é para mim como profissional e pessoa.

"Success is not final; failure is not fatal: it is the courage to continue that counts."

Winston Churchill

Resumo

No meio das turbulências económicas, o sindicalismo surgiu da necessidade de melhorar as condições laborais, acompanhando as profundas alterações no mundo do trabalho ao longo dos séculos. Atualmente, o código do trabalho prescreve os direitos, as liberdades e as garantias dos trabalhadores, apesar de ser influenciado por fatores financeiros, económicos, ambientais, sociais e até das novas tendências internacionais das economias mais competitivas e digitais.

O objetivo do presente projeto aplicado é desenvolver uma análise do desempenho das Associações de Natureza Sindical. Assim, irá explorar a história e a evolução do trabalho, o papel e a importância dos sindicatos no espectro político e social. Além disso, avaliará o impacto estratégico das atividades do sindicato e como estas afetam o desempenho através de fatores externos, como: ambiente, política, sistema económico-financeiro e o contexto social, entre outros.

A metodologia seguida no desenvolvimento deste projeto aplicado encontra-se subdividida em duas partes. A primeira parte é a análise teórica, que suporta a investigação através de uma revisão da literatura, que de modo claro e objetivo, investiga o Sindicalismo. A segunda parte é a análise empírica, que recorre ao método de caso de estudo (Yin, 2022). Assim, é desenvolvida uma proposta de análise e de avaliação do desempenho, económico e financeiro, que envolve a divulgação das boas práticas e das estratégias de eficiência, eficácia, económica e qualidade que visam garantir o cumprimento dos seus objetivos e a qualidade dos serviços prestados aos seus associados.

Entre os resultados cabe sobressair, a necessidade de maior transparência e disponibilidade de informação reportadas nos relatórios e contas que ajuda a fortalecer a confiança das partes interessadas. Portanto, é fundamental que o SNESup aperfeiçoe a qualidade e a quantidade de informações financeiras apresentadas nos seus relatórios e contas, garantindo assim uma visão mais completa e esclarecedora da sua situação real. Também deve examinar as implicações estratégicas das atividades do sindicato e como isso afeta o desempenho da entidade. Finalmente, são tecidas recomendações para melhorar o desempenho do sindicato.

Palavras-Chave: Sindicalismo; Associação de Natureza Sindical; SNESup, Portugal.

JEL Classification: M40 – Accounting; M48 – Government Policy and Regulation

Abstract

In the middle of economic turbulence, trade unionism has emerged from the need to improve working conditions, keeping pace with the profound changes in the world of work over the centuries. Today, the labour code prescribes the rights, freedoms, and guarantees of workers, despite being influenced by financial, economic, environmental, and social factors, and even the new international trends of more competitive and digital economies.

The objective of this applied project is to develop an analysis of the performance of Trade Union Associations. Thus, it will explore the history and evolution of labour, the role and importance of trade unions in the political and social spectrum. In addition, it will evaluate the strategic impact of union activities and how they affect performance through external factors such as: environment, politics, economic-financial system, and the social context, among others.

The methodology followed in the development of this applied project is divided into two parts. The first part is the theoretical analysis, which supports the investigation through a literature review that clearly and objectively investigates Trade Unionism. The second part is the empirical analysis, which uses the case study method (Yin, 2022). Thus, a proposal for analysis and evaluation of performance, economic and financial, is developed, which involves the disclosure of good practices and strategies for efficiency, effectiveness, economic and quality that aim to ensure the achievement of its objectives and the quality of services provided to its members.

Among the results is the need for greater transparency and availability of information reported in reports and accounts, which helps to strengthen the confidence of stakeholders. Therefore, it is essential that SNESup improves the quality and quantity of financial information presented in its reports and accounts, thus ensuring a more complete and enlightening view of its real situation. It should also examine the strategic implications of the union's activities and how this affects the entity's performance. Finally, recommendations are made for improving the union's performance.

Keywords: Trade Union; Association of Trade Union; SNESup, Portugal.

Jel Classification: M40 – Accounting; M48 - Government Policy and Regulation

Glossário de Siglas

- AC – Ativo Corrente
- AILD – Associação Internacional dos Lusodescendentes
- AME - Associação Mutualista dos Engenheiros
- AMI - Fundação de Assistência Médica Internacional
- AMM – Associação Mutualista Montepio
- ANC - Ativo Não Corrente
- APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- BADF - Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras
- BCE – Banco Central Europeu
- CAE - Código de Atividade Económica
- CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
- CC - Códigos de Contas
- CDS - Centro Democrático Social/Partido Popular
- CE – Conselho Europeu
- CES – Confederação Europeia de Sindicatos
- CGD - Confederação Geral do Trabalho
- CGT – Confederação Geral do Trabalho
- CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional
- CIS – Código do Imposto de Selo
- CIS - Comissão Inter-Sindical
- CIVA – Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado
- CNC - Comissão de Normalização Contabilística
- CRP - Constituição da República Portuguesa
- DGERT - Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
- EC – Estrutura Conceptual
- EEO – Equal Employes Oportunities
- ESNL – Entidade do Setor Não Lucrativo
- EUA – Estados Unidos da América
- FENPROF - Federação Nacional dos Professores
- FM – Fundo Maneio
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- FP - Fundos Próprios
- FPCE - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
- FSM – Federação Sindical Mundial
- G – Gastos
- GF – Gastos Fixos

IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de imóveis
IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social
IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IS - Imposto de Selo
ISCPF - Fundação Instituto Social Cristão Pina Ferraz
ISE - Instituto Superior de Economia
ISV- Imposto sobre Veículos
IUC - Imposto Único de Circulação
IVA - Imposto Sobre o Valor Acrescentado
MDF - Modelos de Demonstrações Financeiras
MeimooCOOP – Cooperativa Agrícola de Desenvolvimento Rural e Solidariedade Social, CRL
MS – Margem de Segurança
NC -ME - Norma Contabilística para Microentidades
NCRF -ESNL - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo
NCRF -PE - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades
NFM - Necessidades de Fundo Maneio
NI - Normas Interpretativas
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PC - Passivo Corrente
PC – Ponto Crítico
PCP - Partido Comunista Português
PNC - Passivo Não Corrente
POC - Plano Oficial de Contabilidade
POC-IPSS - Plano Oficial de Contabilidade para as Instituições Particulares de Solidariedade Social
PPD/PSD – Partido Popular Democrático/Partido Social-Democrata
PS – Partido Socialista
R – Resultados
RAD - Resultado Antes de Depreciações
RAI - Resultado Antes de Imposto
RLP - Resultado Líquido do Período
RO - Resultado Operacional
ROE - Return on Equity
RSC - Responsabilidade Social Corporativa
SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública
SISL – Confederação Internacional de Sindicatos Livres
SNC - Sistema de Normalização Contabilística

SNC-ESNL - Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo

SNESup - Sindicato Nacional do Ensino Superior

SNL - Setor Não Lucrativo

SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats

TL - Tesouraria Líquida

UE – União Europeia

UGT - União Geral de Trabalhadores

UITA - Sindicatos de Trabalhadores da Alimentação, Agricultura, Hotelaria, Restauração, Tabaco e Afins

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

V - Volume

Índice

Glossário de Siglas	vii
Índice de Gráficos	xii
Índice de Quadros.....	xiv
Introdução.....	1
Parte I - Análise Teórica.....	12
Capítulo 1	13
1. Caracterização das Associações de Natureza Sindical	13
1.1. Enquadramento	13
1.2. Evolução do Trabalho	14
1.3. Dimensão Histórica das Associações de Natureza Sindical a nível internacional	18
1.4. Dimensão Histórica das Associações de Natureza Sindical a nível nacional.....	29
1.5. Estudo da Evolução das Associações de Natureza Sindical em Portugal	39
1.6. Considerações Finais	47
Capítulo 2	50
2. Sistema de Normalização Contabilístico das Entidade sem Fins Lucrativos.....	50
2.1. Enquadramento	50
2.2. Contextualização do Setor das Entidades sem Fins Lucrativos	50
2.3. Sistema Contabilístico das Entidades sem Fins Lucrativos	54
2.4. Reporte Financeiro das Entidades sem Fins Lucrativos.....	58
2.5. Considerações Finais	62
Parte II - Análise Empírica	65
Capítulo 3	66
3. Análise Económico-Financeira do Estudo de Caso	66
3.1. Enquadramento	66
3.2. Responsabilidade Social nas Entidades do Setor Não Lucrativo	66
3.3. Importância do Processo de Tomada de Decisão.....	89
3.4. Proposta para Prestação de Contas para o SNESup	96
3.5. Considerações Finais	104
Capítulo 4	107
4. Análise de Desempenho	107
4.1. Enquadramento	107
4.2. Análise das Demonstrações Financeiras	108
4.2.1. Primeiro e Segundo Mandato - Presidente de Direção Pedro Manuel Gonçalves	110
4.2.2. Terceiro Mandato - Presidente de Direção Jorge Miguel de Melo Viana Pedreira	116
4.2.3. Quarto Mandato - Presidente de Direção Pedro Jorge Macedo de Abreu	121
4.2.4. Quinto Mandato - Presidente de Direção Luís Manuel das Neves Belchior Fala dos Santos...	127
4.2.5. Sexto Mandato - Presidente de Direção Luís Carlos Moutinho da Silva.....	133

4.2.6.	Sétimo e Oitavo Mandato - Presidente de Direção Paulo Jorge Marques Peixoto – Gonçalo Xufre Silva – Nuno Ivo Gonçalves - António Vicente	140
4.2.7.	Nono, Décimo e Décimo Primeiro Mandato - Presidente de Direção António Manuel Neves Vicente	147
4.2.8.	Décimo Segundo e Décimo Terceiro Mandato - Presidente de Direção Gonçalo Cardoso Leite Velho	155
4.2.9.	Décimo Quarto Mandato - Presidente de Direção Mariana Teresa Gaio Alves	161
4.3.	Considerações Finais	167
	Conclusões	175
	Referências Bibliográficas.....	183
	Apêndices	196
	Índice de Apêndices	197

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Isenções IRC	58
Gráfico 2 - Ciclo da Tomada de Decisões	89
Gráfico 3 – Evolução do Balanço Patrimonial (1990-1994)	111
Gráfico 4 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (1990-1994).....	112
Gráfico 5 - Evolução Balanço Funcional (1990-1994).....	113
Gráfico 6 - Rácios e Indicadores de Produtividade (1990-1994)	113
Gráfico 7 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (1990-1994).....	114
Gráfico 8 - Rácios e Indicadores de Liquidez (1990-1994).....	115
Gráfico 9 - Resumo da Situação Financeira (1990-1994)	115
Gráfico 10 - Evolução do Balanço Patrimonial (1995-1997)	116
Gráfico 11 – Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (1995-1997)	117
Gráfico 12 - Evolução Balanço Funcional (1995-1997).....	118
Gráfico 13 - Rácios e Indicadores de Produtividade (1995-1997).....	119
Gráfico 14 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (1995-1997).....	119
Gráfico 15 - Rácios e Indicadores de Liquidez (1995-1997).....	120
Gráfico 16 - Resumo da Situação Financeira (1995-1997)	121
Gráfico 17 - Evolução do Balanço Patrimonial (1998-2000)	122
Gráfico 18 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (1998-2000).....	123
Gráfico 19 - Evolução Balanço Funcional (1998-2000).....	123
Gráfico 20 - Rácios e Indicadores de Produtividade (1998-2000).....	124
Gráfico 21 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (1998-2000).....	125
Gráfico 22 - Rácios e Indicadores de Liquidez (1998-2000).....	125
Gráfico 23 - Resumo da Situação Financeira (1998-2000)	126
Gráfico 24 - Evolução do Balanço Patrimonial (2001-2002)	128
Gráfico 25 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2001-2002).....	129
Gráfico 26 - Evolução Balanço Funcional (2001-2002).....	129
Gráfico 27 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2001-2002).....	130
Gráfico 28 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2001-2002).....	131
Gráfico 29 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2001-2002).....	131
Gráfico 30 - Resumo da Situação Financeira (2001-2002)	132
Gráfico 31 - Evolução do Balanço Patrimonial (2003-2005)	135
Gráfico 32 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2003-2005).....	136
Gráfico 33 - Evolução do Balanço Funcional (2003-2005).....	136
Gráfico 34 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2003-2005).....	137
Gráfico 35 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2003-2005).....	138
Gráfico 36 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2003-2005).....	138
Gráfico 37 - Resumo da Situação Financeira (2003-2005)	139
Gráfico 38 - Evolução do Balanço Patrimonial (2006-2009)	142

Gráfico 39 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2006-2009).....	143
Gráfico 40 - Evolução do Balanço Funcional (2006-2009).....	143
Gráfico 41 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2006-2009).....	144
Gráfico 42 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2006-2009).....	145
Gráfico 43 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2006-2009).....	145
Gráfico 44 - Resumo da Situação Financeira (2006-2009)	146
Gráfico 45 - Evolução do Balanço Patrimonial (2010-2015)	149
Gráfico 46 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2010-2015).....	151
Gráfico 47 - Evolução do Balanço Funcional (2010-2015).....	151
Gráfico 48 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2010-2015).....	152
Gráfico 49 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2010-2015).....	153
Gráfico 50 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2010-2015).....	153
Gráfico 51 - Resumo da Situação Financeira (2010-2015)	154
Gráfico 52 - Evolução do Balanço Patrimonial (2016-2019)	156
Gráfico 53 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2016-2019).....	157
Gráfico 54 - Evolução do Balanço Funcional (2016-2019)	157
Gráfico 55 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2016-2019).....	158
Gráfico 56 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2016-2019).....	159
Gráfico 57 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2016-2019).....	160
Gráfico 58 - Resumo da Situação Financeira (2016-2019)	161
Gráfico 59 - Evolução do Balanço Patrimonial (2020-2021)	162
Gráfico 60 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2020-2021).....	163
Gráfico 61 - Evolução Balanço Funcional (2020-2021).....	163
Gráfico 62 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2020-2021).....	164
Gráfico 63 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2020-2021).....	165
Gráfico 64 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2020-2021).....	165
Gráfico 65 - Resumo da Situação Financeira (2020-2021)	166
Gráfico 66 - Evolução do Balanço Patrimonial (1990-2021)	168
Gráfico 67 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (1990-2021).....	169
Gráfico 68 - Evolução do Balanço Funcional (1990-2021)	170
Gráfico 69 - Rácios e Indicadores de Produtividade (1990-2021).....	170
Gráfico 70 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (1990-2021).....	171
Gráfico 71 - Rácios e Indicadores de Liquidez (1990-2021).....	171
Gráfico 72 - Rácios e Indicadores de Estrutura Financeira (1990-2021)	172
Gráfico 73 - Rácios e Indicadores de Financiamento (1990-2021)	173
Gráfico 74 - Resumo da Situação Financeira (1990-2021)	173

Índice de Quadros

Quadro 1 - Universo Sindical Português	40
Quadro 2 - Sindicatos por CAE.....	43
Quadro 3 - Instrumentos Contabilísticos	60
Quadro 4 – Diferenças entre a denominação das Classes do SNC-ESNL para POC-IPSS	61
Quadro 5 - Diferenças nas Demonstrações Financeiras do POC-IPSS para SNC-ESNL.....	61
Quadro 6 - SWOR	68
Quadro 7 - Mandatos por Presidência do SNESup.....	109

Introdução

Introdução

Em Portugal, no século XIX, apareceram os primeiros indícios da atividade sindical, logo após a revolução liberal. Desde a década de 1940, Portugal realizou importantes reformas laborais para proteger os direitos dos trabalhadores, sendo de destacar que depois dos anos 90, o sindicalismo acompanhou as tendências da União Europeia. Ao longo dos anos, os sindicatos em Portugal evoluíram para incluir outras questões sociais e políticas, como: direitos civis, justiça social, democracia e, agora, a defesa dos princípios da responsabilidade social, numa tendência para promover o desenvolvimento sustentável através de parcerias para a implementação dos objetivos (SGD 17) e, acima de tudo, para promover a paz, justiça e instituições eficazes (SGD 16).

As associações de natureza sindical desempenham um papel importante na representação dos interesses dos trabalhadores e na negociação coletiva das condições de trabalho. No entanto, para manter sua eficácia, as referidas associações precisam monitorizar o seu desempenho e fazer ajustes conforme seja necessário. Portanto, o objetivo do presente projeto aplicado é desenvolver uma análise do desempenho das Associações de Natureza Sindical. Assim, irá explorar a história e a evolução do trabalho, o papel e a importância dos sindicatos no espectro político e social. Além disso, avaliará o impacto estratégico das atividades do sindicato e como estas afetam o seu desempenho através de fatores externos, como: o ambiente, a política, o sistema económico e financeiro e o contexto social, entre outros.

Este projeto aplicado estuda a análise de desempenho nas associações de natureza sindical, através de um estudo de caso (Yin, 2022) e aborda a importância destas associações de natureza sindical no mundo do trabalho, bem como a sua prestação de contas, que devem demonstrar a sua sustentabilidade, quer em termos económicos, quer em termos financeiros.

Os sindicatos constituem-se como entidades sem fins lucrativos que se financiam através de contribuições e doações das partes interessadas. Estes recursos permitem desenvolver atividades de promoção e defesa dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores através de negociações coletivas, campanhas políticas e iniciativas comunitárias. Os sindicatos são orientados pelos princípios da democracia interna e de representação equitativa, respondendo através da concertação social entre trabalhadores e dirigentes às melhores estratégias e políticas de gestão de recursos humanos.

Os sindicatos têm sido fundamentais para muitas conquistas importantes na história social e política, como a jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo, segurança no trabalho, proteção contra discriminação e assédio, entre outras. Por um lado, os sindicatos têm uma influência significativa na política, apoiando candidatos que defendem os seus interesses e pressionando governos para promulgar leis favoráveis aos trabalhadores. Por outro lado, o sindicalismo é uma realidade em todo o mundo, e estas organizações desempenham um papel importante na defesa dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e na melhoria das condições de trabalho.

As formas de sindicalismo variam de acordo com o país, as leis trabalhistas e a cultura local. Em alguns países, o sindicalismo é altamente organizado e bem estabelecido (Dinamarca), enquanto em outros, pode ser limitado ou até mesmo proibido (República Popular da China). No entanto, o sindicalismo também tem enfrentado desafios ao longo dos anos, como a perda de associados e a crescente precarização do trabalho em muitos países. Além disso, os sindicatos muitas vezes são criticados por serem muito focados nos seus próprios interesses em detrimento do bem-estar geral da sociedade.

Assim ao longo da história, os sindicatos desempenharam um papel crucial na luta por direitos trabalhistas, como: salários justos e condições de trabalho seguras. Além disso, muitos sindicatos estão envolvidos em questões políticas e sociais mais amplas, como a defesa dos direitos humanos, a luta contra a discriminação e a proteção do meio ambiente. Desta forma, a análise de desempenho pode ajudar as associações de natureza sindical a avaliar a sua eficácia em atingir os seus objetivos e a identificar as áreas para melhoria contínua. Na verdade, deve incluir uma avaliação do número de associados, aliciação e participação dos mesmos, eficácia na negociação coletiva, entre outras áreas sem esquecer a prestação de contas e a análise económico-financeira.

Contextualização do problema

Na verdade, ao longo de muitos anos têm sido desenvolvidas investigações na área das Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), no entanto, a oportunidade e a necessidade de investigação neste campo é crescente, uma vez que, não existem muitos estudos na área em Portugal ou internacionalmente que reflitam atualmente a análise do desempenho apresentado por estas associações subordinadas a este tema.

De facto, nas últimas décadas, as preocupações com a tomada de decisão das ESNL demonstraram a necessidade de investigação, dado que estas entidades atuam em áreas fundamentais da nossa

sociedade, como é: a assistência social, a saúde, a cultura, o meio ambiente, entre outras, e que têm como objetivo promover o bem-estar social e a melhoria das condições de vida das pessoas.

Os estudos sobre as ESNL têm abordado temas como a gestão e a governança destas organizações, o seu financiamento e a sustentabilidade, o seu papel na promoção da participação dos cidadãos e a sua relação com o Estado e com o mercado. No entanto, apesar do aumento da investigação sobre as ESNL, ainda há muito a ser explorado neste campo. Há uma crescente necessidade de investigação sobre questões como a eficácia e a eficiência das ESNL na consecução dos seus objetivos, da sua capacidade de responder às necessidades e exigências da sociedade, e a sua contribuição para a redução das desigualdades sociais e o fortalecimento da democracia.

Além disso, a pandemia da Covid-19 destacou a importância das ESNL como prestadoras de serviços essenciais para as comunidades e revelou desafios e oportunidades que podem ser explorados por meio da investigação em áreas como o voluntariado, o uso de tecnologias digitais e a colaboração entre organizações.

Em países desenvolvidos, por exemplo, na Alemanha, as organizações sindicais tendem a ter maior poder de negociação com as entidades e o governo, além de apresentarem um grau de institucionalização mais avançado, com leis laborais mais sólidas e sistemas de proteção social mais estabelecidos. A tendência de organização sindical nesses países é que eles sejam compostos por um número menor de sindicatos, que representam uma proporção maior da população trabalhadora, e possuem uma maior representatividade e alcance.

Nos países em desenvolvimento, as organizações sindicais podem ter mais dificuldades em conseguir apoio político e dos seus membros, bem como enfrentar obstáculos legais e culturais para se organizarem. Além disso, as condições de trabalho podem ser mais precárias e os trabalhadores podem estar em maior desvantagem em relação aos empregadores e ao governo. Nesses países, as organizações sindicais geralmente são compostas por um grande número de sindicatos menores e podem ter menos poder de negociação.

A oportunidade e a necessidade de investigação nas ESNL são crescentes e há um amplo espaço para investigações que possam contribuir para o desenvolvimento dessas organizações e para o avanço do bem-estar social. Contudo, devido à sua natureza, estas associações apresentam informação pública o que permitirá desenvolver uma análise económica e financeira, bem como perceber se o modo como estas associações atuam e a forma transparente como adotam práticas exigentes de prestação de contas, podendo complementar as obrigações legais com outras informações adicionais.

Nesta problemática sobressaem problemas como a análise da necessidade e de vitalidade do “Sindicalismo” em Portugal, sendo essencial entender não só o seu processo histórico quer no espectro internacional como nacional, sem esquecer a sua vertente económica e financeira adequada à estratégia desenvolvida. A problemática da vitalidade do "Sindicalismo" em Portugal é um tema complexo e controverso que tem gerado discussões entre os defensores e os críticos do movimento sindical no país. Por um lado, há aqueles que defendem a importância dos sindicatos na luta pela proteção dos direitos dos trabalhadores e na promoção da justiça social. Por outro lado, existem aqueles que argumentam que os sindicatos estão em declínio e que suas estratégias e táticas são ultrapassadas e não têm importância para os trabalhadores.

Embora a taxa de sindicalização em Portugal tenha sido historicamente alta em comparação com outros países, nas últimas décadas, o movimento sindical tem enfrentado desafios significativos. Um dos principais desafios é o declínio do emprego em setores tradicionalmente sindicalizados, como a indústria e o aumento do emprego em setores como os serviços, onde a sindicalização é menor.

Além disso, a crise económica de 2008 e as políticas de austeridade implementadas pelos sucessivos governos portugueses, nessa altura, tiveram um impacto significativo nas condições de trabalho e salários dos trabalhadores, o que enfraqueceu ainda mais o movimento sindical.

No entanto, muitos defensores do movimento sindical argumentam que os sindicatos ainda têm um papel vital a desempenhar na proteção dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, especialmente em contexto de crescente precarização do trabalho e no aumento das desigualdades sociais. Eles defendem que os sindicatos devem adaptar-se às novas realidades do mundo do trabalho e encontrar novas formas de se conectar com os trabalhadores, através de estratégias como a mobilização nas redes sociais e a organização de trabalhadores precarizados e setores não tradicionalmente sindicalizados.

Assim, a problemática da vitalidade do "Sindicalismo" em Portugal é uma questão importante que exige uma análise cuidadosa e uma reflexão aprofundada sobre o papel dos sindicatos na sociedade atual e o que pode ser feito para fortalecer o movimento sindical e garantir que ele continue a desempenhar um papel vital na proteção dos direitos dos trabalhadores.

Objetivo da investigação

O objetivo da investigação é desenvolver uma análise de desempenho das associações de natureza sindical, de modo a colmatar insuficiências ao nível de uma visão integrada económica e financeira, essencial para entender a complexidade destas associações, bem como o processo de tomada de decisão para o seu desenvolvimento e crescimento, tornando-se fundamental o relacionamento das preocupações e dos acontecimentos ao longo da história sindical no mundo em cada momento com as relações no mercado de trabalho e ambiente político em geral.

Ao realizar um estudo de caso, ir-se-á examinar como uma associação de natureza sindical específica. Neste caso, o Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), que é uma associação de natureza sindical que representa os interesses dos docentes e investigadores do ensino superior em Portugal, fundado em 1979, tem como objetivo principal defender e promover os direitos e interesses dos seus membros, em áreas como a carreira académica, as condições de trabalho, a avaliação do desempenho e a qualidade do ensino superior.

O SNESup tem sido uma voz importante na defesa da autonomia das instituições de ensino superior e na promoção da excelência académica em Portugal. Além disso, o sindicato também tem lutado pela estabilidade no emprego e pela proteção dos direitos dos docentes e investigadores, incluindo a negociação de melhores condições salariais e benefícios sociais.

O desempenho do SNESup tem-se concentrado na melhoria da qualidade do ensino superior em Portugal. Através de investigações, o sindicato tem trabalhado para identificar boas práticas e políticas, quer para avaliar o desempenho dos docentes e investigadores, quer o desempenho das Instituições de Ensino Superior, de modo a garantir que essas práticas sejam justas e equilibradas.

A importância do SNESup é destacada não só porque é uma associação de natureza sindical, com objetivo de defender os interesses dos docentes e dos investigadores do ensino superior em Portugal, bem como pelo seu papel na promoção da excelência académica e na luta pela proteção dos direitos, liberdades e garantias dos mesmos. Além disso, enfatiza-se a importância desta investigação para perceber a eficiência, a eficácia, a economia e a qualidade do ensino superior.

Metodologia da investigação

A metodologia seguida no desenvolvimento deste projeto aplicado encontra-se subdividida em duas partes. A primeira parte é a análise teórica, que suporta a investigação através de uma revisão da literatura, que de modo claro e objetivo, investiga o Sindicalismo em Portugal.

A segunda parte é a análise empírica, que recorre ao método de caso de estudo (Yin, 2022). Assim, é desenvolvida uma proposta de análise e de avaliação do desempenho, económico e financeiro, que envolve a adoção de boas práticas e estratégias de eficiência, eficácia, económica e qualidade que visam garantir o cumprimento dos seus objetivos e a qualidade dos serviços prestados aos seus associados.

Algumas propostas que podem ser consideradas incluem: planeamento estratégico, gestão financeira eficiente, fortalecimento das relações com os trabalhadores, qualidade dos serviços prestados, monitoramento e avaliação contínua. Estas são algumas propostas que podem contribuir para a eficiência, eficácia, económica e qualidade de um sindicato. Também é importante lembrar que as estratégias adotadas têm de estar alinhadas aos objetivos e características específicas da associação, que devem ser avaliadas e ajustadas de forma contínua para garantir a sua efetividade.

Após a revisão da literatura, seguir-se-á a recolha de informação, análise e tratamento dos dados obtidos, bem como a apresentação dos respetivos resultados. Na medida em que a prestação de contas das associações de natureza sindical foi sendo realizada, pelos autores da sua informação financeira, em diferentes normativos consoante a evolução de reporte contabilístico existente, existiu a necessidade de realizar ajustamentos para o normativo legal vigente à presente data.

A parte empírica suporta-se na recolha de dados de uma Associação de Natureza Sindical, com validação dos mesmos. Todos os aspetos relevantes e que tenham impacto, sejam eles, positivos ou negativos, diretos ou indiretos, imediatos ou futuros, foram objeto de análise de desempenho, tendo sido desenvolvido um acompanhamento estratégico através de um estudo de caso, com uma análise exploratória longitudinal, numa entidade do setor não lucrativo e cumulativamente uma associação sindical, o SNESup, permitindo que o processo de análise possa ser desenvolvido em toda a sua dinâmica, tendo em vista a monitorização da decisão política sobre a mesma.

Metodologicamente é também desenvolvida uma análise exploratória longitudinal. A análise exploratória longitudinal é uma abordagem útil para avaliar a evolução financeira de uma associação do setor não lucrativo ao longo do tempo. Para realizar essa análise, é importante levar em consideração a fundamentação do reporte financeiro aplicável ao setor não lucrativo, que pode variar em diferentes países ou jurisdições. Por exemplo, em Portugal, o reporte financeiro para as entidades do setor não lucrativo é regulamentado pelo Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL).

Além disso, para realizar a análise exploratória longitudinal, é importante ter acesso às prestações de contas dos exercícios económicos mais recentes da associação em referência. Essas prestações de contas devem incluir demonstrações financeiras, como o balanço patrimonial e a demonstração dos resultados por naturezas, bem como outras informações financeiras relevantes, como a composição dos rendimentos e dos gastos, os investimentos realizados e a estratégia de financiamento. A partir dessas informações, a análise exploratória longitudinal pode envolver a avaliação de tendências ao longo do tempo em diversas áreas financeiras.

Esta análise ajuda a identificar tendências e desafios financeiros a longo prazo da associação, bem como oportunidades para melhorar o desempenho. É importante lembrar que esta análise exploratória deve ser complementada por uma avaliação mais aprofundada das demonstrações financeiras e outras informações financeiras relevantes.

Com certeza, a associação sindical em questão tem uma trajetória de mais de trinta anos de serviço e atividade, o que implica na necessidade de prestar contas regularmente. A realização de uma análise exploratória longitudinal irá ajudar a entender como a organização tem gerido as suas contas ao longo desse período e a identificar possíveis desafios ou oportunidades para melhorias.

Uma investigação que se concentre em entidades do setor não lucrativo, como associações de natureza sindical, pode gerar conclusões relevantes e úteis para o aprimoramento da gestão financeira dessas organizações. Essas conclusões podem ajudar não apenas a associação em questão, mas também outras do setor não lucrativo que enfrentam desafios semelhantes. Assim, a análise exploratória longitudinal da associação sindical em questão pode fornecer desafios valiosos sobre a gestão financeira de ESNL, em geral, como boas práticas, desafios comuns, oportunidades para melhoria e mitigação de riscos. Além disso, essa investigação é uma base para futuras investigações e estudos sobre a gestão financeira de entidades do setor não lucrativo em Portugal.

Pressupostos e limitações do problema

De facto, há uma limitação no número de autores e artigos científicos que abordam, simultaneamente, as temáticas das ESNL e das associações de natureza sindical em Portugal. Isto pode ter resultado de diferentes fatores, como a falta de interesse dos investigadores nessa área, a falta de recursos financeiros para realizar estudos nessa área, ou até mesmo a dificuldade de acesso a informações financeiras de algumas associações de natureza sindical.

A recolha de informação continua a ser relevante para o desenvolvimento de investigações na área científica, ou nos dois temas que o constituem, ou seja, a investigação normativa das ESNL ou das associações de natureza sindical, pelo que têm de ser aplicados diferentes métodos de investigação, principalmente em livros e manuais mais antigos, que abordam o tópico da história sindical e evolução das normas contabilísticas aplicáveis, quer em Portugal, quer no mundo.

No entanto, a falta de estudos prévios, também, é vista como uma oportunidade para o desenvolvimento de uma investigação inovadora e aprofundada nessa área. É importante que os investigadores utilizem metodologias rigorosas para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos e que procurem fontes de informação confiáveis para aumentar a qualidade das análises.

Além disso, é possível que existam estudos sobre entidades do setor não lucrativo em geral que possam ser adaptados ou extrapolados para as associações de natureza sindical, como por exemplo, estudos sobre a gestão financeira de organizações sem fins lucrativos em outros países ou em outros setores da economia. No entanto, é importante que os investigadores considerem as particularidades das associações de natureza sindical, a fim de garantir a relevância e a aplicabilidade dos resultados obtidos para essa área específica.

Motivação da investigação

A motivação da investigação é resultado da licenciatura em Contabilidade e do mestrado em Gestão, com especialização em Administração Pública, que proporcionaram ao mestrando um conhecimento sólido em análise financeira e gestão de serviços públicos, respetivamente, que são relevantes para a análise de entidades do setor não lucrativo, como as associações de natureza sindical.

A combinação de interesses pessoais e académicos do mestrando proporcionou uma perspetiva única e abrangente para a análise da associação sindical em questão, contribuindo para o desenvolvimento de uma investigação rigorosa e relevante, sendo interessante observar que a análise financeira e económica é uma área de interesse para o mestrando e isso certamente contribui para uma investigação mais aprofundada e crítica. A escassez de investigações nesta área específica em associações de natureza sindical também pode ser uma motivação adicional, pois representa uma oportunidade de contribuir para a compreensão do desempenho e prestação de contas dessas organizações. O fato da investigação lidar com questões de prestação de contas em entidades sem fins lucrativos e setores pouco explorados na literatura científica pode ampliar o impacto e relevância da investigação.

A investigação é um ponto de partida para investigações futuras, aprofundando questões relacionadas ao desempenho e prestação de contas em associações de natureza sindical. Além disso, a análise dos normativos legalmente aplicáveis pode fornecer desafios importantes para a elaboração de políticas públicas e para o desenvolvimento de estratégias de gestão financeira e económica dessas organizações. O tema é relevante para a academia, bem como para a sociedade em geral, uma vez que o desempenho das associações de natureza sindical afeta diretamente a vida e bem-estar dos trabalhadores que representam.

Estrutura do Projeto Aplicado

O projeto aplicado está organizado em duas partes, a análise teórica e a análise empírica, cada uma subdividida em dois capítulos. A análise teórica permite entender os conceitos e as perspectivas teóricas relacionadas com o desempenho e a prestação de contas em associações de natureza sindical. A análise empírica fornece, por sua vez, uma compreensão prática e aplicada dos conceitos teóricos discutidos anteriormente, por meio da análise da prestação de contas dos exercícios económicos mais recentes da associação sindical em referência.

No primeiro capítulo realiza-se, uma análise teórica, que inclui um enquadramento do tema em estudo e uma exploração da evolução do trabalho e da dimensão histórica das associações de natureza sindical a nível internacional e nacional. Através de uma extensa investigação bibliográfica, este capítulo procura fornecer ao leitor uma compreensão aprofundada da evolução das associações de natureza sindical e como estas se enquadram na sociedade contemporânea. O capítulo termina com uma caracterização das associações de natureza sindical em Portugal, destacando as principais características e desafios enfrentados por estas organizações.

No segundo capítulo é apresentada a evolução dos normativos das entidades do setor não lucrativo, incluindo a contextualização do setor, o sistema contabilístico e o respetivo reporte financeiro. Também, é desenvolvida uma análise comparativa entre anterior sistema normativo e o sistema atualmente em vigor, com o objetivo de fornecer uma visão geral do quadro regulamentar em que as associações de natureza sindical operam em Portugal.

No terceiro capítulo é realizada uma análise empírica das associações de natureza sindical, pelo que envolve um estudo económico e financeiro do seu enquadramento, ou seja, o contexto em que a associação se insere, bem como sua organização interna e estrutura. Também é analisada a eficiência e eficácia da associação, ou seja, a sua capacidade de cumprir com os seus objetivos de forma eficiente e eficaz, bem como a economia e a qualidade das suas operações. Esta análise

empírica envolve a recolha e a análise de informação financeira e não financeira da associação. O objetivo é obter uma compreensão mais profunda da associação e do seu desempenho, o que ajudará na tomada de decisão sobre a análise de desempenho que se irá estudar no capítulo seguinte.

No quarto capítulo é desenvolvida uma análise de desempenho da associação de natureza sindical em questão, sendo desenvolvida através de demonstrações de análise financeira, como a análise vertical e horizontal, a análise do ponto de equilíbrio, a análise de sustentabilidade e a análise da estrutura de capital. Estas demonstrações ajudam a avaliar a situação financeira da associação e a identificar possíveis áreas de melhoria em termos de eficiência, eficácia e sustentabilidade. Com base nas demonstrações financeiras publicadas pela associação, concluir-se-á sobre o seu desempenho financeiro, identificando pontos fortes e fracos e sugerindo ações para melhorar a sua gestão financeira.

Em resumo, o projeto está estruturado de forma a fornecer uma visão completa e integrada sobre o desempenho e a prestação de contas das associações de natureza sindical. Através da análise teórica, são apresentados os conceitos fundamentais e as perspetivas teóricas relacionadas ao tema, bem como a evolução histórica do setor e a caracterização das associações de natureza sindical em Portugal. Na análise empírica, é feita uma análise da prestação de contas da associação sindical em referência, incluindo a sua organização, eficiência, eficácia, economia e qualidade. Por fim, a análise de desempenho da associação sindical é realizada com base em diferentes demonstrações de análise financeira.

Com esta estrutura, espera-se que o projeto aplicado forneça uma contribuição significativa para a compreensão e análise das associações de natureza sindical em Portugal, visto que a análise teórica permitirá ao leitor entender os conceitos fundamentais e perspetivas teóricas relacionadas ao desempenho e à prestação de contas nestas associações de natureza sindical. Enquanto que a análise empírica fornecerá uma compreensão prática e aplicada dos conceitos teóricos através da análise da prestação de contas da associação sindical em referência. Além disso, a análise de desempenho permitirá avaliar a eficiência e eficácia da associação sindical, contribuindo para uma melhor compreensão da sua gestão financeira e da sua *performance* económica.

Parte I - Análise Teórica

Capítulo 1

1. Caracterização das Associações de Natureza Sindical

1.1. Enquadramento

Neste capítulo um, será desenvolvida uma revisão da literatura para caracterizar as associações de natureza sindical, a sua dimensão histórica, quer a nível internacional, quer a nível nacional, e de modo particular, a caracterização de uma associação sindical portuguesa que é o Sindicato Nacional do Ensino Superior destacando a sua história organização e objetivos face à atualidade. O presente capítulo é de elevada importância para o desenvolvimento do projeto aplicado do mestrado, porque permite o enquadramento internacional e nacional da perspetiva conceptual e assim, posteriormente, dá espaço ao desenvolvimento do estudo de caso.

Contudo e antes de avançar com a revisão da literatura, deve-se definir o conceito de Sindicato. Assim, Merriam-Webster (2022, p.1) define como sindicato uma organização de trabalhadores formada com o objetivo de promover os interesses de seus membros em relação a salários, benefícios e condições de trabalho. Também é importante definir a sua atividade, assim o sindicalismo é o princípio ou política de formação ou adesão a uma união comum entre associados. Os sindicatos atuam enquanto organização inserida na sociedade civil, sendo a principal instituição dos trabalhadores nas sociedades modernas, tão endémicas quanto as grandes empresas, a organização oligopolística das indústrias e a regulação governamental da livre iniciativa (Medoff e Freeman, 1979, p.1).

Clarificando, um sindicato é nada mais nada menos que uma associação que promove o sindicalismo, que consiste na proteção dos direitos dos demais trabalhadores que possam representar. Neste sentido, Madureira (1997, p.2) esclarece que:

“O sindicalismo nasceu da luta entre setores desiguais no campo do trabalho assalariado.”

Madureira (1977, p.19) acrescenta que:

“Na fase da luta económica surgiram as primeiras organizações do proletariado, os sindicatos que foram para este uma escola de luta de classes.”

Como disciplina científica, Madureira (1977, p.2) esclarece que:

“é a partir das situações de trabalho que se chega às fontes de acção, desta acção d'onde vai nascer a transformação progressiva das relações do trabalho. O sindicalismo, como disciplina científica, tenda ocupar-se do fenómeno constituído pela institucionalização destas relações face à industrialização. Por isso, os defensores deste ponto de vista preferem utilizar a designação “relações industriais” a “sindicalismo”.”

Na ótica do trabalho de cada sindicato, Hyman (2014, p.110) explica a visão de dois autores, Dunlop e Ross, os quais, na década de 1940, debateram o papel sindical na determinação salarial. Para Dunlop, um

sindicato poderia ser visto como análogo a uma empresa empresarial, operando num mercado de trabalho onde as leis de oferta e demanda operam. Para Ross, retrata o mundo da fantasia de um economista. Na realidade, não só o salário-emprego preciso era incalculável exatamente, mas os sindicatos eram, de qualquer forma, instituições políticas que não agiam de acordo com uma lógica económica estreita.

Por um lado, Hyman (2014 p.675) esclarece como é que os sindicatos fazem o seu trabalho:

“os sindicatos não são atores, mas vetores de ação. Todos os sindicatos, e movimentos sindicais, englobam tensões horizontais entre grupos ocupacionais e facções ideológicas, e tensões verticais entre confederações e seus afiliados e entre funcionários nacionais, representantes locais e membros de patentes e arquivos.”

Por outro lado, é importante realçar, que nem todas as classes sociais de uma sociedade civil ao longo da história, sentiram necessidade de recorrer ou apoiar sindicatos, uma vez que este tipo de organização surge da desigualdade que se vivia e vive, como relata Madureira (1977 p.5):

“são as classes que aparecem num contexto de igualdade social: a sociedade divide-se em ricos e pobres, em exploradores e explorados.”

Madureira (1977, p.5) acrescenta, recorrendo à história que:

“A forma primária e mais brutal da divisão da sociedade em classes foi a escravatura: aqui a sociedade está dividida em escravagistas e escravos. Segue-se o feudalismo, em que a sociedade estava dividida em senhores feudais e em camponeses deles dependentes. Depois vem o capitalismo, em que a sociedade está dividida entre capitalistas e proletários.”

No contexto do conceito de sindicato, é importante considerar o seu papel como força de mudança na sociedade que em certa forma representam e defendem os trabalhadores. A sua vertente pública envolve negociações coletivas para garantir melhores condições de trabalho.

1.2. Evolução do Trabalho

O sindicalismo advém da necessidade de defesa dos interesses dos trabalhadores, na agricultura, na indústria e nos serviços. Mas nem sempre terá sido assim, uma vez que, também o trabalho teve evoluções ao longo de toda a sua existência, tanto da maneira como era reconhecido, até à forma de como era prestado. Originalmente, o trabalho era visto como uma tortura, pois como Martins (2000 p.168) refere:

“trabalho vem do latim “tripalium” que era uma espécie de instrumento de tortura ou uma canga que pesava sobre os animais”

Mais tarde, na Inglaterra, a palavra trabalho, remota a diversas conjugações que originam *job*:

“remontando a período anterior ao ano de 1400. “Job” quer dizer emprego. Pode ter sido uma variante de “gob” (bocado). “Job” e “gob” podem ter origem numa palavra céltica “gob” ou “gop” que quer dizer boca.” (Martins, 2000 p.168)

Por sua vez, tal como afirma Martins (2000 p.168 e 169), o ato de ter trabalho, ou não, como hoje é conhecido na língua inglesa:

“Employment inicialmente tinha o significado de aplicado a algum propósito específico. Hoje, tem sentido de emprego, ocupação, ofício, atividade, cargo. Out of employ seria o desempregado (unemployment). O verbo to employ quer dizer empregar, ocupar, utilizar.”

Em termos bíblicos, o trabalho teria a mesma conotação de castigo:

“Na Bíblia, o trabalho era uma espécie de pena, em razão dos pecados cometidos pelo homem. Dizia-se: “comerás o pão com o suor da tua fonte”.” (Martins, 2000 p.169)

A escravidão remota a 3500 a.C., nas primeiras civilizações como a Suméria e Mesopotâmia, e apesar de ter sido abolida, a escravidão em pleno século XXI mantém-se em diversos países, através do trabalho infantil, escravatura sexual entre outros. Mas, o seu objetivo inicial e a forma como era propriamente visto:

“A primeira forma de trabalho a ser lembrada é a escravatura, em que o escravo era considerado apenas uma coisa, não tendo qualquer direito, muito menos trabalhista. (...) não tinha nenhum direito, apenas o de trabalhar.” (Martins, 2000 p.169)

Platão e Aristóteles, na Grécia Antiga, entendiam que o trabalho teria um sentido depreciativo, dado que:

“envolia apenas a força física. A dignidade do homem consistia em participar de negócios da cidade por meio da palavra. Os escravos faziam o trabalho duro, enquanto os outros poderiam ser livres. O trabalho não tinha significado de realização pessoal.” (Martins, 2000 p.169)

Num outro momento, verifica-se que a servidão, foi outra forma que o trabalho tomou ao longo da história. Assim, Martins (2000 p.169) considera que na:

“época do feudalismo, em que os senhores feudais davam proteção militar e política aos servos, que não eram livres, mas, ao contrário, tinham de prestar serviços na terra do senhor feudal. Deveriam os servos entregar parte da produção rural aos senhores feudais em troca de proteção que recebiam e do uso da terra.”

Deste modo, Martins (2000 p.170) afirma que as corporações são constituídas por uma hierarquia vertical:

“Observamos num terceiro plano as corporações de ofício, em que existiam três personagens: os mestres, os companheiros e os aprendizes. No início das corporações de ofício só existiam dois graus dentro dessas organizações: mestres e aprendizes. (...). O companheiro só passava a mestre se fosse aprovado em exame de obra-mestra, prova que era muito difícil, além de ter de pagar taxas para fazer o exame.”

No século XVIII, a jornada de trabalho era talvez historicamente a mais longa, pois:

“chegando até a dezoito horas no verão. Na maioria das vezes, terminava com o pôr-do-sol, por questão de qualidade de trabalho e não por proteção aos aprendizes e companheiros. A partir do

momento em que foi inventado o lampião a gás, em 1792, por William Murdock, o trabalho era prestado em média entre doze e catorze horas por dia. Várias indústrias começaram a trabalhar no período noturno.” (Martins, 2000, p.170)

Uma das áreas do direito mais importantes, nasceu com a Revolução Industrial, já que:

“Afirma-se que o Direito do Trabalho e o contrato de trabalho passaram a desenvolver-se com o seguimento da Revolução Industrial.” (Martins, 2000, p.171)

No início do século XIX na Inglaterra, com uma nova Lei que deu o merecido apoio aos trabalhadores, com a jornada de trabalho limitada e até intervalos para as refeições. Martins (2000, p.173) refere que:

“a Lei de Peel, de 1802, na Inglaterra pretendeu dar amparo aos trabalhadores, disciplinando o trabalho dos aprendizes paroquianos nos moinhos e que eram entregues aos donos das fábricas. A jornada de trabalho foi limitada a doze horas, excluindo-se os intervalos para a refeição. O trabalho não poderia se iniciar antes das seis horas e terminar após as 21 horas.”

Com a necessidade de mais e melhores avanços laborais, ainda no século XIX, no campo do trabalho infantil, estabeleceu-se uma idade mínima para o trabalho, como também uma jornada máxima para os menores, portanto em:

“1819, foi aprovada a lei tornando ilegal o emprego a menores de 9 anos. O horário de trabalho dos menores de 16 anos era de doze horas diárias, nas prensas de algodão.” (Martins, 2000 p.173)

Na França, também no século XIX, foram realizados progressos no trabalho infantil, nomeadamente:

“em 1813, foi proibido o trabalho dos menores em minas. Em 1814 foi vedado o trabalho aos domingos e feriados. Em 1839 foi proibido o trabalho de menores de 9 anos e a jornada de trabalho passa a ser de dez horas para os menores de 16 anos.” (Martins, 2000, p.173)

Perto do fim do século XIX, a eletricidade entrou nos processos produtivos, pelo que:

“A partir de 1880, passou a ser utilizada a eletricidade, em consequência, as condições de trabalho tiveram de ser adaptadas.” (Martins, 2000, p.174)

Diebolt (2005, p.305) afirma que na França, no início do século XX, começaram-se a realizar avanços na área do trabalho feminino:

“Sem direitos civis, sem direito a voto, sem a possibilidade de filiar-se a um sindicato e com dificuldades para militar nos partidos, as mulheres encontraram na Lei de 1º de julho de 1901, sobre a liberdade de associação, uma brecha para ingressar com toda a força na cidadania.”

E Diebolt (2005, p.323) detalha o número elevado de mulheres nas profissões na área da saúde:

“tomemos o exemplo das enfermeiras: em 2001, dos 300.000 enfermeiros/as diplomados/as, 84% são mulheres (números do Ministério da Saúde). Nas profissões de ajuda em domicílio, a proporção de trabalhadores do sexo feminino é de 99%.”

Diebolt (2005, pp.323 e 324) afirma que no setor da saúde se observa que:

“As mulheres que trabalham nesse setor vêem suas remunerações estagnarem, suas condições de trabalho e degradam, e as grandes greves não conseguiram obter a valorização desejada pela categoria. As greves de enfermeiras de 1988-1989 e a de assistentes sociais, em 1991-1993, são sinais mais recentes desse problema, deixando um grande sentimento de incompreensão.”

Martins (2000, p.174) afirma que a doutrina social da igreja, passou a preocupar-se com o trabalho, pelo que publicou uma série de documentos em defesa do trabalho dos seus crentes:

“D. Rendu, Bispo de Annec, enviou um texto ao rei da Sardenha, em 15 de novembro de 1845, denominado "Memorial Sobre a Questão Operária" afirmando que “a legislação moderna faz pelo proletariado. (...) O trabalho dignifica pessoalmente o homem, merecendo valorização.”

Martins (2000, p.175) destaca os esforços dos representantes católicos na justiça entre o trabalhador e o patrão, através de uma série de encíclicas de diversos papas:

“A Encíclica “Rerum Novarum” (coisas novas), de 1891, do Papa Leão XIII; “Quadragesimo Anno” de 1931, e “Divini Redemptoris” de Pio XII; “Mater et Magistra” de 1961, de João XXIII; “Populorum Progressio” de 1967 de Paulo VI; “Laborem Exercens” do Papa João Paulo II, de 14 de setembro de 1981.”

Um dos primeiros visionários nas questões laborais foi Frederick Taylor, um engenheiro mecânico, que revolucionou a organização racional do trabalho, então:

“estabelece uma forma de organização e racionalização do trabalho, por meio dos seus “Princípios de Administração Científica” (1895).” (Martins, 2000 p.175)

Posteriormente, Henry Ford, fundador da *Ford Motor Company*, revolucionou a forma como a indústria automóvel opera ainda hoje:

“criou a linha de montagem da indústria automobilística, por meio da esteira móvel. Acabou incentivando aumentos de salários, para que seus empregados comprassem também os automóveis que fabricava.” (Martins, 2000 p.175)

Martins (2000, p.175) detalha que o primeiro país a incluir na Constituição, o Direito Laboral foi o México:

“A primeira Constituição que veio incluir o Direito do Trabalho em seu bojo foi a do México, de 1917. O art. 123 da referida norma estabelecia jornada de oito horas de trabalho, proibição de trabalho de menores de 12 anos, limitação da jornada dos menores de 16 anos a seis horas, indenização de dispensa, seguro social.”

1.3. Dimensão Histórica das Associações de Natureza Sindical a nível internacional

A revisão da literatura começa com o sindicalismo no mundo, como resultado da evolução laboral. Assim, Estanque & Ferreira (2002, p.151) referem:

“O problema da transformação das relações laborais tem necessariamente de ser discutido à luz do actual contexto de globalização económica para que se compreendam as consequências deste processo para o movimento sindical e os novos desafios que este tem hoje pela frente.”

Neste sentido, Portell (1955, p.IX) acrescenta que:

“As lutas que outrora se travaram para a conquista do domínio e da posse tiveram todas, no fundo, a informá-las, sobretudo, o factor de ordem económica.”

Card (1996, p.957) sugere que:

“os sindicatos elevam mais os salários dos trabalhadores com menores níveis de habilidades observadas. Além disso, os padrões de viés de seleção diferem de acordo com o grupo de habilidades. Entre os trabalhadores com menores níveis de habilidade observada, os trabalhadores sindicalizados são selecionados positivamente, enquanto os trabalhadores sindicalizados são selecionados negativamente entre aqueles com níveis mais altos de habilidade observada.”

O trabalho, como base de subsistência da sociedade antiga e moderna, evoluiu com o tempo, pois é assim, através das mudanças de mentalidade, mais educação, industrialização, que o Homem se vê obrigado a adotar diferentes mecanismos para proteger os seus interesses, pelo que Portell (1957 p.XXV), afirma:

“O trabalho, que era uma criação do espírito humano, passou a ser apenas uma tarefa em que o qualitativo, substituído pelo quantitativo, tornou o homem escravo do rendimento.”

Brugarola (1964, p.193) esclarece relativamente às relações humanas e ação sindical que:

“Dada a ambiguidade dos propósitos dos empresários na política das relações humanas, compreende-se a atitude de reserva dos sindicatos operários, até mesmo dos não comunistas, pois que todos eles consideram as relações humanas como um meio para tornar menos eficaz a acção sindical e para levar embaldadoramente os trabalhadores a aceitar uma situação, sem dúvida materialmente melhor, porém de total dependência.”

O sindicalismo tornou-se uma referência no mundo laboral, tal como refere a Porto Editora (2021, p.1):

“As origens do sindicalismo encontram-se na Inglaterra industrial, onde a partir da 2.a década do século XIX apareceram várias associações operárias de ajuda mútua e de defesa dos trabalhadores. Legalizaram-se em 1824, difundindo-se na década seguinte por toda a Europa.”

Portell (1955, p. XI) refere que o movimento terá sido iniciado, por ser uma luta necessária para a alteração das relações sociais e o progresso industrial e tecnológico que implicou:

“um tal movimento parecia estar fracassado, e o socialismo bem morto, quando se ergue Marx, causticando e ridicularizando os precursores destas doutrinas, chamando-lhes utópicos e substituindo-os por uma doutrina brutal e mais dinâmica, aliciantemente fortalecida na dialética e assim nasce o materialismo histórico.”

Portell (1955, p.XI) continua a detalhar que a necessidade dos operários de obterem voz para se defenderem, foi no século XIX, um dos motivos que levou estas classes a organizar-se:

“Foram teses, inspiradas e extraídas das condições de miséria em que viviam, aí por 1840, as classes trabalhadoras, e após a revolução que a máquina provocava no progresso da indústria, que lançaram a semente discórdia e da luta das classes.”

Rodrigues (2012, pp.165 e 166) explica como depois de um dos piores períodos da história do mundo, o trabalho ficou visto de outra forma, e se sentiu a necessidade de tratar este assunto:

“A seguir à Grande Guerra, a escravatura e as práticas análogas fizeram parte do primeiro conjunto de temas tratados pela Sociedade das Nações, tendo sido objecto de uma Convenção, datada de 25 de Setembro de 1926, que instava os Estados membros a impedirem e suprimirem o tráfico de pessoas; a perseguirem a abolição completa da escravatura, sob todas as suas formas, de forma progressiva, logo que possível; e a tomarem as medidas necessárias para que as infracções às leis e aos regulamentos fossem severamente punidos.”

Do Nascimento do Sindicalismo até ao ano 1871

A Revolução Industrial Inglesa fica marcada pelo gigante desenvolvimento industrial e tecnológico na segunda metade do século XVIII, o qual marca a transição para novos processos de manufatura, e que progressivamente se foi espalhando pelo mundo, proporcionando transformações nunca observadas. O sindicalismo tem o seu início, em Inglaterra, na revolução industrial inglesa a 1871, pois:

“os sindicatos surgiram diretamente dos movimentos de protesto e de reivindicações locais, parciais e momentâneas. Mas logo terminada a agitação, a organização desagregava-se. Só muito mais tarde os sindicatos tomaram outras proporções, organizando em associações mais gerais, complexas e duradoiras.” (Madureira, 1977, p.24)

Assim estas organizações, com o tempo acabaram por se entrelaçar nas comunidades, como explica Madureira (1977, p.24):

“o sindicato acaba por fundir-se na organização comunitária da produção e da sociedade, libertada das relações mercantis, da divisão do trabalho, das classes e do Estado.”

Nem tudo foi pacífico na inserção dos sindicatos na vida económica e social de cada país, só após algumas revoltas e crises é que foram reconhecidos pelo poder político, assim Madureira (1977, p.27) afirma que:

“a revolta dos operários começou logo que a indústria se desenvolveu e passou por várias fases. A primeira, a mais brutal, foi o crime; a segunda foi a reação contra a máquina; as outras resultam já do reconhecimento pelos poderes públicos do direito de livre associação.”

Madureira (1977, p.29) afirma que:

“A lei de 1824 permitiu a criação de associações de carácter sindical, que foram designadas por “trade-unions”, destinadas a proteger o operário isolado contra a tirania e incúria da burguesia. os seus fins podem sintetizar-se nas alíneas seguintes:

- a) regular os salários, fixando o seu nível em função dos lucros, o princípio empírico de que a melhores lucros deveriam corresponder melhores salários;*
- b) aproveitar todas as ocasiões para os fazer subir, procurando mantê-los, por toda a parte, ao mesmo nível, dentro do mesmo ramo profissional;*
- c) negociar com o patronato em instituição de uma escala de salários que seria observada em todos os locais, envolvendo a recusa de trabalho para os patrões que se negassem a aceitar essa escala;*
- d) tentar manter os salários elevados, designadamente pela recusa de que o patronato contrate aprendizes;*
- e) opor-se, tanto quanto consentirem as circunstâncias, às reduções veladas de salários por parte do patronato, quando este introduz novas máquinas e utensílios;*
- f) auxiliar de pecuniariamente os operários privados do seu ganha-pão, quer directamente através da caixa da associação, quer indirectamente fornecendo ao trabalhador um cartão que é uma espécie de senha para obter o apoio e a protecção dos seus colegas nas deslocações em busca de trabalho.”*

No início do século XIX, surge na Grã-Bretanha um movimento radical de operários, denominado Cartismo, que como resultado das suas intervenções trouxeram consequências sociais e económicas à Revolução Industrial em decurso. O sindicalismo como o conhecemos hoje, passou por várias etapas no seu início, onde sofreu diversas derrotas e algumas vitórias segundo Madureira (1977, p.30):

“A história das associações operárias nascidas da lei de 1824 é uma longa série de derrotas dos trabalhadores, interrompidas por algumas vitórias isoladas. Em 1830, tentaram organizar-se numa única e grande liga, uma associação geral dos trabalhadores, onde cada profissão tinha o seu organismo próprio. No entanto, só conseguiram que tivessem relativo êxito nas federações dos diferentes distritos de trabalhadores da mesma profissão.”

A par da onda sindical inglesa, surge um movimento conhecido por Cartismo:

“o movimento que defende a Carta do Povo ficou conhecido por cartismo. O Cartismo teve origem no partido democrático que se desenvolveu na Inglaterra desde 1780, ao lado e no seio do proletariado, ganhou forças durante a revolução francesa e depois da paz assume a forma de partido radical.” (Madureira, 1977, p.31)

O movimento radical surge através da Carta do Povo, um documento com seis petições, escrito por William Lovett e Francis Place. William Lovett foi um britânico líder do movimento político do Cartismo, pelo qual terá cumprido pena de prisão como a maioria dos Cartistas à época, fundou em 1836 a *London Working Men's Association* (Associação dos Trabalhadores de Londres). Francis Place foi um reformista e ativista inglês, que se uniu em 1794 à *London Corresponding Society*, uma organização reformista e posteriormente estudou questões sociais e económicas.

A Carta do Povo contestava o direito ao sufrágio universal secreto, liberdade de voto a qualquer adulto, participar no parlamento, limitação de mandatos políticos e diminuição da jornada de trabalho. Ainda Madureira (1977, p.31) explica que:

“foi redigida em 8 de maio de 1838 por uma comissão constituída por elementos da associação geral dos trabalhadores de Londres e consta de seis pontos seguintes:

- 1. Sufrágio universal para todos os homens maiores, são os de espírito e que não sejam acusados de nenhum crime;*
- 2. Renovação anual do Parlamento;*
- 3. Indemnizações parlamentares a fim de que os candidatos sem fortuna possam aceitar o mandato;*
- 4. Escrutínio por meio de boletins secretos para se evitar a corrupção e intimidação por parte dos burgueses;*
- 5. Nova divisão das circunscrições eleitorais para assegurar uma representação equitativa;*
- 6. Abolição da exigibilidade e exclusiva-aliás ilusória - reservado aos proprietários fundiários de pelo menos 300 libras esterlinas, de maneira que qualquer eleitor seja elegível.”*

O Marxismo é uma doutrina política criada por Karl Marx e Fredrich Engels, e é um método de análise socioeconómica, que incide nas relações de classe e conflitos sociais, utiliza eixos económicos e sociopolíticos. Karl Marx foi um filósofo, economista, historiador, sociólogo, teórico político, jornalista e revolucionário socialista alemão e foi um dos principais defensores das classes operárias no seu tempo. Fredrich Engels foi empresário industrial e teórico revolucionário prussiano, e fundou o Marxismo com Karl Marx, foi também coautor de Marx na obra do Manifesto Comunista. Com o epílogo do Cartismo, surge uma nova onda política e económica de dois pensadores Karl Marx e Fredrich Engels, o Marxismo:

“Mas se o cartismo inspirou o marxismo, a sua falência desanimou o sindicalismo inglês que acolherá uma outra rota donde será banida toda a ideologia, sobretudo entre 1851 e 1875, os sindicatos de ofícios vão desenvolver-se, integrando-se no sistema capitalista, que jamais pensarão derrubar.” (Madureira, 1977, p.34)

Assim antes da Comuna de Paris, em França foram muitas as lutas travadas pelas classes ao logo da história francesa. Assim:

“A história do trabalho em França foi, até à comuna de Paris, a de uma série de lutas e de motins seguidos de representações sangrentas. Só a 2 de Agosto de 1868 a lei reconhece igualdade jurídica

entre patrões e operários, embora já a 25 de Março de 1864 fosse conhecido o direito à greve. Porém, a liberdade sindical será reconhecida só em 1884.” (Madureira, 1977, p.35)

O Manifesto Comunista, originalmente denominado de Manifesto do Partido Comunista, surge após o Congresso de Londres, no movimento sindical inglês:

“A Liga dos Comunistas realizou seu I Congresso de Londres, no Verão de 1847, e aí foram fixados os seus estatutos, onde se estabelecia que a liga seria uma organização democrática constituída por comunas de base de três a dez membros, círculos directores e uma comissão (“comité”) central.” (Madureira, 1977, p.36)

O Manifesto Comunista, faz uma clara denuncia às funções do Estado e Sartório (2011 p.6) explica:

“Marx denuncia abertamente o papel do estado: desmonta a formulação do estado representativo idealizado pelos iluministas e defendido pelos neo-hegelianos. Não idealiza o que a sociedade deveria ser, mas evidencia o que ela é efetivamente. Assim, desmistifica a democracia burguesa que tem por princípio cindir a vida em esfera pública e a privada (Marx, 1991).”

Após o Manifesto que foi publicado a 21 de fevereiro de 1848 por Karl Marx e Fredrich Engels após o:

“II Congresso da Liga dos Comunistas, que Marx e Engels receberam o encargo de elaborar uma declaração de princípios para a Liga, que é justamente o Manifesto Comunista.” (Madureira, 1977, p.36)

Pois Marx e Engels, são assim os autores de um dos tratados com maior influência mundial (Manifesto Comunista), que estava já quase finalizado antes da revolução de fevereiro. Pois:

“O manuscrito do Manifesto, preparada em Paris e Bruxelas, estava pronto algumas semanas antes da revolução de Fevereiro de 1848” (Madureira, 1977, p.37)

Uma importante insurreição popular no século XIX, na capital francesa, foi a Comuna de Paris, momento em que as forças populares tomaram Paris de assalto. Este evento foi consequência da crise do regime bonapartista e o abalo da Guerra Franco-Prussiana (Guerra da Unificação Alemã). O Bonapartismo é a ideologia política nascida com Napoleão Bonaparte, e prosseguida por Napoleão III, que consistia no fundo na monarquia absolutista. A Guerra Franco-Prussiana, ocorre no final do século XIX, entre o Império Francês e o Reino da Prússia, do qual resulta a vitória alemã (através do apoio da Confederação da Alemanha do Norte à Prússia), Tratado de Frankfurt, anexação da Alsácia-Lorena à Alemanha, fim do Segundo Império Francês, formação da Terceira República Francesa e criação do Império Alemão.

A Comuna pode ser reconhecida como o terceiro grande momento para o sindicalismo internacional:

“A 2 de Dezembro de 1851, a burguesia consegue seguir a sua última fortaleza: Assembleia Nacional. Começou o Segundo Império e com ele a exploração da França por um bando de aventureiros da política e da finança; um patriotismo tolo exagerado reclamava as fronteiras do Primeiro Império, perdidas em 1814. Rebutava a guerra em 1870 e a derrota de Sedan arrasta o

regime imperial. A 4 de Setembro de 1870 é de novo proclamada a República e Marx adverte usa operários franceses contra toda a tentativa de revolução prematura, pois o inimigo estava às portas de Paris. Finalmente, a 28 de Janeiro de 1871, Paris capitulava esfomeada.” (Madureira, 1977, p.43)

Madureira (1977, p.43) acrescenta que:

“durante a guerra os operários parisienses tinham-se limitado a exigir a continuação energética da luta. (...) o novo chefe do governo, tentou desarmar os operários parisienses, enviando contra eles tropas a 18 de março de 1871. Para se defender, Paris comportou-se com a maior coesão e foi declarada guerra ao governo francês que resistia em Versalhes”

Após a declaração de guerra ao Governo francês foi:

“a 26 de Março de 1871, a Comuna de Paris era eleita e a 28 foi proclamada. será a última das revoluções do século XIX, insurreição de um proletariado do tipo antigo, de mentalidade fortemente jacobina.” (Madureira, 1977, p.43)

A Comuna, trouxe importantes reformas ao país, nomeadamente socialistas. Neste sentido, foram as políticas socialistas que constituíram um governo da classe operária, mas apesar das reformas instituídas:

“A Comuna, episódio terrível da história da França, ficará a assinalar tragicamente a ruptura entre duas épocas. Arrasada, afogada em sangue, a comuna não deixou por isso de se tornar mais viva. A luta heroica como um símbolo de resistência para todos os milhares de operários franceses e os operários de todo o mundo.” (Madureira, 1977, p.44)

Johnstone (1971, p.448) acrescenta em relação à Comuna de Paris:

“O conceito de poder político da classe operária não constituiu, portanto, a necessidade do proletariado como a maioria da população. Escrevendo três anos após a Comuna Marx explicar:

E Johnstone (1971, p.448) ainda detalha, que no conceito de camponês:

“existe em massa como proprietário de uma propriedade privada, onde constitui uma maioria mais ou menos substancial, como em todos os estados do continente da Europa Ocidental.”

Do ano 1871 até ano 1920

O ano de 1871 ficou célebre pelos diversos acontecimentos, nomeadamente o fim da Guerra Franco-Prussiana, Proclamação do Império Alemão, Terceira República Francesa e dá-se a Comuna de Paris. Após os acontecimentos da Comuna de Paris, que marcaram fortemente a história do sindicalismo:

“os acontecimentos trágicos da comuna marcaram uma nova época na história do sindicalismo. (...) a 14 de Março de 1872, a Assembleia Nacional francesa votou uma lei que castigava filiação na Internacional com penas variadas” (Madureira, 1977, p.46)

Não obstante, a Comuna contribuiu para a instituição de novas formas de pensamento:

“A repressão da comuna também contribuiu para um certo receio em defender ideias socialistas. (...) Foi durante a segunda metade do século XIX e Nos primeiros anos do século XX que se formaram as grandes ideologias modernas: socialismo, comunismo, nacionalismo, conservadorismo, imperialismo e fascismo.” (Madureira, 1977, p.46)

A primeira Guerra Mundial ocorre entre 1914 e 1918, localizada na Europa. Foi um período que afetou os povos deste continente de forma muito hostil e severa. Esta guerra envolveu as potências de todo o mundo, dividindo-o em duas fações, os Aliados e o Império Alemão. Este foi um período que ficou marcado fortemente na história da humanidade, pelas suas consequências sociais, económicas e laborais.

Com o eclodir da primeira Guerra Mundial, a França foi um dos países mais afetados em mortes e despesas, colocando em risco o acompanhamento da mesma em relação às outras potências. Um dos principais marcos da história sindical, deu-se com a Comuna de Paris, pelo que Johnstone (1971, p.447) argumenta que:

“A Comuna de Paris ocupa uma posição central no pensamento político de Karl Marx. Já no seu primeiro esboço do seu Discurso sobre a Guerra Civil em França, iniciado em meados de abril de 1871, descreveu-o como “o início da revolução social do século XIX” que, sempre que o seu destino em Paris, “faria da le tour du monde., Representava para ele a primeira experiência da classe trabalhadora que detém o poder político, embora extremamente brevemente e em circunstâncias excecionais em uma cidade.”

Terá sido nesta nova fase do sindicalismo nomeadamente durante a III República Francesa (1871-1879) que:

“o movimento operário renasce timidamente. Realizam-se dois congressos (Paris, em 1876, e Lião, em 1878) onde se debatem ideias mutualistas, corporativistas e reformistas; são congressos onde só participam operários, mas os seus delegados, que os organizaram, são nomes desconhecidos.” (Madureira, 1977, p.54)

Madureira (1977, p.55) afirma que em França, após a III República:

“em 1884 será reconhecido direito a criação de sindicatos: o sindicalismo deixa de ser ilegal.”

Para Madureira (1977, p.56), depois de toda a transformação, foi no final do século XIX, que:

“Em 1895, no Congresso de Limoges, será criada a Confederação Geral do Trabalho (C.G.T.) e desde a criação desta central sindical até 1914 assistir-se-á à luta das tendências. Esta luta é muito anterior ao aparecimento da C.G.T.: aos socialistas seguem-se os anarquistas.”

No início do século XX, o Congresso de Amiens, marca um novo ciclo no sindicalismo:

“Em 1906, no Congresso de Amiens, os elementos guesdistas do Têxtil propõe um acordo com o Partido Socialista, que acaba de se unificar. A resposta é negativa. Reformistas e revolucionários

concordam em eliminar a política dos sindicatos, torná-los independentes aos partidos políticos. A C.G.T., que adota esta posição, conseguirá ter relativo êxito na defesa da autonomia do movimento sindical até a Primeira Guerra Mundial.” (Madureira, 1977, p.56)

Do Congresso da CGT realizado em Amiens, surgem algumas iniciativas, pelo que Berthier (2021, p.1) explica que:

“A votação da famosa “Carta de Amiens” por uma esmagadora maioria de delegados - 834 votos a favor, 8 contra e 1 branco - revela por si só a extensão das concessões que tiveram de ser feitas aos reformistas: os anarquistas também votaram a favor. (...) A Carta de Amiens deve, pois, ser considerada pelo que é, um texto de compromisso, um mal menor, de forma alguma um manifesto sindicalista revolucionário. Pelo contrário, é um sintoma do recuo do sindicalismo revolucionário. (...). Ao contrário, marca o início do declínio desse movimento.”

A Carta de Amiens assenta no seguinte princípio:

“O movimento sindical realizará a revolução pela greve geral; não deixará que seja um partido político a fazê-lo. (...) Daí que seja necessária uma declaração dos direitos e dos deveres dos trabalhadores, que é a Carta de Amiens.” (Madureira, 1977, p.56)

É relevante, esclarecer que:

“A Carta de Amiens afirma, portanto, o primado dos sindicatos sobre os partidos e seitas. A organização quer ser Autônoma e esta autonomia vai afirmar-se também relativamente ao Estado, no Congresso de Marselha, em 1908.” (Madureira, 1977, p.57)

Ainda na Europa, e futuramente na outra facção face à Primeira Guerra Mundial, nomeadamente na Alemanha:

“O sindicalismo alemão nasceu entre 1830 e 1870, mas a fragmentação política da Alemanha atrasou a sua evolução.” (Madureira, 1977, p.58)

O Sindicalismo nasce na Alemanha antes do Império Alemão, que compreende os anos de 1871 a 1918, numa altura em que se adotou uma política de livre circulação de mercadorias a 1830. Os movimentos operários Alemães, tomam ação mas palavras de Madureira (1977, p.58) que:

“a classe operária grupo de preferência nas Sociedades de Educação Operária, preconizadas por Schultze-Delitsch, hostis a toda a intervenção do Estado. (...) sob a influência de Lassale, cria-se a Associação Geral Operária, cuja finalidade é criar cooperativas de produção apoiadas pelo Estado. Quando Lassale morre, em 1864, a associação conta 5000 membros.”

Apenas no fim do século XIX, se constituem novos tipos de sindicatos, nomeadamente as organizações ligadas à religião:

“A partir de 1894 constituem-se sindicatos católicos e para o fim do século XIX generaliza-se a prática das convenções coletivas. A organização sindical adquire força financeira; constroem-se ou adquirem-se magníficos prédios e abrandam-se o ardor combativo. O Partido social-democrata absorve muitas das funções que deveriam caber aos sindicatos.” (Madureira, 1977, p.58)

Nos Estados Unidos da América, deve-se em grande parte ao seu crescimento económico:

“Em 1865 chega ao fim a Guerra de Secessão (1861-1865), em que os capitalistas industriais do Norte venceram os capitalistas agrários do Sul, e o que se viu a partir disso foi uma modernização da estrutura económica norte-americana, que levou os Estados Unidos a ultrapassarem economicamente as nações europeias no início do século XX. De 1898 a 1917 corresponde ao período em que os Estados Unidos substituem as potências europeias na América Latina, nessa etapa ampliam seu poderio militar e financeiro na região.” (Silva, 2014, p.1)

No outro lado do atlântico, particularmente no continente americano:

“Nos Estados Unidos, o sindicalismo organiza-se sob a influência trade-unionista. Em 1860, um antigo pastor que passara a ser operário alfaiate funda em Filadélfia uma sociedade secreta destinada a melhorar a situação dos trabalhadores. (...) deixa de ser secreta em 1878 (...) atinge grande prestígio, mas acaba por decair por volta de 1892.” (Madureira, 1977, p.59)

Perto do fim do século XIX, nos Estados Unidos da América, em:

“1886 cria-se a Federação Americana do Trabalho (“American Federation of Labor”), agrupando as diversas Uniões operárias organizadas para profissões. Começa com cem mil aderentes, mas em 1914 tem mais de um milhão. (...) As lutas assumem por vezes rara violência quando os patrões decidem recorrer a fura-greves.” (Madureira, 1977, p.59)

No início do novo século, nos Estados Unidos da América:

“Em 1905 apareceu uma outra associação: os “Trabalhadores Industriais do Mundo” (“Industrial Workers of the World”) menos numerosos (cerca de 50000) são a princípio socialistas, mas revelam, pouco a pouco, para o anarquismo que influencia a C.G.T. francesa de então. Os seus membros recrutam se principalmente entre imigrantes italianos e espanhóis.” (Madureira, 1977, p.60)

Com a nova presidência de Woodrow Wilson (28º Presidente dos Estados Unidos) a iniciar:

“em 1912, Wilson entra para a Casa Branca, aceitando a defesa do programa reivindicativo da Federação, pelo que faz publicar o “Clayton-Act” esta lei reconhece que “o trabalho de um ser humano não é uma mercadoria nem um artigo de comércio...”.” (Madureira, 1977, p.59)

No continente asiático, nomeadamente na Rússia, onde a 1917 se dá a Revolução Russa que derruba o Império Russo ou Czarista, e leva ao Governo um partido político pela primeira vez, o sindicalismo teve um impacto:

“antes de 1917, o sindicalismo, que aparece em fins do século XIX, deslize rapidamente para a acção política. são as greves de S. Petersburgo e de Moscovo que marcam a revolução de 1905.”
(Madureira, 1977, p.67)

E na Rússia, após o período Imperial, que os sindicatos renovam a sua atitude, pois:

“O Czarismo vê nos sindicatos perigosos focos revolucionários, mas Lenine não acredita não há acção revolucionária dos sindicatos enquanto estes ficarem entregues a de si próprios, confinados a um estreito “corporativismo”.” (Madureira, 1977, p.67)

Na verdade, foi com Lenine à frente da Rússia, que os sindicatos obtiveram mais que nunca um papel relevante na vida política deste país, já que segundo Madureira (1977, p.67), Lenine:

“considera que os sindicatos servem mais para agitação ou anticapitalista do edificar a sociedade socialista. A partir de 1918 várias correntes aparecem entre os dirigentes bolchevistas.”

A *Noyana Ekonomisceskaya Politika* (NEP) consiste numa nova política económica, seguida pela União Soviética, onde:

“o poder dos sindicatos decresce. deixam de ter um papel dirigente nas empresas e só poderão utilizar a greve como último recurso, depois que a greve é nociva aos interesses gerais do país e da classe operária.” (Madureira, 1977, p.68)

Do ano 1921 até ao presente

O Ano de 1921 na Rússia, ficou marcado como a “*Fome Pvolzhye*” (Fome Russa de 1921), até 1922 em que ocorre um período de grande carência alimentar que estima ter matado cerca de 5 milhões de pessoas. Neste contexto:

“A necessidade de construir o socialismo na União Soviética em condições de extrema dificuldade e o retratar da crise que estrófica desmobilizaram o movimento operário. Não foi possível impedir o aparecimento e a disseminação do fascismo, nem se conseguiu evitar a proliferação das teses revisionistas. A história poderia ter sido outra se a Grã-Bretanha, a Alemanha e os Estados Unidos tivessem sido os primeiros grandes países socialistas. mas dificilmente se poderia fechar que numa Rússia atrasada e sem base industrial socialismo se traduzisse a curto prazo uma economia de abundância.” (Madureira, 1977, p.70)

Em 1921, na Itália, fica na história com o início do período fascista, com o nascimento do Partido Nacional Fascista fundado por Benito Mussolini, o qual viria a ser 40º primeiro-ministro italiano entre 1922 e 1943:

“O fascismo entende que se deve pôr fim à luta de classes. Para isso por ponto de ser pele para um homem forte, para um ditador, que restabelece a finalmente a ordem social com continuamente para turbado aquelas querelas do capital de trabalho.” (Madureira, 1977, p.70)

A segunda Guerra Mundial foi o segundo conflito militar vivido à escala mundial, que teve o seu início em 1939 e terminou em 1945, no qual foram envolvidos os principais países do mundo. Após este conflito, o sindicalismo volta a retomar parte da sua força:

“Depois da segunda guerra mundial com a derrota do fascismo e a criação dos novos Estados socialistas, o movimento operário será muito reforçado, sem, no entanto, ter conseguido a vitória no derrube do capitalismo. (...) nessa conjuntura conseguiu-se construir a Federação Sindical Mundial (FSM), onde, pela primeira vez, os sindicatos da U.R.S.S. se uniram aos da Europa capitalista, Estados Unidos, América Latina e Oriente.” (Madureira, 1977, p.70)

Tal como Madureira (1977, p.70) afirma a Grande Guerra termina e logo após a morte de alguns dos dirigentes europeus, nomeadamente Hitler e Mussolini que a incentivaram:

“Estava-se então em outubro de 1945. (...) entrar-se ia num ambiente de guerra fria e aproveitando as divergências surgidas no seio do FSM relativamente ao Plano Marshall, os dirigentes dos sindicatos norte-americanos dividiam aquela organização, provocando em 1949 o abandono das “Trade Unions” inglesas, do Congresso de Sindicatos da Indústria dos Estados Unidos e as Federações Sindicais da Bélgica, Holanda e outros países, chegando mais tarde a criar-se um centro paralelo: a Confederação Internacional de Sindicatos Livres (SISL).”

Na verdade, o direito do trabalho, em França, considerou segundo Madureira (1977, p.81):

“cuidado de proteção às crianças, em seguida ao inquérito do Dr. Villerme, denunciando em 1840 o escândalo da exploração do trabalho infantil, a lei francesa de 22 de março de 1841 proíbe o trabalho de crianças com menos de 8 anos de idade nas empresas industriais, idade mínima que passará mais tarde para 12, 13 e 14 anos, sendo hoje (desde 1959) de 16 anos.”

Não obstante, já a proteção do trabalho feminino, particularmente:

“A Proteção legal do trabalho feminino teve de aguardar em França o ano de 1874. Mas só a partir de 1946 se passou a garantir à mulher, em todos os domínios, direitos iguais aos do homem.” (Madureira, 1977, p.81)

As primeiras convenções do trabalho começam de facto em França:

“a partir de 1936 em França que se faz da Convenção coletiva o modo normal de determinação das condições de trabalho. No mesmo ano, o trabalho semanal é limitado às 40 horas e o trabalhador passa a ter direito a férias pagas.” (Madureira, 1977, p.81)

Algumas das principais organizações sindicais incluem: a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) que é a principal organização sindical europeia, a União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores da

Alimentação, Agricultura, Hotelaria, Restauração, Tabaco e Afins (UITA) que é uma organização sindical internacional que representa trabalhadores em vários setores em todo o mundo, a Confederação Sindical Internacional (CSI) que é a principal organização sindical internacional que representa os interesses dos trabalhadores em todo o mundo e a Federação Sindical Mundial (FSM) que é uma organização sindical internacional que representa os interesses dos trabalhadores em todo o mundo, esta última colabora com outras instituições nomeadamente a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Estas organizações sindicais têm um papel fundamental na defesa dos direitos dos trabalhadores, na promoção da justiça social e na luta contra a exploração e a opressão dos trabalhadores em todo o mundo. Além disso, trabalham para melhorar as condições de trabalho e vida dos trabalhadores, promover a negociação coletiva, a proteção social e a igualdade de género.

1.4. Dimensão Histórica das Associações de Natureza Sindical a nível nacional

Em Portugal, os primeiros sinais do movimento sindical surgem com Mouzinho da Silveira em 1824, que foi mais tarde promotor do Centro Promotor dos Melhoramentos Laborais e da Associação dos Tipógrafos Lisbonenses.

“As primeiras associações operárias de socorros mútuos ou de ensino popular foram constituídas, em Portugal, após a revolução liberal de 1820 e a abolição das corporações das artes e ofícios em 1834. A mais importante destas associações, o Centro Promotor do Melhoramento da Classe Laboriosa, foi criada em Lisboa, em 1853.” (UGT, 2022b, p.1)

A deslocação das forças de trabalho deve-se à evolução geral do trabalho:

“Como a evolução demográfica é, em grande parte, idêntica, seja qual for a natureza do emprego, deve concluir-se que esta variação é o resultado de um deslocamento geral das forças de trabalho da agricultura para os outros setores de atividade, em particular para a indústria.” (Krier, 1960, p.16)

Mouzinho da Silveira é uma figura do Liberalismo Português, foi juiz e Ministro da Fazenda no Governo de Regência, tendo sido responsável por legislar algumas das modificações Liberais mais profundas, como:

“a inviolabilidade da propriedade privada, a liberdade pessoal, e a libertação da terra das sujeições senhoriais – organização da Fazenda, a organização administrativa do território e a organização judicial” (Sá, 1984, p.206)

O Centro Promotor dos Melhoramentos Laborais funcionou:

“como o grande pilar do movimento operário português, estando completamente integrado na sociedade liberal.” (Lázaro, 2019, p.1)

A Associação dos Tipógrafos Lisbonenses foi criada com o objetivo de unir e defender os interesses dos trabalhadores, foi assim uma das primeiras organizações sindicais em Portugal. As organizações começaram a imergir na década de 1870, a par da tendência internacional. Em 1879, foi criada a Voz do Operário, em 1891 regularizou-se a atividade sindical com o aparecimento das primeiras federações sindicais e de contratos coletivos. Durante o ano 1911, consagrou-se o direito à associação. No entanto a CGD (Confederação Geral do Trabalho) foi dissolvida em 1926, a par da proibição à greve decretado pelo Regime Fascista, que através do Estatuto do Trabalho Nacional o qual limitou a ação e participação em atividades de caráter liberal, segundo o artigo 1º do Decreto-lei nº 23:048 de 23 de setembro de 1933 a:

“Nação Portuguesa constitui uma unidade moral, política e económica, cujos fins e interesses dominam os dos indivíduos e grupos que a compõem”. (PC, 1933, p.1655)

Segundo Rodrigues (2012, p.166), dada a preocupação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), face a práticas laborais menos corretas, definem que:

“exceções aceitáveis o serviço militar obrigatório, o trabalho nas prisões, em determinadas condições e certas obrigações cívicas menores, a convenção impunha a supressão das práticas de trabalho forçado ou obrigatório, sob qualquer forma, como forma de limitar a exploração por parte das potências europeias das “populações indígenas” de África e da Ásia.”

Salazar, promotor do Estado Novo em Portugal, foi Presidente do Conselho de Ministros, e esteve no poder de 1933 a 1970, durante a sua presidência:

“Salazar tentou apagar o passado colectivo dos trabalhadores, construindo um novo modelo de sindicatos: os sindicatos nacionais. A legislação laboral salazarista de 1933 cria uma arquitectura sindical de carácter nacionalista, eliminando o sindicalismo livre de forma pensada e aplicada, com recurso à opressão e à repressão.” (Lopes, 2010, p.8)

Rodrigues (2012, p.169) acrescenta ao contexto mundial, a realidade portuguesa, referente a temas da organização internacional do trabalho com duas convenções, pois:

“Ao contrário do que sucede em todos os outros grandes temas da OIT, Portugal ratifica, durante o Estado Novo, todas as convenções adoptadas sobre trabalho forçado: a convenção n.º 29, com uma dilação de 26 anos face à sua adopção – é de 1930 e apenas é ratificada em 1956; a convenção n.º 105 de imediato, uma vez que data de 1957 e é ratificada em 1959.”

Fundado a 1921 com ideologia marxista-lenista, o Partido Comunista Português, é o responsável pela:

“descida à rua do proletariado nas greves dos anos 40 fez a classe operária subir ao palco da sociedade, permitindo ao partido encontrar-se com quem estava disposto a lutar.” (Neves, 2008, p.91)

Portugal era, nesta altura governado por um regime político ditatorial, mas, mesmo assim:

“Em Abril de 1943, antes ainda das greves do Verão, o PCP depositara confiança na “sua” classe, afirmando que “hoje são todas as forças progressistas que têm os olhos voltados para a classe

operária”. Fazendo valer a memória dos operários de Chicago, o Avante! Prometia um I.º de Maio com “jornadas de luta em todo o país!” e, após as greves dos meses de Verão, o jornal radicalizara o apelo à luta.” (Neves, 2008, pp.91 e 92)

Segundo Patriarca (1991, p.23), o regime ditatorial vivido à altura:

“criou os sindicatos nacionais, o Decreto-Lei n.º 23 050 (...) não se limitara a estabelecer um certo número de regras organizativas, nem a enunciar, genericamente, os fins a que os sindicatos licitamente poderiam aspirar, ou ainda os limites a que a sua acção deveria obedecer.”

De acordo com o Decreto-Lei nº 23050, de 23 de setembro de 1933 (Patriarca, 1991, p.24):

“os trabalhadores do comércio e da indústria devem organizar-se em «sindicatos nacionais» Estes têm por base a profissão e por âmbito o distrito. Dentro de cada área geográfica só é reconhecido um sindicato por profissão. A ele é atribuído o monopólio da representação profissional e esta abrange a globalidade da categoria.”

Começa em 1961 e termina em 1974, a Guerra Colonial Portuguesa, travada entre Portugal e as suas antigas colónias, Guiné-Bissau e Moçambique, trouxe ao território português, uma mudança do paradigma laboral, nomeadamente com:

“o desenvolvimento industrial do pós-guerra, a emigração, a mobilização de um grande número de jovens para o exército colonial e a entrada maciça das mulheres para o mercado de trabalho, criaram condições socioeconómicas favoráveis à reconstituição de formas novas e democráticas de organização e actividade sindicais.” (UGT, 2022a, p.1)

O 25 de abril de 1974, garantiu uma nova vida ao sindicalismo em Portugal, com o Movimento das Forças Armadas (MFA), a liberdade sindical e retorno do direito à greve. Com o nascimento das associações de natureza sindical como a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional (CGTP-IN) de caráter comunista e a União Geral de Trabalhadores (UGT) com perfil socialista.

Vários autores referem no Dossier do Sindicalismo Português que:

“tende a deixar de ser predominantemente de base operária, à medida que as sociedades se terciarizam, e esta é uma tendência que se verifica também em Portugal.” (Estanque e Ferreira, 2002, p.152)

Uma das maiores greves em Portugal deu-se antes do Estado Novo, e foi a:

“que mais prejuízos causa à população de Lisboa foi a dos empregados dos carros elétricos. Enérgicos protestos, por parte dos lisboetas, traduziram-se em assaltos a alguns carros.” (Ferrão, 1976, p.69)

Antes do período ditatorial em Portugal, a 28 de maio de 1926 deu-se o Golpe de Estado que resultou na queda da Primeira República Portuguesa, nesta data:

“Em 28 de Maio de 1926, o movimento militar, iniciada em Braga pelo general Gomes da Costa, derrubou o regime republicano implantado dezasseis anos antes pelo povo de Lisboa. A vitória daquele movimento conduziu à ditadura militar imposta ao País durante quase meio século (1926 – 1974).” (Ferrão, 1976, p.170)

Os direitos humanos, assim como os direitos do trabalho tornam-se peças importantes no trabalho da OIT (Organização Internacional do Trabalho), princípio que têm vindo a evoluir em todo o mundo. Rodrigues (2012, p.166) explica:

“quatro categorias de princípios ou de direitos: a proibição do trabalho forçado, a eliminação da discriminação no trabalho (que se subdivide em 3 subcategorias: promoção da igualdade, protecção dos migrantes e protecção dos povos indígenas e tribais), a liberdade de associação e o direito à negociação colectiva e a proibição do trabalho infantil, temas que se viriam a incluir na noção de “trabalho digno” que a OIT desenvolveu no final do século passado e que constituem o núcleo dos direitos fundamentais..”

No entanto, em Portugal após a morte de António de Oliveira Salazar, o seu sucessor Marcelo Caetano defende que relativamente aos direitos do homem, estes são importantes desde que:

“As declarações de direitos do homem, que no século XVIII continham as faculdades necessárias para dotar o indivíduo de autonomia de acção em face do Estado, passaram nos dias a incluir sobretudo direitos sociais que permitam a cada um obter do Estado prestações de amparo, de assistência, de previdência, de educação, de habitação e de trabalho.” (Caetano, 1971, p.XXXII)

No discurso proferido na sessão de encerramento do 2.º Plenário das Comissões Locais da Acção Nacional Popular do Distrito de Setúbal em 20 de junho de 1971:

“O Socialismo está na moda em certos sectores do pensamento e do ensino. Socialismo que, na prática, inevitavelmente resvalaria para o comunismo autoritário, já que o anarquismo é mera utopia sem outro efeito que não seja o terrorismo com que os libertários se propõem destruir as estruturas sociais existentes.” (Caetano, 1971, p.176)

A dada altura os governos tiveram de começar a tomar posições sociais, pois:

“Bloqueado o corporativismo pelo centralismo burocrático, enfraquecidas as liberdades indispensáveis a uma verdadeira participação política, o Estado obrigou-se a verdadeira tarefa de Sísifo, ao querer viajar e defender uma sociedade cujas minorias representativas foram deixando, paulatinamente, de se defender e viajar a si próprios.” (Henrique e Melo, 1980, p.10)

Na atualidade o sindicalismo é visto, e de acordo com as palavras de Costa (2020, p.99):

“Frequentemente considerado “parente pobre” das relações laborais, o sindicalismo é também particularmente visado em situações de crise económica e de emprego como a resultante da COVID-19.” acrescenta ainda que *“os sindicatos precisam de tirar o melhor partido das redes sociais não só para recrutar novos membros, como para comunicar e falar “ao coração” da sociedade..”*

A liberdade sindical é um direito recente no espectro português, está prevista no artigo 55º da Constituição da República Portuguesa (CRP). Deste modo Joinet, Nogueira, Veigas, Crespo, Stötzel, Homem, Silva, Afonso, Cunha, Palma (2010, p.119) afirmam que:

“a liberdade sindical é um direito diretamente aplicável e vinculativo, que só pode ser restringido nos casos expressamente previstos na própria CRP, devendo tais restrições limitar-se ao estritamente necessário e sem pôr em causa o seu conteúdo essencial”.

A Constituição da República Portuguesa, na sua redação atual, refere no n.º 1 do artigo 55º que a Liberdade Sindical (AR, 2005, p.1):

“É reconhecida aos trabalhadores a liberdade sindical, condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses.”

O ano de 1929, fica marcado no sindicalismo português pela:

“ideia da constituição da Federação Nacional dos Trabalhadores de Transportes e Comunicações foi oficialmente lançada em Dezembro de 1929 pela Comissão Central Executiva da Federação Nacional dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais, e incluída na ordem de trabalhos da reunião do seu Conselho Federal, que se efectuou em 15 e 16 de Dezembro do mesmo ano.” (Lopes, 2010, p.326)

Um ano, mas tarde, já em 1930, nasce uma organização que irá fazer frente a outras dada a dimensão que obtém:

“Na sessão de 25 de Fevereiro de 1930, os sindicatos de Lisboa rejeitam o princípio da colaboração de classes. A 6 de Março de 1930 voltam a reunir, desta vez no Sindicato do Arsenal da Marinha, mantendo a mesma linha anticolaboracionista e defendendo a luta de classes. Rejeitado o princípio da colaboração de classes, a sessão posterior, de 6 de Março de 1930, tinha por objectivo eleger uma Comissão Inter-Sindical, cuja tarefa primordial era a regulamentação do horário de trabalho.” (Lopes, 2010, p.364)

A Comissão Inter-Sindical (CIS):

“constitui-se a 6 de Março de 1930, em sessão que prosseguia a reunião celebrada a 25 de Fevereiro do mesmo ano, na sede do Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria de Lisboa. A CIS Lisboa terá em 1932 cerca de 25 000 filiados e virá a ser a força oposicionista dominante, ultrapassando a CGT. Na sessão magna das associações operárias de Lisboa, realizada a 25 de Fevereiro de 1930, fizeram-se representar, a convite deste sindicato, um total de 16 organismos com 32 delegados.” (Lopes, 2010, p.364)

No entanto, Lopes (2010, p.367) complementa que, o panorama muda, em Portugal com o Estado Novo, pois:

“O Estado Novo inicia-se de facto em 1933, prolongando um período negro para o sindicalismo livre, o período de transição do sindicalismo livre para a plena implantação dos sindicatos nacionais, a ditadura militar imposta a 28 de Maio de 1926.”

A autora, Maria Lopes, conclui que, em Portugal:

“sindicalismo livre desaparece com a plena institucionalização do Estado Novo mas a organização comunista na clandestinidade, sob organizar-se de forma a continuar e manter uma luta desigual contra o regime salazarista, elegendo a frente sindical como uma das mais importantes e que assegurou uma ligação maior aos trabalhadores.” (Lopes, 2010, p.373)

Atualmente, Portugal é o exemplo de múltiplas ações e alterações no que diz respeito à temática laboral, ao seja o trabalho, nomeadamente:

“A nível das leis laborais serve de exemplo a introdução no Código do Trabalho Português da caducidade automática das convenções de trabalho ao fim de um determinado número de anos, disposição que teve a oposição da generalidade dos sindicatos portugueses” (Rosa, 2013, p.133)

Anteriormente à Implantação da República em Portugal, surgem alguns movimentos de cariz sindical, nomeadamente um jornal:

“O Eco dos Operários surge em 1850 como primeiro jornal socialista, divulgando e comentando os problemas sociais decorrentes da revolução de 1848, Os seus fundadores foram Lopes de Mendonça e Sousa Brandão. (...) antes do aparecimento do primeiro jornal socialista tinham surgido ideias socialistas com a extinção da Casa dos Vinte e Quatro, em 1834, e a criação das primeiras associações operárias, em 1838.” (Madureira, 1977, p.88)

Pouco tempo depois, criam-se duas organizações com o objetivo de defender as classes trabalhistas e em 1872 realizam-se as primeiras greves em Lisboa:

“Prega-se a harmonia entre as classes. Surgem, em 1850, em Lisboa, a Associação dos Operários e, em 1852, organizam-se o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. A ideologia deste centro era uma desordenada mistura das doutrinas então em voga de Saint-Simon, Fourier, Cabet, Luis Blanc e Proudhon. O ano de 1872, com as suas primeiras greves modernas marca uma nítida ruptura com o período anterior. Segundo Fernando Emídio da Silva, em o Operariado Português e a Questão Social (1905), a primeira greve declarada em Portugal foi, em 1872, a dos trabalhadores das fábricas de fundição de ferro, serralharias e artes correlativas, então existentes em Lisboa, de que era director o Conde de Burnay.” (Madureira, 1977, p.89)

Os últimos 25 anos do século XIX em Portugal, ficam assinalados por avanços essenciais no sindicalismo, com a criação de partidos, associações e o decreto-lei que consagra a liberdade sindical:

“Com a fundação do Partido Socialista (P.S.), em 10 de Janeiro de 1875, em vez de se assistir ao recrudescimento da propaganda e da acção socialista, verifica-se, pelo contrário que, passados alguns anos, quem cresce são os anarquistas e que o P.S. se reduz a um escasso número de filiados.

Anteriormente à formação do P.S., já se criara, em 1871, a primeira organização socialista portuguesa: a Associação Protectora do Trabalho; no ano seguinte, com estatutos moldados nos da Internacional, apareceram a Associação Fraternidade Operária, refletindo as ideias debatidas nas célebres conferências do Casino. Em 1885, a associação dos ferreiros e artes correlativas, de Lisboa, alheando-se do P.S. e contra vontade deste, promove, em Lisboa, o 1º Congresso das Associações de Classes. Novo congresso que se realizou em 1891, também em Lisboa, e ainda outro se efectuará, no Porto, em 1892, e outro, neste mesmo ano, em Lisboa. O Decreto-Lei de 9 de Maio de 1891 consagrou a Liberdade Sindical.” (Madureira, 1977, pp.90 e 91)

A implantação da República Portuguesa foi a conclusão da revolução organizada pelo Partido Republicano Português, que instaura:

“A República de 1910 representa a fase final do progresso de demolição da estrutura política e jurídica feudal iniciado em 1820.” (Madureira, 1977, p.97)

Através do início de uma nova etapa política em Portugal, as questões laborais começam a levantar-se no espectro público:

“Com o advento da República, coincidiu um alastramento dos conflitos de trabalho e da agitação social que refletiam o mal-estar económico das classes trabalhadoras.” (Madureira, 1977, p.98)

Este novo tempo fica célebre com o decorrer de inúmeras greves:

“No período que vai de 5 de Outubro de 1910 a 31 de Dezembro de 1910, desencadearam-se 61 greves, enquanto no ano de 1911, ocorrerão 81 greves, 49 das quais de trabalhos rurais. No entanto, nos vinte anos que vão de 1890 a 1910, verificam-se 143 greves, isto é, tantas como as verificadas em menos de dois anos no período que se segue à implantação da República.” (Madureira, 1977, p.99)

O fervor do movimento sindical, dá-se com tal intensidade que:

“Enquanto em 1910, segundo um inquérito oficial, havia em Portugal 119 sindicatos, na Primavera em 1911 esse número passou para 356.” (Madureira, 1977, p.100)

Com a Grande Guerra a despontar na Europa, Portugal:

“Em 1914, o Congresso Sindicalista de Tomar teve a coragem de se manifestar contra a intervenção de Portugal na guerra.” (Madureira, 1977, p.100)

No fim da Primeira Guerra Mundial, houve a necessidade de investir em sindicatos, pois:

“Em Setembro de 1919, havia-se já reconhecido a tendência para a criação de sindicatos únicos da indústria e das respectivas federações nacionais. Este novo conceito de organização determinou que se abandonasse a União Operária Nacional para se criar a Confederação Geral dos Trabalhadores (C.G.T.).” (Madureira, 1977, p.101)

A Confederação Geral do Trabalho é criada no:

“Congresso Nacional Sindical, reunido em Coimbra, em Setembro de 1919, aprovou a criação da Organização Confederal – C.G.T. (...) Nesse mesmo ano de 1919, o movimento operário viu satisfeita a sua reivindicação tradicional: a jornada de 8 horas.” (Madureira, 1977, p.101)

No setor primário, os movimentos sindicais tardam a manifestar-se, visto que:

“A formação de associações entre os trabalhadores do campo intensificou-se no Alto Alentejo, no período 1910-1914. Os camponeses até à implantação da República em Portugal, em 5 de Outubro de 1910, viviam em extrema pobreza, subjugados pelos latifundiários e mergulhados na mais profunda ignorância.” (Madureira, 1977, p.102)

O Golpe de Estado de 28 de maio de 1926, marca Portugal com a queda da Primeira República Portuguesa, organizado por militares e civis antiliberais, que instauram posteriormente a Ditadura Militar:

“É certo que o 28 de Maio tem raízes mais profundas. Os ataques à I República por parte dos monárquicos e de outros sectores de direita, começaram muito cedo. Por três vezes, em 1911, 1912 e 1919, houve guerra civil por eles provocada. E a direita organizava se, enquanto os partidos democráticos não conseguiram entender-se e se desgastavam rivalidades não só entre si como internas.” (Madureira, 1977, p.104)

O Partido dos Operários é:

“Fundado em Março de 1921 com o objetivo supremo da construção do socialismo e do comunismo em Portugal, o Partido Comunista Português (P.C.P.), partido do proletariado e a sua vanguarda, é forçado à clandestinidade desde o golpe militar de 28 de Maio em 1926, de que só sairá após o derrubamento do fascismo em 25 de Abril de 1974.” (Madureira, 1977, p.107)

O empenho e desenvolvimento das iniciativas sindicais efetuado até então, extravaiava-se:

“O esforço sindical realizado durante a I República, com o aparecimento do chamado Estado Novo perde-se por um longo período. O ataque aos sindicatos até 1933 é conduzido por meios mais ou menos subtis. Mas a grande machadada no sistema sindical português é dada 23 de Setembro de 1933, em que a saída de 6 decretos veio completar a Constituição plebiscitada de 11 de abril do mesmo ano. Um desses diplomas, o Decreto-Lei n.º 23 049, de 23 de Setembro de 1933” (Madureira, 1977, p.108)

Com a mudança da estrutura política e governativa, que conduz à mudança da CRP:

“A liberdade sindical que estava consagrada, como já se viu, desde 1891, e foi reafirmada em 27 de Dezembro de 1927, na Presidência de Teixeira Gomes, levou uma grande machada, em 23 de Setembro de 1933, com a saída de seis decretos que foram o chamado Estatuto Nacional do Trabalho. Posteriormente, o Decreto de 15 de Agosto de 1939 insistiu o Conselho Corporativo, tendo os decretos de 27 de Novembro de 1934 e de 12 de Novembro de 1938 criando a Câmara Corporativa e as Corporações.” (Madureira, 1977, p.109)

Durante o regime Salazarista, que vigorou durante 41 anos consecutivos:

“Os sindicatos nacionais regem-se desde 23 de Setembro de 1933 pelo Decreto-Lei n.º 23 050 que controla o movimento sindical. Em 1936, em 1942 e 1943 novos decretos vieram reforçar o controlo pelo Estado. Finalmente, em 14 de Junho de 1969, pelo Decreto-Lei n.º 49 059, há uma certa abertura, para se regressar a formas repressivas com o Decreto-Lei n.º 502/70, de 26 de Outubro de 1970.” (Madureira, 1977, p.110)

Até a Revolução dos Cravos, os sindicatos eram muito limitados, uma vez que:

“A maior parte dos sindicatos portugueses até 25 de Abril de 1974 eram simples organismos burocráticos que se limitavam a receber as quotas obrigatoriamente pagas, entregues pela entidade patronal, e a colaborarem na elaboração dos contratos colectivos onde por vezes se reduziam a uma acção de presença.” (Madureira, 1977, p.110)

Com o auxílio do recém-fundado Partido Comunista Português (PCP):

“a partir de 1937 e sobretudo a partir de 1940, o Partido Comunista Português resolveu fazer dos Sindicatos Nacionais importante campo de batalha dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses,” (Madureira, 1977, p.110)

A seis anos do fim do regime político ditatorial:

“A partir de 1968, na base dos próprios sindicatos nacionais, desenvolve-se um verdadeiro movimento sindical, dinâmico e combativo, que se bate corajosamente, ano após ano, tanto em defesa dos interesses económicos e sociais como pelos direitos sindicais dos trabalhadores.” (Madureira, 1977, p.112)

A crise política, social e laboral criada pelo Estado Novo, muito mudou no sindicalismo devido:

“A crise de poder que a partir desta data se desencadeia resultou, em grande parte, das contradições desenvolvidas pela guerra colonial, contradições em que estão implicadas de modo mais direto duas forças ou corpos sociais: as Forças Armadas e a fracção “tecnocratizante” da burguesia.” (Madureira, 1977, p.198)

Com o fim do Estado Novo, surge novamente a República em Portugal. Inicialmente com a Junta de Salvação Nacional presidida por António Spínola de 25 de abril de 1974 a 15 de maio de 1974. Durante alguns anos, o país foi governado por uma série de Governos Provisórios, que integram a Terceira República Portuguesa. O IV Governo Provisório de Portugal chefiado por Vasco Gonçalves foi o responsável pela emissão do Decreto-lei n.º 215-A/75, de 30 de abril, que:

“reconhece-se a Internacional Nacional como a confederação geral dos sindicatos portugueses, bem como toda a sua estrutura de âmbito regional, distrital e local.” (Madureira, 1977, p.202)

Esta peça de legislação, o Decreto-lei n.º 215-A/75, de 30 de abril, reconhece a Intersindical Nacional como a confederação geral dos sindicatos portugueses, de acordo com o artigo 1º:

“Para todos os efeitos legais, nomeadamente aquisição de personalidade jurídica, é reconhecida a Intersindical Nacional como a confederação geral dos sindicatos portugueses, bem como toda a sua estrutura de âmbito regional, distrital e local, tendo como órgão deliberativo máximo o plenário ou congresso dos sindicatos nela filiados e como órgão executivo central o Secretariado Nacional.” (CR, 1975, p.1)

A Lei n.º 65/77, de 16 de agosto (AR, 1977, p.2061) aprova o direito à greve, de acordo com o artigo 1.º:

- 1.A greve constitui, nos termos da Constituição, um direito dos trabalhadores.*
- 2.Compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve.*
- 3.O direito à greve é irrenunciável.”*

O Decreto-Lei n.º 492/70, de 22 de outubro, emana alterações ao Decreto-lei n.º 49212, que visa regularizar as convenções de trabalho, na sua elaboração e publicação, pois:

“A tradição sindical portuguesa é uma tradição unitária. A história recente da organização sindical começa com a fundação da Intersindical Nacional, organização sindical portuguesa unitária e independente. O Nascimento da Intersindical é o resultado da publicação do decreto-lei n.º 492/70” (Madureira, 1977, p.221)

Neste seguimento o Decreto-lei n.º 492/70, 22 de outubro diz que:

“veio estabelecer em bases marcadamente inovadoras o regime jurídico das relações colectivas de trabalho, vinculando as partes à negociação e instituindo a possibilidade de recurso à arbitragem para pôr termo às situações caracterizáveis como litigiosas.” (MCPS, 1970, p.1)

Apesar de toda a evolução no espectro sindical em Portugal, o Ministério das Corporações e Previdência Social emite o Decreto-lei n.º 502/70, de 26 de outubro:

“que permite ao governo de suspender direcções sindicais e encerrar sindicatos” (Madureira, 1977, p.221)

Já segundo o artigo 1.º do Decreto-lei n.º 502/70, de 26 de outubro:

“1. À fiscalização dos actos dos membros dos corpos gerentes dos grémios constituídos nos termos do Decreto-Lei n.º 24715, de 3 de Dezembro de 1934, e do Decreto-Lei n.º 31970, de 13 de Abril de 1942, é aplicável, com as adaptações convenientes, o disposto no artigo 21.º e seus parágrafos do Decreto-Lei n.º 23050, de 23 de Setembro de 1933, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49058, de 14 de Junho de 1969.” (MCPS, 1970, p.1)

Apenas dois anos após o levantamento do regime, em Portugal:

“Em 1976 existem no País, Continente e Ilhas, 344 sindicatos, dos quais 198 estão filiados na INTERSINDICAL; no continente existem 307 sindicatos, abrangendo cerca de 2 milhões de trabalhadores, representamos os sindicatos filiados na INTERSINDICAL cerca de 80% do total dos trabalhadores como filiação sindical.” (Madureira, 1977, p.222)

Em paralelo, no mesmo ano começa-se a desenhar a Carta Aberta de Portugal no movimento sindical:

“A “Carta Aberta” é um documento dirigido aos trabalhadores portugueses, às direcções sindicais e ao secretariado da Intersindical, apelando para a unidade do movimento sindical, propondo a realização do Congresso de todos os sindicatos para a unidade, envolvendo todos os sindicatos e representando todos os trabalhadores, Congresso que deveria ser preparado a partir dos locais de trabalho e deveria ter uma expressão pluralista.” (Madureira, 1977, p.222)

Dois anos após a Intersindical ter sido ativa, realiza-se uma reestruturação:

“No Congresso de todos os sindicatos, realizado de 27 a 30 de Janeiro de 1977, procedeu-se à reestruturação da Intersindical, cuidando se particularmente das estruturas sindicais regionais, isto é, das Uniãoes Distritais e Locais de Sindicatos. A atividade das uniões deve subordinar-se aos princípios da unidade, liberdade, democracia e independência.” (Madureira, 1977, p.224)

De forma a regular o exercício da liberdade sindical, em 1975, o Conselho de Revolução emite o Decreto-Lei n.º 215-B/75 de 30 de abril, onde:

“Um amplo movimento popular de dimensão e luta, culminando nas grandes manifestações de rua, de 14 de Janeiro de 1975, veio em apoiada unidade que ficaria consagrada no Decreto-Lei n.º 215-B/75, de 30 de Abril, designado por lei das associações de natureza sindical, mas que, frequentemente, é referido como “lei da unicidade sindical”.” (Madureira, 1977, p.225)

Em Portugal, existem várias organizações sindicais que representam os interesses dos trabalhadores. Algumas das principais organizações sindicais com grande relevância em Portugal são: a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN) é a maior central sindical em Portugal, a União Geral de Trabalhadores (UGT) que é a segunda maior central sindical em Portugal, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (SINTAP) é um dos maiores sindicatos em Portugal, representando os trabalhadores do setor público, incluindo os trabalhadores das administrações central, regional e local e a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) é um dos maiores sindicatos em Portugal, representando os professores do ensino básico e secundário.

Estas organizações sindicais têm um papel importante na defesa dos direitos dos trabalhadores em Portugal e na promoção da justiça social. Pois trabalham para melhorar as condições de trabalho e vida dos trabalhadores, promover a negociação coletiva e a proteção social, e lutar contra a exploração e a opressão dos trabalhadores.

1.5. Estudo da Evolução das Associações de Natureza Sindical em Portugal

O universo sindical em Portugal é constituído por 720 associações de natureza sindical ativas em Portugal, das quais apenas 67 se encontram relacionadas com educação, ensino e professores. No Quadro 1 – Universo Sindical Português pode verificar-se como se encontram divididas as associações de natureza

sindical por distrito e ainda comparar o universo sindical geral com as associações de natureza sindical que se dedicam à educação, ensino e respetivos profissionais:

Quadro 1 - Universo Sindical Português

Universo Sindical Português	Geral		Relacionados com Educação, Ensino e Professores	
	Ativos	Extintos	Ativos	Extintos
Aveiro	37	33		
Beja	4	5		
Braga	24	23		1
Bragança	6	4		
Castelo Branco	8	13		2
Coimbra	35	22	5	
Évora	7	15	2	
Faro	8	17		
Guarda	4	5		
Leiria	12	16		
Lisboa	402	200	35	6
Portalegre	4	5		
Porto	109	114	10	3
Santarém	12	16	1	
Setúbal	19	36		
Viana do Castelo	16	14	2	
Vila Real	6	7		
Viseu	7	18		
Total	720	563	55	12
Total Geral	1283		67	

Fonte: Adaptado de DGERT (2022, p.1)

Da análise efetuada aos dados da Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), desde 1976 a 2022 foram constituídas 1.283 associações de natureza sindical, compõem esta coletividade confederações, federações, sindicatos e uniões. No mesmo período referido, foram também extintas 563 associações de natureza sindical.

A maioria das associações de natureza sindical estão estabelecidas nos pontos de maior densidade populacional de Portugal, como é o caso de Lisboa (402), Porto (109) e Aveiro (37). Os distritos com menor número de associações de natureza sindical são Beja, Guarda e Portalegre (4 em cada distrito), seguidos de Bragança e Vila Real (6 em cada um dos distritos) e, ainda, abaixo de 10 associações de natureza sindical

estão os distritos de Castelo Branco, Évora, Faro e Viseu. Os distritos de Braga, Coimbra, Leiria, Santarém, Setúbal e Viana do Castelo encontram-se entre as 12 e 35 organizações sindicais.

No que respeita as associações de natureza sindical diretamente relacionadas com educação, ensino ou professores, segundo a DGERT, desde 1976 a 2022 existiram 67 associações de natureza sindical nesta área, sendo que apenas 55 se encontram ativas à data. A sua distribuição por distrito pouco se altera relativamente à dispersão geral anteriormente apresentada. Com maior número de associações de natureza sindical sediadas estão Lisboa (35), seguida do Porto (10) e de Coimbra (5).

No entanto, de entre todo o universo sindical podemos distinguir dois tipos de associações de natureza sindical que convergem no mesmo âmbito, mas divergem na forma de atuar. Assim sendo, através do recurso ao código de atividade económica (CAE), pode distinguir-se melhor os pontos de encontro e as divergências destas associações. De acordo com o Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro (PCM, 2007a, p.8463), que aprova a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3:

“94 110 - Atividades organizações económicas e patrimoniais”

“94 200 - Atividades de organizações sindicais”

De forma a entender melhor quais de facto são as diferenças entre estas duas classificações, Carvalho (2020, p.1), alude que:

“As associações de natureza sindical são atividades de organizações económicas e patronais (CAE 94110) e “compreende as atividades de organizações cujos membros estão essencialmente interessados no desenvolvimento e prosperidade de uma certa atividade ou no crescimento económico e na situação de uma determinada região geográfica ou subdivisão política, independentemente do ramo de atividade.”” e ainda “Esta entidade tem como objetivo a divulgação de informação, a representação junto dos organismos públicos, a negociação coletiva e as relações públicas, o que inclui: Associações, Uniões, Federações e Confederações Patronais, Comerciais e Industriais, as Câmaras de Comércio e as Federações de Associações Territoriais.”

Carvalho (2020, p.1) refere ainda que:

“No que aos sindicatos diz respeito (CAE 94200), este corresponde às “atividades das organizações cujos membros se interessam, principalmente, em dar a conhecer a situação laboral dos trabalhadores e em organizar-se com vista a uma ação concertada.””

De entre os vários CAEs, principais e secundários, que compõem a denominação económica de cada associação, salienta-se os que são utilizados pelas organizações de natureza sindical que se dedicam à educação, ensino ou professores, nomeadamente:

58 140 – Edição de revistas e de outras publicações periódicas;

85 410 – Ensino pós-secundário não superior;

85 591 – Formação profissional;

86 100 – Atividades dos estabelecimentos de saúde com internamento;

- 91 120 – Atividades de organizações profissionais;
- 94 200 – Atividades de organizações sindicais;
- 94 995 – Outras atividades associativas, n.e..

Através de uma análise na vertente mais económica deste tipo de entidades, foi possível concluir ainda relativamente à dispersão da Classificação das Atividades Económicas Portuguesas (CAE), das confederações, federações, sindicatos e uniões, que se pode verificar no seguinte Quadro 2 - Sindicatos por CAE.

Quadro 2 - Sindicatos por CAE

Denominação	CAE	Geral				Relacionados com Educação, Ensino e Professores				Total por CAE
		Ativos		Extintos		Ativos		Extintos		
		Principal	Secundário	Principal	Secundário	Principal	Secundário	Principal	Secundário	
Comércio a retalho de produtos farmacêuticos, em estabelecimentos especializados	47730		1							1
Comércio a retalho de produtos médicos e ortopédicos, em estabelecimentos especializados	47740		1							1
Comércio a retalho de produtos cosméticos e de higiene, em estabelecimentos especializados	47750		1							1
Comércio a retalho de máquinas e de outro material de escritório, em estabelecimentos especializados	47781		1							1
Comércio a retalho de material óptico, fotográfico, cinematográfico e de instrumentos de precisão, em estabelecimentos especializados	47782		1							1
Apartamentos turísticos com restaurante	55118		1							1
Apartamentos turísticos sem restaurante	55123		2							2
Bares	56302		1							1
Edição de revistas e de outras publicações periódicas	58140		9		2		1			12
Arrendamento de bens imobiliários	68200		6							6
Outras actividades de serviços de apoio prestados às empresas, n.e.	82990		1							1
Ensino pós-secundário não superior	85410		1				1			2
Formação profissional	85591		13				3			16
Actividades dos estabelecimentos de saúde com internamento	86100		1				1			2
Actividades de prática médica de clínica especializada, em ambulatório	86220		1							1
Actividades de organizações profissionais	94120	4	1	18		3				26
Actividades de organizações sindicais	94200	714		544		51		12		1321
Outras actividades associativas, n.e.	94995	2		1		1				4
Total		720	42	563	2	55	6	12	0	1400

Fonte: Adaptado de DGERT (2022, p.1) e SICAE (2022, p.1)

Em relação ao número de associados de cada associação sindical ou sindicato, não foi possível concluir porque o acesso a informação referente aos recursos humanos, está classificado como reservado, apenas os associados conseguem aceder este tipo de informação. Contudo, continuamos a diligenciar por obter mais dados.

A metodologia de caso de estudo implica uma análise focada numa entidade, que neste projeto aplicado será o Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), que é uma entidade sem fins lucrativos sob a forma de associação de docentes e investigadores com os estatutos publicados no Boletim do Trabalho e Emprego, 3ª série, n. 24 de 30 de dezembro de 1989 aprovado em Assembleia Constituinte de 13 e 14 de novembro de 1989. O sindicato abrange o território nacional português, com sede em Lisboa e assegura a representação dos seus associados quando estes estão deslocados noutros países, desde que estejam a desempenhar funções diretamente relacionadas com o ensino superior.

O SNESup foi responsável por diversas iniciativas em prol dos seus associados desde 1989, ano em que foi constituído. A primeira assembleia, a Assembleia Constituinte do Sindicato teve lugar nos dias 13 e 14 de novembro de 1989, na qual foram deliberados a constituição do sindicato, os seus estatutos e a composição da comissão instaladora.

O Sindicato foi a eleições para os primeiros órgãos nacionais em 1990, o qual passou a ser presidida pela Maria Luís Rocha Pinto (Universidade Nova de Lisboa) a Presidente da Mesa do Conselho Nacional, Pedro Manuel Gonçalves Lourtie (Universidade Técnica de Lisboa) a Presidente da Direção, Carlos Henrique de Brito Mendes (Universidade de Lisboa) a Presidente da Comissão de Fiscalização e Disciplina. Realizou a primeira greve na Universidade dos Açores. Em 1991 realizou a primeira petição sobre remunerações. Já em 1992 procedeu ao início do descongelamento de escalões do Novo Sistema Retributivo, gratificações aos Professores Auxiliares que exercem funções de Associados são pagas e logo seguidamente suspensas e realização do 1º Congresso do SNESup. Entre outras iniciativas que foram sendo desenvolvidas ao longo da sua história foram aprovados Princípios Orientadores da Ação Sindical e Revisão de Estatutos, posteriormente ratificada em Assembleia Geral.

O Sindicato foi a eleições pela décima quarta vez, pelo que atualmente a Assembleia Geral elegeu para o mandato 2020-2022 como Presidente da Direção Mariana Teresa Gaio Alves (Instituto de Educação – Universidade de Lisboa – Professora Associada), como Vice-Presidentes Romeu António Videira (LAQV – REQIMTE – Faculdade de Farmácia – Universidade do Porto - Investigador) e Maria do Rosário Múrias Bessone Mauritti (Escola de Sociologia e Políticas Públicas – Instituto Universitário de Lisboa – Professora Auxiliar), como Tesoureiro Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento (Faculdade de Artes e Humanidades – Universidade da Madeira – Professora Auxiliar). Na Comissão Fiscalização e Disciplina Preside Luís Miguel das Neves Belchior Faia dos Santos (Faculdade de Ciências – Universidade do Porto – Professor Associado). E na Mesa do Conselho Nacional é Presidente Ágata Cristina Marques Aranha (Escola de Ciências da Vida e do Ambiente – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Professora

Associada com Agregação). Atualmente é composto por quatro órgãos nacionais do sindicato, os quais são a Assembleia Geral, Conselho Nacional, Direção e Comissão de Fiscalização e Disciplina.

A Assembleia Geral, como qualquer uma outra, atua de forma soberana no Sindicato, constituída por todos os associados a este, e tem como funções eleger a Direção e Comissão de Fiscalização e Disciplina, determinar a alteração dos estatutos, votar relativamente à filiação do SNESup em associações de natureza sindical sejam elas nacionais ou internacionais, deliberar sobre a dissolução e liquidação do património do sindicato, pronunciar-se sobre decisões de outros órgãos no qual cabe à assembleia geral alterar ou revogar as mesmas, assim como outras competências que estejam previstas na lei ou nos estatutos que constituem o sindicato. Funciona de forma presencial, é presidida pela Mesa do Conselho Nacional com as respetivas deliberações exercidas através do voto secreto.

O Conselho Nacional é constituído por membros da Assembleia Geral, e a sua Mesa é formada por um Presidente, quatro Vice-Presidentes e quatro Secretários. Compete ao Conselho Nacional pronunciar-se relativamente às linhas de ação sindical, planos de ação e moções de orientação, pronunciar-se sobre o conteúdo das convenções coletivas de trabalho assim como também de outros instrumentos de negociação, aprovar os demais regulamentos existentes, bem como os regulamentos respeitantes à realização de congressos, conferências ou encontros, autorizar a Direção a filiar o Sindicato em associações ou estruturas empresariais, aprovar os relatórios e contas da Direção, e ainda exercer as competências previstas nos estatutos ou em regulamentos da Assembleia Geral.

A Direção é composta por vinte e cinco membros, dos quais apenas nove são efetivos. São eleitos em Assembleia Geral. Entre os nove efetivos elegem-se um Presidente, dois Vice-Presidentes e um Tesoureiro. Compete à Direção dirigir e coordenar a atividade do SNESup, admitir e registar novos associados assim como a sua suspensão, representar o sindicato, administrar os bens e fundos, gerir serviços e pessoal de acordo com os estatutos e demais regulamentos, discutir e negociar convenções de trabalho e outros instrumentos de negociação coletiva, decidir o recurso à greve ou outras formas de atuação, praticar todas as restantes habilitações decorrentes da lei, dos estatutos e de regulamentos internos do Sindicato.

A Comissão de Fiscalização e Disciplina é composta por nove membros eleitos em Assembleia Geral, com um Presidente e um Vice-Presidente. Compete à Comissão propor o Regime Disciplinar ao Conselho Nacional, fiscalizar o cumprimento dos Estatutos e regulamentos, fiscalizar relativamente à regularidade de candidaturas a qualquer cargo sindical, pronunciar-se sobre as deliberações dos restantes órgãos do Sindicato, conceber um parecer sobre as contas anuais prestadas pela Direção, nomeadamente sobre o relatório e contas, exercer todas as competências que lhe estejam previstas nos estatutos e atribuídas pela lei.

A direção do SNESup tem-se pautado por desempenhar um papel ativo na defesa do Ensino Superior e Ciência, e pela dignidade profissional dos docentes e investigadores associados. Não obstante, a Direção

eleita em Assembleia Geral para o presente mandato, 2020-2022, pretende continuar o trabalho desenvolvido pelas anteriores direções em matéria de (SNESup, 2020, p.17):

- a) *“a dignificação das carreiras de docência e investigação no quadro do Ensino Superior e Ciência;*
- b) *a melhoria das condições de trabalho, incluindo uma adequada compatibilização da vida profissional com a vida familiar;*
- c) *a independência e qualidade da investigação e do ensino, promovendo boas práticas de contratação em termos de emprego científico e docente;*
- d) *o reforço de oportunidades de mobilidade (com garantias) e de formação dos docentes e investigadores.”*

E, ainda, o SNESup (2020a, p.1) pretende contribuir para:

- a) *“instituir e reforçar práticas de contratação no emprego científico e académico que promovam a estabilidade contratual;*
- b) *criar condições de progressão na carreira assentes na valorização do mérito, no respeito pelos princípios da igualdade e da proporcionalidade e no respeito pelos rácios previstos nos estatutos da carreira;*
- c) *continuar a lutar pela criação de carreira de docente e de investigador no Ensino Superior Privado, em paralelo com as carreiras do ensino superior público;*
- d) *continuar a lutar para que os níveis e modelos de financiamento do Ensino Superior e Ciência sejam adequados, não obstaculizando a generalização de boas práticas de contratação e progressão na carreira e de condições materiais de trabalho dignas;*
- e) *valorizar os princípios da participação e democracia interna nas instituições de Ensino Superior e Ciência, promovendo a colegialidade no trabalho de docentes e investigadores;*
- f) *preparar propostas de revisão dos Estatutos das Carreiras Docentes e de Investigação (ECDESP, ECDU, ECIC) e do RJIES;*
- g) *enriquecer o debate sobre temas centrais no Ensino Superior e Ciência, dando continuidade ao Fórum e Encontros do SNESup, bem como continuando a apoiar estudos e projetos sobre questões laborais e sindicais;*
- h) *reforçar a adoção e aplicação de princípios éticos adequados na contratação e gestão de docentes e investigadores;*
- i) *alargar e intensificar a participação dos associados nos órgãos e atividades do sindicato;*
- j) *consolidar uma imagem pública positiva do sindicato e dos docentes e investigadores enquanto profissionais autónomos e altamente qualificados.”*

Em relação às áreas de intervenção propõem-se a desenvolver cinco linhas fundamentais, Área de Relações Institucionais Comunicação e Imagem, Área de Política Reivindicativa e Apoio Jurídico, Área de Política Educativa Organização do Ensino e Pedagogia, Área de Política Científica e Apoio aos Investigadores, e Área de Organização Sindical.

1.6. Considerações Finais

O panorama nacional e internacional na área sindical está marcado por diversos acontecimentos ao longo da história, que tornaram possível moldar os sindicatos e o sindicalismo como hoje o conhecemos. A força do sindicalismo varia em diferentes partes do mundo e também tem evoluído ao longo do tempo. Em Portugal, o sindicalismo tem sido uma força importante na luta pelos direitos dos trabalhadores.

O sindicalismo é muito mais que uma associação, o sindicalismo é uma força apolítica que se move pela defesa dos direitos dos seus associados e/ou das classes sociais laborais que representa, de forma a conduzir a uma melhoria do bem-estar profissional e das condições de trabalho dos trabalhadores. Em países em desenvolvimento, a força do sindicalismo pode ser limitada por barreiras políticas, económicas e sociais.

Assim, é importante referir que este movimento não surge por si só, uma vez que este é inevitavelmente acompanhado com as mudanças sucessivas que o trabalho em si, teve ao longo dos séculos desde que esta definição começou a ser adotada.

O sindicalismo nasce da necessidade de melhorar as condições laborais, mas nem sempre foi conhecido por esta denominação. Este movimento foi acompanhando os ritmos de evolução do mundo do trabalho a par e passo, desde a escravidão remota a 3500 a.C., à Grécia Antiga, passando por várias mudanças sociais de cada sociedade, até chegar à história moderna, onde se reconhece o nascimento propriamente dito do sindicalismo a 1871, até ao presente.

Na sua história mais recente, o sindicalismo ficou marcado no último século por diversos marcos históricos, nomeadamente a Fome Russa de 1921, o período fascista em Itália entre 1922 e 1943, com a Segunda Guerra Mundial que termina em 1945, até às primeiras convenções de trabalho em França.

Em Portugal, os primeiros sinais do sindicalismo ficaram marcados com o Centro Promotor dos Melhoramentos Laborais, em 1853, constituído após a revolução liberal. Este centro foi responsável por estabelecer o primeiro pilar de movimento operário em Portugal. Deste ponto inicial, começam aos poucos a nascer e a crescer outras associações de natureza sindical, nomeadamente na década de 1870, como é o caso da Associação dos Tipógrafos Lisbonenses.

O crescimento sindical em Portugal, sofre um travão, com o regime fascista que se instala no poder, e com este dá-se o término das associações de natureza sindical e todos os movimentos erguidos até então. Só no aproximar do fim do regime fascista vivido à altura e com o fim da Guerra Colonial Portuguesa, de 1961 a 1974, ocorre uma mudança no paradigma laboral, com a mobilização de inúmeros jovens para comporem o exército, o que conduz necessariamente à entrada em massa das mulheres para o mercado de trabalho.

Assim o 25 de abril de 1974 permitiu uma nova vida para o sindicalismo em Portugal. O SNESup (Sindicato Nacional do Ensino Superior), é um caso desta nova vida, nasceu a 1989 e opera até aos dias de hoje na representação e defesa de trabalhadores com funções no ensino superior.

O sindicalismo que surge no fim do século XIX, pretendia através de negociações coletivas com os empregadores e lutas por direitos, responder às más condições de trabalho e à exploração dos trabalhadores industriais. Atualmente, em muitos países, o sindicalismo já não tem a influência do passado, muito devido à globalização e mudanças nas leis do trabalho.

A globalização tem impactado o sindicalismo de diversas formas. Por um lado, a globalização e o aumento, da competição internacional tem conduzido a que muitas entidades transfiram as suas operações para países com regulamentações mais leves e mão de obra mais barata. O qual tem dificultado as organizações de trabalho e o poder dos sindicatos em muitos países desenvolvidos. Por outro lado, a globalização também tem criado oportunidades para a cooperação entre sindicatos de diferentes países. Através de redes sindicais internacionais, os sindicatos podem unir esforços para abordar questões globais como o trabalho infantil, a exploração dos trabalhadores em países em desenvolvimento e a defesa dos direitos dos trabalhadores.

A evolução das leis do trabalho em Portugal tem sido influenciada por muitos fatores, incluindo mudanças políticas e sociais, novas exigências do mercado de trabalho e pressões internacionais. Desde a década de 1940, Portugal tem realizado uma série de reformas laborais, incluindo a regulamentação do trabalho infantil, a proteção da segurança e saúde no trabalho, e a garantia de direitos laborais básicos, como as horas de trabalho, férias e licenças. Na década de 1990, Portugal começou a implementar reformas com o propósito de cumprir as exigências da União Europeia, incluindo a liberalização do mercado de trabalho e a flexibilização das regras de contratação e demissão. Desde então, as leis do trabalho em Portugal têm sido atualizadas regularmente para acompanhar as mudanças no mercado de trabalho e garantir a proteção dos direitos dos trabalhadores. As leis do trabalho em Portugal hoje garantem uma ampla série de direitos e proteções aos trabalhadores, incluindo férias pagas, licenças por doença, proteção contra a discriminação e direitos de negociação coletiva.

Muitos sindicatos continuam ativos, e lutam diariamente por melhores condições de trabalho e direitos para os trabalhadores. O sindicalismo tem sido importante para a promoção da igualdade de género e raça, orientação sexual ou outras características assim como a proteção dos direitos dos trabalhadores em todo o mundo. Os sindicatos são considerados entidades do setor não lucrativo. Isto significa que não têm como objetivo principal o lucro financeiro, mas sim a defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores que representam.

Os sindicatos são financiados por quotas e contribuições de membros e podem receber doações de outras entidades, incluindo outros sindicatos e organizações do setor não lucrativo. Geralmente usam esses recursos para financiar atividades, como negociações coletivas, campanhas políticas e iniciativas comunitárias. Ao contrário das entidades, que são orientadas pelo lucro e têm como objetivo maximizar os

lucros para os seus acionistas, os sindicatos são orientados pelos princípios da democracia interna e da representação equitativa. Isto significa que as decisões são tomadas através da votação dos associados e todos os membros têm direito a serem representados e a participar na tomada de decisões.

Em Portugal, a prestação de contas de sindicatos é regulamentada e os sindicatos têm de apresentar relatórios financeiros anuais aos seus membros e ao Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social. Os sindicatos também podem ser auditados por escritórios de contabilidade independentes e as informações financeiras dos sindicatos podem ser consultadas pelos seus associados.

2. Sistema de Normalização Contabilístico das Entidade sem Fins Lucrativos

2.1. Enquadramento

As entidades da economia social, têm obrigações e deveres contabilísticos que resultam na prestação anual de contas, e tributação a efetuar, mas que ao mesmo tempo beneficiam de incentivos fiscais, incentivos estes que se verificam diretamente no desempenho económico destas entidades do SNL (setor não lucrativo):

“pode também ser denominado por Terceiro Setor, Setor da Economia Social, Setor voluntário, Setor independente, Setor intermédio, Setor das Organizações Não Governamentais, Setor das Organizações da Sociedade Civil, entre outras designações, que engloba um conjunto de organizações com diferentes formas jurídicas.” (Mendes, 2016, p.17)

De modo basilar as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL):

“são compostas por grupos de pessoas que se reúnem com o objetivo de tornarem uma sociedade mais humanitária e igual para todos, com melhor educação e cultura, com o intuito de melhorarem o meio em que vivem.” (Pereira, Silva e Lopes, 2017, p.2)

As ESNL, são conhecidas segundo Mechor (2011, p. 1) também como:

“entidade de direito privado, dotada de personalidade jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa.”

2.2. Contextualização do Setor das Entidades sem Fins Lucrativos

Em 1977, a Presidência do Conselho de Ministros devido ao ambiente democrático que se instalou em Portugal, publica o Decreto-Lei n.º 460/77 de 7 de novembro (PCM, 1977, p.2656), no qual é referido no número 1 do artigo 1º, a noção de pessoa coletiva de utilidade pública que:

“são pessoas colectivas de utilidade pública as associações ou fundações que prossigam fins de interesse geral, ou da comunidade nacional ou de qualquer região ou circunscrição, cooperando com a Administração Central ou a administração local, em termos de merecerem da parte desta administração a declaração de “utilidade pública”.”

Em termos fiscais, o Decreto-Lei n.º 460/77 de 7 de novembro (PCM, 1977, p.2656), no qual é referido no artigo 9º, isenções fiscais:

“As pessoas colectivas de utilidade pública gozam das isenções fiscais que forem previstas na lei.”

O Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro, procede à republicação do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, define que enquanto às regalias:

“As pessoas colectivas de utilidade pública beneficiam ainda das seguintes regalias: a) Isenção de taxas de televisão e de rádio; b) Sujeição à tarifa aplicável aos consumos domésticos de energia eléctrica; c) (Revogado.) d) (Revogado.) e) Isenção das taxas previstas na legislação sobre espectáculos e divertimentos públicos; f) Publicação gratuita no Diário da República das alterações dos estatutos.” (PCM, 2007, p.8894)

No entanto, na sua antiga redacção, o Decreto-Lei n.º 460/77 de 7 de novembro (PCM, 1977, p.2656), antes de serem revogadas as alíneas c) e d), no qual é referenciado também no artigo 10º, as regalias:

“c) Escalão especial no consumo de água, nos termos que vierem a ser definidos por portaria do Secretário de Estado dos Recursos Hídricos e Saneamento Básico; d) Tarifa de grupo semelhante, quando exista, no modo de transporte público estatizado”.

A Presidência do Conselho de Ministros, através do Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro (PCM, 2007b, p.8891), estabelece o conhecimento das pessoas coletivas de utilidade pública, que:

“foi instituído pelo Decreto -Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, sendo que este decreto -lei constitui a legislação base para a atribuição deste estatuto quer a associações ou fundações, pessoas colectivas privadas que prossigam fins de interesse geral, quer a pessoas colectivas de utilidade pública administrativa.”

O Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro (PCM, 2007b, p.8893), procede à republicação do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, que na sua redacção, artigo 1.º Noção de pessoa coletiva de utilidade pública:

“1 — São pessoas colectivas de utilidade pública as associações ou fundações que prossigam fins de interesse geral, ou da comunidade nacional ou de qualquer região ou circunscrição, cooperando com a administração central ou a administração local, em termos de merecerem da parte desta administração a declaração de utilidade pública.

2 — As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa são, para os efeitos do presente diploma, consideradas como pessoas colectivas de utilidade pública.”

O Ministério das Finanças, emana o Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho (MF, 2015b, p.3471):

“transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho.”

As entidades do setor não lucrativo são representadas por um variadíssimo grupo de entidades em Portugal, as quais são, segundo Pereira, Silva e Lopes (2017, p.6), as **Associações**:

“organizações constituídas por um conjunto de pessoas que se juntam para prosseguir determinado fim onde os associados não se encontram obrigados a direitos e obrigações

recíprocas, mas, segundo as regras estabelecidas por eles, de modo a poderem partilhar as vantagens da cooperação e o conjunto de objetivos e de vontades apresentadas pelos diversos membros”.

A diversidade de associações em Portugal é enorme, uma das quais se pode distinguir é APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2022, p.1):

“é uma instituição particular de solidariedade social, pessoa colectiva de utilidade pública, que tem como objectivo estatutário promover e contribuir para a informação, protecção e apoio aos cidadãos vítimas de infracções penais. É, em suma, uma organização sem fins lucrativos e de voluntariado, que apoia, de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais.”

Internacionalmente pode reconhecer-se a AILD – Associação Internacional dos Lusodescendentes (AILD, 2022, p.1):

“Associação sem fins lucrativos, ao dispor da sociedade lusodescendente para ajudar nos mais diversos contextos. Criar laços com Portugal e com os países de língua oficial portuguesa. Espaço de promoção das culturas lusófonas.”

No conceito de **Fundações**, segundo Pereira, Silva e Lopes (2017, p.6), o:

“elemento fulcral destas entidades é o património afeto a um fim, em que se deve assegurar que este é suficiente para a sua prossecução. As fundações assentam num objetivo a concretizar, instituído pelo fundador.”

Por exemplo, em Portugal, o ISCPF - Fundação Instituto Social Cristão Pina Ferraz (ISCPF, 2022, p.1):

“é reconhecida como Fundação de Utilidade Pública. A benemérita e fundadora, foi a Sr.^a D. Carlota de Pina Macedo e Ornelas, quem sensível aos problemas sociais que a rodeavam, determinou que parte do seu património fosse direccionado à criação de uma obra assistencial. Das vertentes de promoção da qualidade de vida da população, defendidas à data pela fundadora, a evolução social e o diagnóstico de necessidades locais e nacionais, fizeram emergir, como área de intervenção prioritária, o apoio a crianças e jovens em situação de perigo.”

Ainda em Portugal, mas com projecção internacional, encontra-se a AMI - Fundação de Assistência Médica Internacional (FAMI, 2022, p.1):

“é uma Organização Não Governamental (ONG) portuguesa, privada, independente, apolítica e sem fins lucrativos, que tem como Visão atenuar as desigualdades e o sofrimento no Mundo, colocando o Ser Humano no centro das preocupações. Criar um mundo mais sustentável, mais harmonioso, mais inclusivo, mais tolerante, menos indiferente, menos violento.”

Segundo Pereira, Silva e Lopes (2017, p.6), as **Cooperativas**:

“são entidades, pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variável, que através da cooperação e entreaajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais.”

Por exemplo, a MeimoaCOOP – Cooperativa Agrícola de Desenvolvimento Rural e Solidariedade Social, CRL (MeimoaCOOP, 2022, p.1):

“Sediada no concelho de Penamacor, região fortemente ligada ao sector agrícola minifundiário e desprovido de uma entidade representante, foi criada a MEIMOACOOP, com o intuito de dar resposta às carências sentidas pelas comunidades rural local e das zonas periféricas.”

Outro exemplo é a CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES, 2022, p.1):

“é de interesse público adota a denominação “Cooperativa António Sérgio para a Economia Social – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada”, abreviadamente Cooperativa António Sérgio ou CASES.”

Segundo Pereira, Silva e Lopes (2017, p.6), as **Associações Mutualistas**:

“são constituídas por um número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida que, essencialmente através da quotização dos seus associados, praticam, no interesse destes e das suas famílias, fins de auxílio recíproco.”

Por exemplo, a AME - Associação Mutualista dos Engenheiros (AME, 2022, p.1):

“tem as suas raízes histórica na CPE - Caixa de Previdência dos Engenheiros. A transformação da CPE em Associação Mutualista (associação de socorros mútuos) encontra-se legislada desde o ano de 1982, pelo Decreto Lei nº.8/82de 18 de Janeiro. Nessa conformidade em 2006 a Direcção da CPE iniciou contactos com o Ministério da Solidariedade e Segurança Social com o objectivo de garantir a necessária alteração legal. Em 2007 é constituída a AME – Associação Mutualista dos Engenheiros, cujos Estatutos estão inspirados nas valências sociais existentes na CPE e que conjuntamente com o Regulamento de Benefícios, a AME adquire novas formas de intervenção a favor dos seus associados, previstas no Código das Associações Mutualistas.”

Outro exemplo é a AMM – Associação Mutualista Montepio (AMM, 2022, p.1):

“foi pioneira no tipo de apoios que introduziu na sociedade portuguesa: soluções de poupança e proteção social pensadas para cada etapa e momento da vida. Aqui encontra os valores do mutualismo que orientam e fortalecem uma comunidade de mais de 600 mil associados.”

Segundo Pereira, Silva e Lopes (2017, p.6), as **IPSS**:

“são pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não

sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público, regendo a sua implementação pelos princípios orientadores da Economia Social.”

Por exemplo, a IPSS Gondomar Social - CARE Gondomar Coração D'Ouro (GS, 2022, p.1):

“é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundada em 2010, vocacionada para o desenvolvimento respostas de carácter social, embora o seu âmbito de atuação cubra outros domínios como a saúde, a cultura e a educação.”

Outro exemplo é a Associação Carapeços Solidário – IPSS (ACS, 2022, p.1):

“é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) fundada a 14 de Setembro de 2015 e tem como objetivos exercer atividades de ação social, de promoção de saúde e de ação cultural e recreativa mediante a concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção de bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, prestando apoio aos grupos etários mais vulneráveis, através do funcionamento do Gabinete de Ação Social e das respostas sociais de Centro de Convívio, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.”

Segundo a Lei n.º 2/2014, que procede à redação do Código do Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas (CIRC), refere no número 1 do art.º10 - Pessoas coletivas de utilidade pública e de solidariedade social, que estão isentas de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC):

“a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa; b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas; c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar.” (AR, 2014, p.58)

2.3. Sistema Contabilístico das Entidades sem Fins Lucrativos

O Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, define que é aplicável a norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF -ESNL), através do seu artigo 9.º-E – Entidades do setor não lucrativo (MF, 2015b, p.3475):

“Às entidades do setor não lucrativo aplica -se a Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF -ESNL), podendo estas entidades optar pela aplicação do conjunto das normas contabilísticas e de relato financeiro compreendidas no SNC, com as necessárias adaptações, ou pela aplicação das normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, desde que observado o disposto no artigo 4.º.»”

O Decreto-Lei n.º 158/2015 de 13 de junho, aprova o Sistema de Normalização Contabilística (SNC):

“É aprovado o Sistema de Normalização Contabilística, doravante designado por SNC, anexo ao presente decreto-lei e que dele faz parte integrante.” (MFAP, 2009, p.4375)

De modo a realizar o reporte financeiro das contas de uma empresa ou entidade o Anexo do Decreto-Lei n.º 158/2015, estabelece que:

“as demonstrações financeiras proporcionam informação de uma entidade acerca do seguinte: a) Activos; b) Passivos; c) Fundos patrimoniais; d) Rendimentos (réditos e ganhos); e) Gastos (gastos e perdas); f) Outras alterações no Fundos patrimoniais; e g) Fluxos de caixa. Esta informação, juntamente com outra incluída nas notas do anexo, ajuda os utentes das demonstrações financeiras a prever os futuros fluxos de caixa da entidade e, em particular, a sua tempestividade e certeza.” (MFAP, 2009, p.4381)

Do exposto anteriormente, o Anexo do Decreto-Lei n.º 158/2015, refere que o agregado de demonstrações financeiras inclui:

“a) Um balanço; b) Uma demonstração dos resultados; c) Uma demonstração das alterações no Fundos patrimoniais; d) Uma demonstração dos fluxos de caixa; e e) Um anexo em que se divulguem as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas NCRF.” (MFAP, 2009, p.4381)

As ESNL, detêm uma norma contabilística específica que as rege na hora de proceder aos atos contabilísticos necessários para a prestação de contas, nomeadamente o:

“SNC-ESNL, aplica-se às entidades privadas sem fins lucrativos, que prosseguem atividades de carácter social e que não podem distribuir pelos seus membros qualquer ganho económico ou financeiro.” (Pereira, Silva e Lopes, 2017, p.2)

Em termos fiscais, este tipo de entidades, como todas as outras, estão sujeitas a reporte e obrigações para com o fisco, na pessoa da Autoridade Tributária (AT), em que o:

“nível fiscal, as ESNL estão sujeitas a variados impostos, beneficiando também de algumas isenções. As entidades da economia social têm obrigações e deveres contabilísticos e fiscais para cumprir, mas ao mesmo tempo também são detentoras de incentivos fiscais.” (Pereira, Silva e Lopes, 2017, p.2)

Relativamente aos aspetos fiscais, as ESNL, em Portugal, não possuem nenhum tipo de legislação que especifique as suas obrigações fiscais:

“não há um diploma específico que concentre todas as matérias fiscais relativas às ESNL, estando as diversas matérias fiscais repartidas por diferentes códigos de impostos.” (Mendes, 2016, p.69)

Apesar das ENSL, não deterem como finalidade a geração de lucros, as associações, fundações, cooperativas e demais organizações do setor não lucrativo, são sujeitos passivos de Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA):

“As isenções têm o benefício de que o preço dos bens vendidos ou serviços prestados possa ser menor em virtude de não lhe ser adicionado o IVA.” (Silva, 2016, p.1)

Consequentemente, as ESNL, estão sujeitas a IVA, como qualquer tipo de empresa ou entidade enquanto clientes, o mesmo não se verifica quando assumem o papel de fornecedoras:

“enquanto consumidoras não têm qualquer isenção ou regime especial nessa qualidade, sujeitando-se às taxas de tributação do CIVA: 23%, 13% ou 6%, em função do tipo de operações ou dos serviços prestados. No entanto, pelo art.º 9 do CIVA, enquanto prestadoras de serviços são contempladas com uma isenção objetiva, relativamente aos seus serviços efetuados no âmbito da sua atividade.” (Mendes, 2016, p.74)

Em termos de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, que é um imposto sobre o rendimento que incide em sociedades comerciais, cooperativas, entidades públicas e pessoas coletivas de direito público ou privado com sede e morada em Portugal:

“As ESNL, sendo entidades que não exercem “atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola”, pertencem a este último grupo. Assim, pelo art.º 87, n.º 5 do CIRC, estão sujeitas a uma taxa de tributação de 21%.” (Mendes, 2016, p.70)

No entanto, dependendo do tipo de atividade que cada entidade exerça, as que estejam contempladas pelo:

“art.º 10 que define como isentas de IRC: “a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa; b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas; c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”” (Mendes, 2016, p.70)

As ESNL não se encontram sujeitas ao IRS, porém no pagamento de rendimentos de salários e pensões, prestações de serviços e rendas., ficam sujeitas a:

“Pelo art.º 99 do Código do Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares (CIRS), Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, quando se tem rendimentos de salários e pensões, estas entidades deverão “reter o imposto no momento do seu pagamento ou colocação à disposição dos respetivos titulares”, devendo calcular a respetiva taxa, em função da situação pessoal e familiar do beneficiário dos rendimentos.” (Mendes, 2016, p.72)

O Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de imóveis (IMT) incide sobre as transferências, a título oneroso do direito de propriedade, é devido por pessoas singulares ou coletivas a quem é transmitido o bem:

“Pelo código do IMT, Decreto-Lei n.º 287/2013, de 12 de novembro, art.º 6, são várias as isenções relativas às ESNL, nomeadamente:

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e de mera utilidade pública, bem como as instituições particulares de solidariedade social e entidades a estas legalmente equiparadas quanto aos bens destinados, direta e imediatamente, à realização dos seus fins estatutários;*
- b) As aquisições de bens para fins religiosos, efetuadas por pessoas coletivas religiosas, como tal inscritas, nos termos da lei que regula a liberdade religiosa;*

c) As aquisições de bens por associações de cultura física, quando destinados a instalações não utilizáveis normalmente em espetáculos com entradas pagas;

d) As aquisições por museus, bibliotecas, escolas, entidades públicas empresariais responsáveis pela rede pública de escolas, institutos e associações de ensino ou educação, de cultura científica, literária ou artística e de caridade, assistência ou beneficência, quanto aos bens destinados, direta ou indiretamente, à realização dos seus fins estatutários.” (Mendes, 2016, p.76)

O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), é um imposto que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos, em Portugal:

“sujeito passivo, o proprietário do prédio no dia 31 de dezembro do ano a que o mesmo respeita, ou nos casos de usufruto ou de direito de superfície, o usufrutuário ou o superficiário (art.º 8 do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro - Código do IMI). (...) pelo art.º 44 do EBF, estão isentas deste imposto, quanto aos prédios ou parte de prédios destinados diretamente à realização dos seus fins. No caso específico das misericórdias, o benefício abrange quaisquer imóveis de que sejam proprietárias.” (Mendes, 2016, p.77)

O Imposto de Selo (IS) recai sobre todos os atos, contratos, documentos, títulos, papéis e outros factos que constem da Tabela Geral do Código do Imposto de Selo, compreendendo as transmissões gratuitas de bens:

“Gozam de isenção deste imposto, as ESNL, as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, as de mera utilidade pública e as IPSS, nos termos do art.º 6 do CIS, quando este imposto constitua encargo.” (Mendes, 2016, p.77)

O Imposto sobre Veículos (ISV), incide sobre a generalidade dos veículos que circulem, sendo os seus sujeitos passivos os operadores, desta forma as ESNL:

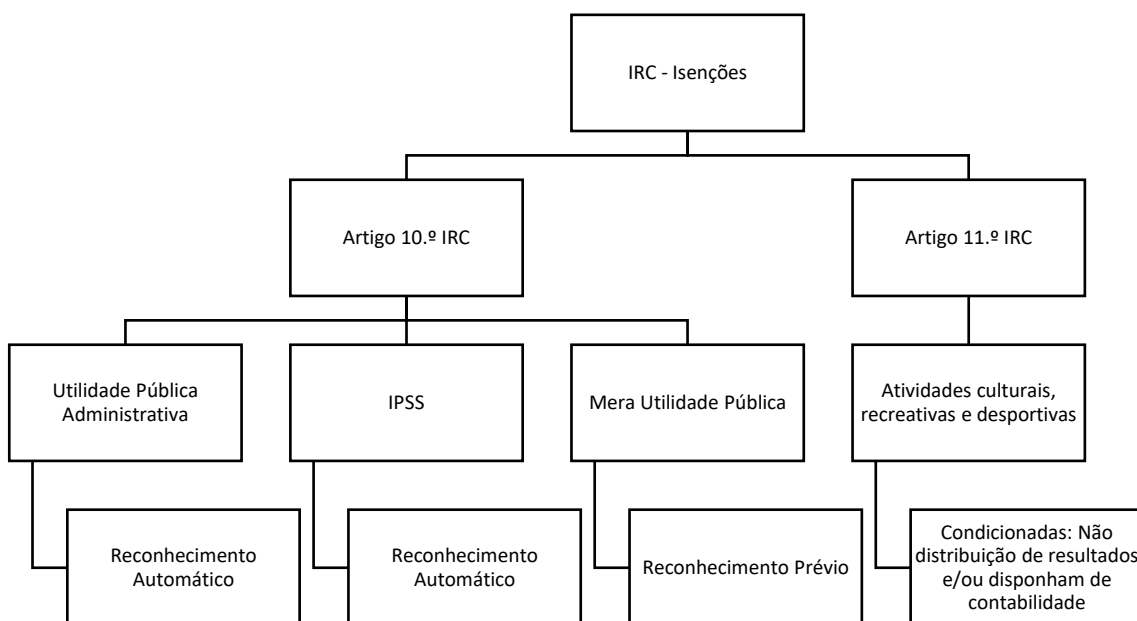
“Nos termos do Código do ISV, Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, pelo art.º 52, as IPSS estão isentas deste imposto, nas aquisições em estado novo de viaturas de transporte de passageiros com lotação de 9 lugares, incluindo o condutor, desde que se destinem ao transporte em atividades de interesse público e que se mostrem adequados à sua natureza e finalidades.” (Mendes, 2016, p.78)

O Imposto Único de Circulação (IUC), incide sobre veículos matriculados, ou em Portugal registados, as ESNL:

“Relativamente à isenção, apenas as IPSS gozam deste benefício, tal como enumera o art.º 5 do Código do IUC, por serem reconhecidas como pessoas coletivas de utilidade pública, enquanto instituições de solidariedade social.” (Mendes, 2016, p.79)

No campo das isenções, conforme se pode observar no Gráfico 1 - Isenções IRC, o imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, Correia (2016, p.6) explica que:

Gráfico 1 - Isenções IRC



Fonte: Correia, 2016, p.6

Este tipo de entidades, dada a sua especificidade e atividade para a qual são constituídas, apresentam uma particularidade muito própria, já que:

“Estas ESNL recorrem a meios materiais, financeiros e humanos para conseguirem desenvolver as suas atividades. No que diz respeito aos recursos materiais e financeiros, estes são compostos por apoios de entidades externas, particularmente os financiadores e os doadores, estando quase sempre dependentes destes apoios. Os recursos humanos são constituídos por colaboradores que podem ser remunerados ou não remunerados, sendo estes últimos designados por voluntários (Andrade & Franco, 2007).” (Pereira, Silva e Lopes, 2017, p.4)

2.4. Reporte Financeiro das Entidades sem Fins Lucrativos

As entidades do setor não lucrativo estão sujeitas por despacho a uma Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística. Atualmente estão sujeitas ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (atual modelo nacional de normalização contabilística para as empresas comerciais e industriais e outras entidades foi instituído com a publicação do Decreto -Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e criou a Comissão de Normalização Contabilística (CNC)), o qual mais tarde foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho (que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013), de 2 de junho, o Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 09 de março (que aprova os regimes da normalização contabilística para micoentidades e para as entidades do sector não lucrativo e transpõe a Diretiva n.º 2009/49/CE, do Parlamento Europeu e do

Conselho, de 18 de Junho, e a Diretiva n.º 2010/66/UE, do Conselho, de 14 de Outubro – alterado também pelo Decreto-Lei n.º 98/2015).

Estes tipos de entidades organizadas, são independentes do Estado e desenvolvem atividades sem fins lucrativos, neste sentido seja qual for o tipo de ganho que possa advir da sua atividade, tem de ser implementado na própria organização. As Entidades do Setor Não Lucrativo, dispõe de um conjunto próprio de regras, como se encontra descrito no Ponto 1.5 presente no Anexo I do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho:

“A disseminação de ESNL e o importante papel e peso que desempenham na economia justificam que se reforcem as exigências de transparência relativamente às atividades que realizam e aos recursos que utilizam, nomeadamente através da obrigação de prestarem informação fidedigna sobre a gestão dos recursos que lhes são confiados, bem como sobre os resultados alcançados no desenvolvimento das suas atividades.” (MF, 2015b, p.3479b)

O Sistema de Normalização Contabilística, assegura a transposição das Diretivas Contabilísticas da União Europeia, que tratam o assunto da Normalização Contabilística no conjunto dos Estados Membros. Segundo o Ponto 1.3 do Anexo I do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho (MF, 2015b, p.3479), as diretivas encontram-se plasmadas nos seguintes instrumentos financeiros:

“Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF)

Modelos de demonstrações financeiras (MDF)

Códigos de contas (CC)

Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF)

Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF -PE)

Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF -ESNL)

Norma contabilística para microentidades (NC -ME)

Normas interpretativas (NI)

A Estrutura conceptual baseada no anexo 5 das «Observações relativas a certas disposições do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002», publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, que enquadra aqueles instrumentos, constitui um documento autónomo a publicar por aviso do membro do Governo com responsabilidade própria ou delegada pela área das finanças, no Diário da República.”

Segundo o Ponto 1.6 presente no Anexo I do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, as Entidades do Setor Não Lucrativo dispõem de três características que as distinguem de entidades com fins lucrativos, nomeadamente:

“a) O seu financiamento pode resultar do seu próprio património ou de recursos atribuídos por pessoas singulares ou coletivas. Em caso algum os recursos atribuídos estão sujeitos ou condicionados a contraprestações derivadas da obtenção de benefícios por parte da entidade;

b) Respondem a finalidades de interesse geral que transcendem a atividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços, o que se traduz numa interpretação não económica do conceito «benefício»;

c) Ausência de títulos de propriedade -controlo que possam ser comprados, cedidos, trocados ou de que se espere algum tipo de contraprestação económica no caso de a entidade cessar as suas atividades e ser objeto de liquidação;

d) Acresce que estas entidades contam, com frequência, com o trabalho de voluntários, sem que, por esse facto, surja qualquer relação laboral entre eles e a entidade.” (MF, 2015b, p.3479)

Da diversidade existente das ESNL, previstos no Ponto 1.3 do Anexo I do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho existem vários instrumentos contabilísticos, que de acordo com a **Quadro 3 - Instrumentos Contabilísticos** pode sintetizar-se que:

Quadro 3 - Instrumentos Contabilísticos

Diploma:	Matéria:
Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março	Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras – ALTERADO
Portaria n.º 105/2011, de 14 de março	<u>Modelos de Demonstrações Financeiras</u> – REVOGADO - Balanço; - DR por Naturezas e por Funções; - Demonstração das Alterações nos Fundos patrimoniais (facultativo ou por exigência do órgão financiador); - Demonstração de Fluxos de Caixa; - Anexo <u>Mapas para Entidades Sujeitas ao Regime de Caixa</u> - Mapa de Recebimentos e Pagamentos; - Mapa de Património Fixo; - Mapa de Direitos e Compromissos Futuros
Portaria n.º 106/2011, de 14 de março	<u>Código de Contas</u> – REVOGADO - Quadro Síntese de Contas; - Código de Contas; - Notas de Enquadramento (ver Port. 1.011/2009)
Aviso 6726-B/2011, de 14 de março	<u>Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)</u> ; Normas Interpretativas – SUBSTITUÍDO
Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho	Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras
Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho	<u>Código de Contas</u> - Quadro Síntese de Contas; - Código de Contas; - Notas de Enquadramento.
Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho	<u>Modelos de Demonstrações Financeiras</u> - Balanço; - DR por Naturezas ou DR por Funções; - Demonstração das Alterações nos Fundos patrimoniais (facultativo ou por exigência do órgão financiador); - Demonstração de Fluxos de Caixa; - Anexo Mapas para Entidades Sujeitas ao Regime de Caixa - Mapa de Recebimentos e Pagamentos; - Mapa de Património Fixo; - Mapa de Direitos e Compromissos Futuros
Aviso n.º 8259/2015, de 29 de junho	<u>Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)</u>

Fonte: Adaptado de Mendes, 2016, p.34

Como se pode ver pelo Quadro anterior é o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho que determina, através da Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, a elaboração do quadro síntese do Código de Contas relativo às ESNL. Pode sintetizar-se através de uma comparação entre o POC – IPSS (Plano Oficial de Contabilidade

– Instituições Particulares de Solidariedade Social) e SNC – ESNL (Sistema Normalização Contabilística – Entidades do Setor Não Lucrativo), e de acordo com a Quadro 4 – Diferenças entre a denominação das Classes do SNC-ESNL para POC-IPSS e Quadro 5 - Diferenças nas Demonstrações Financeiras do POC-IPSS para SNC-ESNL algumas das diferenças face á denominação das classes do código de contas, concretamente:

Quadro 4 – Diferenças entre a denominação das Classes do SNC-ESNL para POC-IPSS

Classes	SNC – ESNL (legislação em vigor)	POC – IPSS (revogado)
1	Meios Financeiros Líquidos	Disponibilidades
2	Contas a receber e a pagar	Terceiros
3	Inventários e ativos biológicos	Existências
4	Investimentos	Imobilizações
5	Fundos patrimoniais	Fundo Social, Reservas e Resultados Transitados
6	Gastos	Custos e perdas
7	Rendimentos	Proveitos e ganhos
8	Resultados	Resultados

Fonte: Adaptado de Mendes (2016, p.38)

Apesar deste tipo de entidades não existirem com pressupostos financeiros, o reporte das suas contas anuais é bastante importante para as pessoas ou coletividades que doam recursos para estas organizações, nomeadamente através de quotas, legados, donativos, assistência ou trabalho voluntário, como se pode constatar pelo Ponto 1.7 do Anexo I do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho (MF, 2015b, p.3479):

- “a) Os doadores/financiadores/associados pretendem conhecer o grau de cumprimento dos objetivos desenvolvidos;*
- b) Os credores pretendem obter informação acerca da capacidade da entidade solver os seus compromissos;*
- c) Os membros das ESNL pretendem conhecer o modo como os donativos e outros fundos são aplicados nas atividades;*
- d) Os voluntários pretendem conhecer os resultados da sua dedicação, bem como os programas realizados e as necessidades de recursos;*
- e) O Estado, na medida em que proporciona os recursos para a atividade de diversas entidades do setor não lucrativo, tem necessidade de controlar os fluxos/ meios que permitam cumprir os fins sem diminuir o património;*
- f) O público em geral, de entre os quais cumpre referir os contribuintes, grupos de interesse ou pressão, associações de defesa do consumidor e todos os interessados, direta ou indiretamente, no futuro da atividade da ESNL. Este grupo deve ter a possibilidade de avaliar o contributo da entidade no seu bem-estar ou no desenvolvimento económico do setor em que se insere.”*

Quadro 5 - Diferenças nas Demonstrações Financeiras do POC-IPSS para SNC-ESNL

Diploma:	Demonstrações Financeiras:
POC-IPSS (Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de março)	Balanço Demonstração Resultados Líquidos - Resultados das valências

	- Resultados de outras atividades Conta de exploração previdencial Orçamento de investimento e de desinvestimento Demonstração das variações de fundos circulantes (OPCIONAL) Origem e aplicação de fundos (OPCIONAL)
SNC-ESNL (Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho)	Balanço Demonstração dos Resultados por naturezas Demonstração dos Resultados por funções Demonstração das alterações de Fundos patrimoniais Demonstração dos fluxos de caixa Anexo Ou Pagamento e Recebimentos Património Fixo Direitos e compromissos futuros

Fonte: Adaptado de Mendes, 2016, p.55

2.5. Considerações Finais

As Entidades do setor não lucrativo, também conhecidas como organizações sem fins lucrativos, são organizações que não têm como objetivo principal o lucro financeiro. Estas são geralmente dedicadas a causas sociais, culturais, educacionais, ambientais, de saúde, entre outras, e operam em diferentes áreas, tais como assistência social, meio ambiente, direitos humanos, cultura, desporto, entre outras.

As entidades do setor não lucrativo são financiadas por doações, subsídios, contribuições de membros e outras fontes de financiamento, e geralmente utilizam os seus recursos para desenvolver atividades que promovam o bem-estar social ou a realização dos seus objetivos institucionais. As organizações sem fins lucrativos são geridas por órgãos de governança, tais como conselhos ou direções, que são eleitos pelos membros ou representantes, de acordo com as normas estabelecidas nos seus estatutos.

As entidades do setor não lucrativo podem ser registadas como organizações da sociedade civil, organizações não governamentais (ONGs), fundações, associações, entre outras. Atuam em parceria com o setor público e privado e podem desempenhar um papel importante no desenvolvimento social e económico de uma sociedade.

O setor das Entidades sem Fins Lucrativos também é composto por diversas redes e fóruns de organizações, que promovem a cooperação e a troca de experiências entre organizações. Estas redes e fóruns têm um papel importante na articulação e defesa de interesses comuns das entidades sem fins lucrativos, além de atuar como agentes de mudança social e política.

A noção de pessoa coletiva de utilidade pública refere-se a uma entidade ou organização que é reconhecida pelo Estado como tendo uma atividade de interesse público, e que, por esse motivo, tem direito a determinados benefícios e prerrogativas legais. Para ser reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, a entidade deve cumprir determinados requisitos, como ter uma atividade que beneficie a comunidade, possuir uma estrutura organizacional transparente e democrática, e ter uma gestão financeira

saudável e transparente. Além disso, a entidade deve apresentar um pedido de reconhecimento junto do Estado, que avalia se os critérios são cumpridos.

Uma vez reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, a entidade pode usufruir de uma série de benefícios e prerrogativas, como a possibilidade de receber donativos e heranças, isenções fiscais, e o acesso a financiamentos e a outras formas de apoio por parte do Estado. A entidade também pode ser reconhecida como uma instituição de referência no setor em que atua, o que pode conferir-lhe uma maior credibilidade e legitimidade junto do público.

Em Portugal, a atribuição do estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública é feita através de um processo administrativo conduzido pelo Governo, que avalia se os requisitos são cumpridos. O estatuto pode ser atribuído a entidades de diferentes áreas, como ação social, cultura, desporto, ambiente, entre outras.

O Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, foi uma legislação portuguesa que estabeleceu o regime jurídico dos contratos coletivos de trabalho. Este decreto-lei foi importante para a consolidação das relações laborais em Portugal, ao permitir a negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores, e estabelecer as regras para a celebração, revisão e denúncia dos contratos coletivos de trabalho. Elaborado durante um período de transição política em Portugal, após a Revolução dos Cravos de 1974, que pôs fim ao regime ditatorial do Estado Novo. Este decreto-lei representou um avanço na defesa dos direitos dos trabalhadores, ao permitir que eles se organizassem e negociassem melhores condições de trabalho.

Entre outras disposições, o Decreto-Lei n.º 460/77 previu que os contratos coletivos de trabalho deveriam estabelecer as condições de trabalho e remuneração, bem como as regras de promoção e progressão na carreira. Além disso, o decreto-lei estabeleceu que os contratos coletivos de trabalho teriam uma duração máxima de três anos, e que poderiam ser revistos ou denunciados pelas partes interessadas. O Decreto-Lei n.º 460/77 foi revogado pelo Código do Trabalho em 2003, mas a sua importância histórica e social é reconhecida como um marco na luta pelos direitos dos trabalhadores em Portugal.

O sistema contabilístico das entidades sem fins lucrativos em Portugal é regulado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março. Este diploma estabelece as regras para a contabilidade e prestação de contas das entidades sem fins lucrativos, incluindo as associações, fundações, cooperativas e outras entidades com objetivos sociais.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, as entidades sem fins lucrativos devem adotar um sistema de contabilidade organizada e manter registos contabilísticos adequados à sua natureza e dimensão. As entidades devem também elaborar e submeter anualmente um conjunto de documentos de prestação de contas, que incluem o balanço, a demonstração de resultados por natureza e o anexo.

O sistema contabilístico das entidades sem fins lucrativos tem algumas particularidades em relação ao sistema contabilístico das empresas com fins lucrativos. Por exemplo, as entidades sem fins lucrativos estão

isentas de algumas obrigações fiscais, como a entrega do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), desde que sejam cumpridos determinados requisitos.

Além disso, o sistema contabilístico das entidades sem fins lucrativos deve refletir a sua natureza e objetivos sociais, de forma a permitir a avaliação da sua atividade e dos resultados alcançados. Este sistema deve ser transparente e permitir a prestação de contas aos associados, membros e outras partes interessadas na atividade da entidade.

O SNC-ESNL (Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo) e o POC-IPSS (Plano Oficial de Contabilidade para as Instituições Particulares de Solidariedade Social) são dois sistemas contabilísticos aplicáveis a entidades sem fins lucrativos em Portugal.

O SNC-ESNL é um sistema contabilístico que visa harmonizar as normas contabilísticas aplicáveis a entidades do setor não lucrativo com as normas internacionais de contabilidade. Este abrange diversas entidades sem fins lucrativos, como associações, fundações, cooperativas e outras organizações semelhantes. O SNC-ESNL entrou em vigor em 2016, substituindo o anterior regime contabilístico aplicável a estas entidades.

O POC-IPSS, por sua vez, é um plano contabilístico específico para as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) em Portugal. As IPSS são organizações sem fins lucrativos que têm como objetivo promover ações de solidariedade social e prestar serviços em áreas como a saúde, a educação, a cultura, a segurança social, entre outras. O POC-IPSS estabelece as regras contabilísticas a serem seguidas pelas IPSS, incluindo os princípios contabilísticos e os procedimentos de apresentação das demonstrações financeiras.

Embora sejam dois sistemas distintos, o SNC-ESNL e o POC-IPSS têm pontos em comum e partilham princípios similares, como a relevância, a comparabilidade, a transparência e a prudência. Ambos os sistemas visam garantir a transparência e a fiabilidade das informações financeiras apresentadas pelas entidades sem fins lucrativos, permitindo que os seus stakeholders avaliem a sua gestão e a sua *performance*.

Parte II - Análise Empírica

3. Análise Económico-Financeira do Estudo de Caso

3.1. Enquadramento

Contabilisticamente os Sindicatos estão inseridos nas Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL). Esta designação aplica-se a organizações privadas sem fins lucrativos, que dadas as suas atividades de cariz social como melhor educação, cultura e condições humanas, não podem distribuir lucros pelos seus membros. Os sindicatos são constituídos por grupos de pessoas, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho de um determinado setor.

Em termos financeiros, a maximização do valor da associação de natureza sindical não é vista como o principal objetivo, porque o seu fim não é aumentar os rendimentos dos seus investidores, ou seja, todos os objetivos são dinâmicos, devido às especificidades da atividade de cada entidade, pelo que não existe um objetivo ideal ou único.

3.2. Responsabilidade Social nas Entidades do Setor Não Lucrativo

A Responsabilidade Social, é uma prática empresarial que permite assumir responsabilidade pelos impactos sociais e ambientais das operações e decisões de negócios. A Responsabilidade Social Corporativa vai além do objetivo de maximizar os lucros para incluir a preocupação com o bem-estar dos funcionários, das comunidades e do meio ambiente. Vázquez e Rodríguez (2012, p.1) definem a RSC como:

“gestão voluntária de todas as áreas da organização através de uma gestão socialmente responsável. Os princípios de ética e respeito pelas pessoas e sua contribuição para melhorar a comunicação com os clientes, treinamento de funcionários, melhoria contínua e criação de um bom ambiente de trabalho representam interligações entre a Gestão da Qualidade Total (TQM) e a RSC, para que a implementação de qualquer um dos Modelos de Gestão da Qualidade Total mais relevantes seja uma excelente forma de focar e desenvolver a integração das organizações económicas, ambientais e sociais.”

Assim, uma organização socialmente responsável atua de forma ética, transparente e sustentável em todas as áreas em quem estão representados. A RSC tornou-se cada vez mais importante nos últimos anos, à medida que as organizações se tornaram cada vez mais conscientes do impacto das suas operações no mundo. Além disso, os membros destas organizações estão cada vez mais exigentes em relação às práticas éticas e sustentáveis das entidades, o que torna a RSC uma parte importante da estratégia de negócios de muitas entidades atualmente. Mas só por si, a RSC não chega, esta prática empresarial tem de estar envolta com critérios como a eficiência, eficácia e economia de uma organização, como explicam David, Abreu e Madeira (2010, p.5):

“Estes critérios de eficiência, eficácia e economia devem ser conjugados com os princípios de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), com vista a apoiarem os Gestores nas suas decisões de investimento, financiamento e exploração. De facto, os princípios de responsabilização, transparência, contrato social e sustentabilidade garantem, por um lado, que as decisões são tomadas segundo a melhor alternativa disponível, já que os Gestores optam pela alternativa económica e socialmente mais viável, e, por outro lado, que as empresas se mantêm de forma contínua e sustentável no mercado.”

Ao implementar uma estratégia de excelência, uma entidade do setor não lucrativo pode melhorar a sua capacidade de cumprir a missão à qual está destinada e alcançar os seus objetivos, enquanto demonstra responsabilidade social corporativa, mas também compromisso com a melhoria contínua em todos os aspetos da sua operação. Pois, como explicam David, Abreu e Madeira (2010, p.5)

“a implementação de uma estratégia de excelência assenta, em paralelo com a existência de um sistema de informação contabilístico desenvolvido e na presença dos princípios de responsabilidade social corporativa, em fatores como: liderança e constância; aprendizagem contínua; desenvolvimento de parcerias; e, por último, participação das pessoas.”

Por exemplo, um sindicato pode implementar uma política de comunicação aberta e transparente com os seus membros e com a comunidade, criar um plano de ação para a promoção de igualdade e inclusão, instituir metas para aumentar a participação dos membros e praticar práticas de sustentabilidade nas instalações e operações desempenhadas.

A análise SWOR (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Risks - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Riscos) é uma ferramenta comum usada para avaliar a situação de uma organização e orientar a formulação de estratégias de excelência. Como explica Abreu a:

“Força (S), Fraqueza (W), Oportunidade (O) e A análise de risco (R) com a sigla SWOR é uma ferramenta estratégica apoiada em uma matriz quadrada baseada em experiências passadas, práticas presentes e expectativas futuras associado com a situação interna pontos fortes e fracos e com o exterior oportunidades e riscos ambientais para avaliar uma empresa, um produto ou serviço, uma ideia, uma parceria, uma oportunidade de investimento, ou um novo processo de tomada de decisão.” (Abreu, 2023, p.1)

Esta matriz é utilizada para identificar áreas onde é preciso melhorar e desenvolver estratégias para abordar estas questões. Como explica Abreu (2023, p.2):

“A proposta da análise SWOR é baseada no planeamento estratégico e como Roth et al. (2018, pág. 1391) define “modelos de negócios que explicitamente aproveitam o potencial criativo da diferenciação funcional como característica distintiva da sociedade moderna.” Além disso, a matriz SWOR é proposta de desenvolvimento do “planeamento estratégico é apenas uma ferramenta”

(Bartling 1997, p. 20). De facto, o maior sucesso desta ferramenta é a “viagem intelectual que os participantes fazem em explorar o futuro” (Blatstein 2012, p. 32), mas “não se trata de prever o futuro, o que é então O objetivo? O planeamento estratégico enfatiza a importância de tomar decisões que assegurem a capacidade da organização para responder com sucesso às mudanças naquele ambiente” (Blatstein 2012, pág. 32).”

Quadro 6 – Análise SWOR

Análise SWOR		Strengths (Forças)			Weaknesses (Fraquezas)		
		Representação Efetiva: O sindicato tem uma forte presença e representação entre os professores do ensino superior em Portugal, o que lhe confere uma base sólida de apoio e influência.	Conhecimento e Experiência: O sindicato possui profissionais experientes e qualificados em seu quadro, que compreendem as questões específicas do ensino superior e podem defender os interesses dos professores de forma eficaz.	Mobilização e Alcance: O sindicato tem a capacidade de mobilizar e alcançar os professores, organizando manifestações, greves e outras ações coletivas para defender os direitos e melhorias nas condições de trabalho.	Fragmentação e Diversidade de Interesses: Diferentes professores podem ter interesses e demandas distintas, o que pode dificultar a obtenção de um consenso entre os membros do sindicato.	Dependência de Recursos Limitados: O sindicato pode enfrentar restrições financeiras e de recursos humanos, o que pode afetar sua capacidade de realizar ações efetivas em benefício dos membros.	Baixa Participação dos Membros: Alguns professores do ensino superior podem não estar envolvidos ativamente no sindicato, resultando em uma participação limitada nas decisões e atividades sindicais.
Opportunities (Oportunidades)	Reformas Educacionais: Mudanças nas políticas educacionais podem fornecer uma oportunidade para o sindicato se envolver ativamente na formulação de políticas e na defesa dos interesses dos professores do ensino superior.	+	+	+	-	-	-
	Colaboração com Outros Sindicatos: O sindicato pode buscar parcerias e alianças com outros sindicatos e associações de professores, tanto em nível nacional quanto internacional, para fortalecer sua posição e promover os interesses comuns.	+	+	+	-	-	-
	Crescimento da Consciência Coletiva: O aumento da conscientização entre os professores sobre a importância de se unirem e defenderem seus direitos pode criar uma oportunidade para o sindicato expandir sua base de membros e aumentar sua influência.	+	+	+	-	-	-
Risks (Riscos)	Restrições Orçamentárias: O ensino superior pode enfrentar cortes orçamentários e limitações financeiras, o que pode resultar em reduções de salários, benefícios e investimentos em infraestrutura, representando uma ameaça aos interesses dos professores.	-	-	-	-	-	-
	Mudanças Políticas: Mudanças nas políticas governamentais em relação à educação e ao ensino superior podem impactar negativamente os professores e exigir ações do sindicato para proteger seus direitos e interesses.	-	-	-	-	-	-
	Desvalorização da Profissão: A desvalorização da carreira acadêmica e a falta de reconhecimento público podem afetar negativamente a motivação e a satisfação dos professores, bem como a capacidade do sindicato de promover mudanças significativas.	-	-	-	-	-	-
Sinal “Mais” = (+) Interação Positiva: aproveitamento da oportunidade ou risco combatido							

Sinal “Menos” = (-) Interação Negativa: oportunidade desperdiçada ou risco potenciado

Fonte: Elaboração Própria

Com base no Quadro 6 – SWOR, as forças identificadas no sindicato de professores do ensino superior em Portugal, como representação efetiva, conhecimento e experiência, e mobilização e alcance, são essenciais para fortalecer sua posição e capacidade de defender os interesses dos professores. A forte presença e representação do sindicato garantem uma base sólida de apoio e influência, permitindo que este tenha maior poder de negociação em questões importantes.

O conhecimento e a experiência dos profissionais no quadro do sindicato são vantagens significativas, pois estes entendem as questões específicas do ensino superior e podem defender os interesses dos professores de forma eficaz. A capacidade de mobilizar e alcançar os professores é uma força importante, pois isto permite que o sindicato organize ações coletivas, como manifestações e greves, para garantir melhores condições de trabalho e direitos para os professores.

Por outro lado, as fraquezas identificadas, como a fragmentação e diversidade de interesses, a dependência de recursos limitados e a baixa participação dos membros, podem representar desafios para o sindicato. A diversidade de interesses entre os membros pode dificultar a obtenção de um consenso em relação a pedidos e negociações. Além disso, as restrições financeiras e de recursos humanos podem limitar a capacidade do sindicato de realizar ações efetivas. A baixa participação dos membros também pode afetar a representatividade do sindicato e a tomada de decisões.

No entanto, existem oportunidades significativas para o sindicato. As reformas educacionais representam uma oportunidade para o sindicato se envolver na formulação de políticas e na defesa dos interesses dos professores do ensino superior. A colaboração com outros sindicatos e associações de professores também pode fortalecer sua posição e aumentar a influência do sindicato. O crescimento da consciência coletiva entre os professores pode abrir espaço para expandir a base de membros e aumentar a influência do sindicato.

Por fim, há riscos a serem considerados, como as restrições orçamentárias que podem levar a cortes salariais e limitações financeiras que afetam os interesses dos professores. Mudanças nas políticas governamentais em relação à educação e ao ensino superior também podem representar riscos, exigindo que o sindicato tome medidas para proteger os direitos e interesses dos professores. Além disso, a desvalorização da profissão acadêmica e a falta de reconhecimento público podem impactar negativamente a motivação e a capacidade do sindicato de promover mudanças significativas.

É importante que o sindicato esteja ciente desses elementos da análise SWOR e desenvolva estratégias para aproveitar as suas forças, superar as suas fraquezas, explorar as oportunidades e mitigar os riscos. Isto ajudará a fortalecer sua posição e a defesa dos interesses dos professores do ensino superior em Portugal.

Se a análise SWOT revelar que a organização tem forças significativas em determinadas áreas, mas fraquezas em outras áreas, a estratégia de excelência pode concentrar-se em maximizar estas forças e abordar as fraquezas para melhorar o desempenho geral, pois como David, Abreu e Madeira (2010, p.14) referem apresenta:

“a análise SWOT poderá ajudar a compreender a situação financeira actual e os resultados obtidos pela empresa, bem como ajudar a definir futuras estratégias e políticas de investimento, financiamento, distribuição de resultados, entre outras”

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) também é relevante para as entidades do setor não lucrativo, como organizações sem fins lucrativos, instituições de caridade e fundações, onde se incluem também os sindicatos. Embora estas organizações não tenham fins lucrativos, desempenham um papel importante na sociedade e devem esforçar-se para contribuir com impactos positivos nos grupos que auxiliam ou representam e na sociedade em geral. Assim as organizações têm de:

“desenvolver, cada vez mais, ferramentas para melhorar o controlo da eficiência e da eficácia da sua atividade, bem como da utilização económica dos seus recursos, na perspectiva de garantir a sua sustentabilidade futura.” (David, Abreu e Madeira, 2010, p.19)

Pois as entidades do setor não lucrativo também podem ser avaliadas em relação ao impacto social das suas atividades, ao invés de serem apenas avaliadas através dos resultados financeiros. Para isso, é importante que estas organizações estabeleçam parâmetros claros de desempenho e que relatem regularmente as suas atividades e resultados ou aprendizagens obtidas para os seus membros, incluindo beneficiários e a comunidade em geral. Nomeadamente através de um sistema de informação contabilística, tal como explica (David, Abreu e Madeira, 2010, p.19):

“sistema de informação contabilístico deve constituir-se como ferramenta de apoio à tomada de decisões, com vista a orientar as empresas no caminho do progresso e do desenvolvimento. Assim, como afirma Moir (2001), as empresas devem empreender comportamentos tutelados pelos princípios de RSC, de forma a ajustarem as suas ações a comportamentos socialmente responsáveis, contribuindo para a competitividade e o bem-estar da sociedade em que se inserem, de modo eficiente, eficaz e socialmente responsável.”

Ao implementar uma estratégia de excelência, um sindicato pode demonstrar o seu compromisso com a responsabilidade social corporativa e com a melhoria contínua em todas as áreas de sua operação, reforçando a sua posição como um representante eficaz dos interesses dos seus membros e da comunidade em geral.

Associação de Natureza Sindical na Vertente Pública

A vertente pública de um sindicato refere-se ao papel que esta organização desempenha na esfera pública, nomeadamente na representação dos interesses dos seus membros e nas lutas por mudanças sociais e

políticas que beneficiem os trabalhadores que representam e a sociedade em geral. Uma vez que os sindicatos nascem:

“como pano de fundo da sociedade de classes, como condição criada a partir do próprio desenvolvimento do sistema capitalista e suas contradições. Trata-se de um instrumento de aglutinação de interesses comuns, no caso, da massa operariado.” (Almeida e Sardinha, 2015, p.25)

Esta vertente pode incluir atividades como negociações coletivas com empregadores ou governos para garantir melhores condições de trabalho, mobilização em torno de questões políticas e sociais que afetam a vida dos trabalhadores, campanhas de conscientização, além de serviços de apoio e representação legal para os seus associados. Uma vez que, e como explicam Almeida e Sardinha (2015, p.25):

“O operário isolado em suas funções e de seu grupo é uma força produtiva individual. Quando aliado em seu coletivo, compartilha das mesmas adversidades das condições do sistema, caracterizando-se como uma classe social, uma “potência social”, tendo como bojo a sociedade de classes.”

Em termos práticos, a vertente pública de um sindicato permite envolver a participação em manifestações, greves e outras formas de ação coletiva como forma de pressionar forças políticas e governos para influenciar a legislação e políticas que afetam os trabalhadores de modo a criar melhores condições sociais, financeiras e laborais. Estanque (2012, p. 10) refere que:

“alguns dos momentos mais “quentes” da contestação sociolaboral foram novamente as estruturais tradicionais do sindicalismo português (com maior destaque para a CGTP) que dominaram a ação colectiva. Mas, como se pode facilmente compreender com a descrição de alguns dos principais movimentos e associações vocacionadas para o combate à precariedade no trabalho (adiante apresentadas), esses momentos de maior críspação contra o poder instituído (nomeadamente na área da educação), como as grandes manifestações de professores, mobilizaram conjuntamente as velhas e as novas estruturas e associações do campo laboral.”

A vertente pública de um sindicato em Portugal foi influenciada pelo contexto histórico do país, que passou por uma intensa transformação. Período que ficou marcado pela construção de um Estado social, que procurou garantir direitos e proteção social aos cidadãos, e pela aprovação de uma Constituição com forte orientação socialista. No entanto, paradoxalmente, ao período também criou as condições para a negação do Estado social e das instituições democráticas. Neste contexto, o formalismo da legislação e da própria Constituição pode ter sido criado apenas para fins demonstrativos, sem uma verdadeira intenção de implementação e garantia dos direitos sociais e de trabalho. Este fenómeno foi defendido por muitos partidos políticos, que se compreendem desde a esquerda até a direita. Conforme defende Estanque (2012, p. 5), quando refere que:

“o formalismo da legislação e da própria Constituição (de orientação “socialista”, aprovada em 1976), parecem ter sido criados apenas para ficar no papel ou, pior ainda, para ornamentar o

discurso político da época, partilhado, aliás, por um vasto leque de partidos políticos (da esquerda à direita).”

A citação de Estanque (2012) aborda as profundas transformações que afetaram as relações de trabalho no contexto da globalização neoliberal. Estas mudanças tiveram um impacto significativo nas formas de organização e mobilização sindical, visto que a estagnação económica e o desequilíbrio orçamental em muitos Estados Europeus, juntamente com pressões do capital financeiro e da economia monetária, levaram a uma crise sem precedentes. Crise que teve consequências devastadoras para o mundo do trabalho e ainda não se sabe como será a sua saída. Estanque (2012, p. 8) sugere que essas mudanças apresentam grandes desafios para os sindicatos no atual contexto globalizado:

“As profundas transformações que têm fustigado as relações laborais no contexto da globalização neoliberal não podem deixar de fazer sentir os seus impactos no campo laboral e, consequentemente, nas formas de organização e mobilização sindical.”

Sem dúvida, que o sindicalismo é um movimento social global que vai além da esfera laboral e defende valores democráticos e ambientais, além de resistir ao capitalismo destrutivo. O autor salienta que o sindicalismo deve pensar os problemas laborais no contexto mais amplo da sociedade e colocar o trabalho no centro de novas ações emancipatórias. A citação sugere que o sindicalismo deve ser mais do que uma simples defesa dos interesses dos trabalhadores e relacionar-se com questões mais amplas da sociedade, como a proteção ambiental, a democracia participativa e a defesa das tradições culturais locais. Estanque, 2012, pp. 15 e 16) refere:

“As actuais redes de activismo transnacional só poderão fortalecer-se em aliança com um sindicalismo de novo tipo – um sindicalismo de movimento social global – orientado para a intervenção cidadã, que se estenda para além da esfera laboral; que passe das solidariedades nacionais para as transnacionais, de dentro para fora, dos países avançados para os países pobres.”

Os sindicatos têm como principal papel defender os trabalhadores em circunstâncias precárias, mas nem sempre assim foi, nos Estados Unidos um grupo de trabalhadores continuou a sofrer repercussões apesar da sua sindicalização para melhorar as suas condições de trabalho, como explica Green (2018, p. 16):

“Por 11 anos, começando em 1963, Stevens respondeu ao esforço de organização do sindicato intimidando cruelmente seus trabalhadores e tirando vantagem da hostilidade dos governos estaduais do sul em relação aos sindicatos.”

Em suma, a vertente pública de um sindicato desempenha um papel crucial na luta pelos direitos dos trabalhadores e na promoção de mudanças sociais e políticas em benefício da sociedade como um todo. Em Portugal, a história política do país teve um grande impacto na vertente pública dos sindicatos, pois criou um ambiente contraditório, onde por um lado se procura construir um Estado Social e garantir direitos, mas por outro lado, havia a negação desses direitos a instituições democráticas. Apesar desses desafios, a luta

dos sindicatos em Portugal continua a ser fundamental para garantir os direitos dos trabalhadores e para promover a justiça social.

Espectro Social e Coletivo das Organizações Sindicais

O espectro social e coletivo das organizações sindicais refere-se à amplitude de membros e interesses pela qual uma determinada organização sindical atua. A maioria dos sindicatos são criados para defender e proteger os interesses dos trabalhadores de uma determinada categoria profissional, como trabalhadores da indústria, comércio, serviços, etc. No entanto, os sindicatos também podem representar outros grupos sociais, como os desempregados, estudantes, aposentados, entre outros. Se explorarmos o sistema que foi adotado no pós-guerra no noroeste da Europa, muitas mudanças ocorreram, nomeadamente:

“sobre o sistema de trabalhador convidado do pós-guerra no noroeste da Europa e suas consequências até o início dos anos 1990. Desde esse período, ocorreram grandes mudanças, na migração e integração e em domínios relacionados com o trabalho, como a ordem económica internacional, os mercados de trabalho nacionais e internacionais, as relações laborais e, talvez especialmente, a posição dos sindicatos” (Marino, Penninx e Roosblad, 2015, p. 4).

É, importante, destacar que a própria constituição da União Europeia se baseia num conjunto de políticas, que permite, entre os países nestes associados, uma livre circulação de bens e serviços, das quais se inclui o trabalho, como explica Kleine (2013, p. 37), no seu cerne estava o objetivo de estabelecer um mercado comum que consistisse em políticas que governassem agricultura, transporte e competição, e a livre circulação de mercadorias, capital, serviços e trabalho (designada as “quatro liberdades”).

Ainda hoje, se assistem a diversas lutas por melhorias salariais, que já se discutiam no passado, de acordo com Carlson e Haskins (2022, p. 2), os trabalhadores de baixa renda hoje enfrentam um mercado de trabalho muito diferente do que enfrentavam há cinquenta anos. Investigações recentes documentam as principais mudanças que surgiram nas últimas décadas afetando os trabalhadores.”

Carlson e Haskins (2022, p. 3) acrescentam que as mudanças do panorama laboral e dos próprios sindicatos levou ao longo do tempo a melhorias das condições gerais de trabalho, porém, o impacto das organizações sindicais no público versus privado está longe de ser a ideal:

“Outra grande mudança na natureza do trabalho nas últimas décadas é o papel dos sindicatos dos setores público e privado. Os sindicatos, que historicamente reforçaram os salários e benefícios dos trabalhadores, cobrem significativamente menos trabalhadores hoje do que no passado.”

A imigração pode ter um impacto significativo no espectro social e coletivo de uma organização sindical. Tal ocorre porque os sindicatos precisam representar e mobilizar trabalhadores de diferentes áreas e situações, incluindo trabalhadores imigrantes. Quando há uma grande população imigrante numa

determinada área, os sindicatos precisam de reconhecer as desigualdades que estes trabalhadores enfrentam e lutar pelos seus direitos e interesses.

Além disso, os sindicatos podem precisar de trabalhar em conjunto com outros movimentos sociais para atender as necessidades de grupos marginalizados ou sub-representados na sociedade, incluindo trabalhadores imigrantes. A imigração pode afetar o espectro social e coletivo de uma organização sindical, tornando a representação e mobilização de trabalhadores imigrantes uma parte importante do trabalho sindical, o que particularmente se sucedeu, segundo Marino, Penninx e Roosblad (2015, p. 4 e 6), nas últimas décadas, o quadro geral da migração internacional na Europa mudou completamente, tanto no que se refere à sua dimensão e padrões como ao nível da sua regulamentação.

Em primeiro lugar, como explica Marino, Penninx e Roosblad (2015, p. 4 e 6), os fluxos migratórios aumentaram fortemente, de cerca de 23 milhões de imigrantes em 1985 (ONU 1998: 1) para mais de 56 milhões, ou 7,7 por cento da população europeia total em 2000 (IOM 2003: 29). Nos atuais 28 membros da União Europeia (UE), cerca de 49 milhões do total de 504 milhões de habitantes são estrangeiros (incluindo os nascidos noutros países da UE). Isto é cerca de 10 por cento da população total (Eurostat 2012: 1). Além disso, esses números incluem apenas pessoas nascidas no exterior com residência legal. No início do período estudado por Penninx e Roosblad (2000), a imigração começou nos países do Noroeste da Europa.

Marino, Penninx e Roosblad (2015, p. 4 e 6), referem que outros países, como Itália, Espanha, Portugal, Grécia, Irlanda, Noruega e Finlândia, foram países de emigração até a década de 1980, mas começaram a experimentar uma imigração significativa nas décadas de 1990 e 2000. Ainda outros, entre eles a maioria dos países pós-adesão à UE em 2004, experimentaram emigração simultânea, migração de trânsito e imigração. A Europa tornou-se, de facto, um continente de imigração. (...) Devido à sua posição vulnerável no país de acolhimento, esses migrantes não estão em posição de recusar salários baixos e direitos sociais e laborais precários (King, 2000: 18). Muitos, portanto, acabam na economia informal.

Rodgers (2019, p. 216 e 217), destaca a persistência da diferença salarial entre negros e brancos nos Estados Unidos e as consequências negativas da desigualdade racial na economia e na sociedade em geral. Salienta a importância de políticas que controlem as políticas, culturas e eventos económicos que ampliam a desigualdade. Além disso, destaca que a desigualdade racial pode levar a uma série de problemas, incluindo menor produtividade, maior ociosidade do trabalhador, taxas mais altas de criminalidade e prisão, níveis elevados de fome, stresse, ansiedade e depressão. O autor enfatiza a necessidade de um compromisso moral renovado para fortalecer as políticas trabalhistas e a importância de uma campanha de conscientização pública para educar os americanos sobre a fragilidade da política de trabalho. Particularmente, Rodgers, (2019, p. 216 e 217), explica a diferença salarial entre os graduados negros e brancos também permanece em grande parte inexplicável. Uma variedade de ventos contrários políticos, culturais e económicos, se não for controlada, fará com que a desigualdade se expanda. Continuar no caminho e no ritmo atuais em que estamos lidando com a desigualdade racial do país terá sérias consequências. Alguns destes, apenas alguns, seguem.

- Turmas maiores, menos recursos para professores e obstáculos contínuos dos pais para participar do desenvolvimento dos seus filhos;
- Menor participação na força de trabalho, maior ociosidade do trabalhador, taxas mais altas de criminalidade e encarceramento e taxas mais altas de reincidência;
- Níveis elevados de fome, insegurança alimentar, stress, ansiedade e depressão clínica;
- Menor produtividade individual e comunitária e, portanto, competitividade;
- Crescimento económico municipal, estadual, regional e nacional mais lento.

Rodgers (2019, p. 216 e 217), refere que no conjunto, essas consequências significam menor produtividade dos EUA (Estados Unidos da América) e menor crescimento económico, ou seja, uma economia menos competitiva, e uma economia competitiva é uma obrigação no mundo globalizado de hoje. Tudo isto resulta em um padrão de vida mais baixo para todos os americanos. Como disse o ex-presidente da National Urban League, Hugh Price, “temos muitas das soluções na ponta dos dedos. Precisamos de coragem política para fazer os investimentos necessários que tornem os locais de trabalho seguros e justos para todos os trabalhadores”. Com base na declaração de Price e no apelo à ação da Comissão Kerner de cinquenta anos atrás, essas soluções precisam de um novo compromisso moral para seu fortalecimento. Como Hugh Price, Kochan e Kimball (2019) acreditam que temos todas as ideias necessárias para melhorar a política, mas precisamos de uma grande campanha de conscientização pública que eduque os americanos sobre o estado frágil da política trabalhista.

O espectro social e coletivo de uma organização sindical também está diretamente relacionado com o reconhecimento da mulher trabalhadora e o seu direito à filiação sindical. Isto porque as mulheres representam uma parte significativa da força de trabalho em muitos países, mas historicamente têm sido sub-representadas em sindicatos e enfrentam desigualdades no local de trabalho, como salários mais baixos e falta de oportunidades de promoção, sobretudo segundo Santos (2010, p. 15 e 16):

“No sudoeste do Paraná, a participação da agricultura na organização territorial ocupa um lugar e centralidade. É a partir dela que se constitui em principais movimentos de organização territorial como a Revolta dos Posseiros de 1957, a modernização da estrutura produtiva, a edificação de entidades representativas, o fomento a vida no campo e na cidade, o êxodo rural, entre outros. (...) Vale destacar que as lutas efetivadas, especialmente pós 1988, consisti no reconhecimento da mulher como trabalhadora rural e pelo direito de filiação em sindicatos, cooperativas, partido político, mas também salário maternidade, aposentadoria, documentação particular. Essas bandeiras são alcançadas com a mobilização de muitos homens e mulheres que reconheciam nelas uma luta conjunta em defesa da agricultura familiar.”

Desta forma, o espectro social e coletivo das organizações sindicais pode ser bastante amplo e complexo, já que os interesses dos trabalhadores muitas vezes se intersectam com questões políticas e sociais mais amplas. No entanto, é importante que os sindicatos sejam representativos dos trabalhadores que defendem e que sejam capazes de lutar pelos seus interesses de forma eficaz.

Organização Sindical na Vertente Política

Os sindicatos podem ter diferentes orientações políticas e ideológicas, que também influenciam os interesses que defendem. Alguns sindicatos podem ter uma orientação mais à esquerda, defendendo os interesses dos trabalhadores e lutando por políticas públicas que beneficiem a classe trabalhadora. Outros sindicatos podem ter uma orientação mais à direita, defendendo o livre mercado e os interesses dos empregadores.

A dicotomia esquerda-direita é um conceito amplamente utilizado na política moderna, mas muitos desconhecem sua origem histórica. Esta remonta à Revolução Francesa, um momento crucial na história europeia, quando a França passava por profundas transformações sociais e políticas. Pois como Mangerona (2011, p. 69) refere:

“a dicotomia esquerda-direita nasce durante a Revolução Francesa. na sequência de um forte descontentamento social e na tentativa da edificação de uma nova sociedade, Luís XVI permite, em 1789, a Assembleia nacional Constituinte com a representação de todas as classes sociais. na presidência do «hemiciclo», o Rei colocou à sua esquerda os que se opunham ao seu veto legislativo; à direita sentaram-se os apoiantes da continuação do poder monárquico e do veto do Rei.”

Estes dois conceitos surgiram, de facto, durante a Revolução Francesa, inserido numa ocasião de grande insatisfação social e procura por uma nova sociedade. Desde então, a dicotomia esquerda-direita tem sido utilizada como uma forma mais simples de agrupar as forças políticas de acordo com suas ideologias e reivindicações. Embora a complexidade das sociedades democráticas tenha criado correntes e questionado a solidez desta análise dicotómica, a história recente mostra que a distinção esquerda-direita ainda é útil para identificar posicionamentos intermédios e compreender a dinâmica política.

“A introdução dos conceitos esquerda e direita, como grupos ideológicos que arrumam as diversas forças políticas, proporciona uma simplificação das ideias, posições e reivindicações que a pluralidade democrática imprime ao tecido e organização social. Com o tempo e a crescente complexidade das sociedades democráticas ocidentais, a dicotomia esquerda-direita ganha novas relações e subdivide-se em novas derivações. O surgimento de novas correntes, como a «terceira via» e o «conservadorismo compassivo», questiona a solidez da análise dicotómica esquerda-direita. no entanto, a História recente mostra que a distinção analítica no eixo esquerda-direita tem permitido «encaixar» posicionamentos intermédios.” (Mangerona, 2011, p. 70)

A distinção entre direita e esquerda política é ampla e complexa, e pode variar de acordo com as sociedades e os contextos históricos. Geralmente, a direita é associada a uma posição mais conservadora, defensora da tradição e da ordem social, enquanto a esquerda tende a ser mais progressista, valorizando a mudança e a igualdade social. No entanto, Mangerona (2011, p. 72 e 73) refere:

“As diferenças entre esquerda e direita são complexas mas muito intuitivas. À direita reconhecem-se os valores da tradição, do respeito máximo pela lei e pela ordem, pela defesa dos valores da

Igreja, da Família e pelo direito inalienável da propriedade. A esquerda representa a mudança, a revolução, o coletivismo e o igualitarismo. Também para estas definições entram dicotomias políticas que ajudam ao reconhecimento espacial das diferentes ideologias: igualdade-desigualdade, revolução-tradição, liberdade-autoridade. Segundo Bobbio (1995), a igualdade sustenta a oposição da direita e da esquerda e funciona como «estrela polar» que continua a guiar esta distinção. A esquerda promove a defesa de uma maior igualdade entre as classes e grupos sociais, a direita reconhece a defende uma hierarquia social legitimada pela desigualdade natural «interpretada positivamente como reconhecimento da irreduzível singularidade de cada indivíduo».”

A dicotomia esquerda-direita não é exclusiva aos Estados constitucionais democráticos, também está presente em regimes não democráticos com um partido único. Isto mostra que a ideologia política é uma realidade global e a distinção entre esquerda e direita é relevante em qualquer contexto político. A pluralidade partidária em Estados democráticos apenas intensifica a comparação de posicionamentos e o debate ideológico. Como Mangerona (2011, p. 74) sustenta:

“nos Estados constitucionais democráticos, a pluralidade partidária é imprescindível e, com ela, nasce naturalmente a comparação de posicionamento. Mas até os Estados não democráticos e com regimes de partido único revelam uma ideologia definida, por oposição, a outras realidades políticas, provando a dimensão global da dicotomia esquerda- direita.”

Segundo Benoist (1995, p. 1), em França, não só desde 1981 a divisão esquerda-direita tem menos sentido, como o panorama político se modificou, de forma que:

“Nos últimos anos, todas as sondagens da Sofres mostraram que, para a maioria dos franceses, a divisão esquerda-direita está a tornar-se cada vez mais sem sentido. Em março de 1981, apenas 33% consideravam as noções de direita e esquerda ultrapassadas e não mais descritivas de posições políticas. Em fevereiro de 1986, este valor era de 45%; em março de 1988, 48%; em novembro de 1989, 56%. [2] Este último número foi confirmado por duas sondagens subsequentes da Sofres publicadas em dezembro de 1990 e julho de 1993. [3] Não parece ter mudado desde então. Quanto à opinião inversa, segundo a qual a cisão esquerda-direita ainda tem sentido, desde 1991 não passou de 33% dos inquiridos, contra 43% em 1981.”

Benoist (1995, p. 1) indica, ainda, três razões que apontam a evolução desta tendência, porque, primeiro, mostra uma tendência crescente:

“de ano para ano as noções de direita e esquerda aparecem cada vez mais desacreditadas. Em segundo lugar, bastaram uma dúzia de anos para que a credibilidade da divisão esquerda-direita diminuísse mais de 20 pontos nas sondagens de opinião pública. Em terceiro lugar, porque esta evolução é um facto em todos os círculos políticos e em todos os sectores da opinião: em abril de 1988, uma sondagem da Sofres indicava que, desde 1981, esta convicção tinha feito o maior progresso dentro da esquerda.”

Esta descrença política, espalhou-se pelos quatro cantos do mundo, originalmente, Benoist (1995, p. 1 e p.2) argumenta que:

“a distinção Esquerda-Direita surgiu originalmente como um acidente topográfico. Expandiu-se gradualmente para toda a Europa, depois para todo o mundo, tendo raízes permanentes nos países latinos e, de uma forma mais circunstancial, nos países germânicos e, sobretudo, anglo-saxónicos. Em França, assumiu o seu significado contemporâneo e tornou-se parte da linguagem quotidiana durante a Terceira República.”

Apesar desta rotura do sistema e das suas políticas aos olhos dos eleitores, Benoist (1995, p. 10) afirma que:

“haverá novas divisões no futuro. Numa época em que o imperativo da solidariedade se impõe irresistivelmente, em que antigas formas de exploração de uns por outros tendem a dar lugar a novas formas de alienação que pesam sobre todos, em que o trabalho já não é a principal fonte de coesão social, estas novas clivagens conduzirão a reagrupamentos inesperados e traçarão fronteiras fluidas, seja em torno da modernidade e da pós-modernidade, do trabalho e do desemprego, da produção ou do ambiente.”

Mas Benoist (1995, p. 10) vai mais longe e conclui no seu estudo que, as:

“as sociedades modernas passaram da acumulação extensiva para a intensiva de capital, ou seja, da busca sistemática de espaços para a realização de lucros para a transformação geral de todas as formas de atividade humana em mercadorias. Estabelecer um limite a este processo, não para suprimir o mercado, mas para evitar que este se substitua a todo o tipo de relações sociais e para refutar a ideia de que os valores de mercado são socialmente paradigmáticos, bem como para evitar os seus efeitos desestabilizadores; recriar formas orgânicas de solidariedade e desenvolver a economia em benefício de todos em nome do bem comum e contra a gestão da direita e da esquerda, iniciar uma estratégia europeia antioligopolista que conteste a internacionalização do capital e o fenómeno dos mercados transnacionais e extraterritoriais que determinam as realidades económicas, para finalmente encontrar, perante o rolo compressor de um mundo homogéneo, os meios para salvaguardar a diversidade dos povos e das culturas sem cultivar a xenofobia ou o ódio são estes os objetivos em torno dos quais se reunirão amanhã homens e mulheres que ainda hoje pertencem a campos diferentes.”

Através da distinção entre as visões mais progressistas e as mais conservadoras, os cidadãos conseguem adotar uma posição ideológica com base nas suas crenças e valores, bem como compreender melhor as questões mais complexas relacionadas com a política, já que:

“Os termos Esquerda e Direita tornaram-se, pois, instrumentos linguísticos de compreensão e orientação essenciais para que o cidadão consiga quer adotar uma posição ideológica com base nas crenças e valores que ocupa cada campo político, quer desmistificar os assuntos de carácter mais complexo atinente ao universo político.” (Baptista e Loureiro, 2018, p. 58)

A ideia de que a cultura pós-moderna tem argumentado que os conceitos de esquerda e direita estão ultrapassados e que a complexidade das estruturas sociais e a crise do socialismo justificam esta obsolescência. No entanto, o autor questiona esta alegação e afirma que a função desta argumentação é emprestar opacidade ao fim do século. Além disso, este critica a constatação de que esquerdistas e direitistas formulam programas idênticos e se propõem aos mesmos fins imediatos, sugerindo que ainda há diferenças significativas entre estas correntes políticas, pois o:

“Traço peculiar da chamada cultura pós-moderna é a alegação de que os conceitos de esquerda e direita tornaram-se obsoletos com a crescente complexidade das estruturas sociais e sobretudo com a crise do socialismo. Muitas vezes apresentada sob as vestes de melhor rigor científico esta alegação, na verdade, cumpre a função de emprestar opacidade a este complicado fim de século. Não por acaso, seu principal argumento apoia-se na discutível constatação de que “destros” e “esquerdos”, no fim das contas, formulam programas idênticos e propõem-se aos mesmos fins imediatos. Não mereceriam, por isso, serem vistos como campos diversos ou receber nomes distintos.” (Scheeffler, 2015, p. 37)

Scheeffler (2015, pp. 43 e 44) concluiu que:

“A tentativa de tentar apagar as clivagens entre os dois campos principais do leque político, sem sombra de dúvida, favorece a direita, na medida em que confunde as opções possíveis, pretendendo que todas as ideologias são iguais, já mesmo talvez não existam (veja-se Fukuyama: “O fim da história”) e o que afinal conta são as pessoas. Ora estas, obviamente contam e muitíssimo, mas são as ideias que elas professam e as ações decorrentes delas que proporcionaram ora desastre para milhares de pessoas, ora melhora significativa de qualidade de vida de outras tantas.”

A dicotomia política esquerda-direita, é uma ferramenta essencial para a compreensão do universo político na maioria das democracias ocidentais. Apesar das críticas, a distinção continua a ser usada como um mecanismo de orientação e linguagem política para todos os envolvidos. Embora tenha sido desafiada por novos temas e pelo mundo globalizado, a dicotomia ainda faz sentido teoricamente, porque como afirmam Baptista e Loureiro (2018, p. 75):

“Em termos teóricos, a díade política Esquerda-Direita continua a fazer sentido no universo político na imensa maioria das democracias ocidentais. Apesar das críticas de que esta díade tem sido alvo ao longo dos anos, alegando a sua falta de capacidade em lidar com os novos temas aliados a um mundo globalizado, a verdade é que serve, diariamente, de mecanismo não apenas de orientação, mas também de linguagem política para todos os envolvidos num mundo civilizado e político.”

Machado apresenta um panorama da história constitucional portuguesa, marcada por diversas ruturas e revoluções ao longo dos anos. Segundo o Machado (2009, p. 35), a maioria das alterações da Constituição da República Portuguesa surgiram em consequência de revoluções e sofreram alterações ao longo do tempo. A exceção é a Carta Constitucional de 1826, que se enquadra na vertente de 1820. O autor destaca a Revolução dos Cravos, em 1974, como o caso mais original de democratização que se espalhou por outros países, como América Latina, Europa de Leste, Ásia e África:

“Como na maioria dos países latinos, a história constitucional portuguesa é feita, pois, de ruturas. As Constituições surgem em rutura com as anteriores, sofrem alterações e acabam com novas ruturas ou revoluções. Assim, a Constituição de 1822 é consequência da Revolução de 1820, a de 1838 da Revolução de 1836, a de 1911 da Revolução de 1910, a de 1933 da Revolução de 1926 e a de 1976 da Revolução de 1974. A única exceção é a Carta Constitucional de 1826, embora se situe na vertente de 1820.

A «Revolução dos Cravos», em 1974, foi o primeiro e, em muitos aspetos, o caso mais original da onda de democratização que se espalhou desde o sul da Europa até à América Latina, à Europa de Leste e à Ásia e que parece estar também a afetar a África e o Extremo Oriente.”

Mário Soares foi fundamental para difundir o valor da liberdade entre os portugueses e garantir o sucesso da transição democrática do país. No entanto, o autor também ressalta a importância de outras figuras como Sá Carneiro, Freitas do Amaral, Adelino Amaro da Costa e Salgado Zenha, que contribuíram para o processo democrático em Portugal, como:

“os protagonistas da transição para a democracia em Portugal, Mário Soares contribuiu decisivamente para incutir nos portugueses o significado mais alto da palavra liberdade e para assegurar o sucesso da transição portuguesa para a democracia pluralista e representativa europeia de finais do século xx. Mas não estava sozinho; Sá Carneiro, Freitas do Amaral, Adelino Amaro da Costa e Salgado Zenha são rostos importantes da democracia, sem os quais teria sido outro o rumo para Portugal.” (Machado, 2009, pp. 35 e 36)

Para Machado (2009, p. 36), a história da democracia em Portugal é marcada por uma forte divisão política entre esquerda e direita, que se desenvolveu em torno dos principais partidos políticos do país. Esta divisão, no entanto, não é única em Portugal, sendo comum em muitos outros países. Neste contexto, os quatro principais partidos políticos em Portugal - o PCP, o PS, o PPD/PSD e o CDS - são analisados em termos da sua organização, ideologia e base social, pois a sua:

“A história da democracia portuguesa e da divisão esquerda/direita desenrola-se, assim, à volta dos quatro principais partidos (PCP, PS, PPD/PSD e CDS) e dos seus líderes.

Historicamente, como sabemos, os partidos dividem-se em «partidos de notáveis» ou de quadros e «partidos de massas».

A autora apresenta uma análise dos programas e ideologias dos principais partidos políticos portugueses após a Revolução de 1974. O Partido Comunista Português (PCP) é descrito como o partido mais antigo e com uma história de oposição ao Estado Novo. O PCP defendia a luta pela democracia e pelo socialismo como objetivos inspiradores do seu programa político, então o:

“Partido Comunista Português é o mais antigo partido português e o único com uma história realmente substantiva antes de 1974. Na verdade, o partido comunista era a única força política, verdadeiramente organizada, de oposição ao Estado novo e a única que Salazar e também Caetano sabiam que, apesar de clandestina, «estava lá» e não se devia nem podia menosprezar. (...) Estes objetivos inspiradores da luta convicta, dedicada e apaixonada dos comunistas através

dos anos inseriram-se não apenas na consciência e na sensibilidade ganhas na luta, mas como valores do Programa do PCP, tanto para o regime democrático a instaurar após o derrubamento da ditadura, como para a sociedade socialista que o PCP, como seu último objetivo, sempre teve no horizonte do Portugal futuro». (Machado, 2009, pp. 37 a 42)

O Partido Socialista (PS), por sua vez, é descrito como um partido que se sentia herdeiro do movimento socialista do século XIX e da República de 1910. O PS defendia a ideia de conciliar a liberdade e o progresso com a igualdade possível nos diferentes estágios do desenvolvimento económico, através do socialismo democrático ou da social-democracia, então o:

“Partido Socialista era, em 1974, um partido que fazia eco da sua história. Ainda que tratandose de uma história recente (o PS foi fundado em 1973, na Alemanha), a verdade é que os socialistas sentiam-se herdeiros do movimento socialista do século XIX, da República de 1910, tendo sido condenado a desaparecer sob o Estado novo. (...) Terminamos esta análise dos princípios ideológicos do Partido Socialista com as palavras do seu líder histórico, Mário Soares (2009: 142): «Então qual será o caminho do futuro? O que mais se aproximou desse objetivo chama-se socialismo democrático ou social-democracia e pretende conciliar a liberdade absolutamente necessária e o progresso, com a igualdade possível nos diferentes estágios do desenvolvimento económico e também com a fraternidade (ou solidariedade) que, como se sabe, não foi esquecida na trilogia fundamental da Revolução Francesa ».” (Machado, 2009, pp. 42 a 45)

O Partido Popular Democrático/Partido Social-Democrata (PPD/PSD) foi fundado pouco depois da Revolução, com Francisco Sá Carneiro como líder. O partido foi descrito como eminentemente democrático, com uma participação entusiástica e espontânea dos delegados no seu congresso fundador, assim:

“O Partido Popular Democrático foi fundado a 6 de maio de 1974, tinha a Revolução quinze dias. Francisco Sá Carneiro surge como fundador e líder do novo partido, tendo como co-fundadores Joaquim Magalhães Mota e Francisco Pinto Balsemão. (...) A aprovação dos estatutos veio consagrar o caráter eminentemente democrático do Partido, que, aliás, ficou bem expresso na forma como decorreu este Congresso: a participação entusiástica e espontânea de tantos dos delegados prolongou as nossas horas de trabalho, exigiu-nos um esforço suplementar. Mas mostrou bem que a democracia é a única maneira de um grupo, tão numeroso, chegar ao consenso entre variadas opiniões, sem submissão a despotismos iluminados».” (Machado, 2009, pp. 46 a 48)

O Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP) foi fundado três meses após a Revolução, com Diogo Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa como seus principais fundadores. O partido distingue-se dos outros partidos políticos portugueses por não se afirmar como socialista e defender a integração na região político-económica da Europa Ocidental, já que:

“O Centro Democrático Social foi fundado em 19 de julho de 1974, três meses depois da Revolução, perdendo, segundo Freitas do Amaral, um tempo precioso para a sua implantação,

numa altura em que tudo acontecia muito rapidamente. Subscreveram a sua Declaração de Princípios Diogo Freitas do Amaral, Adelino Amaro da Costa e Basílio Horta, entre outros. Contudo, são sobretudo Freitas do Amaral e Amaro da Costa os dois fundadores, responsáveis pelos princípios e Programa do Partido. (...) Terminamos a análise do CDS/PP com as palavras do seu fundador e líder histórico, Diogo Freitas do Amaral (1995: 256-257), quando, em 1975, escreveu um texto doutrinário intitulado Porque Não Somos Socialistas: «O CDS é o único dos grandes partidos portugueses que não é, nem se afirma, socialista. (...) o socialismo no nosso país colocar-nos-ia fora da região político-económica a que geograficamente pertencemos – a Europa Ocidental, o que teria como consequência inevitável ou o isolamento na pobreza (Cuba) ou a reabsorção pela violência (Chile).» (Machado, 2009, pp. 48 a 52)

Em resumo, a autora destaca as principais ideologias e princípios políticos que norteavam cada um dos partidos políticos analisados, fornecendo uma visão geral dos diferentes espectros políticos em Portugal após a Revolução de 1974. A autora faz uma reflexão sobre a evolução dos programas dos partidos políticos em Portugal ao longo dos 35 anos de democracia, destacando que todos sofreram mudanças em resposta às transformações do mundo em que vivemos. Os partidos PSD, PS e CDS são descritos como tendo dado passos em direção à direita desde o ponto de partida em 1974, com o socialismo desaparecendo ou transformando-se numa forma de social-democracia ou socialismo democrático dentro de uma prática política liberal. A clivagem entre esquerda e direita é apontada como sendo a mesma de 35 anos atrás, embora as diferenças entre os partidos tenham aumentado, com o PCP e o CDS/PP a atraírem-se cada vez mais. O PS e o PSD muitas vezes tornam-se irmãos siameses que são recompensados ou punidos pelo eleitorado ciclicamente, mas recebem sempre o voto de confiança desde 1975. Por fim, a autora sugere que, dado que o PCP está sozinho à esquerda e o CDS/PP à direita desde o "Verão Quente" de 1975, um dos partidos chamados a formar governo (PS ou PSD) pode precisar de uma coligação com o outro para governar, o que tem vindo a acontecer em alguns governos constitucionais. Desta forma:

“A análise dos programas dos partidos e da sua reformulação constitui a causa-efeito decorrente da teoria e da prática destes 35 anos de democracia. Como vimos, todos os programas mudaram, como é natural e salutar – o Mundo mudou. PS, PSD e CDS deram um passo (ou vários) à direita relativamente ao ponto de partida em 1974. O socialismo desapareceu dos conteúdos programáticos ou transformou-se em «social-democracia» ou «socialismo democrático», dentro de uma prática política liberal. (...) A esquerda e a direita estão, passados 35 anos, simultaneamente diferentes do que eram, mas iguais na clivagem que as distingue. PCP e CDS/PP alargaram até o grau polarização, PS e PSD tornaram-se muitas vezes irmãos siameses que o eleitorado premeia ou penaliza ciclicamente, mas aos quais concede, desde 1975, o seu voto de confiança. Como, desde o «Verão Quente» de 1975, o PCP está sozinho à esquerda e o CDS/PP à direita, aguarda, como sempre, que um dos partidos chamados a formar Governo (PS ou PSD) necessite de uma coligação.” (Machado, 2009, pp. 54 e 55)

A opinião pública em Portugal tem sido objeto de estudo e análise por vários investigadores desde o 25 de Abril de 1974. Um dos resultados que mais se destaca é a sua localização no centro do espectro político, com uma ligeira vantagem da esquerda em relação à direita. Assim:

“A opinião pública em Portugal, como o demonstram vários estudos desde 1974, localiza-se no centro do espectro político. A direita e a esquerda apresentam-se bastante equilibradas, embora haja uma ligeira vantagem da segunda face à primeira. Esta ideia de concentração do eleitorado português ao centro parece, inclusive, ter sido reforçada com a crise económico-financeira de 2008, como argumentam André Freire e Sofia Serra Silva. Ora, segundo estes dois autores, as maiores diferenças entre uma direita potencialmente autoritária e uma esquerda tendencialmente libertária centram-se em valores socioculturais, principalmente naqueles relacionados com questões religiosas. Para estes autores, esta fraca diferenciação entre esquerda e direita pode ser sintomática de uma menor qualidade democrática. A democracia é o reino da escolha e, logicamente, se as diferenças são poucas o eleitorado e a opinião pública perdem este poder.”
(Duarte, 2016, p. 216)

A configuração do tabuleiro político é afetada por grandes crises. De acordo com Joaquim Aguiar, a crise do início do século XXI é uma continuação daquela que ocorreu no final do século passado após o desmembramento da URSS. Essa crise conjunta é resultado da incapacidade da esquerda e da direita de adaptar seus discursos e programas às mudanças sociais, económicas e demográficas ocorridas desde meados do século passado. Pois as:

“Grandes crises tendem a ter impacto na configuração do tabuleiro político. Aquela porque passamos é, segundo Joaquim Aguiar, metade do problema. Isto é, a crise do início do século XXI é uma continuação daquela que, no final do século passado, se seguiu ao desmembramento da URSS. Esta crise conjunta remonta, por seu turno, à incapacidade, da esquerda e da direita, de, desde meados do século passado, alterarem os seus discursos e programas, adaptando-os às mudanças — sociais, económicas e demográficas—ocorridas. Segundo o autor, “o muro de Berlim caiu para os dois lados” (p. 383): esquerda e direita. A crise económica que deflagrou em 2008 evidenciou esse facto.” (Duarte, 2016, p. 216)

Assim é possível concluir que a opinião pública em Portugal se situa, em geral, no centro do espectro político, com uma ligeira vantagem para a esquerda. Essa tendência foi reforçada pela crise económico-financeira de 2008, que parece ter diminuído a polarização entre as duas extremidades do espectro político. No entanto, esta fraca diferenciação entre esquerda e direita pode ser considerada sintomática de uma menor qualidade democrática, pois a democracia depende da escolha entre diferentes opções políticas. Além disso, a crise económica de 2008 teve um impacto significativo na configuração do tabuleiro político em Portugal, evidenciando a incapacidade da esquerda e da direita adaptar os seus discursos e programas às mudanças sociais, económicas e demográficas ocorridas desde meados do século XX.

O crescimento dos sindicatos durante a Segunda Guerra Mundial não foi apenas impulsionado por melhores condições económicas, mas também pelas políticas de guerra do governo. Nomeadamente:

“O crescimento da União foi alimentado não apenas por melhores condições económicas, mas também pelas políticas de guerra do governo. Após a entrada formal dos Estados Unidos na guerra, os líderes da AFL e da CIO concordaram com uma “promessa de não greve” devido à emergência nacional. O Conselho Nacional do Trabalho de Guerra (NWLB), composto por representantes do público, trabalho e administração, supervisionou as relações industriais durante a guerra. Esperava-se que os líderes trabalhistas cooperassem no esforço de defesa, restringindo as demandas salariais dos trabalhadores, disciplinando as bases e mantendo a produção ininterrupta.” (Roof, 2011, p. 26)

Os efeitos da Reforma Trabalhista no setor privado de educação superior no Brasil, focado no trabalho docente. A autora, Andréa Vale, argumenta que a reforma contribuiu para a precarização das condições de trabalho dos professores e para a destruição de direitos trabalhistas fundamentais, criando um ambiente de competição desigual entre professores e instituições, enfraquecendo a representação sindical, reduzindo salários e aumentando a carga de trabalho. A autora defende a necessidade de resistência e luta por parte dos professores e sindicatos para combater esses efeitos negativos e garantir condições de trabalho justas e dignas, nomeadamente devido:

“O ideário neoliberal consolidado a partir de 1947, em torno do economista Friedrich Hayek e o grupo de intelectuais conservadores reunidos no grupo de Mont Pèlerin, emerge como uma resposta mais contígua ao Estado de Bem-Estar Social que se segue à Segunda Guerra Mundial. Mas as possibilidades reais para o protagonismo dessa política económica só se apresentou com a crise de sobreprodução capitalista nos países desenvolvidos a partir de 1973, marcado pela recessão, altas taxas de inflação e insignificante crescimento económico, um cenário de estagflação. Tal conjuntura, a partir deste ideário, teria como causa o excessivo poder dos sindicatos bem como os gastos sociais do Estado, o que só poderia ser sanado, destarte, pela desregulamentação do mercado, principalmente no que tange ao capital portador de juros, além de barrar o poder sindical e ajustar os gastos do Estado social.” (Vale, 2020, p.7)

Já o sistema político holandês, optou sempre por uma posição mais consensual de lidar com as políticas internas, destacando a consensualidade que existiu até meados da década de 1960, período em que os partidos políticos refletiram os principais pilares da sociedade, chamados de *zuilen*. Pilares estes que eram compostos por diversas instituições sociopolíticas, e representavam as principais clivagens no cenário político holandês. A natureza desse sistema, por sua vez, afastou as elites do conflito político doméstico, permitindo que os governos fossem caracterizados por consenso, acomodação, colegialidade e coletivismo, o que em diversos assuntos se traduzirá num maior crescimento de políticas, e avanços sociais. Como refere o autor:

*“A política holandesa foi consensual até meados da década de 1960, período durante o qual os partidos políticos do país refletiram os principais pilares da sociedade, ou o que os holandeses chamam de *zuilen*. Capturando uma série de instituições sociopolíticas, incluindo partidos políticos, igrejas, escolas, sindicatos, organizações da sociedade civil e a mídia, os pilares*

representavam as principais clivagens no cenário político holandês. A natureza consociacional desse sistema afastou as elites do conflito político doméstico, onde os governos eram caracterizados por consenso e acomodação, colegialidade e coletivismo.” (Oktay, 2022, pp. 124 e 125)

O livro de Michael Schiavone, examina as consequências da austeridade fiscal para os trabalhadores, sindicatos e movimento trabalhista em geral. O autor argumenta que as políticas de austeridade resultam numa reorganização da economia em detrimento dos trabalhadores, deslegitimando o papel dos sindicatos na defesa dos direitos de trabalho. Este explora a resistência e as estratégias adotadas pelos sindicatos em diferentes países para enfrentar as políticas de austeridade, apresentando casos na Europa, América Latina e África. E acaba por caracterizar austeridade como:

“Austeridade é a nova “palavra da moda” nas democracias industrializadas avançadas na academia e na mídia e, mais importante, no léxico de políticos tanto da esquerda quanto da direita. Hoje em dia é praticamente impossível ler um jornal ou assistir ao noticiário sem ver ou ouvir o termo. As políticas de austeridade tornaram-se a nova norma em todo o mundo desenvolvido e em desenvolvimento. Em 2009, o futuro primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, declarou de forma infame que o Reino Unido estava entrando em uma “era de austeridade”. As políticas de austeridade são agora quase um dado em partes da Europa e são o componente chave dos programas de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional. O governo dos Estados Unidos adotou medidas de austeridade quase furtivamente, enquanto após sua eleição em 2013, o governo liberal australiano tentou introduzir uma série de medidas de austeridade, apesar da saúde relativamente boa da economia australiana. A austeridade é agora aparentemente a regra e não a exceção, independentemente do estado da economia de um país.” (Schiavone, 2016, p. 1)

Durante o governo de Passos Coelho em Portugal, a política de austeridade implementada teve um grande impacto nas condições de trabalho dos trabalhadores portugueses. As medidas de austeridade incluíram cortes salariais, redução de benefícios sociais e reformas trabalhistas, o que gerou uma forte reação do movimento sindical. As mudanças nas condições de trabalho e nas políticas trabalhistas, aliadas à crise económica, levaram a um aumento da mobilização sindical. No entanto, a política de austeridade também gerou algumas tensões entre o movimento sindical e o governo, uma vez que:

“os sindicatos têm perdido cada vez mais a sua capacidade de reivindicação, pois a atuação do nosso atual governo, liderado por Passos Coelho, ocorre no sentido de limitar a capacidade de ação coletiva, causando por isso sérios entraves à negociação coletiva. Além disso, não podemos esquecer a atual situação vivida pelo nosso país, em que a economia encontra-se numa grave recessão, o que torna mais difícil lutar por melhores direitos quando, muitas vezes, nem é possível manter os que já alcançaram. A estrutura e organização das nossas empresas ainda não se encontra num patamar desenvolvido, pelo que regra geral, as relações de trabalho são ainda muito más.” (Ribeiro, 2013, p. 99)

O regime de austeridade em Portugal, que começou em 2010, foi marcado por uma série de medidas de austeridade económica que visavam reduzir o défice orçamentário do país. Essas medidas incluíram cortes salariais, congelamento de contratações no setor público, aumento de impostos e redução de benefícios sociais. Estas medidas foram amplamente contestadas pelos sindicatos portugueses, que organizaram várias manifestações e greves contra as políticas de austeridade. O movimento sindical português cresceu durante esse período, com um aumento do número de afiliados e uma maior participação em protestos e manifestações. Particularmente:

“Este período de 2010 a 2013 revelou-se particularmente crítico para o movimento sindical. A conjugação das mudanças assinaladas no processo de produção, designadamente o aumento da precariedade laboral, colocou inúmeros obstáculos à ação sindical. Nesse contexto de crise, foi possível identificar três tipos de respostas dos sindicatos em termos globais: radical ou conflitual, centradas no reforço da cooperação (construção de alianças) e uma combinação de ambas” (Fonseca e Estanque, 2018, p. 3)

A citação de Fonseca e Estanque (2018, p.13), destaca como o regime de austeridade imposto em Portugal foi um contexto propício para a emergência de novas dinâmicas de ação coletiva, combinando tanto ação organizada quanto a não organizada, especialmente:

“A imposição do regime de austeridade foi um contexto fértil para a combinação de ação organizada e não organizada e para a emergência de novas dinâmicas de ação coletiva. Desenvolveram-se relações de colaboração/articulação entre a CGTP e os atores coletivos emergentes, apesar de alguma relutância de ambas as partes, decorrente de características organizativas e estratégicas, bem como ideológicas, que configuraram fontes de tensão.”

As medidas de austeridade adotadas por governos têm um impacto negativo nas condições de trabalho e nos direitos dos trabalhadores, levando a cortes de salários, aumento da precarização do trabalho e enfraquecimento dos sindicatos, o que nem sempre é igual de estado para estado, ou governo para governo, pois:

“o que a austeridade implica pode variar de país para país. The Economist afirma que “Um governo pode impor um programa de austeridade e ainda assim gastar muito mais do que recebe na forma de impostos; de fato, o governo de coalizão britânico teve um défice de 9,3% do PIB no primeiro ano de austeridade, um número muito alto para os padrões de tempos de paz. Mas como isso foi inferior aos 11% do PIB no ano anterior, isso conta como austeridade.” No entanto, no fundo, os defensores da austeridade acreditam que um governo deve intervir o menos possível no funcionamento do mercado. Em outras palavras, a austeridade anda de mãos dadas com o neoliberalismo. Mas é importante notar que, sob medidas de austeridade, os governos geralmente aumentam os impostos sobre os indivíduos. Aumentos de impostos normalmente não são associados ao neoliberalismo. Embora os governos tenham aumentado os impostos,

principalmente os impostos pessoais, eles também reduziram os impostos comerciais. É o público em geral que deve suportar os aumentos de impostos, não os negócios.” (Schiavone, 2016, p. 1)

A concorrência dos advogados pode afetar a atuação dos sindicatos em alguns aspectos, como por exemplo, na negociação coletiva. Isso porque, com a crescente oferta de serviços jurídicos especializados em questões laborais, os empregadores podem-se sentir mais confortáveis em recorrer a advogados ao invés de negociar diretamente com os sindicatos. Além disso, a concorrência também pode levar a uma queda nos pedidos pelos serviços dos sindicatos, uma vez que os trabalhadores podem optar por contratar advogados particulares para representá-los em questões relacionadas com o seu trabalho, como refere Vera Ribeiro:

“Os sindicatos sofrem também a concorrência dos advogados, que devido à falta de trabalho, procuram especializar-se nas questões do trabalho, de forma a serem capazes de dar resposta às necessidades dos trabalhadores.” (Ribeiro, 2013, p.99)

No entanto, é importante destacar que o sindicalismo não é exclusivamente uma atividade jurídica, mas também envolve uma dimensão política e social na defesa dos interesses dos trabalhadores e na promoção da proteção social.

O sindicalismo pode ter uma relação importante com a vertente pública e social de um país, já que a ação dos sindicatos pode influenciar diretamente as políticas públicas voltadas para o trabalho e para a proteção social dos trabalhadores. A negociação coletiva entre sindicatos e empregadores pode levar a melhores salários e condições de trabalho, o que pode contribuir para a redução do desemprego. O papel do estado pode ser fundamental na relação entre sindicalismo e desemprego. Em alguns países, os sindicatos têm um papel ativo na defesa dos direitos dos trabalhadores e na promoção do emprego. Já noutros países, o estado tem maior influência na regulação do mercado de trabalho e na proteção social, o que pode impactar a atuação dos sindicatos. No entanto, o papel do estado pode ser tanto de incentivar a ação sindical quanto de limitá-la, dependendo do contexto político e económico do país. O sindicalismo pode desempenhar um papel fundamental na promoção da economia solidária e na redução do desemprego, enquanto a vertente pública e social de um país, juntamente com o papel do Estado, pode fornecer suporte e incentivos para o desenvolvimento dessa economia, como explica Ricardo Antunes:

“Uma coisa é presenciar nas diversas formas de atividade próprias da economia solidária e do “Terceiro Setor” um mecanismo de incorporação de homens e mulheres que foram expulsos do mercado de trabalho e das relações de emprego assalariado e passaram a desenvolver atividades não lucrativas, não mercantis, reinvestindo nas limitadas (mas necessárias) formas de sociabilidade que o trabalho possibilita na sociedade atual. Esses seres sociais veem-se, então, não como desempregados, excluídos, mas como realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social. Aqui há, por certo, um momento de dispêndio de atividade útil e portanto positiva, relativamente à margem (ao menos diretamente) dos mecanismos de acumulação. Mas é bom não esquecer, também, que essas atividades cumprem um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados. Desmontando-se o Welfare State, naquele escasso número de países onde ele existiu, essas associações ou empresas solidárias preenchem em alguma medida aquelas lacunas. Agora,

atribuir a elas a possibilidade de, em se expandindo, substituir, alterar e, no limite, transformar o sistema global de capital parece-nos um equívoco enorme.” (Antunes, 1999, p.113)

O Estado tem um papel fundamental na regulamentação do trabalho, o que inclui a criação de leis e políticas públicas para proteger os direitos dos trabalhadores e permitir a organização sindical, mas também pode interferir na negociação coletiva e limitar a atuação dos sindicatos. Por sua vez, um sindicato é visto como uma estrutura que surgiu na era da Revolução Industrial, e que não teria mais lugar numa economia que se baseia cada vez mais no setor de serviços. Portanto, a ideia é que o sindicalismo teria perdido relevância e importância na economia que se transformou e se diversificou em relação à sua estrutura e organização. Embora mudanças na economia e na legislação social tenham levado à fragmentação dos trabalhadores e à descentralização da negociação coletiva, o movimento sindical ainda está presente e atuante, lutando contra a precarização do trabalho, as mudanças nas regras de aposentação e os efeitos da crise internacional. Assim, a interferência do Estado na regulamentação pode impactar diretamente no movimento sindical, podendo tanto fortalecê-lo como enfraquecê-lo, a depender das políticas adotadas. Como explicam Galvão e Varela:

“A crítica à interferência do Estado no campo normativo tem como contrapartida a defesa da perspectiva contratualista. A lei, universal e ampla, deveria ser tornada focalizada e residual, transferindo-se a definição das regras que regem as relações de trabalho aos contratos celebrados entre as partes interessadas. Termos novos passam a fazer parte do vocabulário trabalhista e sindical: “desregulamentação”, palavra imprecisa, pois não necessariamente significa a supressão de regulamentos e leis, podendo, ao contrário, traduzir-se em novas leis que visam reconhecer juridicamente diferentes tipos de contrato e permitir a derrogação dos dispositivos anteriormente definidos, consagrando a perda de direitos; “flexibilização”, neologismo cuja função ideológica é clara: fazer com que os trabalhadores aceitem a redução de direitos, uma vez que não há restrições que impeçam os direitos inscritos na lei de serem ampliados via negociação coletiva. (...) A redução dos conflitos industriais e o declínio dos sindicatos são, consequentemente, vistos como decorrências naturais desse processo de fragmentação e diversidade que caracteriza uma sociedade “pós-industrial” e “pós-fordista” pois, sendo o sindicato uma estrutura nascida com a Revolução Industrial, não teria mais lugar numa economia modificada, fundada no setor terciário. (...) É certo que a reorganização da produção, a inovação tecnológica, o desemprego, a ameaça de deslocamento das empresas, a mudança na composição da força de trabalho levam à fragmentação dos trabalhadores, enquanto a descentralização da negociação coletiva e as mudanças na legislação social alteram as condições em que o sindicato age. No entanto, o movimento sindical não deixa de existir e de se pronunciar contra a precarização do trabalho, as mudanças nas regras de aposentadoria, os efeitos da crise internacional desencadeada em 2008 – como atestam diversas manifestações ocorridas na Grécia, na França, na Espanha e em Portugal entre 2009 e 2011.” (Galvão e Varela, 2011, pp.244-246)

Em resumo, os sindicatos são organizações que lutam pelos interesses dos trabalhadores, podendo ter diferentes orientações políticas e ideológicas. A sua ação pode e deve influenciar diretamente as políticas

públicas voltadas para o trabalho e para a proteção social dos trabalhadores, bem como a negociação coletiva que pode levar a melhores salários e condições de trabalho, contribuindo para a redução do desemprego. O papel do estado é fundamental na relação entre sindicalismo e desemprego, pois pode incentivar ou limitar a atuação dos sindicatos, dependendo do contexto político e económico do país. A regulamentação do trabalho também é uma responsabilidade do Estado, que deve criar leis e políticas públicas para proteger os direitos dos trabalhadores e permitir a organização sindical, mas também pode interferir na negociação coletiva e limitar a atuação dos sindicatos. Embora a economia tenha se diversificado e transformado, o movimento sindical ainda está presente e atuante, lutando contra a precarização do trabalho, as mudanças nas regras de aposentação e os efeitos da crise internacional. Portanto, é importante compreender a relação entre o sindicalismo, o estado e a economia para garantir o fortalecimento do movimento sindical e a proteção dos direitos dos trabalhadores.

3.3. Importância do Processo de Tomada de Decisão

A importância do processo de tomada de decisões resulta de um encontro entre partes envolvendo as organizações, conforme se pode observar o Gráfico 2 - Ciclo da Tomada de Decisões. Nomeadamente os clientes, proprietários, trabalhadores, financiadores, gestores, estado, fornecedores e outros estas podem ser divididas em fontes de informação interna (proprietários, trabalhadores e gestores) e externa (clientes, financiadores, estado e fornecedores). As tomadas de decisão que são geradas, influenciadas por estas fontes de informação relevantes, vão originar efeitos no ambiente externo e na própria organização. Por sua vez, estes efeitos devem ser estudados, para se poder concluir de que forma geram ou não efeitos positivos, uma das formas de se estudar estes efeitos, é a comparação com o que se denomina “padrão”. Após apurarem-se as conclusões, há que realizar as correções necessárias, para que se volte a aplicar o círculo.



Fonte: Adaptado de David, Abreu e Madeira (2010)

As **tomadas de decisões** são uma das principais responsabilidades dos gestores de uma organização. Estes precisam de avaliar as opções disponíveis e suas consequências para escolher a melhor solução para os problemas e desafios enfrentados pela empresa. Desta forma, pode-se definir tomada de decisão como:

“A decisão não é um fim em si mesmo, é apenas mais uma etapa, pois decisões podem ocorrer tanto em níveis intermediários como finais, e uma decisão colocada em prática cria uma nova situação, que pode gerar outra decisão ou processos de resolução de problemas. Ao contrário do que parece o objetivo do gerente não é apenas enfrentar e resolver problemas na medida em que vão surgindo, mas sim criar e inovar, estando atento ao rumo que a organização segue.” (Bertoncini, Brito, Leme, Silva, Perri, 2013, p.11)

Um dos desafios enfrentados pelos gestores em relação ao meio ambiente é a complexidade das questões envolvidas, que muitas vezes envolvem múltiplos interessados e variáveis ambientais, sociais e económicas. Precisam de ter em consideração fatores como recursos financeiros, recursos humanos, prazos, metas e objetivos da empresa ao tomar decisões. Além disso, devem estar preparados para lidar com a incerteza e os riscos envolvidos em cada decisão. Assim os autores acrescentam que:

“As decisões são tomadas por pessoas. Pessoas essas que são afetadas pelo meio onde vivem, por suas percepções, experiências e até mesmo por suas crenças, o que torna o processo em si extremamente delicado, pois não existe a “decisão perfeita”, o que há é a busca pela melhor alternativa, aquela que norteará a organização rumo ao sucesso.” (Bertoncini, Brito, Leme, Silva, Perri, 2013, p.3)

Esta é uma atividade complexa e desafiadora para os gestores, uma vez que muitos fatores precisam ser considerados antes de tomar uma decisão. Felizmente, existem várias técnicas e ferramentas que podem ajudar os gestores a tomar decisões mais informadas. Nomeadamente:

“há algumas técnicas que ajudam o administrador na hora de tomar a melhor decisão para o problema: 1) Análise de vantagens e desvantagens; 2) Árvore de decisão (representação gráfica das alternativas); 3) Análise do campo de força (analisar as forças a favor e as forças contrárias a uma solução e a partir do resultado chegar a uma solução). 4) Ponderação de critérios (possibilita a avaliação de alternativas de forma objetiva, com base em fatores que refletem as preferências e necessidades do tomador de decisão).” (Bertoncini, Brito, Leme, Silva, Perri, 2013, p.10)

É importante lembrar que cada técnica tem suas próprias vantagens e desvantagens, e cabe ao gestor escolher a técnica mais apropriada para a situação em questão. Além disso, é essencial que o gestor tenha competências analíticas e de liderança para garantir que a decisão tomada seja implementada com sucesso.

A eficiência é um conceito importante em vários campos, incluindo gestão de negócios, engenharia, produção industrial e gestão pública, pode-se definir eficiência como a:

“otimização na aplicação dos recursos financeiros e materiais em relação aos resultados alcançados pelo projeto” (Frasson, 2001, p.165)

A eficiência é um conceito fundamental em qualquer tipo de organização, seja ela pública ou privada. No entanto, é importante destacar que os contornos desse conceito podem variar de acordo com o contexto em

que a organização se insere. Enquanto nas empresas privadas a eficiência está relacionada à maximização do lucro e ao interesse financeiro de seus proprietários, nas organizações públicas o foco deve estar no atendimento às necessidades e interesses dos cidadãos. Nesse sentido, a definição de eficiência pode ser entendida de forma distinta nos dois setores. Como defende o autor:

“É importante ressaltar que o conceito de eficiência apresenta necessariamente contornos diferenciados em organizações privada e públicas. Nestas o que deve prevalecer é o interesse ou a necessidade dos cidadãos; naquelas, predominam o interesse financeiro e de seus proprietários e a maximização do lucro. Nesse sentido, Marianne Nassuno (1999, p. 335-361) observa que o conceito tradicional de eficiência a relaciona ao melhor uso de recursos visando ao lucro. Na seara pública, ela pode ser definida como o melhor uso de recursos para atender ao interesse público.” (Alcantara, 2020, p.26)

A eficácia é a medida de quão bem um sistema, programa, projeto ou estratégia é capaz de alcançar os objetivos ou resultados desejados, pode ser definida como a:

“capacidade demonstrada pelo projeto de atingir os objetivos e metas previamente estabelecidos”
(Frasson, 2001, p.165)

A eficiência económica é um dos objetivos principais da economia, conforme explicado pelo modelo de concorrência perfeita. No entanto, alcançar a eficiência não é o único fator a ser considerado numa sociedade justa e equitativa.

“O objetivo da economia é atingir a eficiência económica, algo explicado pelo modelo de concorrência perfeita. Contudo, o facto de estarmos em eficiência não implica que estejamos numa sociedade justa e equitativa. A questão da redistribuição não é passiva de análise nesta disciplina. Os governantes quando fazem e desenham políticas económicas têm que ter em conta os impactos sociais que ocorrem. Desta forma tomam por vezes medidas que são negativas em termos de eficiência económica, mas positivas em termos de redistribuição. Ao longo desta cadeira vamos nos deparar com inúmeros exemplos desta situação, como os impostos.” (Natário e Tomé, 2017, p.11)

Impacto da Tomadas de Decisão nas Políticas e nos Contactos Institucionais

O sindicalismo empresarial preocupa-se apenas com questões básicas, e não com questões mais amplas enfrentadas pela classe trabalhadora como um todo, desta forma o autor cita a definição de sindicalismo empresarial fornecida por Robert Hoxie, que afirma que é focado principalmente nos interesses económicos imediatos dos trabalhadores organizados num comércio ou indústria específica, em vez de considerações políticas e sociais mais amplas. Esta passagem discute o papel do sindicalismo empresarial no declínio do trabalho nos Estados Unidos. Detalhadamente:

“Embora tenha havido muitas explicações sobre o que levou ao declínio do trabalho nos EUA, sem dúvida o sindicalismo empresarial teve um papel importante. O sindicalismo empresarial preocupa-se apenas com questões estritamente definidas como "pão com

manteiga", como os salários e as condições de trabalho dos membros do sindicato. A melhor definição de sindicalismo empresarial é fornecida por Robert Hoxie: [É] essencialmente consciente do comércio em vez de consciente da classe ... exprime os pontos de vista e os interesses dos trabalhadores do artesanato ou da indústria e não os da classe trabalhadora no seu conjunto. Visa principalmente mais, aqui e agora, para os trabalhadores organizados do artesanato ou da indústria, em termos principalmente de salários mais elevados, horários mais curtos e melhores condições de trabalho, independentemente da maior parte do bem-estar dos trabalhadores fora do grupo orgânico específico, e independentemente em geral de considerações políticas e sociais, exceto na medida em que estas incidam diretamente sobre os seus próprios fins económicos.” (Schiavone, 2016, p. 1)

Em "Vegas at Odds: Labor Conflict in a Leisure Economy, 1960-1985" de James P. Kraft, o autor explora o conflito trabalhista em Las Vegas, que é um exemplo da transformação da economia americana de uma base industrial para uma de lazer. O livro analisa as tensões entre os sindicatos e os empregadores na cidade, os esforços dos trabalhadores para obter melhores salários e condições de trabalho, e as respostas dos empregadores, incluindo o uso de força e a cooperação com o governo local. O livro conclui que o conflito trabalhista em Las Vegas reflete questões nacionais mais amplas sobre o papel do trabalho na economia moderna, especialmente:

“Quando perguntados por que se mudaram para Las Vegas, os recém-chegados frequentemente falavam do clima e do baixo custo de moradia, impostos e vida, mas a economia crescente da cidade e a sua abundância de empregos de baixa e média qualificação eram o principal íman. Enquanto o emprego industrial e o desenvolvimento económico estagnaram em muitas partes do país, a economia de Las Vegas não apenas cresceu rapidamente, mas também se diversificou em campos, desde serviços financeiros e manufatura até serviços de armazenamento e distribuição, bem como turismo e os empreendimentos económicos proliferantes relacionados. Para isso. Como sempre, o jogo e o turismo continuaram a ser o principal motor de crescimento. A contagem anual de visitantes no Condado de Clark quase dobrou na década de 1990, para 32 milhões de pessoas. No início do novo milénio, os turistas injetavam mais de US\$ 30 bilhões por ano na economia local, mais de quatro vezes o total de 1985.” (Kraft, 2010, pp.201 e 202)

No entanto:

“Por trás da fantasia e escondidos dos turistas, no entanto, havia sinais contínuos da luta contínua entre trabalhadores e empregadores. Os organizadores ainda tentaram sindicalizar os revendedores; os árbitros ainda ouviram depoimentos sobre “dolo” e “insubordinação” por parte dos funcionários; e os trabalhadores prejudicados, bem como os defensores dos direitos civis, ainda lutavam contra as práticas discriminatórias de emprego. O alcance dessas atividades mostrou que muitos gerentes de resorts continuaram com as táticas de confronto que lhes renderam concessões de sindicatos e trabalhadores nas décadas de 1970 e 1980. Essas táticas conectaram a história dos trabalhadores nos resorts de Las Vegas à paralela decadência do trabalho organizado em todo o país, exceto no setor público sindicatos. Também mostrou que os

trabalhadores de todos os setores da economia, exceto o governo, enfrentaram problemas sem precedentes desde a década de 1930.” (Kraft, 2010, p.203)

Atualmente, Las Vegas ainda é um lugar onde os trabalhadores têm o sonho americano, com sindicatos que garantem salários e benefícios decentes e segurança no emprego. No entanto, os trabalhadores não estão imunes às forças da automação, competição global ou recessão econômica. As relações trabalhistas em Las Vegas são conflituosas sem serem opressivas e relativamente pacíficas sem muita harmonia, como explica Kraft (2010, pp.206 e 207):

“Las Vegas hoje continua sendo um lugar onde os assalariados participam do sonho americano. Os sindicatos da área ainda conseguem contratos que oferecem salários e benefícios decentes e segurança no emprego. Isso não torna a cidade um paraíso para os trabalhadores, como sugeriu recentemente um jornalista. Os trabalhadores de resorts não estão imunes às forças da automação, competição global ou recessão econômica, nem aos efeitos do terrorismo ou da escassez de petróleo que limitam o livre movimento de pessoas, bens e serviços para uma metrópole deserta isolada. Seus sindicatos mantêm-se em vez de marchar triunfantemente sobre empregadores ricos e poderosos. Por outras palavras, as relações trabalhistas em Las Vegas hoje são conflituosas sem serem opressivas, relativamente pacíficas sem muita harmonia. As diferentes realidades do ser social de trabalhadores e capitalistas ainda regem seu funcionamento. O resultado está muito longe da degradação esmagadora dos trabalhadores que Marx previu como o resultado inevitável do capitalismo. Mas também está um pouco distante das eficiências implícitas no relato de Adam Smith sobre o funcionamento da “mão invisível” do capitalismo.”

Noutro campo, pode observar-se as políticas associadas às oportunidades iguais de emprego nos Estados Unidos, uma vez que segundo Doran, Bartel, e Waldfogel (2019, p.169) , indicam que:

“As políticas de oportunidades iguais de emprego (EEO) dos EUA foram estabelecidas com a Lei de Igualdade de Pagamento de 1963 e o Título VII da Lei de Direitos Civis de 1964 (EEOC 1997). A Lei da Igualdade de Pagamento proíbe pagamento desigual com base no sexo para trabalho igual. O Título VII torna ilegal que os empregadores discriminem funcionários ou candidatos a empregos com base em sexo, orientação sexual, raça, religião, idade, nacionalidade, deficiência e outras características.”

Estas, segundo os autores, tentaram impactar de forma positiva as políticas nos EUA, no entanto falharam em diversos pontos, nomeadamente:

“As políticas de EEO, em combinação com outros fatores, como a mudança de normas e papéis de género, contribuíram para um progresso substancial no sentido de eliminar as diferenças de género no local de trabalho. No entanto, após o nascimento dos filhos, as trajetórias de carreira das mulheres divergem significativamente das dos homens. Neste artigo, consideramos se as políticas favoráveis à família são uma solução potencialmente promissora para promover a igualdade de género entre os pais no local de trabalho. Usando dados do American Time Use

Survey e do NLSY97, fornecemos novas evidências sobre o fornecimento dessas políticas pelos empregadores, descobrindo que o diferencial de género no acesso a licença remunerada por meio dos empregadores é inteiramente explicado pela maior probabilidade de as mulheres estarem em empregos de meio período. Para acomodar as responsabilidades de cuidar, as mulheres arranjam empregos de meio período e, assim, renunciam à renda e a vários tipos de licença remunerada. Compensando isso está o fato de que as mulheres jovens têm maior probabilidade de ter acesso à licença parental remunerada. Os diferenciais de género no acesso a creches por meio de um empregador ou no acesso à flexibilidade de horário não são significativos.

No entanto, o acesso a tais políticas permanece bastante baixo nos Estados Unidos. Políticas públicas – como uma provisão federal para licença familiar remunerada, creches públicas ou subsidiadas expandidas e mandatos do empregador para controle e flexibilidade de horários – podem desempenhar um papel importante em ajudar todas as famílias, especialmente aquelas de baixa renda, a lidar com a tensão entre o trabalho e em casa e têm o potencial de continuar o progresso feito pela EEO em direção a uma força de trabalho mais equitativa em termos de género.” (Doran, Bartel, e Waldfogel, 2019, p.184)

Desde a crise financeira global, existiu uma crescente desigualdade económica e uma mudança demográfica. Assim os autores exploram as estratégias políticas e ideológicas que os partidos de esquerda devem adotar para enfrentar esses desafios. Estes oferecem uma visão abrangente dos desafios enfrentados pelos partidos de esquerda na atualidade e apresentam ideias sobre como esses partidos podem adaptar-se e prosperar num mundo em constante mudança. Nomeadamente através da vertente sindical no Reino Unido e da política de *Blair’s new open-door policy*:

“Uma explicação alternativa para a política original de portas abertas do Trabalhismo pode ser a fraqueza dos sindicatos trabalhistas britânicos, que estavam numa posição ruim para resistir à nova política de portas abertas de Blair para os migrantes em face da pressão consistente do empresariado britânico em favor de uma política de imigração mais liberal.” (Cronin, Ross, e Shoch, 2011, p.282)

A par, nos EUA vivem-se outras lutas, já que:

“O desenvolvimento dos sindicatos levou à negociação coletiva de seguros de saúde privados e pensões complementares de forma a beneficiar os de dentro em detrimento dos de fora, e enfraqueceu o impulso político por trás de campanhas para programas mais universais.

O bem-sucedido movimento pelos direitos civis e a desastrosa Guerra do Vietnam na década de 1960 e os problemas económicos na década de 1970 despedaçaram a coalizão do New Deal e abriram as portas para uma poderosa ofensiva neoliberal marcada por um antiestatismo estridente, uma forte reafirmação do individualismo e uma determinação para enfraquecer os programas sociais e proteções trabalhistas criados pelos programas New Deal e Great Society da década de 1960.” (Cronin, Ross, e Shoch, 2011, p.349)

A Grande Recessão de 2008 foi um evento histórico que teve um impacto significativo na economia global. Como em qualquer recessão, as receitas fiscais foram afetadas pela queda no crescimento e no consumo, enquanto os gastos com programas sociais aumentaram consideravelmente. É importante lembrar que a Grande Recessão foi o primeiro grande desastre financeiro da era da globalização, e isso teve consequências irónicas. Por um lado, a globalização permitiu uma maior integração económica entre países, o que aumentou a eficiência e o crescimento económico. Por outro lado, a interdependência económica global também exprimiu que a crise financeira teve um efeito dominó, que afetou muitas economias ao redor do mundo. O resultado foi uma recessão global que levou muitos países a enfrentar desafios económicos, sociais e fiscais significativos:

“Como em qualquer recessão, as receitas fiscais diminuíram devido à redução do crescimento e do consumo, enquanto os gastos com programas sociais aumentaram consideravelmente. Além disso, quando os governos entraram em cena como credores de último recurso para sustentar o crédito, o emprego e o consumo, o déficit orçamentário nacional e os níveis de dívida dispararam. Na verdade, são raros na Europa e na América do Norte os países cujos déficits orçamentários anuais após 2007 foram inferiores a 10% ao ano e cujas dívidas nacionais não aumentaram. Não devemos esquecer, entretanto, que a Grande Recessão foi o primeiro desastre financeiro da era da globalização, e isso fez uma diferença irónica.” (Cronin, Ross, e Shoch, 2011, p.359)

O nível de austeridade imposto aos estados europeus economicamente e fiscalmente mais fracos poderia ser reduzido se os estados mais fortes, especialmente a Alemanha, procurasse uma expansão fiscal, impulsionando assim as exportações, o crescimento e as receitas fiscais nas nações mais vulneráveis. Infelizmente, a hegemonia contínua, tornando difícil para as forças políticas encontrarem soluções para lidar com a crise financeira global:

“Uma das consequências foi que uma armada de autoridades internacionais (G-20, OCDE, FMI, UE e BCE, entre outras) apelou a uma viragem maciça para a austeridade. Tal viragem, já iniciada na Europa e pressionada por republicanos ascendentes e democratas conservadores nos Estados Unidos, apesar do persistente baixo crescimento e do elevado desemprego em ambas as regiões, complica grandemente a situação estratégica para todas as forças políticas. O nível de austeridade imposto aos Estados europeus económica e fiscalmente mais fracos poderia ser diminuído se os Estados mais fortes, especialmente a Alemanha, se empenhassem numa maior expansão fiscal, impulsionando assim as exportações, o crescimento e as receitas fiscais nas nações mais vulneráveis. Mas a hegemonia contínua do pensamento económico ortodoxo impede isso.” (Cronin, Ross, e Shoch 2011, p.359)

A Grande Recessão de 2008 teve um impacto significativo na política em todo o mundo, especialmente naqueles países governados pela centro-esquerda. Na Grécia, Espanha e Portugal, por exemplo, esses partidos têm pouca escolha a não ser propor e administrar austeridade severa, enquanto tentam manter as conquistas do passado intactas. Já para aqueles partidos de centro-esquerda que estão na oposição, estes enfrentam a difícil tarefa de refletir sobre como tirar proveito do declínio na popularidade do centro-direita que provavelmente se seguirá aos ataques a programas sociais de longa data. Para isso, os partidos de

centro-esquerda precisarão de uma criatividade incomum para propor novos programas que economizem dinheiro, enquanto se posicionam como gestores de austeridade melhores e mais inovadores do que os de centro-direita. Estes não são dilemas estratégicos novos, mas tornaram-se muito mais difíceis de resolver nas condições da Grande Recessão. O futuro da centro-esquerda dependerá muito da sua capacidade de resolvê-los:

“Os poucos centro-esquerda realmente no poder, na Grécia, Espanha e Portugal, por exemplo, agora têm pouca escolha a não ser propor e administrar austeridade severa e fazê-lo sem dismantelar as conquistas do passado. Isso demanda uma inteligência estratégica que poucas dessas partes possuem. Onde os centro-esquerdas estão agora na oposição, eles primeiro precisam refletir sobre como tirar proveito do declínio na popularidade do centro-direita que provavelmente se seguirá aos ataques a programas sociais de longa data. Isso poderia levá-los a um campo minado político, no entanto. Eles serão inevitavelmente atraídos para lutas para defender tais programas, mas a confiança excessiva na defensiva permitirá que os oponentes os rotulem como pessimistas irresponsáveis em cruzadas nacionais para sobreviver. Para evitar isso, eles terão que usar uma criatividade incomum para propor redesenhos de programas que também economizar dinheiro, uma tarefa quase impossível. Ao mesmo tempo, eles também terão que se posicionar como gestores de austeridade melhores e mais inovadores do que os de centro-direita. O risco é que os de centro-esquerda se pareçam programaticamente com os de centro-direita cujas medidas draconianas eles se opõem. Esses não são dilemas estratégicos totalmente novos, mas se tornaram muito mais difíceis de resolver nas condições da Grande Recessão. O futuro da centro-esquerda dependerá muito de sua capacidade de resolvê-los.” (Cronin, Ross, e Shoch 2011, p.360)

Em resumo, as situações apresentadas discutem vários temas relacionados ao trabalho, sindicalismo, economia e política, abordando desde conflitos trabalhistas em Las Vegas até os desafios enfrentados pelos partidos de esquerda na atualidade. Enquanto o sindicalismo empresarial é criticado por se concentrar apenas em questões imediatas dos trabalhadores, a situação em Las Vegas mostra que a luta por melhores condições de trabalho reflete perguntas mais amplas sobre o papel do trabalho na economia moderna. Além disso, a Grande Recessão de 2008 teve um impacto significativo na política em todo o mundo, especialmente naqueles países governados pela centro-esquerda, que agora enfrentam desafios para equilibrar austeridade e programas sociais. Numa última análise, as citações destacam a importância de considerar o contexto econômico e político mais amplo ao examinar questões relacionadas ao trabalho e aos direitos dos trabalhadores.

3.4. Proposta para Prestação de Contas para o SNESup

Proposta de Demonstrações e Indicadores

A proposta de demonstrações e indicadores a serem utilizados pelo SNESup, prende-se com aqueles que serão referidos na *Bateria de Demonstrações e Indicadores* e por sua vez também analisados no ponto 4.2.

Análise das Demonstrações Financeiras, pois para uma Entidade Sem Fins Lucrativos são aqueles que mais se adequam e transmitem de forma verdadeira e apropriada um resumo da informação financeira publicada pelo Sindicato. São estes:

- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Demonstração de resultados por natureza;
- ✓ Balanço Funcional;
- ✓ Demonstração de resultados por natureza Teoria dos Gasto Volume Resultados;
- ✓ Rácios.

Proposta de Relatório e Contas

Como será referido na *Bateria de Demonstrações, Rácios e Indicadores*, a:

“A análise financeira recorre inevitavelmente às informações financeiras produzidas pelas empresas. A mesma tem como objectivo - com base nos documentos produzidos - permitir uma compreensão simultaneamente mais rápida e profunda das informações disponíveis, sempre com vista à sua utilidade percebida pelos utilizadores.” (Pinho e Tavares, 2012, p.2)

Desta forma, é importante que cada empresa, entidade, organização, apresente aos seus trabalhadores, acionistas, membros, público em geral, e demais instituições e utilizadores da informação financeira, um Relatório e Contas coeso que traduza a imagem verdadeira e apropriada daquela organização num dado período. Neste sentido, a proposta irá consistir em tópicos que devem ser mencionados ou adicionados ao relatório e contas a publicar, numa ótica de maior transparência e clareza dos resultados obtidos.

Nos pontos a seguir, apresenta-se a informação no Relatório e Contas de 2021 com a Proposta por tópicos da informação a constar:

Estrutura do Relatório e Contas 2021:

Índice

Preâmbulo

1.1 Relatório de Atividades da Direção do SNESup

I Na generalidade

II Na especialidade

A Relações Institucionais, Comunicação e Imagem

B Política Reivindicativa e Apoio Jurídico

C Política Científica e Apoio aos Investigadores

D Organização Sindical

III Contas e Pessoal

A Análise às Contas e Relativas ao Período Findo

B Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

C Autorizações Concedidas a Negócios entre o Sindicato e a Direção

D Situação perante o Estado e a Segurança Social
E Proposta de Aplicação de Resultados
F Pessoal
Demonstrações Financeiras e Anexo
Demonstração de resultados por natureza por Natureza
Balanço
Distribuição de gastos por centro de custo
Demonstração das alterações nos Fundos patrimoniais
Anexo
Balancete Analítico
Balancete dos Centros de Custos

Estrutura da Proposta de Relatório e Contas:

Índice

Preâmbulo

I Relatório de Atividades

1.1 Relações Institucionais, Comunicação e Imagem

1.2 Política Reivindicativa e Apoio Jurídico

1.3 Política Científica e Apoio aos Investigadores

1.4 Organização Sindical

1.5 Responsabilidade Social Corporativa

1.6 Análise SWOR

II Contas

2.1 Análise às Contas

2.1.1 Balanço Patrimonial

2.1.1.1 Ativo

2.1.1.2 Fundos patrimoniais

2.1.1.3 Passivo

2.1.2 Demonstração de resultados por natureza

2.1.2.1 Atividade Operacional

2.1.2.2 Atividade Financeira

2.1.3 Balanço Funcional

2.1.3.1 Fundo de Maneio

2.1.3.2 Tesouraria Líquida

2.1.4 Demonstração de resultados por natureza Teoria dos Gasto Volume Resultados

2.1.4.1 Ponto Crítico

2.1.4.2 Margem de Segurança

2.1.5 Rácios

2.1.5.1 Produtividade - Meios Económicos - Ativo Total

2.1.5.2 Produtividade - Meios Económicos - Ativo Não Corrente

- 2.1.5.3 Produtividade - Fatores de Produção - Mão-de-Obra
- 2.1.5.4 Rácio de Sustentabilidade – Comercial
- 2.1.5.5 Rácio de Sustentabilidade – Comercial - Operativa do Volume de Negócios
- 2.1.5.6 Rácio de Sustentabilidade – Comercial - Líquida do Volume de Negócios
- 2.1.5.7 Rácio de Sustentabilidade – Económica
- 2.1.5.8 Rácio de Sustentabilidade – Económica - Ativo Total
- 2.1.5.9 Rácio de Sustentabilidade – Económica - Líquida do Ativo
- 2.1.5.10 Rácio de Sustentabilidade – Financeira (Sustentabilidade do Fundos patrimoniais)
- 2.1.5.11 Rácio de Liquidez – Geral
- 2.1.5.12 Rácio de Liquidez – Reduzida
- 2.1.5.13 Rácio de Liquidez - Imediata
- 2.1.5.14 Rácio Estrutura Financeira - Estrutura do Fundo Maneio
- 2.1.5.15 Rácio Estrutura Financeira - Estrutura das Necessidades do Fundo Maneio
- 2.1.5.16 Rácio de Financiamento - Endividamento
- 2.1.5.17 Rácio de Financiamento - Autonomia Financeira
- 2.1.6 Resumo da Situação Financeira
- 2.2 Pessoal
 - Demonstrações Financeiras e Anexo
 - Demonstração de resultados por natureza por Natureza
 - Balanço
 - Balanço Funcional
 - Demonstração de resultados por natureza Teoria dos Gasto Volume Resultados
 - Rácios
 - Distribuição de gastos por centro de custo
 - Demonstração das alterações nos Fundos patrimoniais
 - Anexo
 - Balancete Analítico
 - Balancete dos Centros de Custos

Com base na proposta de relatório e contas apresentada, é mais simples poder comparar informações financeiras entre entidades através da informação que se acrescenta no relatório, mas também pela organização de toda ela ao longo deste.

Bateria de Demonstrações, Rácios e Indicadores

Este ponto foi elaborado recorrendo à literatura (Neto, 2003; Neves, 2012; Nabais e Nabais, 2019; Matos, 2009; Morais, 2013; Silva e Ferreira, 2018; Fernandes et al., 2019a, 2019b; IAECs, 2023) e recai, essencialmente, na elaboração de demonstrações que utilizam a informação financeira e organizacional do SNESup, de modo a concluir sobre aspetos do ponto de vista da eficiência, eficácia, economia e qualidade

da organização, face aos seus objetivos internos, projeção no espectro do serviço público, impactos na vertente social e na vertente política e institucional. Desta forma:

“A análise financeira recorre inevitavelmente às informações financeiras produzidas pelas empresas. A mesma tem como objectivo - com base nos documentos produzidos - permitir uma compreensão simultaneamente mais rápida e profunda das informações disponíveis, sempre com vista à sua utilidade percebida pelos utilizadores.” (Pinho e Tavares, 2012, p.2)

O balanço patrimonial é o mapa responsável por apresentar a posição financeira de uma entidade ou empresa. Este é composto por cinco massas patrimoniais, que são o Ativo Não Corrente (ANC), Ativo Corrente (AC), Fundos Próprios (FP), Passivo Não Corrente (PNC) e Passivo Corrente (PC). A posição financeira é segundo o §16 da Estrutura Conceptual:

“A posição financeira de uma entidade é afectada pelos recursos económicos que ela controla, pela sua estrutura financeira, pela sua liquidez e solvência, e pela sua capacidade de se adaptar às alterações no ambiente em que opera. A informação acerca dos recursos económicos controlados pela entidade e a sua capacidade no passado para modificar estes recursos é útil na predição da capacidade da entidade para gerar no futuro caixa e equivalentes de caixa. A informação acerca da estrutura financeira é útil na predição de futuras necessidades de empréstimos e de como os lucros futuros e fluxos de caixa serão distribuídos entre os que têm interesses na entidade; é também útil ao predizer que sucesso a entidade provavelmente terá em conseguir fundos adicionais. A informação acerca da liquidez e solvência é útil na predição da capacidade da entidade para satisfazer os seus compromissos financeiros à medida que se vencerem. A liquidez refere -se à disponibilidade de caixa no futuro próximo depois de ter em conta os compromissos financeiros durante este período. A solvência refere -se à disponibilidade de caixa durante prazo mais longo para satisfazer os compromissos financeiros à medida que se vençam.” (SG, 2009, p.36228)

A demonstração dos resultados por natureza é um resumo financeiro dos resultados durante um determinado período em específico. É constituído de entre várias rubricas, pelo Resultado Antes de Depreciações (RAD), Resultado Operacional (RO), Resultado Antes de Imposto (RAI) e Resultado Líquido do Período (RLP). Este mapa financeiro indica o desempenho que uma organização teve num determinado período, segundo o paragrafo §17 da Estrutura Conceptual:

“A informação acerca do desempenho de uma entidade, em particular a sua lucratividade, é necessária a fim de determinar as alterações potenciais nos recursos económicos que seja provável que ela controle no futuro. A informação acerca da variabilidade do desempenho é, a este respeito, importante. A informação acerca do desempenho é útil na predição da capacidade da entidade gerar fluxos de caixa a partir dos seus recursos básicos existentes. É também útil na formação de juízos de valor acerca da eficácia com que a entidade pode empregar recursos adicionais.” (SG, 2009, p.36228)

Segundo Neto, 2003; Neves, 2012; Nabais e Nabais, 2019; Matos, 2009; Morais, 2013; Silva e Ferreira, 2018; Fernandes et al., 2019a, 2019b; IA ECS, 2023, o Balanço Funcional permite a uma qualquer empresa avaliar se dispõe dos Meios Financeiros adequados às suas necessidades operacionais, ou pode vir a dispor deles sem criar relações de dependência perante terceiros

Segundo Neto, 2003; Neves, 2012; Nabais e Nabais, 2019; Matos, 2009; Pinto e Fernandes, 2012; Morais, 2013; Silva e Ferreira, 2018; Fernandes et al., 2019a, 2019b; IA ECS, 2023, esta demonstração contém toda informação relevante para o analista, ele carece de alguma sistematização útil para efeitos de análise financeira. De facto, uma análise mais orientada na ótica da liquidez e em menor grau na ótica patrimonial, permite ao analista determinar numa perspetiva funcional as origens e aplicações financeiras, que determinam em função da sua liquidez o equilíbrio (ou desequilíbrio) financeiro da empresa. Assim o balanço funcional visa refletir numa ótica funcional (de ciclos financeiros) o património da empresa.

O Balanço funcional contém de entre outra informação o Fundo Maneio (FM), Necessidades de Fundo Maneio (NFM) e Tesouraria Líquida (TL) de uma organização.

FM = Capitais Permanentes – Ativos Fixos

⇔ $FM = (\text{Fundos Próprios} - \text{Passivo Não Corrente}) - \text{Ativos Não Correntes (Investimentos)}$

NFM = Necessidades Cíclicas de Exploração – Recursos Cíclicos de Exploração

⇔ $NFM = [\text{Inventários} + \text{Clientes} + \text{Adiantamento a Fornecedores} + \text{Estado (Ativo, excluindo IRC)} + \text{Devedores de Exploração}] - [\text{Fornecedores} + \text{Adiantamentos de clientes} + \text{Estado (passivo, excluindo IRC)} + \text{Credores de exploração}]$

“O conceito de Necessidades de Fundo de Maneio (NFM) recorre ao pressuposto de que os activos e passivos que compõem as necessidades cíclicas e os recursos cíclicos são decorrentes da exploração, ou seja, resultam das actividades relacionadas com as operações associadas ao negócio da empresa. Quando tal não ocorre, esses mesmos activos e passivos devem ser considerados como tesouraria activa ou passiva, respectivamente.” (Neto, 2003; Neves, 2012; Nabais e Nabais, 2019; Matos, 2009; Pinto e Fernandes, 2012; Morais, 2013; Silva e Ferreira, 2018; Fernandes et al., 2019a, 2019b; IA ECS, 2023)

TL = Fundo Maneio – Necessidades de Fundo Maneio, ou seja, $TL = FM - NFM$

Segundo Neto (2003; Neves, 2012; Nabais e Nabais, 2019; Matos, 2009; Morais, 2013; Silva e Ferreira, 2018; Fernandes et al., 2019a, 2019b; IA ECS, 2023), o objetivo da Demonstração dos Resultados por Naturezas segundo a Teoria dos Gasto Volume Resultados permite estudar a evolução das contas de Rendimentos, de Gastos e das relações existentes entre elas, face a alterações do nível de atividade.

Segundo Neto (2003; Neves, 2012; Nabais e Nabais, 2019; Matos, 2009; Morais, 2013; Silva e Ferreira, 2018; Fernandes et al., 2019a, 2019b; IA ECS, 2023), os conceitos fundamentais:

“Gastos (G): Correspondem aos gastos operacionais (ou de exploração) e devem ser detalhados de acordo com a sua relação com a actividade da empresa, isto é, em Gastos

Fixos (GF) e Gastos Variáveis (GV). Volume (V) de actividade: Corresponde ao nível de actividade principal da empresa, ou seja, às Vendas e Serviços Prestados. Resultados (R): Evidencia os diferentes tipos de resultados da empresa.”

Ponto Crítico = (Volume de Atividades * Gastos Fixos) / (Volume de Atividades – Gastos Variáveis)

“Corresponde ao Volume de actividade em que a empresa não tem lucro nem prejuízo operacional (ou de exploração), isto é, corresponde ao nível de actividade para o qual a empresa apresenta um Resultado Operacional nulo. Exemplo: $PC = 15.000 \text{ €}$ Se $V > 15.000\text{€}$, a actividade PRINCIPAL da empresa gerará lucro. Se $V < 15.000\text{€}$, a actividade PRINCIPAL da empresa gerará prejuízo.”

Margem de Segurança (MS) = (Volume de Actividade – Ponto Crítico) / Ponto Crítico *100

“Exprime o distanciamento relativo do volume de actividade alcançado pela empresa (V) relativamente ao Ponto Crítico. Exemplo: $MS = 25\%$ a empresa poderá reduzir a sua actividade (V) em 25% sem apresentar prejuízo. $MS = -25\%$ A empresa terá de aumentar a sua actividade (V) em 25% para atingir o PC.”

Existem de facto um vasto conjunto e número de rácios e indicadores que podem ser utilizados na análise financeira de uma empresa ou entidade, porem nem todos se tornam relevantes, uma vez que apenas devem ser utilizados aqueles que melhor reportam a situação financeira, operacional e económica de uma determinada organização, já que:

“A análise de bibliografia diversa sobre esta matéria permite verificar que existe uma multiplicidade de indicadores, uns mais utilizados e comumente aceites, outros menos”
(Pinho e Tavares, 2012, p.13)

Segundo Neto, 2003; Neves, 2012; Nabais e Nabais, 2019; Matos, 2009; Morais, 2013; Silva e Ferreira, 2018; Fernandes et al., 2019a, 2019b; IAECs, 2023), um rácio pode definir-se como a “Relação de quociente entre duas grandezas correlacionadas e típicas de uma determinada situação, actividade ou rendimento (potencial ou efetivo) de uma empresa (real ou ideal) ou de uma média de empresas.”

Segundo Neto (2003; Neves, 2012; Nabais e Nabais, 2019; Matos, 2009; Morais, 2013; Silva e Ferreira, 2018; Fernandes et al., 2019a, 2019b; IAECs, 2023), em relação à tipologia de rácios, estes podem ser divididos quanto ao objetivo de análise, interpretação no tempo, técnica da sua construção e tipo de análise.

Segundo Neto (2003; Neves, 2012; Nabais e Nabais, 2019; Matos, 2009; Morais, 2013; Silva e Ferreira, 2018; Fernandes et al., 2019a, 2019b; IAECs, 2023), a produtividade pode ser:

Ativo Total = Volume de Atividades / Ativo Total

“Traduz o valor em Euros recuperados pelas Vendas ou Serviços Prestados, por cada Euro investido em termos de capital total (Activo).”

Não Corrente = Volume de Atividade / Ativo Não Corrente

“Traduz o valor em Euros recuperados pelas Vendas ou Serviços Prestados, por cada Euro investido em Activo não Corrente.”

Mão-de-Obra = Volume de Atividade / Custos com Pessoal

“Traduz o valor em Euros recuperados pelas Vendas ou Serviços Prestados, por cada Euro investido em Pessoal.”

Segundo Neto (2003; Neves, 2012; Nabais e Nabais, 2019; Matos, 2009; Morais, 2013; Silva e Ferreira, 2018; Fernandes et al., 2019a, 2019b; IAECs, 2023), a sustentabilidade determina a capacidade da empresa de gerar resultados para as gerações futura a partir dos investimentos realizados

Sustentabilidade Operativa do Volume de Negócios = Resultado Operacional / Volume de Atividades

“Traduz quanto é que é gerado de Resultado Operacional por cada Euro de Vendas ou Serviços Prestados realizado.”

Sustentabilidade Líquida do Volume de Negócios = Resultado Líquido / Volume de Atividades

“Traduz quanto é que é gerado de Resultado Líquido por cada Euro de Vendas ou Serviços Prestados realizado.”

Sustentabilidade Económica do Ativo = (Resultado Operacional / Ativo Total) * 100

“Mede o rendimento do conjunto dos meios (total de origens, ou seja, Capitais Próprios e Alheios) utilizados pela empresa para a prossecução da sua actividade.”

Sustentabilidade Líquida do Ativo = (Resultado Líquido / Ativo Total) * 100

Sustentabilidade Financeira = (Resultado Financeiro / Fundos patrimoniais) * 100

“Mede a eficácia com que as empresas utilizam os capitais pertencentes aos sócios ou accionistas. O valor obtido representa o equivalente à taxa máxima de remuneração obtida pelos Capitais Próprios aplicados (Return on Equity - ROE).”

Segundo Neto (2003; Neves, 2012; Nabais e Nabais, 2019; Matos, 2009; Pinho e Tavares, 2012; Morais, 2013; Silva e Ferreira, 2018; Fernandes et al., 2019a, 2019b; IAECs, 2023), a liquidez pode ser:

Geral = Ativo Corrente / Passivo Corrente

“Uma visão redutora deste indicador indica que o mesmo deverá ser superior a 1. Em abstracto essa visão é verdadeira, mas carece de informação complementar ao nível do equilíbrio financeiro.”

Reduzida = (Ativo Corrente – Inventários) / Passivo Corrente

“Este indicador é mais conservador que o anterior, retirando os inventários da categoria do realizável a curto prazo, questionando a sua valorização ou potencial obsolescência conducente a perdas por imparidade (perdas de valor) nesses activos. Por isso, este indicador acaba por ser mais utilizado que o anterior.”

Imediata = Caixa e Depósitos Bancários / Passivo Corrente

“Este indicador, expressa a capacidade de solver responsabilidades de forma imediata. É muito redutor nas conclusões que dele se podem retirar, sendo de todo impossível definir aprioristicamente que valores o mesmo deve assumir para efeitos de uma análise favorável sobre o tema liquidez. A liquidez imediata é, aliás, fortemente criticada numa numa óptica de gestão financeira, pois como se sabe, volumes elevados de meios financeiros líquidos (por exemplo, dinheiro em caixa e depósitos bancários) indiciam más práticas ao nível da gestão financeira (aplicações de capital não reprodutivas).”

Segundo Neto (2003; Neves, 2012; Nabais e Nabais, 2019; Matos, 2009; Morais, 2013; Silva e Ferreira, 2018; Fernandes et al., 2019a, 2019b; IA ECS, 2023), pode ser calculado:

Estrutura do Fundo Maneio = (Fundo Maneio / Volume de Atividade) * 100

“indica o montante de FM relativamente ao nível do Volume de actividade.”

Estrutura das Necessidades de Fundo Maneio = (Necessidades de Fundo Maneio / Volume de Atividade) *100

“indica o montante de NFM relativamente ao nível do Volume de actividade.”

Segundo Neto (2003; Neves, 2012; Nabais e Nabais, 2019; Matos, 2009; Morais, 2013; Silva e Ferreira, 2018; Fernandes et al., 2019a, 2019b; IA ECS, 2023),

Endividamento = Passivo Total / Ativo Total

“O resultado deste indicador varia entre 0 e 1, podendo assumir esses valores em situações extremas. Em termos sucintos, traduz-se pelo rácio entre passivos e activos. Um resultado elevado (próximo de 1) reflecte uma empresa largamente endividada, enquanto que, um valor próximo de 0, traduz uma empresa cujos activos são em larga medida financiados por capitais próprios, ou seja, uma empresa com uma elevada autonomia financeira. O indicador da autonomia financeira corresponde ao complementar do endividamento, ou seja, se o grau de endividamento for 0,2 a autonomia financeira será de 0,8 e traduz a proporção de activos que são financiados por capitais próprios”

Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Ativo Total

“Quanto maior o valor deste indicador, maior a proporção de capitais próprios aplicados, ou seja menor risco de insolvência a prazo. Não existem valores definidos para uma autonomia financeira apropriada. Sectores há em que tradicionalmente o nível de endividamento é elevado, e outros em que a autonomia financeira é elevada. Contudo, é comumente aceite que um grau de endividamento superior a 80% (autonomia financeira inferior a 20%), correspondem a exposições excessivas a capitais alheios.”

3.5. Considerações Finais

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é uma prática que permite para além da maximização dos lucros incluir uma preocupação sobre o meio ambiente, funcionários e comunidades. Já que uma organização deve ser socialmente responsável pela forma como atua. Para além do facto da RSC ser cada

vez algo mais em conta para os consumidores destas organizações pelas práticas éticas e sustentáveis que ficam comprometidas a cumprir. No entanto esta prática empresarial tem de estar envolta com critérios como a eficiência, eficácia e economia de uma organização. Este conjunto de práticas é bastante relevante para entidades do setor não lucrativo, para que possam ser avaliadas em relação aos impactos sociais e não apenas em termos financeiros.

Na continuação da ótica em que os sindicatos devem ser medidos enquanto forças de mudança nas comunidades que representam e sociedades em que se inserem, foi importante falar relativamente à sua vertente pública. Nomeadamente devido ao papel que esta organização desempenha na esfera pública, vertente que inclui negociações coletivas com empregadores ou governos e demais instituições para garantir melhores condições de trabalho.

Se continuarmos a afunilar a logica de pensamento no que diz respeito à vertente pública dos sindicatos, deparamos-nos com o espectro social e coletivo destas organizações, que se refere à amplitude de membros e interesses pela qual uma determinada organização sindical atua. Num panorama global, a própria constituição da União Europeia, assenta num conjunto de políticas, que permite, entre os países que a constituem, livre circulação de bens e serviços, das quais se abrange o trabalho.

Por outro lado, o impacto que as políticas e objetivos das organizações sindicais devem ter uma implicação nas políticas de cada país, independentemente do governo que as aplica. Se bem que, os próprios sindicatos podem ter diferentes orientações políticas e ideológicas, que também influenciam os interesses que defendem. Neste sentido reconhece-se a dicotomia esquerda-direita que é um conceito bastante utilizado na política moderna, que remonta à Revolução Francesa, num momento crucial na história europeia, em que a França passava por profundas transformações sociais e políticas. Dicotomia esta, que se entende quando se olha para um qualquer parlamento e se observam os partidos políticos e as políticas que tentam incentivar através da discussão parlamentar.

Diretamente do campo político, em que se pode compreender que o partido que é eleito pode colocar em prática medidas que afeta tanto de forma positiva como negativa as forças de trabalho, e assim se podem ver aumentadas ou diminuídas os esforços dos sindicatos na persecução de melhores condições, temos os impactos que os governos causam. Como o conflito laboral em Las Vegas, que é um exemplo da mudança da economia americana de uma base industrial para uma de lazer, ou das políticas de EEO (oportunidades iguais de emprego) no Estados Unidos, até à crise financeira global. Acontecimentos que marcaram para sempre a forma como as decisões não só são tomadas, mas como o impacto das políticas na vida em sociedade e nas várias classes de trabalho.

Assim, pode-se partir para como cada decisão política pode ser tomada e como deve ser tomada, através do estudo prévio dos seus efeitos até às fontes de informação a coletar antes de serem tomadas quaisquer conclusões que suportem uma determinada tomada de decisão, que vá influenciar entidades, entidades, organizações e comunidades.

Dos conjuntos de tópicos abordados, torna-se mais simples abordar questões mais internas à própria vida de cada sindicato, como a sua prestação de contas. Nomeadamente na informação financeira e operacional que apresentam. Que demonstrações, rácios e indicadores devem fazer parte do estudo financeiro anual, e de que forma auxiliam a gestão na tomada de decisões ao longo de cada ano económico, com base na informação financeira que se vai adquirindo durante cada ano económico. Este tipo de análise e apuramento de conclusões auxilia a gestão e membros deste tipo de organizações sobre aspetos do ponto de vista da eficiência, eficácia, economia e qualidade da organização, face aos seus objetivos internos, projeção no espetro do serviço público, impactos na vertente social e na vertente política e institucional. Conclui-se o capítulo referente Análise Económico-Financeira do Estudo de Caso, com uma proposta de demonstrações e indicadores a utilizar no relatório e contas do sindicato.

4. Análise de Desempenho

4.1. Enquadramento

A análise de desempenho é uma técnica amplamente utilizada por entidades e investidores para avaliar a saúde financeira de uma entidade ou empresa. Esta análise é fundamental para identificar áreas de melhoria e oportunidades de crescimento, bem como para tomar decisões de investimento informadas. A análise de desempenho envolve a avaliação de indicadores financeiros, como rentabilidade, liquidez, solvência, estrutura de capital e eficiência operacional, com o objetivo de avaliar o desempenho financeiro de uma empresa. Todo este estudo requer a preparação da informação financeira do SNESup, processo este que pode ser resumido como:

“A preparação da informação financeira para efeitos de análise consiste em organizar a informação de forma tal que a sua utilização seja mais eficaz e eficiente no intuito de obtenção da informação pretendida na forma de indicadores. Contudo, esse trabalho deve ter sempre subjacente um cuidado especial no que concerne aos pressupostos e princípios que estão subjacentes à informação financeira prestada.” (Pinho e Tavares, 2012, p. 7)

Este capítulo concentra-se em explicar os principais conceitos e métodos da análise de desempenho, bem como fornecer exemplos práticos através do estudo de caso. Além disso, serão discutidas as principais limitações e desafios associados à análise de desempenho, a fim de entender as limitações e tomar decisões informadas com base nos resultados da análise de desempenho.

Neste sentido as entidades e empresas têm um conjunto de objetivos que podem ser estabelecidos pelos seus responsáveis, nomeadamente: estabilidade e expansão, criação de novos empregos, prestígio dos titulares do capital e satisfação de necessidades coletivas. Claro que estes objetivos podem e devem ser reajustados consoante a finalidade de criação ou existência da organização em causa.

Para o cumprimento dos objetivos de cada organização, cabe à gestão da mesma, prever, organizar, coordenar, motivar e controlar as atividades de forma atingir estes objetivos e metas pela gestão definidos. Existem três sistemas de informações nas entidades que auxiliam o controlo, reporte e gestão da mesma. São eles o controlo orçamental (plano de atividades), contabilidade financeira (registo de operações financeiras cronologicamente) e contabilidade de gestão (resultados e gastos por produto, serviço, departamento entre outros).

4.2. Análise das Demonstrações Financeiras

Com o propósito de analisar económica e financeiramente o Sindicato Nacional do Ensino Superior, no período de 1991 a 2021, ao seja 30 anos que correspondem à longevidade até aos dias de hoje desta organização, é de grande relevância observar a evolução das respetivas demonstrações financeiras, e por outro lado observar também os rácios e indicadores daí obtidos. A análise vai ter por base a análise detalhada dos décimos terceiros mandatos e das respetivas direções nomeadamente consoante o Presidente da Direção e Tesoureiro da Direção em funções naquele mandato em específico. Ao longo dos anos, estes mandatos tiveram diferentes direções, conforme o Quadro 6 - Mandatos por Presidência do SNESup, que formaram o SNESup:

Quadro 7 - Mandatos por Presidência do SNESup

Ano	Data de Publicação Relatório e Contas	Eleição	Mandatos	Presidente da Direção	Tesoureiro da Direção
2021	26 de abril de 2022	Eleições 20 de novembro de 2020	Mandato dos décimos terceiros órgãos nacionais (2020-2022)	Mariana Teresa Gaio Alves - IE/U. Lisboa	Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento – FAH/Umadeira
2020	26 de abril de 2021				
2019	22 de junho de 2020	Eleições 28 e 29 de Junho de 2018	Mandato dos décimos terceiros órgãos nacionais (2018-2020)	Gonçalo Cardoso Leite Velho – EST/IP Tomar	Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento – FAH/Umadeira
2018	25 de março de 2019				
2017	28 de março de 2018	Eleições 28 e 29 de Junho de 2016	Mandato dos décimos segundos órgãos nacionais (2016-2018)	Gonçalo Cardoso Leite Velho – EST/IP Tomar	Marc Marie Luc Philippe Jacquinet – U Aberta
2016	11 de março de 2017				
2015	31 de março de 2016	Eleições 25 e 26 de Junho de 2014	Mandato dos décimos primeiros órgãos nacionais (2014-2016)	António Manuel Neves Vicente – FCSH/UBI	Marc Marie Luc Philippe Jacquinet – U Aberta
2014	22 de julho de 2015				
2013	7 de março de 2014	Eleições 26 e 27 de Junho de 2012	Mandato dos décimos órgãos nacionais (2012-2014)	António Manuel Neves Vicente – FCSH/UBI	Marc Marie Luc Philippe Jacquinet – U Aberta
2012	18 de maio de 2013				
2011	30 de março de 2012	Eleições 22 e 23 de Junho de 2010	Mandato dos nonos órgãos nacionais (2010-2012)	António Manuel Neves Vicente – FCSH/UBI	Marc Marie Luc Philippe Jacquinet – U Aberta
2010	09 de novembro de 2011				
2009	24 de abril de 2010	Eleições 5 e 8 de Junho de 2008	Mandato dos oitavos órgãos nacionais (2008-2010)	António Manuel Neves Vicente – FCSH/UBI	Luís Manuel Pereira Sales Cavique Santos – ESCS/IP Lisboa
2008	12 de dezembro de 2009			Nuno Eduardo da Silva Ivo Gonçalves – ISG (antigo Vice-Presidente)	
				Gonçalo Xufre Gonçalves da Silva – ISEL (antigo primeiro efetivo)	
2007	12 de junho de 2008	26 e 27 de Janeiro de 2006	Mandato dos sétimos órgãos nacionais (2006-2008)	Paulo Jorge Marques Peixoto – FE/U Coimbra	Maria Elisabete Ferreira Freire – FA/UTL
2006	30 de março de 2007				
2005		3 e 4 de Dezembro de 2003	Mandato dos sextos órgãos nacionais (2003-2006)	Luís Carlos Moutinho da Silva – ISCS – Norte	Fernando António da Costa Gaspar – ES Gestão/IP Santarém
2004					
2003					
2002		5 e 6 de Junho de 2001	Mandato dos quintos órgãos nacionais (2001-2003)	Luís Manuel das Neves Belchior Faia dos Santos – FC/U Porto	Carlos Alberto Pestana Barros – ISEG/UTL
2001					
2000		4 e 5 de Março de 1999	Mandato dos quartos órgãos nacionais (1999-2001)	Pedro Jorge Macedo de Abreu – FCT/UNL	José Augusto Paixão Coelho – ISEL
1999					
1998		Eleição 6 e 7 de Março de 1996	Mandato dos terceiros órgãos nacionais (1996-1999)	Jorge Miguel de Melo Viana Pedreira – FCSH/UNL	Edgard Fortes Rodrigues – ES Dança/IP Lisboa
1997					
1996					
1995		Eleição 12 e 13 de Maio 1993	Mandato dos segundos órgãos nacionais (1993-1996)	Pedro Manuel Gonçalves Lourtie – IST/UTL	Edgard Fortes Rodrigues – ES Dança/IP Lisboa
1994					
1993					
1992		Eleição 10 e 11 de Maio 1990	Mandato dos primeiros órgãos nacionais (1990-1993)	Pedro Manuel Gonçalves Lourtie – Universidade Técnica de Lisboa	Edgard Fortes Rodrigues – Instituto Politécnico de Lisboa
1991	31 março de 1992				
1990					
1989		13 e 14 de Novembro de 1989	Comissão Instaladora - 15 de Novembro de 1989 a 11 de Maio de 1990	Pedro Manuel Gonçalves Lourtie – Universidade Técnica de Lisboa	

Fonte: Adaptado de SNESup (2023)

Consciente de que se trata de uma entidade sem fins lucrativos, o Sindicato Nacional do Ensino Superior presta serviços na defesa de professores que laboram em território nacional e internacional desde 1990. Porém, e apesar de analisar financeiramente uma entidade que não tem o fim de gerar lucros, a análise deve ser lida com a noção de que para cada direção poder prestar de melhor forma as suas funções em cada mandato, deve ser levada a cabo uma política financeira e económica que verta de forma saudável no que é a atividade operacional desta instituição. De forma que no médio e longo prazo, exista cada vez mais saúde financeira para continuar a crescer e defender aquelas que são as suas missões e princípios para com os seus demais membros.

Antes da constituição do SNESup em 1989, existem algumas datas que de certa forma, marcam também a criação posterior deste sindicato, nomeadamente movimentos de docentes em várias escolas pró-democratização antes do 25 de abril de 1974, no pós 25 de abril existe a larga adesão dos docentes do ensino superior aos sindicatos então constituídos. Nos anos de 1978 a 1982 elegem-se 19 comissões sindicais no ensino superior em Lisboa. Em 1983 no Congresso Constitutivo da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) é eleito no Instituto Superior de Economia (ISE) e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (FPCE) de Lisboa listas de delegados que propõem a constituição de um sindicato do ensino superior. De junho a setembro de 1989 realizam-se plenários em todos o país, greve nacional às provas específicas, e constituição de uma coordenadora nacional eleita. Os sindicatos de professores existentes aceitam a desindexação e dá-se a constituição de uma Comissão Pró-sindicato do Ensino superior ainda em setembro de 1989. Em novembro do mesmo ano, ocorre a constituição do SNESup em assembleia geral descentralizada nas várias escolas e elege-se uma Comissão Instaladora.

4.2.1. Primeiro e Segundo Mandato - Presidente de Direção Pedro Manuel Gonçalves

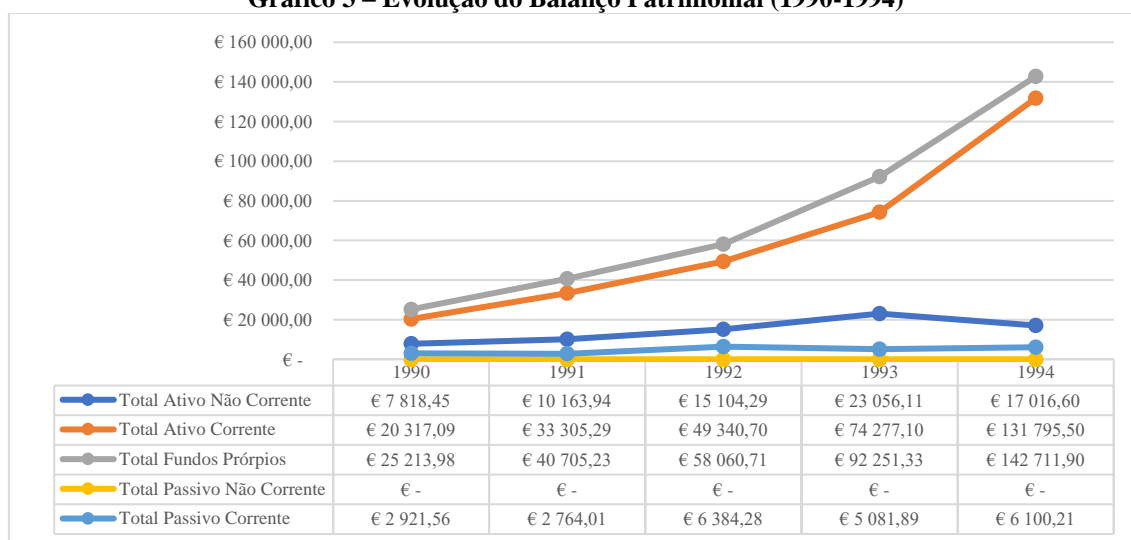
No ano da sua constituição (1989-1990), de acordo com SNESUP (1992-1995), e primeiros dois mandatos de órgãos nacionais (1990-1994), a direção do SNESup levou a cabo não só a implementação da associação, assim como o seu crescimento nos primeiros anos de existência. Em 1990 elegem-se os primeiros órgãos nacionais do SNESup. No ano de 1991 realiza-se uma petição à Assembleia da República sobre remunerações. Em 1992, inicia-se o descongelamento de escalões do Novo Sistema Retributivo, realiza-se o 1º Congresso do SNESup, onde se aprovam os Princípios Orientadores da Ação Sindical e Revisão de Estatutos, posteriormente retificada em Assembleia Geral realiza-se ainda uma greve dos docentes de enfermagem onde existe o recurso pela primeira vez ao Fundo de Greve.

O ano 1993 não terá sido um ano particularmente fácil para o movimento sindical, segundo o SNESUP (1992-1995), traduziu-se para o SNESup no aumento de processos individuais e de escola, conseguiram porém reforçar a posição no seio do ensino superior e das instituições ligadas à educação e elegem-se novos órgão nacionais para o sindicato. Em 1994 o sindicato intervém na discussão da Lei de Avaliação do Ensino Superior, e nasce o movimento das Comissões de Docentes e Investigadores (CDI's) que é alargado em

1995. Já em 1995, é constituído, através da colaboração da FENPROF, SINDEP, CDI's e SNESup a Plataforma Reivindicativa Comum (PRC) do Ensino Superior, realizam-se greves nacionais a exames, e formado o VII Governo Constitucional com António Guterres a primeiro-ministro, iniciam-se as negociações sobre remunerações. Em 1996, o PRC acorda com o Ministério da Educação (ME) um reajustamento salarial com início no mesmo ano a concluir até ao fim dessa legislatura, iniciam também com o ME negociações sobre os Estatutos de Carreira Docente.

O **balanço patrimonial** é uma das demonstrações financeiras mais importantes para avaliar a situação financeira de uma empresa, e como se pode ver a evolução através do Gráfico 3 – Evolução do Balanço Patrimonial (1990-1994).

Gráfico 3 – Evolução do Balanço Patrimonial (1990-1994)



Fonte: Adaptado de SNESup (1992-1995)

Através da análise do ativo é notório as sucessivas aquisições de ativo fixo tangível que apresenta uma evolução de 195% de 1990 (€ 28.135,54) para 1994 (€ 148.812,10), que contribuíram não só para o aumento do património do sindicato, mas como permitiram o começo das suas atividades sindicais. No último ano de mandato, 1993 para 1994, ocorreu uma diminuição do valor inscrito nos ativos fixos tangíveis de 26% (- € 6.039,51), resultante da alienação de algum património. Além disso, a rubrica da caixa e depósitos bancários aumenta regularmente de ano para ano, tendo a maior ascensão de 1992 para 1993, com uma variação de € 50.009,72, ao seja 218%. Durante o seu tempo na direção, Pedro Gonçalves valorizou a massa patrimonial do ativo em € 120.676,56, o que representa um aumento de 429%, dos quais 118% correspondem ao crescimento do **ativo não corrente** e 549% ao **ativo corrente**.

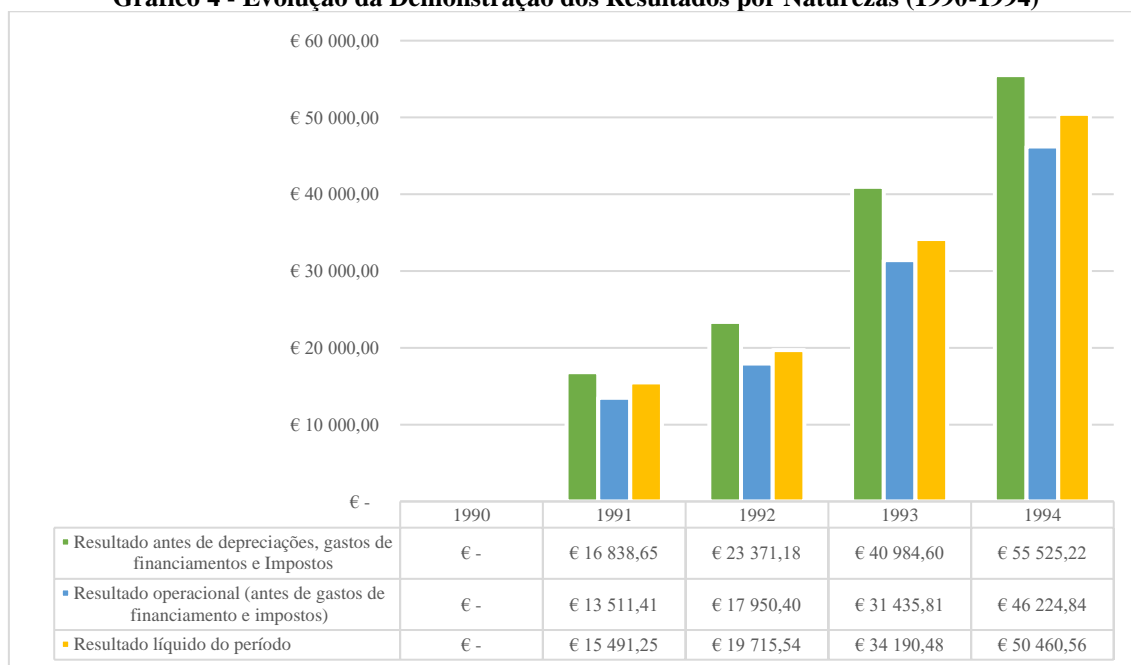
A evolução dos **fundos patrimoniais** no seu total é notória, inicialmente devido ao aumento do Resultado Líquido do Período, e posteriormente com a inscrição de valor nas Reservas Legais em 1993, e o seu aumento em 1994 de 68%. Assim o Fundos patrimoniais aumentou em 466% nos mandatos em análise

fruto das boas decisões de gestão tomadas em seio de direção do sindicato, de forma a proporcionar um crescimento à associação sindical nos seus primeiros anos de vida.

O **passivo não corrente** não apresenta valores inscritos neste período, o que se traduz numa política financeira sem empréstimos nos mandatos de Pedro Gonçalves. Já o **passivo corrente**, foi a massa patrimonial com menos flutuações para este período (1990-1994), que contou com uma evolução do somatório de todas as rúbricas de apenas € 3.178,65 o que corresponde a 109%.

A **demonstração dos resultados por naturezas** é uma das demonstrações financeiras mais importantes para avaliar a performance financeira de uma empresa em um determinado período, como se pode ver no Gráfico 4 - Evolução Demonstração dos Resultados por Naturezas (1990-1994).

Gráfico 4 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (1990-1994)

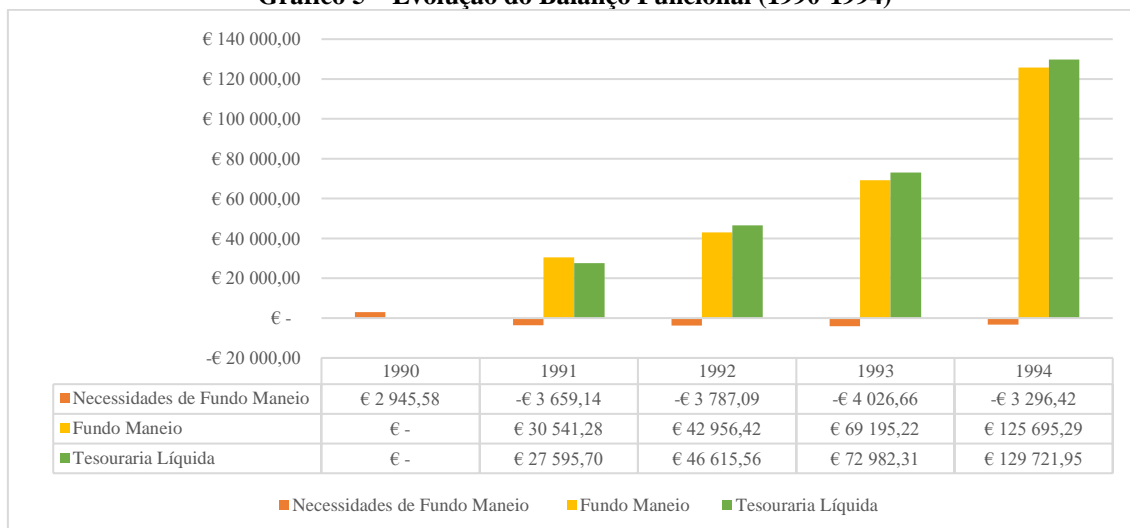


Fonte: Adaptado de SNESup (1992-1995)

No que se refere à **demonstração dos resultados por naturezas** constata-se que ocorre uma tendência positiva da atividade operacional (resultados operacionais), resultante dos aumentos significativos da rúbrica de vendas e serviços prestados em 81% de 1991 (€ 100.693,80) para 1994 (€ 182.083,91), que faz diretamente face no mesmo período aos fornecimentos e serviços externos somado com os gastos com pessoal, 30% (€20.699,84) e 131% (€ 20.4007,70) respetivamente.

O **balanço funcional** está relacionado ao balanço patrimonial e tem como objetivo determinar três principais equilíbrios financeiros a médio e longo prazo (fundo manei) e a curto prazo (tesouraria líquida), os quais estão representados no Gráfico 5 - Evolução Balanço Funcional (1990-1994).

Gráfico 5 – Evolução do Balanço Funcional (1990-1994)

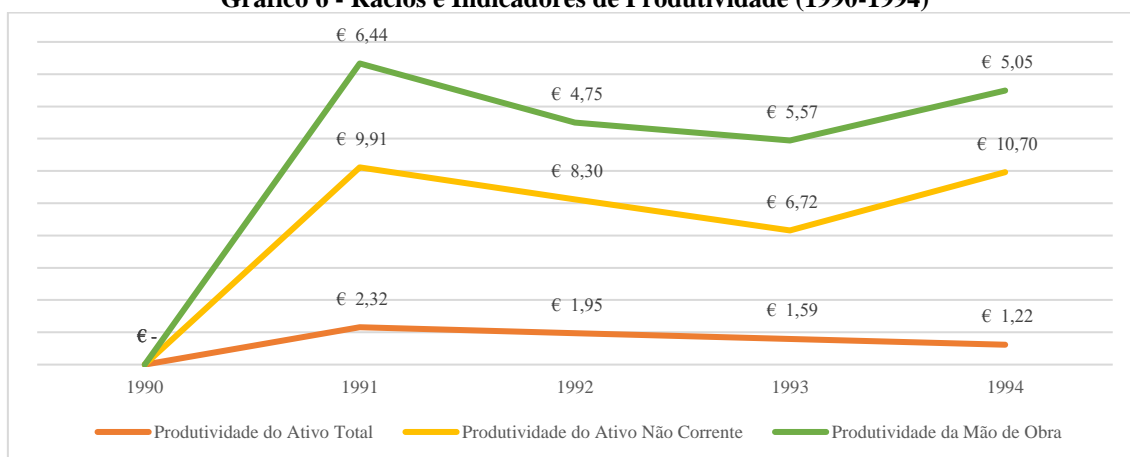


Fonte: Adaptado de SNESup (1992-1995)

Ao analisar o balanço funcional no período de 1991 a 1994, verifica-se que a existência de um **fundo maneio** positivo, entre € 30.541,28 (1991) e € 125.695,29 (1994) com um crescimento de 41% (1991-1992) 61% (1992-1993) e 82% (1993-1994), indica que a empresa tem recursos financeiros suficientes para financiar suas atividades de investimento. A **tesouraria líquida** é positiva, realça-se assim a inexistência de dificuldades financeiras a curto prazo, visto que esta é suficiente para financiar as operações correntes da organização com valores entre € 27.595,70 (1991) e € 129.721,95 (1994) com um crescimento médio de 68% no período analisado.

A **análise de rácios e indicadores** é uma ferramenta essencial para avaliar a saúde financeira de uma organização, permitindo aos gestores entenderem como a organização está a operar e como pode melhorar seu desempenho.

Gráfico 6 - Rácios e Indicadores de Produtividade (1990-1994)

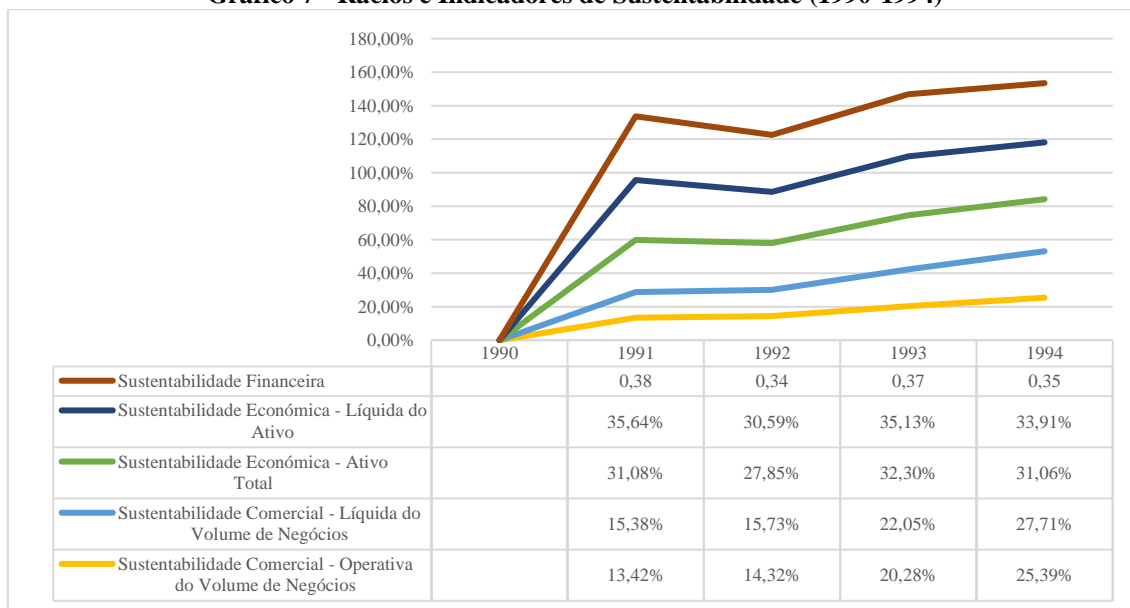


Fonte: Adaptado de SNESup (1992-1995)

Em relação aos **rácios de produtividade** diretamente dependentes do volume de negócios, observa-se que a evolução negativa deste, contribui para a evolução negativa dos diferentes rácios, esquematizada no

Gráfico 6 - Rácios e Indicadores de Produtividade (1990-1994). Pois por cada euro investido em **ativo total**, o volume de negócios aumentara € 2,32 em 1991, e em 1994 já só aumenta € 1,22. Porem e apesar de o nível de produtividade no **ativo não corrente** diminuir de € 9,91 em 1991 para € 6,72 em 1993, o mesmo recupera nos anos de 1994 com cada euro investido em ativo não corrente a ser transformado em € 10,70 para o período em análise. Já na produtividade dos fatores de produção da **mão de obra**, os valores manem-se mais estáveis quando comparados com a produtividade dos meios económicos, pois por cada euro investido o retorno situa-se entre € 4,75 (1992) e € 6,44 (1991).

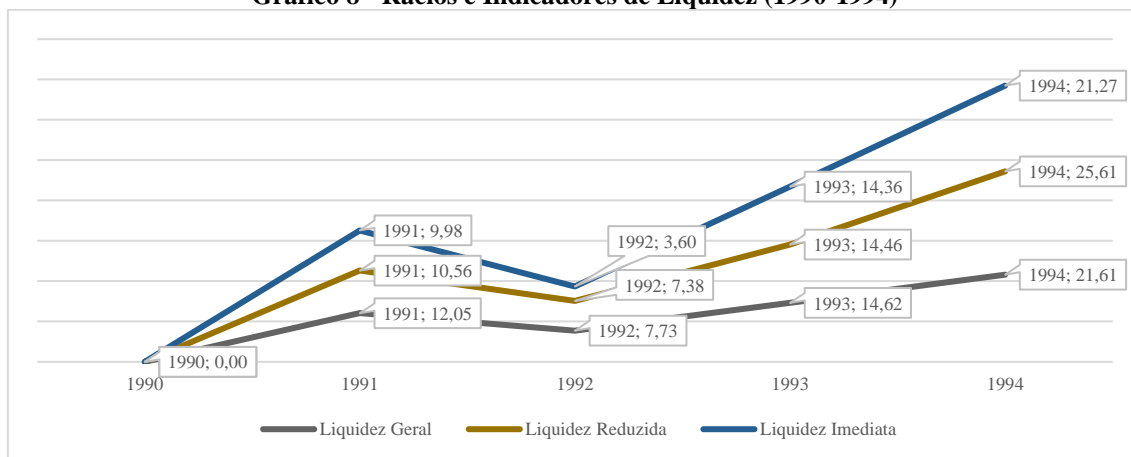
Gráfico 7 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (1990-1994)



Fonte: Adaptado de SNESup (1992-1995)

Quanto aos **rácios de sustentabilidade**, diretamente dependentes do resultado operacional (antes de gastos e financiamentos) e resultado líquido do período, verificou-se uma tendência maioritariamente crescente, como exibida no Gráfico 7 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (1990-1994), ou seja, a **sustentabilidade comercial** aumenta de 1992 para 1993 em cerca de 24% em relação ao ano anterior (-5%) e manteve mais estável em 1994, o que se traduz na capacidade financeira da organização gerar resultados a partir do volume de negócios. Quanto à **sustentabilidade económica** traduz a capacidade económica da organização para gerar resultados a partir dos investimentos realizados e de 1991 a 1994 regista valores entre os 27% e os 35%. Já a **sustentabilidade financeira** é a sustentabilidade dos capitais próprios, que traduz a diminuição da eficácia com que o sindicato utiliza os capitais próprios investidos, isto é, enquanto em 1991 por cada euro investido se ganhava € 0,38 em 1994 ganham € 0,35.

Gráfico 8 - Rácios e Indicadores de Liquidez (1990-1994)



Fonte: Adaptado de SNESup (1992-1995)

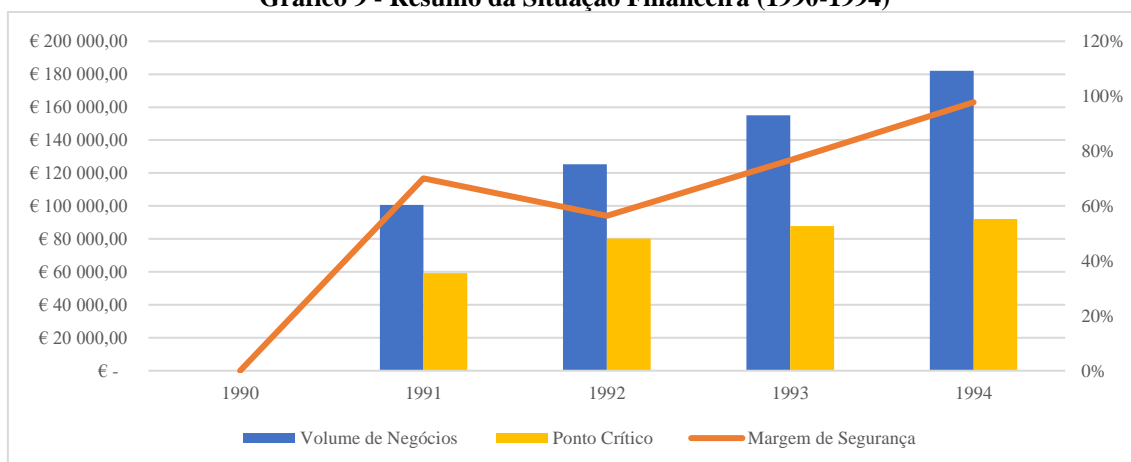
Relativamente aos **rácios de liquidez** que traduzem a capacidade que a organização detém para satisfazer os seus compromissos a curto prazo, mencionada no Gráfico 8 - Rácios e Indicadores de Liquidez (1990-1994), verificamos deste modo que os indicadores estão acima dos parâmetros recomendados pela literatura, uma vez que o rácio de liquidez é maior que 1 assim como o rácio de liquidez reduzida.

Sobre os rácios de **estrutura financeira** analisamos que a **estrutura do fundo manei** é positiva como melhora entre 1991 e 1994, de 30% para 69% respetivamente. O aumento do volume de negócios não afeta o seu equilíbrio financeiro a médio e longo prazo, uma vez que o fundo de manei diminui e provoca esta redução.

No que respeita aos **indicadores de estrutura financeira** verifica-se que ambos são nulos, uma vez que a organização não distribui lucros, pois este também não é um objetivo seu.

Em relação aos **rácios de financiamento** a afirmação anterior confirma-se quando o **rácio de endividamento** se situa abaixo de 35%, como recomendado pela literatura, no período em análise e o **rácio de autonomia financeira** acima de 65%.

Gráfico 9 - Resumo da Situação Financeira (1990-1994)



Fonte: Adaptado de SNESup (1991-1995)

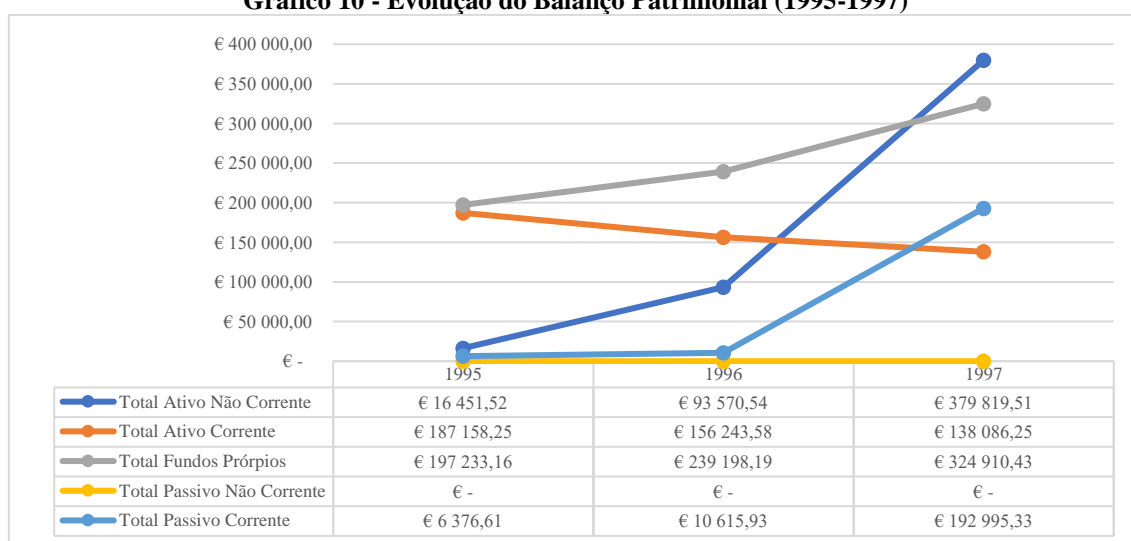
Em suma, neste mandato o SNESup, este satisfaz os seus compromissos com recurso ao autofinanciamento próprio, o que se traduz numa ótima situação financeira como ilustrado no Gráfico 9 - Resumo da Situação Financeira (1990-1994). A tendência do **volume de negócios** é positiva, já que aumentam de 1991 para 1994, o **ponto crítico** é menor que o volume de atividade do sindicato, com uma **margem de segurança** para este período na ordem dos 74%. Desta forma, é seguro afirmar que a situação económica do SNESup, neste período, é estável e que a organização sindical se encontra num bom caminho.

4.2.2. Terceiro Mandato - Presidente de Direção Jorge Miguel de Melo Viana Pedreira

Eleitos os novos órgãos sociais a março de 1996, segundo SNESUP (1996-1998), com Jorge Pedreira a assumir a liderança da direção inicia-se o terceiro mandato do SNESup para o período de 1996 a 1999. No ano de 1997 amplifica-se a discussão interna sobre a negociação dos estatutos docentes universitário e politécnico, processo de negociação que entra em ponto morto em 1998.

O **balanço patrimonial** é uma ferramenta essencial para os gestores de entidades entenderem a estrutura financeira e patrimonial da organização.

Gráfico 10 - Evolução do Balanço Patrimonial (1995-1997)



Fonte: Adaptado de SNESup (1996-1998)

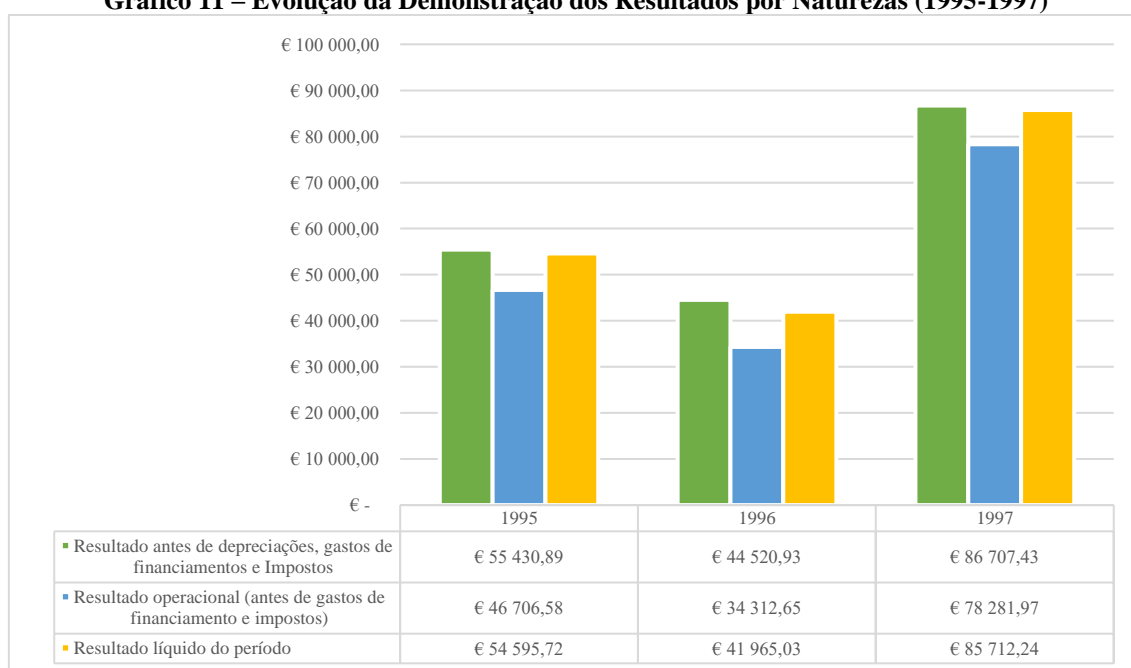
No período liderado por Jorge Pedreira, como apresentado no Gráfico 10 - Evolução do Balanço Patrimonial (1995-1997), verifica-se um aumento generalizado das rubricas do balanço, nomeadamente as do **ativo não corrente**. Para este aumento contribui significativamente a rubrica dos ativos fixos tangíveis em € 363.367,99 ao seja 2209% de 1995 para 1997. Em relação ao ativo corrente não se registam grandes oscilações face ao período anterior, apenas se constata uma diminuição de 25% na rubrica da caixa e depósitos bancários, que em nada influencia o crescimento do ativo num todo para este período.

Em relação ao **Fundos patrimoniais** a tenência mantém-se neste mandato, as reservas legais e resultados transitados acompanham o crescimento dos resultados neste período em análise, inscrevendo assim um crescimento dos capitais próprios do sindicato de 65%.

O **passivo não corrente** continua sem registos no terceiro mandato. O mesmo não se verifica no **passivo corrente**, que não só aumenta, como tem o maior crescimento na rúbrica dos financiamentos obtidos de 1996 para 1997, apresentando o valor de € 101.601,42 em 1997, fruto de um empréstimo a curto prazo realizado pelo sindicato para aquisição de ativos fixos tangíveis, rubrica que também registou aumentos.

A **demonstração dos resultados por naturezas** é essencial para os gestores de entidades entenderem a rentabilidade e a lucratividade da organização, exibida no Gráfico 11 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (1995-1997).

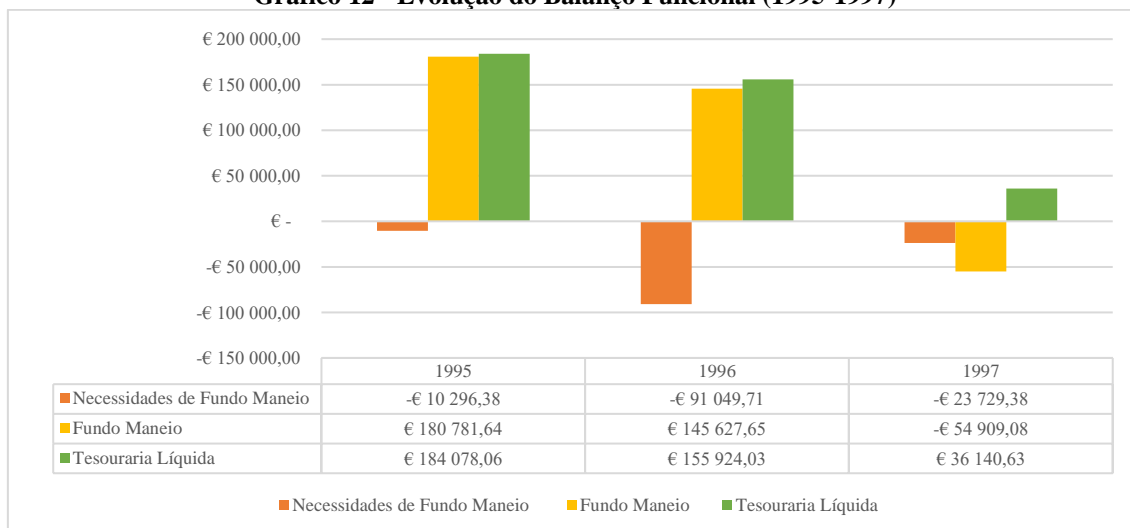
Gráfico 11 – Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (1995-1997)



Fonte: Adaptado de SNESup (1996-1998)

A **demonstração dos resultados por naturezas** regista aumentos na sua atividade operacional com o aumento de 38% das vendas e serviços prestados, a rúbrica dos gastos com pessoal verifica a mesma tendência, ainda que menos, de crescimento na ordem dos 2%, já os fornecimentos e serviços externos aumentam 49% de 1995 para 1996, e diminuem 9% em 1997. Estes factos alicerçam o aumento dos resultados operacionais. Por sua vez, e fruto dos aumentos operacionais, o resultado líquido do período aumenta a par, depois de uma diminuição de 1995 para 1996 de 23%, aumenta em 1997 para o valor € 85.712,24, o que corresponde a um incremento de 104%.

Gráfico 12 - Evolução do Balanço Funcional (1995-1997)



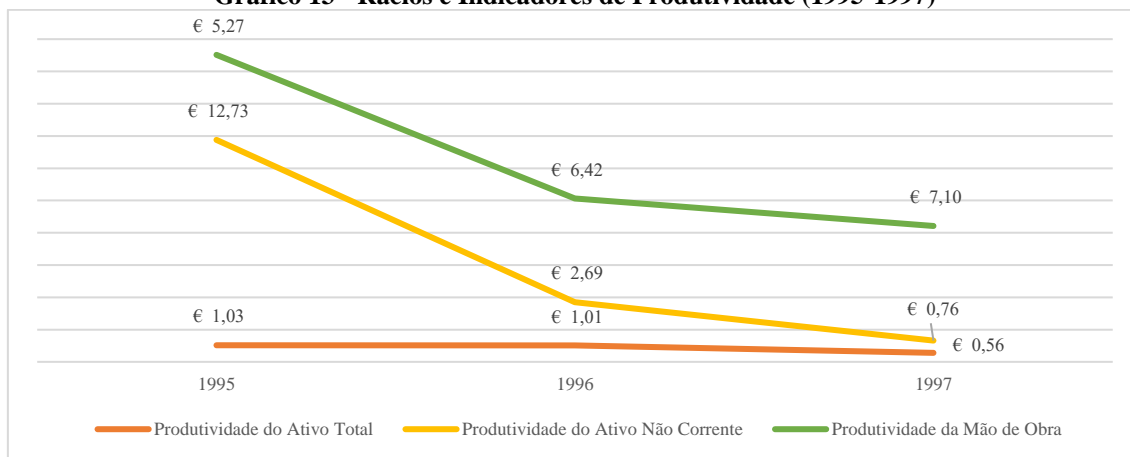
Fonte: Adaptado de SNESup (1996-1998)

O **balanço funcional** é uma ferramenta relacionada ao balanço patrimonial que procura determinar três equilíbrios financeiros: fundo maneio a médio e longo prazo, e tesouraria líquida a curto prazo. Desta forma, ao realizar uma análise do balanço funcional no período em questão, valores referidos no Gráfico 12 - Evolução Balanço Funcional (1995-1997), assim é possível compreender que se o **fundo maneio** é maior que zero, isso significa que a empresa tem um equilíbrio financeiro adequado para financiar suas atividades de investimento o que não se verifica no período de 1995 a 1997, uma vez que no ultimo ano deste intervalo é registrado um valor negativo de fundo maneio de - € 54.909,08 (1997), facto que advém da continua diminuição de 19% (1995-1996) do fundo maneio nos dois anos transatos € 180.781,64 (1995) e € 145.627,65 (1996).

No entanto a **tesouraria líquida** não apresenta um valor inferior a 0, e apesar de não se verificar uma situação de desequilíbrio financeiro a curto prazo, os valores têm vindo a denunciar uma tendência negativa de 46% (1995-1997) face ao período anterior, o que poderá traduzir-se em dificuldades para a empresa cumprir as suas obrigações no futuro.

A **análise de rácios e indicadores** é um instrumento que avalia a robustez financeira de qualquer tipo de entidade ou empresa, possibilitando aos seus decisores, tomarem decisões informadas sobre o futuro da sua organização com base no histórico e desempenho da mesma.

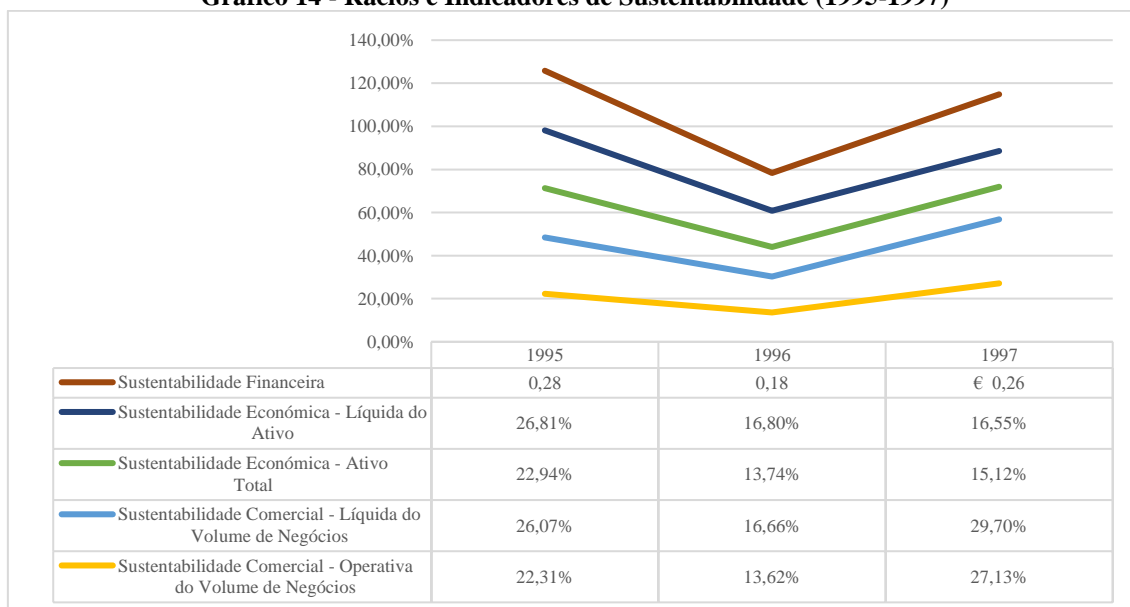
Gráfico 13 - Rácios e Indicadores de Produtividade (1995-1997)



Fonte: Adaptado de SNESup (1996-1998)

Os **rácios de produtividade** que estão subordinados ao volume de negócios, como se constata a partir do Gráfico 13 - Rácios e Indicadores de Produtividade (1995-1997), verifica-se a evolução negativa deste, o que irá influenciar para a evolução negativa dos diferentes rácios. Pois por cada euro investido em **ativo total**, o volume de negócios aumentara € 1,03 em 1995, e em 1997 já só aumenta € 0,56 uma diminuição de 45% ainda que de 1995 para 1996 tenha reduzido apenas 2%. A produtividade no **ativo não corrente** reduz de € 12,73 em 1995 para € 0,76 em 1997, com uma queda de cada euro investido em ativo não corrente de 94%. Já na produtividade dos fatores de produção da **mão de obra**, os valores aumentam de ano para ano quando comparados com a produtividade dos meios económicos (ativo total e ativo não corrente), pois por cada euro investido o retorno situa-se entre € 5,27 (1995) e € 7,10 (1997).

Gráfico 14 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (1995-1997)

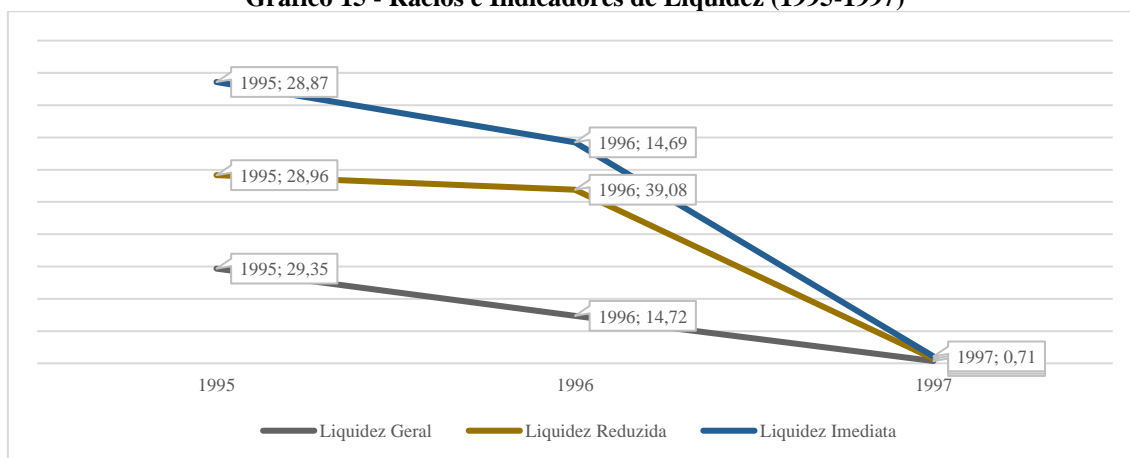


Fonte: Adaptado de SNESup (1996-1998)

Os **rácios de sustentabilidade**, que estão dependentes do resultado operacional e resultado líquido apresentam alguns altos e baixos neste período, como exposto no Gráfico 14 - Rácios e Indicadores de

Sustentabilidade (1995-1997), ao seja a **sustentabilidade comercial** os valores diminuem em 37% de 1995 para 1996, porem voltam a aumentar em 88% registando assim os seus melhores valores do período em 1997 com 27% de sustentabilidade comercial operativa do volume de negócios e 29% na sustentabilidade comercial liquida do volume de negócios, porem, é necessário ter atenção à capacidade financeira da organização de conseguir gerar resultados a partir do volume de negócios face ao analisado. Quanto à **sustentabilidade económica** que traduz a capacidade económica da organização para gerar resultados a partir dos investimentos realizados diminui em 27% de 1995 para 1997. A **sustentabilidade financeira** é a sustentabilidade dos capitais próprios, que transpõe a diminuição ainda que ligeira da eficiência com que o sindicato emprega os capitais próprios investidos, pois em 1995 por cada euro investido obtinha-se € 0,28 em 1997 apenas se obtêm € 0,26.

Gráfico 15 - Rácios e Indicadores de Liquidez (1995-1997)



Fonte: Adaptado de SNESup (1996-1998)

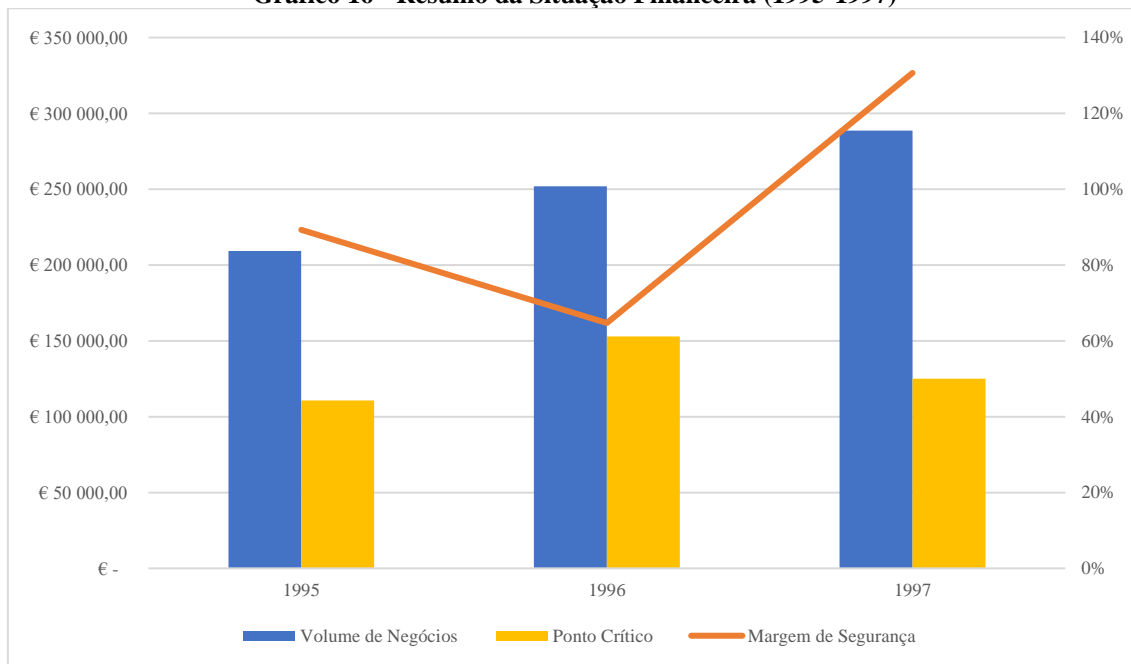
Por sua vez os **rácios de liquidez** que indicam a capacidade que a organização possui para fazer face às suas obrigações de curto prazo, apurar-se deste modo que os indicadores estão acima dos parâmetros recomendados pela literatura nos anos de 1995 e 1996, como indicado no Gráfico 15 - Rácios e Indicadores de Liquidez (1995-1997), no entanto em 1997 o **rácio de liquidez geral** regista 0,72 (enquanto o valor aceitável seria entre os 1,3 e 1,5) ao seja o valor dos ativos correntes é inferior ao passivo corrente o que se traduz na em dificuldades de tesouraria. A **liquidez reduzida** que deve colocar-se entre os 0,9 e os 1,1 apresenta a mesma tendência da liquidez geral, e situa-se em 1997 em 0,72. A **liquidez imediata** que reflete apenas o valor imediatamente disponível para fazer face às dividas a terceiros acompanha a tendência dos restantes rácios de liquidez, e regista em 1997 o valor de 0,71.

Nos rácios de **estrutura financeira** observa-se que a **estrutura do fundo maneo** é positiva com uma tendência negativa entre 1995 e 1996, de 86% para 57% respetivamente, tendência que se verifica em 1997 com - 19%. No entanto aumento do volume de negócios não afeta o seu equilíbrio financeiro a médio e longo prazo, uma vez que o fundo de maneo diminui e incita esta redução.

No que respeita aos **indicadores de estrutura financeira** verifica-se que ambos são nulos, uma vez que a organização não distribui lucros, pois este também não é um objetivo seu.

Em relação aos **rácios de financiamento** a afirmação anterior confirma-se quando o **rácio de endividamento** se situa abaixo de 35% como recomendado pela literatura, o qual é verdade para os anos 1995 e 1996 à exceção de 1997 o qual regista 37%. No mesmo período o **rácio de autonomia financeira** está acima de 65% nos anos 1995 e 1996 à exceção de 1997 com 62%, ainda que baixo este valor sugere que o sindicato começa a estar dependente a credores, uma situação que para além dos riscos que acarreta, torna-se desvantajosa para a negociação de novos financiamentos.

Gráfico 16 - Resumo da Situação Financeira (1995-1997)



Fonte: Adaptado de SNESup (1996-1998)

Concluindo, o SNESup, está neste mandato a começar a satisfazer as suas obrigações com recurso ao crédito bancário, o que não é recomendável pois encontra-se a aumentar o seu endividamento no médio e longo prazo, o qual se comprova através do Gráfico 16 - Resumo da Situação Financeira (1995-1997). O **volume de negócios** continua a aumentar neste período, mas o **ponto crítico** diminui de 1996 para 1997 em 18%, face ao aumento de 28% de 1995 para 1996, e aumenta a sua **margem de segurança** de 89% em 1995 para 130% em 1997 o que indica uma boa situação económica.

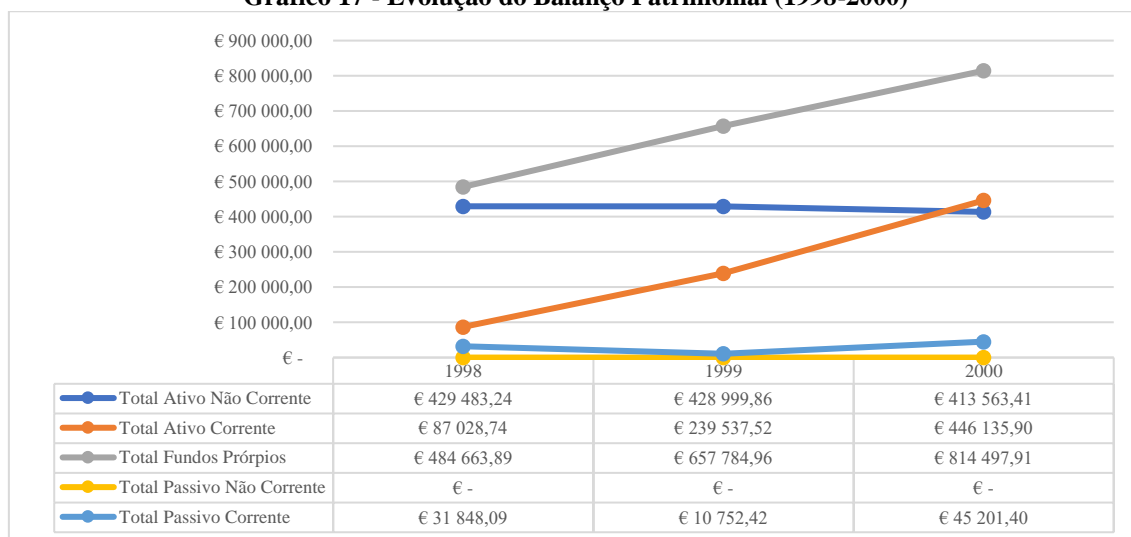
4.2.3. Quarto Mandato - Presidente de Direção Pedro Jorge Macedo de Abreu

Para o quarto mandato de 1999 a 2001 é eleito Pedro Jorge Macedo de Abreu a 4 e 5 de março de 1999, de acordo com SNESUP (1999-2001). No ano de eleição dos novos órgãos sociais, é constituída uma Comissão de Trabalho para o Ensino Superior Particular e Cooperativo, o Conselho Nacional define orientações e inicia um ciclo de Três Encontros, realiza-se ainda um encontro “Novos Conteúdos para a Ação Reivindicativa no Ensino Superior Público” onde se apuram ideias sobre a revisão do sistema de quadro de professores universitários e sobre as carreiras do ensino superior politécnico. No ano de 2000, o sindicato reúne com os grupos parlamentares onde apresenta a agenda reivindicativa e lança a proposta sobre o subsídio de desemprego, neste mesmo ano o Conselho Nacional inicia a discussão sobre a criação

da categoria de Professor Titular. Em 2001, lança-se um abaixo-assinado relativo ao reajustamento salarial devido desde julho de 200, no âmbito do Acordo PRC-ME de 1996. O ME divulga Anteprojeto de Novo ECDU ao qual o SNESup declara com inaceitável e inegociável.

O **balanço patrimonial** fornece uma visão detalhada dos ativos, passivos e patrimônio líquido de uma empresa em um determinado momento, como representado no Gráfico 17 - Evolução do Balanço Patrimonial (1998-2000).

Gráfico 17 - Evolução do Balanço Patrimonial (1998-2000)



Fonte: Adaptado de SNESup (1999-2001)

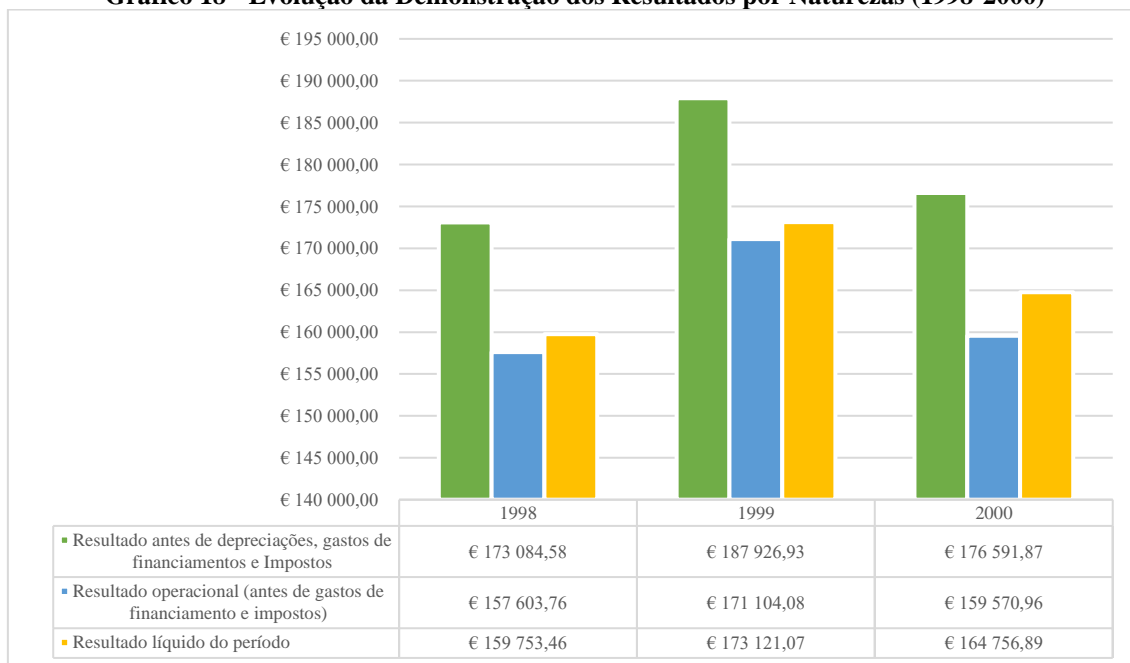
O **ativo não corrente** aumenta no primeiro ano de contas, porem, é nos dois anos seguintes que se começam a verificar as primeiras diminuições fruto das depreciações. O **ativo corrente** continua a aumentar na ordem dos 29%, tendo para isso contribuído os diferimentos, e o crescimento em 359% da caixa e depósitos bancários.

O **Fundos patrimoniais** continua a apresentar valores bastante otimistas, em que os resultados líquidos continuam a ser somados às reservas legais (reservas financeiras que as entidades são obrigadas a manter por lei), aumentando assim a estabilidade financeira da associação, a qual atinge no fim do mandato € 641.925,11 após um aumento de 102% face ao início de funções da direção de Pedro Abreu. O resultado líquido do período atinge o seu pico a meio do mandato, depois de um aumento de 8% face ao primeiro ano em funções.

O **passivo não corrente** mantem-se sem valores. Já o **passivo corrente** diminui 83% o seu valor logo no primeiro ano de funções da direção de Pedro Abreu, resultado do pagamento quase integral do financiamento obtido a curto prazo pela presidência anterior através da disponibilidade financeira em caixa. De 1999 para 2000, o passivo corrente aumenta devido à constituição de diferimentos no valor de € 33.452,54.

A **demonstração dos resultados por naturezas** fornece uma visão detalhada da receita, custos, despesas e lucro ou prejuízo líquido de uma empresa em um determinado período, como é o caso para este período ilustrado no Gráfico 18 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (1998-2000).

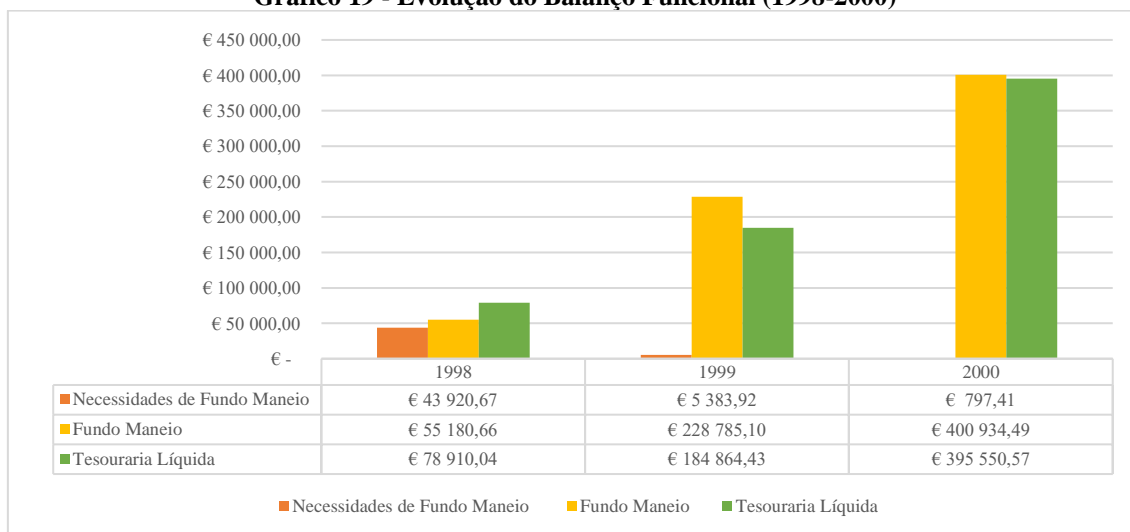
Gráfico 18 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (1998-2000)



Fonte: Adaptado de SNESup (1999-2001)

A atividade operacional da **demonstração dos resultados por naturezas** do SNESup mantém-se com uma oscilação de 8% resultante do equilíbrio operacional entre as rubricas de vendas e serviços prestados, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, as quais pouco se alteram. A mesma tendência é verificada em relação ao resultado líquido do período que apenas aumenta do primeiro ano em funções para o último em € 5.003,43.

Gráfico 19 - Evolução do Balanço Funcional (1998-2000)

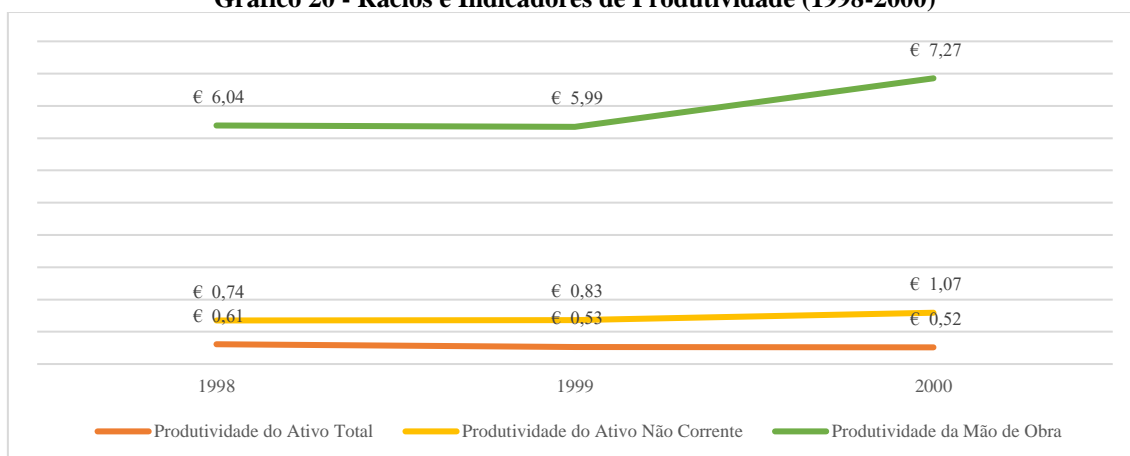


Fonte: Adaptado de SNESup (1999-2001)

O **balanço funcional** é utilizado para determinar três principais equilíbrios financeiros, sendo estes relacionados ao balanço patrimonial: fundo maneiio a médio e longo prazo e tesouraria líquida a curto prazo, expostos no Gráfico 19 - Evolução Balanço Funcional (1998-2000). Analisando o balanço funcional no período de 1998 a 2000, pode-se observar que o **fundo maneiio** é positivo e crescente, uma vez que se situa entre € 55.180,66 (1998) e € 400.934,49 (2000), o que representa um sinal de saúde financeira da organização, uma vez que indica que há recursos disponíveis para investimentos futuros. A **tesouraria líquida** apresenta um saldo positivo, entre € 78.910,04 (1998) e € 395.550,57 (2000), isto significa que a empresa tem mais recursos financeiros disponíveis para honrar as suas obrigações de curto prazo, o que se traduz numa saúde financeira para fazer face a problemas financeiros a curto prazo.

A **análise de rácios e indicadores financeiros** ajuda a identificar tendências e padrões ao longo do tempo, o que pode ser usado para tomar decisões estratégicas e melhorar o desempenho financeiro da empresa.

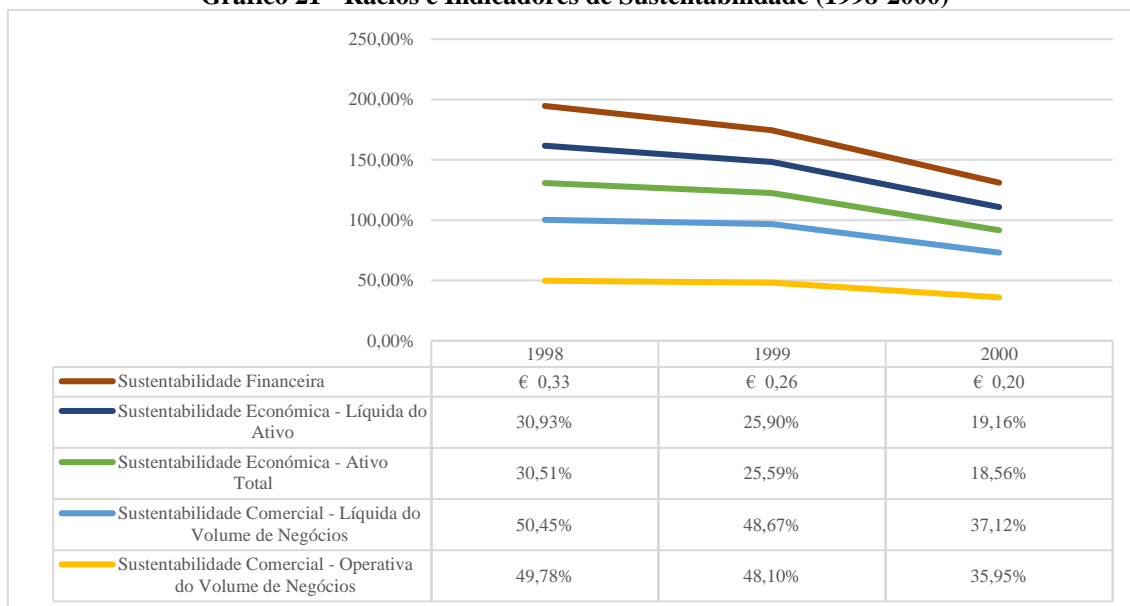
Gráfico 20 - Rácios e Indicadores de Produtividade (1998-2000)



Fonte: Adaptado de SNESup (1999-2001)

Neste sentido nos **rácios de produtividade** que se relacionam com volume de negócios, observa-se a evolução positiva destes, o que irá influenciar para a evolução positiva dos diferentes rácios, referidos no Gráfico 20 - Rácios e Indicadores de Produtividade (1998-2000). Pois por cada euro investido em **ativo total**, o volume de negócios aumentara € 0,52 em 2000, este valor resulta de uma diminuição continua ao longo de 1998 e 1999, importante realçar que esta diminuição não é fruto da redução do valor do volume de negócios ou ativo total, mas sim do equilíbrio que neste período se alcançou, o que faz com que o valor não seja tão elevado quanto o esperado. A produtividade no **ativo não corrente** aumenta de € 0,74 em 1998 para € 1,07 em 2000, com um acréscimo de cada euro investido em ativo não corrente de 44%. A tendência mantém-se na produtividade dos fatores de produção da **mão de obra**, os valores crescem na ordem dos 21%, ao seja por cada euro investido o retorno situa-se entre € 5,99 (1999) e € 7,27 (2000).

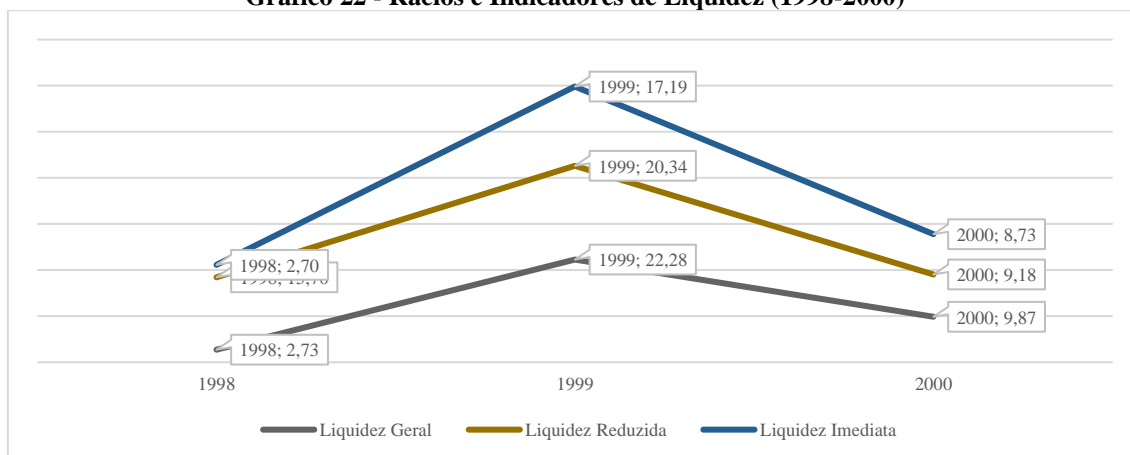
Gráfico 21 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (1998-2000)



Fonte: Adaptado de SNESup (1999-2001)

Os **rácios de sustentabilidade**, que estão dependentes do resultado operacional e resultado líquido mostram um decréscimo no período de 1998 para 2000, como se pode observar no Gráfico 21 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (1998-2000), ao seja na **sustentabilidade comercial** os valores diminuem em 49% em 1998 para 35% em 2000 na sustentabilidade comercial operativa do volume de negócios e 50% para 37% na sustentabilidade comercial líquida do volume de negócios, é preciso ter em atenção a capacidade financeira da organização de conseguir gerar resultados a partir do volume de negócios face ao verificado neste período. Quanto à **sustentabilidade económica** que traduz a capacidade económica para produzir resultados dos investimentos realizados diminui em 36% de 1998 para 2000. A **sustentabilidade financeira** diminui e demonstra a eficiência com que o sindicato investe os capitais próprios investidos, uma vez que em 1998 por cada euro investido obtinha-se € 0,33 em 2000 apenas se obtêm € 0,20.

Gráfico 22 - Rácios e Indicadores de Liquidez (1998-2000)



Fonte: Adaptado de SNESup (1999-2001)

Os **rácios de liquidez** indicam a aptidão que a organização tem para fazer face às suas obrigações de curto prazo, apurar-se deste modo que os indicadores estão acima dos parâmetros recomendados pela literatura nos anos de 1998 a 2000, valores indicados no Gráfico 22 - Rácios e Indicadores de Liquidez (1998-2000), o **rácio de liquidez geral** está acima do valor aceitável seria entre os 1,3 e 1,5 ao seja o valor dos ativos correntes é superior ao passivo corrente situação que reflete um baixo risco para os credores do sindicato. A **liquidez reduzida** deve estar entre os 0,9 e os 1,1, mas cumpre a mesma tendência da liquidez geral e localiza-se acima dos parâmetros ideais. Por sua vez a **liquidez imediata** dá indicação do valor imediatamente disponível para fazer face às dívidas a terceiros segue a inclinação dos outros rácios de liquidez.

A **estrutura financeira** que se divide em indicadores e rácios, apresenta um aumento no rácio de **estrutura do fundo maneo** com uma tendência positiva entre 1998 e 2000, de 17% para 90% respetivamente. No entanto aumento do volume de negócios volta a não afetar o seu equilíbrio financeiro a médio e longo prazo, já que o fundo de maneo diminui e aumenta neste período o que provoca esta alteração.

No que respeita aos **indicadores de estrutura financeira** verifica-se que ambos são nulos, pois a organização não distribui lucros.

Os **rácios de financiamento** o **rácio de endividamento** está abaixo de 35% como aconselhado pela literatura, com o valor máximo registado em 1998 com 6%. No mesmo período o **rácio de autonomia financeira** está acima de 65% com valores acima dos 90% o que é a situação ideal para a organização pois está assim menos dependente de capitais alheios apresentando valores mais baixos de gastos financeiros e beneficiando a sua rentabilidade.

Gráfico 23 - Resumo da Situação Financeira (1998-2000)



Fonte: Adaptado de SNESup (1999-2001)

Assim, o sindicato, de acordo com o Gráfico 23 - Resumo da Situação Financeira (1998-2000), satisfaz neste período os seus compromissos com recurso ao autofinanciamento. Já o **volume de negócios** continua

a crescer neste período, mas o **ponto crítico** reduz de 1998 para 2000 em 9%, a **margem de segurança** aumenta de 71% em 1998 para 174% em 1999, e apesar da diminuição da margem de segurança em 5% de 1999 para 2000 o SNESup está numa boa situação económica.

4.2.4. Quinto Mandato - Presidente de Direção Luís Manuel das Neves Belchior

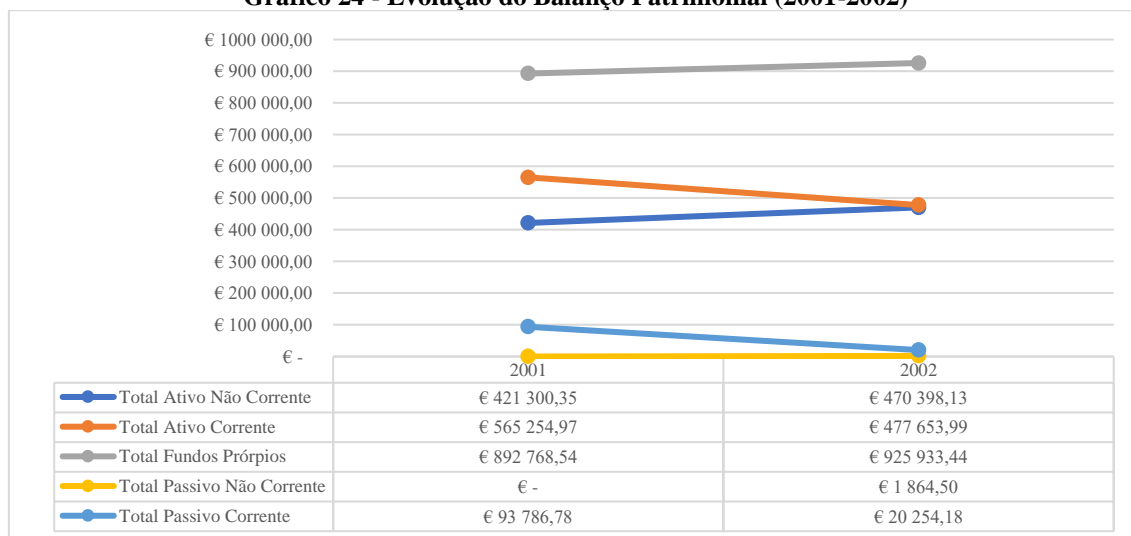
Fala dos Santos

Luís Santos assume a liderança da direção SNESup, segundo SNESUP (2002-2003), para o período de 2001 a 2003 no seu quinto mandato. Em 2001, já com os novos órgãos nacionais e convocada para julho, pela primeira vez desde 1992, a Assembleia Geral do SNESup, para deliberar sobre os Estatutos de Carreira e definir a posição da negociação do Anteprojeto de ECDU. Ainda em 2001 o Conselho Nacional aprova a realização de um Encontro sobre o Ensino Superior Politécnico realizado a 24 de novembro, remodelação no governo afasta a equipa responsável pelo Anteprojeto ECDU, dá-se início a um novo ciclo de contactos com os grupos parlamentares e os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação com o objetivo de divulgar a agenda sindical, o SNESup abre uma sede no Porto e é lançada a “Ensino Superior – Revista do SNESup”. O ano de 2002 ficou fortemente marcado na história do sindicato pela diversidade de acontecimentos que ocorreram, nomeadamente, após convocadas eleições legislativas, o SNESup pede ao Governo Gestão medidas urgentes de salvaguarda do emprego docente, o XV Governo Constitucional de Portugal eleito cria um Ministério da Ciência e do Ensino Superior, é reforçada a presença na comunicação social e para com os contactos institucionais na medida em que se tornou o primeiro a ser recebido pela nova Comissão Parlamentar da Educação Ciência e Cultura.

Ainda em 2002, e de acordo com o SNESUP (2002-2003), o Provedor da Justiça diz inconstitucional a inexistência de subsídio de desemprego para o ensino superior público, iniciam-se os primeiros contactos diretos com o Governo relativos à revisão dos Estatutos de Carreira, tempo de antena na RTP relativo ao SNESup, realiza-se também o 2º Congresso do SNESup, onde se aprova a revisão dos Estatutos do Sindicato e Moções sobre o Anteprojeto de Código de Trabalho e sobre o lançamento de uma campanha de sindicalização, aprovação em Conselho nacional as primeiras bases de um orçamento sindical do seguinte ano económico, com vista ao lançamento da “Ensino Superior – Revista do SNESup”, o ano termina com o acionamento por decisão do Conselho Nacional do Fundo de Greve e Solidariedade para apoio a representantes sindicais que fiquem em situação de desemprego por terem desenvolvido ações pelo sindicato. Em 2003, é aberto uma sede em Coimbra, aprovado o primeiro orçamento para o ano sindical, elegem-se a composição, poderes e independência dos conselhos científicos sob a Proposta de Lei de Autonomia e inicia-se contactos com a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura e com os Grupos Parlamentares. Ainda em 2003, recebe-se um parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República que confirma que todos os doutores e mestres passam a ser membros de conselhos científicos dos politécnicos, novas iniciativas junto do Parlamento relativa à publicação de legislação sobre o subsídio de desemprego, nascimento de um novo movimento interescolar no ensino superior, celebração do décimo quinto ano de sindicato com o apelo à sindicalização, e pela primeira vez iniciam-se ações de formação orientados para dirigentes, delegados sindicais e associados.

O **balanço patrimonial** é uma fotografia financeira da empresa e reflete a posição financeira da organização em um determinado momento, como se pode observar no Gráfico 24 - Evolução do Balanço Patrimonial (2001-2002).

Gráfico 24 - Evolução do Balanço Patrimonial (2001-2002)



Fonte: Adaptado de SNESup (2002-2003)

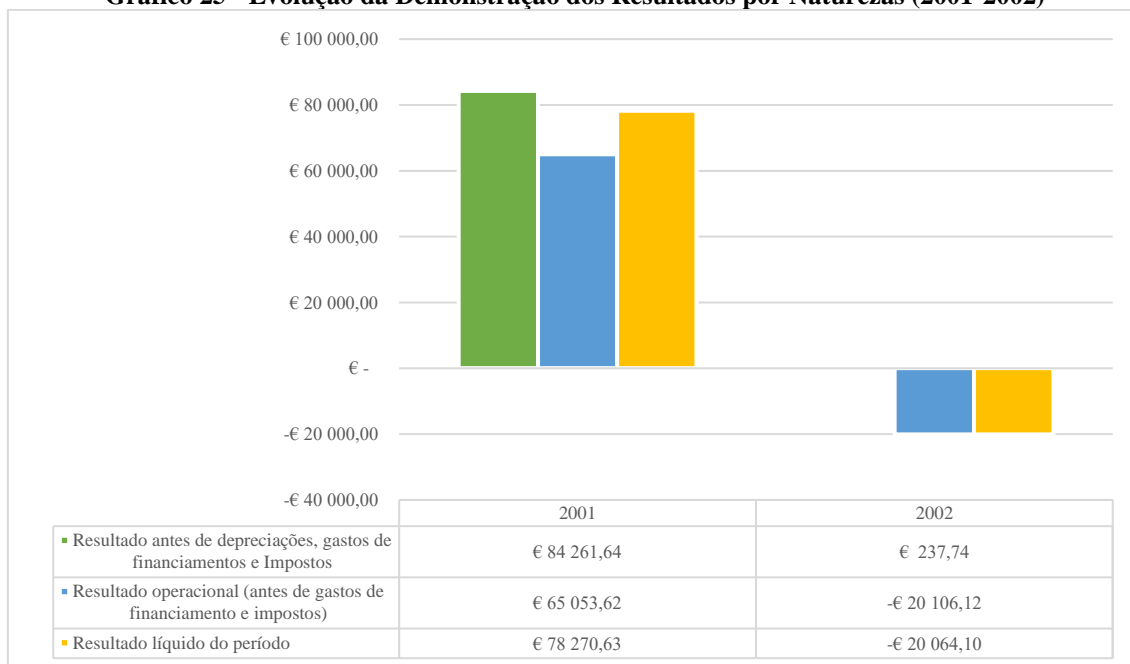
Durante o quinto mandato do SNESup, o **ativo não corrente** aumenta em 12%, fruto dos aumentos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, e da inscrição de valor nos ativos intangíveis pela primeira vez desde a fundação da organização. Relativamente ao **ativo corrente** este decresce em 15% resultado da diminuição de diferimentos em 55%, e da caixa e depósitos bancários em 11%, face ao aumento na rubrica dos sócios e acionistas (14%).

O **Fundos patrimoniais** reflete a mesma tendência decrescente do ativo, apesar do valor positivo do resultado líquido de 2001 de € 78.270,63 ter sido convertido em reservas na transição para 2002, nesse mesmo ano o resultado líquido do período passa a negativo - € 20.064,10. No entanto, e face ao reforço da rubrica das reservas e inclusão da rubrica de excedentes de revalorização a soma do Fundos patrimoniais em 2002 revela um aumento de apenas 4%, mesmo sendo contraditório à diminuição neste período do ativo e passivo.

Desde a criação do SNESup, este nunca tinha registado qualquer tipo de valor nas rubricas do **passivo não corrente**, e apesar de pequeno revela uma mudança de panorama na gestão já que um aumento do passivo não corrente e diminuição do passivo corrente traduz que a instituição está a optar por obrigações e médio e longo prazo, em detrimento de curto prazo com taxas de juro mais elevadas. De todas as massas patrimoniais é a do **passivo corrente** que apresenta a maior queda neste período, fruto dos pagamentos de obrigações a curto prazo do sindicato.

A **demonstração dos resultados por naturezas** é uma ferramenta crucial para os investidores entenderem a capacidade de uma empresa gerar lucro e gestão das suas despesas, como de acordo com o Gráfico 25 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2001-2002).

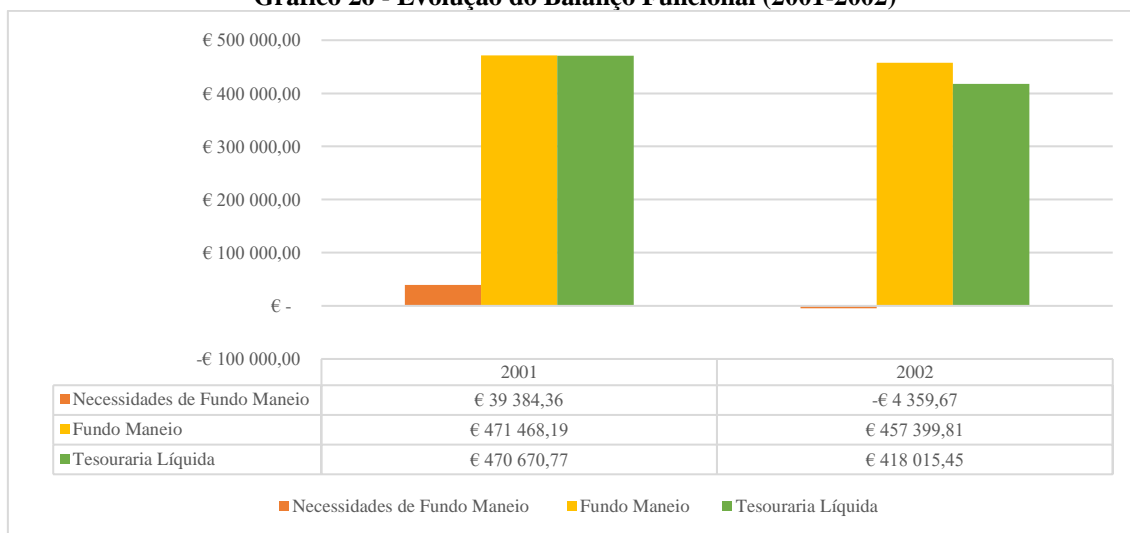
Gráfico 25 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2001-2002)



Fonte: Adaptado de SNESup (2002-2003)

Apesar das vendas e serviços prestados terem aumentado em 9% e outros rendimentos e ganhos terem existido em 2002 (€18.172,06), este crescimento não foi suficiente para fazer face aos restantes custos com o fornecimento e serviços externos, gastos com pessoal entre outros, que na sua totalidade fazem diminuir o resultado operacional da **demonstração dos resultados por natureza** em 131% de 2001 para 2002. O que se irá transpor na atividade financeira e por sua vez nos resultados líquidos do período que também diminuem no período assinalado.

Gráfico 26 - Evolução do Balanço Funcional (2001-2002)

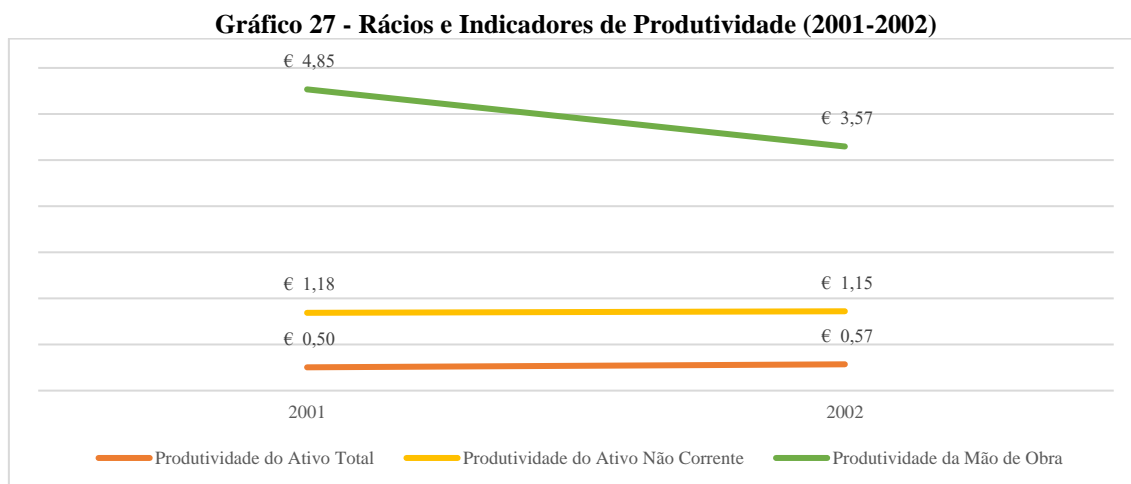


Fonte: Adaptado de SNESup (2002-2003)

Quando se fala no balanço patrimonial, é importante mencionar o **balanço funcional**, que permite determinar três equilíbrios financeiros: fundo maneiio a médio e longo prazo e tesouraria líquida a curto prazo, como apresentado no Gráfico 26 - Evolução Balanço Funcional (2001-2002). Ao analisar o balanço

funcional no período de 2001 e 2002 entender que a organização está numa posição financeira estável pois o **fundo manei**o é maior que zero, o que significa que ela tem reservas para cobrir despesas futuras, ainda assim, é preciso alertar para a sua diminuição de 2001 face a 2002 de 3%. A **tesouraria líquida** ainda que positiva acompanha a tendência de diminuição do fundo manei

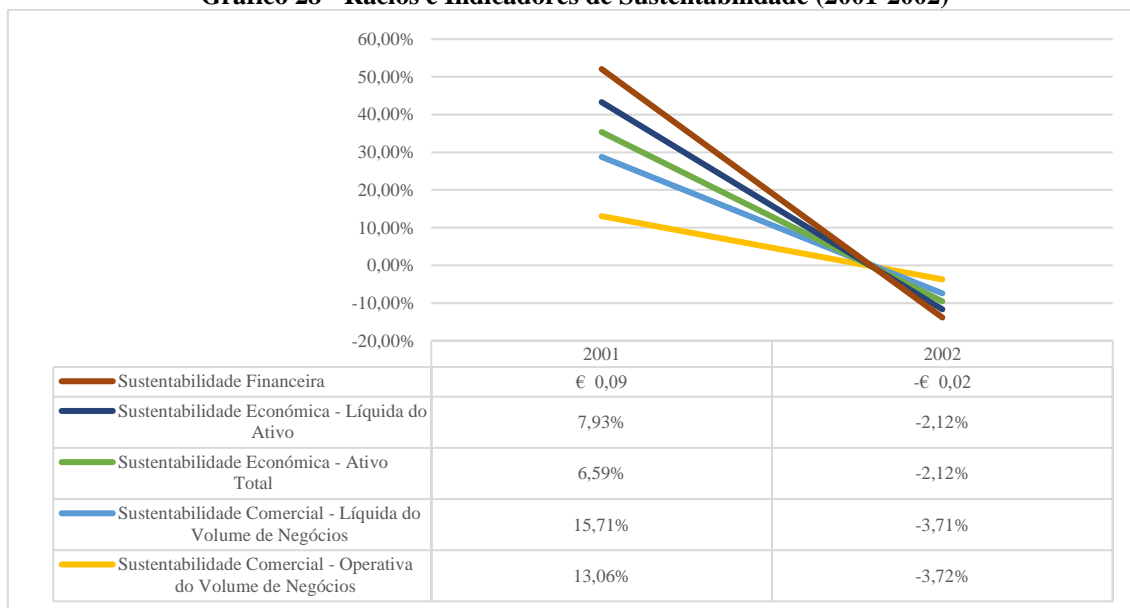
Os **rácios e indicadores financeiros** permitem tirar ilações de forma mais expressiva que a análise dos valores só por si.



Fonte: Adaptado de SNESup (2002-2003)

Assim nos **rácios de produtividade**, observa-se a evolução negativa destes, o que irá influenciar para a evolução negativa dos vários rácios, indicados no Gráfico 27 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2001-2002). Logo por cada euro investido em **ativo total**, o volume de negócios aumentara € 0,50 em 2001 e em 2002 passa a € 0,57 este é o único rácio de produtividade a aumentar neste período. A produtividade no **ativo não corrente** diminui de € 1,18 em 2001 para € 1,15 em 2002, com um decréscimo de cada euro investido em ativo não corrente de 3%. A queda mantém-se na produtividade dos fatores de produção da **mão de obra**, os valores decrescem na ordem dos 26%, assim por cada euro investido o retorno situa-se entre € 4,85 (2001) e € 3,57 (2002).

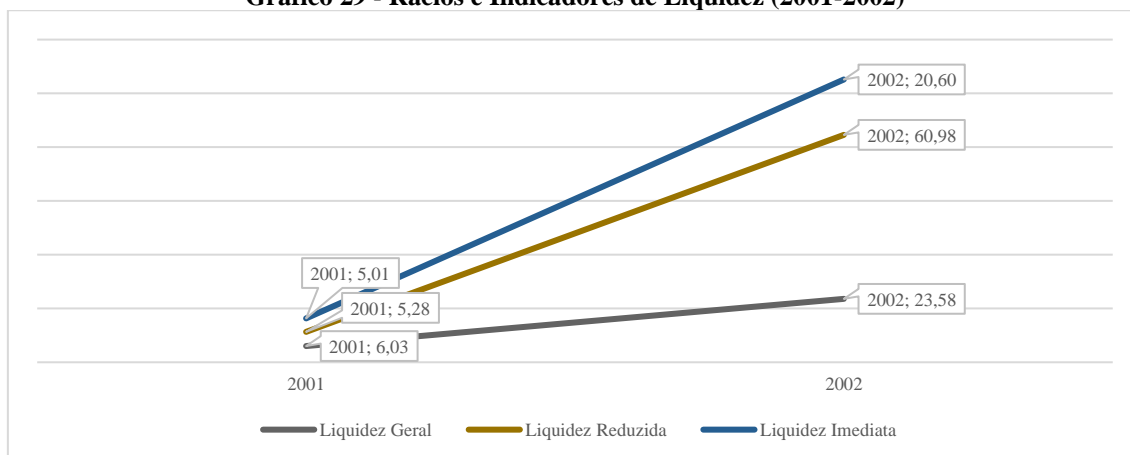
Gráfico 28 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2001-2002)



Fonte: Adaptado de SNESup (2002-2003)

Dependentes do resultado operacional e resultado líquido estão os **rácios de sustentabilidade**, que mostram um decréscimo no período de 2001 para 2002, como se observa também no Gráfico 28 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2001-2002), na **sustentabilidade comercial** os valores diminuem em 126% na sustentabilidade comercial operativa do volume de negócios de 13% para - 3% e na sustentabilidade comercial líquida do volume de negócios de 15% para - 3%, a capacidade financeira da organização neste período já não conseguem gerar resultados a partir do volume de negócios. A **sustentabilidade económica** descreve a capacidade económica para produzir resultados dos investimentos realizados diminui em 130% de 2001 para 2002. A **sustentabilidade financeira** reduz e mostra a eficiência com que são investidos os capitais próprios, os valores neste período passam de positivos a negativos, ainda que próximos, de € 0,09 para - € 0,02.

Gráfico 29 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2001-2002)



Fonte: Adaptado de SNESup (2002-2003)

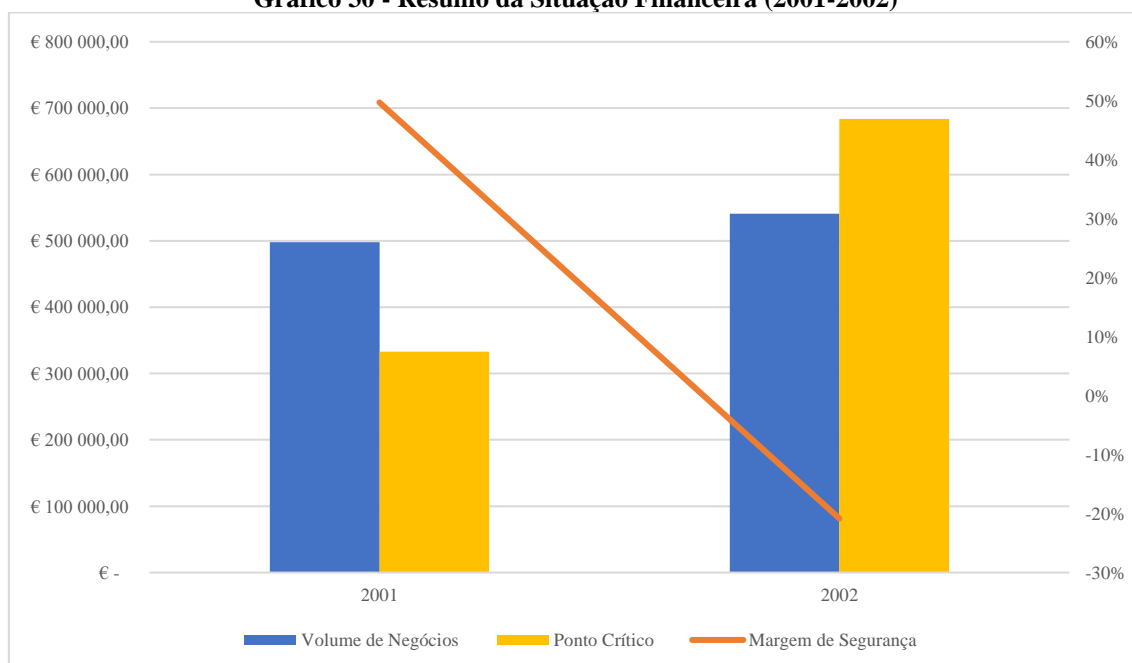
Os **rácios de liquidez** indicam a capacidade que a organização tem para fazer face aos seus compromissos de curto prazo, assim os indicadores estão acima dos parâmetros sugeridos pela literatura, como se pode observar no Gráfico 29 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2001-2002), o **rácio de liquidez geral** está também muito acima do valor aceitável seria entre os 1,3 e 1,5 ao seja o valor dos ativos correntes é superior ao passivo corrente situação que reflete um baixo risco para os credores do sindicato, fruto da diminuição acentuada do passivo corrente. A **liquidez reduzida** deve estar a encaixar-se entre os 0,9 e os 1,1 porem o mesmo não se verifica. Por sua vez a **liquidez imediata** refere-se ao valor imediatamente disponível para fazer face às dividas a terceiros, a qual segue a tendência dos outros rácios de liquidez.

A **estrutura financeira** mostra uma diminuição no rácio de **estrutura do fundo maneo** com uma tendência negativa de 10% de 2001 para 2002 de 94% e 84% respetivamente. O aumento de 9% do volume de negócios continua a não afetar o seu equilíbrio financeiro a médio e longo prazo, já que o fundo de maneo diminui no período específico o que provoca esta modificação.

No que respeita aos **indicadores de estrutura financeira** resta confirmar que ambos são nulos, pois a organização não reparte lucros.

Nos **rácios de financiamento** o **rácio de endividamento** não só está abaixo de 35% como aconselhado pela literatura, como ainda diminui o seu valor de 2001 para 2002, passando de 9% para 2%. Já **rácio de autonomia financeira** está acima de 65% com valores acima dos 90% novamente, sendo esta a situação ideal pois assim encontra-se menos dependente de capitais alheios apresentando valores mais baixos de gastos financeiros e beneficiando a sua rentabilidade.

Gráfico 30 - Resumo da Situação Financeira (2001-2002)



Fonte: Adaptado de SNESup (2002-2003)

Deste modo o sindicato, sacia os seus compromissos com recurso ao autofinanciamento, situação descrita no Gráfico 30 - Resumo da Situação Financeira (2001-2002). Já o **volume de negócios** continua a crescer neste período com um aumento de 9%, o **ponto crítico** acompanha a tendência, com um aumento de 105%

redobra o valor de 2001 em 2002, a **margem de segurança** porem, diminui de 49% em 2001 para – 20% em 2002, o que se traduz numa ótima situação económica para o SNESup já que o volume de atividade é de € 541.076,14 e o ponto crítico é de € 683.490,02.

4.2.5. Sexto Mandato - Presidente de Direção Luís Carlos Moutinho da Silva

Luís Silva assume a comanda da direção e começa o sexto mandato do SNESup para o período de 2003 a 2006. Os relatórios redigidos no seguimento de cada ano económico e das suas operações encontram-se simples, mas completos. Com as eleições no fim do ano de 2003, interessa falar dos acontecimentos que marcaram o ano 2004 e 2005 do sindicato, particularmente (SNESup, 2005 e SNESup, 2006):

- Processo de elaboração da Lei de Bases da Educação;
- Tomada de posição relativamente ao novo modelo de financiamento da investigação científica e sobre o Orçamento de Estado para 2005;
- Participação no Encontro da Initiative for Science in Europe;
- Tentativa de intervenção nos processos negociais da função pública;
- Receção por parte do Ministro da Educação David Justino do XV Governo Constitucional liderado por José Manuel Durão Barroso, no âmbito dos concursos do Ministério da Educação;
- Posição do Sindicato relativamente às declarações de não negociação do primeiro-ministro face à revisão dos Estatutos de Carreira Docente;
- Acompanhamento do processo legislativo parlamentar, bloqueado durante o ano de 2004, sobre o subsídio de desemprego;
- Criação do Gabinete de Estudos, em regime de instalação, através de um protocolo com o CIES (Centro de Investigação e Estudos em Sociologia);
- Apoio jurídico com 400 respostas a pedidos de esclarecimento online e 400 consultas jurídicas presenciais em 2004;
- Bing encontro sobre a Aplicação dos Estatutos de Carreira;
- Intervenção junto Ministério da educação sobre a contagem do tempo de serviço ensino superior para efeitos de concursos no ensino básico e secundário;
- Intervenções na assembleia da República e junto do governo relativo ao subsídio de desemprego e a lei de bases do sistema educativo;
- Intervenções em diversas escolas e órgãos institucionais forma a contribuir para a resolução de conflitos e na defesa dos direitos do associado;
- Combate à ausência de rigor isenção e concursos no âmbito carreira do centro através da campanha Transparência;
- Campanha de eleição de delegados sindicais que conduzia um significativo aumento da rede;
- apresentação de propostas legislativas e negociais aos diferentes órgãos de poder.

Em termos financeiros em 2004 (SNESup, 2005), realça-se:

- Elaboração de um orçamento, como forma de dar cumprimento ao disposto no Regulamento de Organização Financeira, o qual não se concretizou;

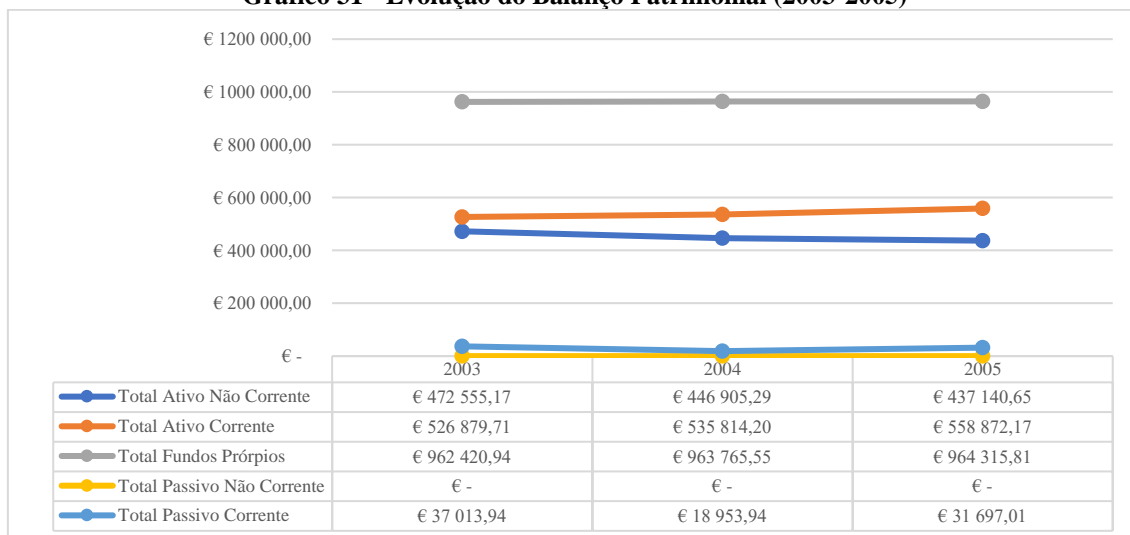
- Controlo financeiro como forma de permitir a verificação de pagamento de quotas pelos associados;
- Gestão prudente na realização de despesas no dia a dia, reforço no cuidado da subida de encargos permanentes, e fazer cumprir mais estritamente os Estatutos e o Regulamento de Organização Financeira no que pressupõe os compromissos pelo Sindicato assumidos;
- Fundos estatutários, criação de uma terceira conta que corresponderia ao capital operacional;
- Revisão do Regulamento de Organização Financeira. Redação de Manuais de Procedimentos, formação dos funcionários, acompanhamento do Gabinete de Contabilidade, contratação de um Revisor Oficial de Contas sob a proposta da Comissão de Fiscalização e Disciplina;
- Começar a trabalhar na ótica de consideração de efeitos permanentes das decisões com vista à sustentabilidade das decisões com incidência financeira;
- Criação de novas receitas depois de uma reflexão da direção, como forma de valorização da condição de associado do SNESup;
- Suprimento da prestação de esclarecimentos jurídicos on-line a não associados, sendo estes convidados escreverem isso no sindicato.

Por sua vez em 2005, economicamente regista-se (SNESup, 2006):

- A adoção de medidas nos compromissos de ordem permanente, inadequadas, as quais conduziram a um impacto negativo nos anos de 2004 e 2005 nos resultados operacionais, risco de restrição da capacidade legal do Sindicatos;
- Resultante de uma quebra do número de reuniões e com o fim do protocolo com o CIES, reduziram-se despesas com os órgãos nacionais que permitiram equilibrar as contas, no entanto através da concessão de empréstimos do fundo de greve e solidariedade, as saídas de fundos ultrapassa as entradas de fundos.

O **balanço patrimonial** é uma ferramenta crucial para os investidores entenderem a saúde financeira de uma empresa e tomar decisões de investimento informadas, e a situação deste período está conforme o Gráfico 31 - Evolução do Balanço Patrimonial (2003-2005).

Gráfico 31 - Evolução do Balanço Patrimonial (2003-2005)



Fonte: Adaptado de SNESup (2004-2006)

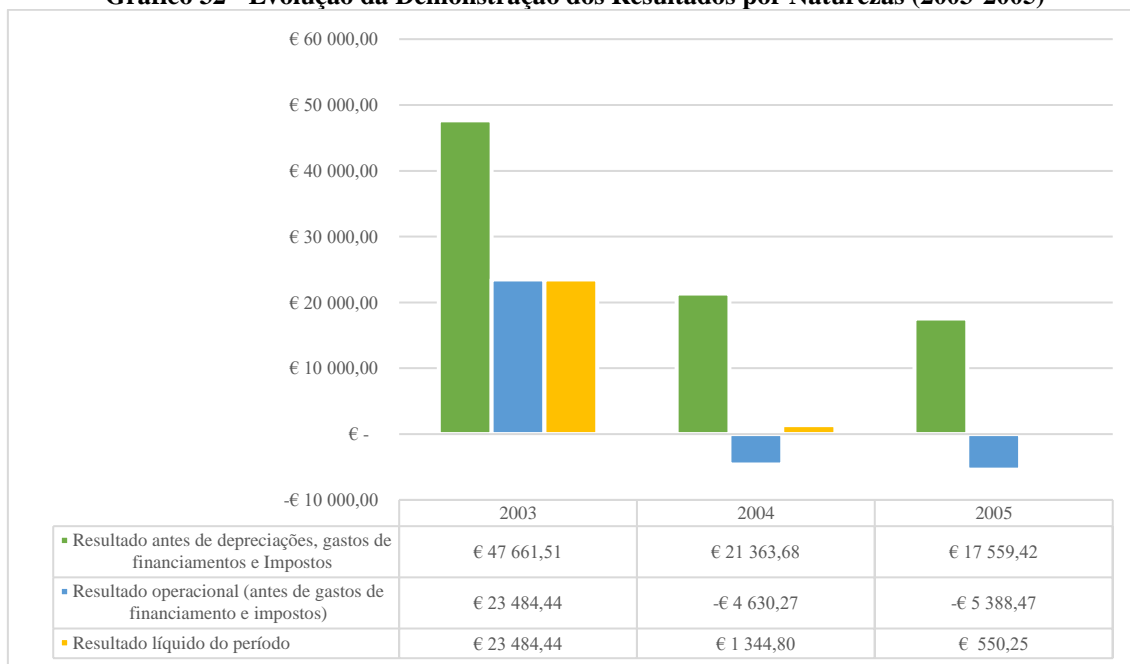
Os ativos fixos tangíveis diminuíram neste período em 5% (€ 25.649,88), e apesar dos ativos intangíveis se terem mantido inalterados, o **ativo não corrente** diminuiu na mesma quantidade que a sua rubrica dos ativos fixos tangíveis. Já o **ativo corrente** apresenta algumas alterações nestes dois anos de mandato, no arranjo das suas contas, uma vez que algumas rubricas diminuíram quase na mesma quantidade que outras aumentaram, no entanto, esta massa patrimonial diminuiu 2%, passando de € 493.400,55 em 2003 para € 482.831,35 em 2004.

O **Fundos patrimoniais** é a massa patrimonial que menos alterações exhibe, já que no seu computo geral cresce € 1.344,61 de 2003 para 2004.

Se no mandato anterior a tendência de acabar com as obrigações a curto prazo era uma realidade, no presente mandato volta a caminhar a passos largos para o inverso. Uma vez que deixamos de ter inscritos quaisquer valores no **passivo não corrente** (obrigações de médio e longo prazo) em detrimento do **passivo corrente** (obrigações de curto prazo), mesmo que de 2003 para 2004 os totais apresentados nas várias rúbricas tenham diminuído neste período temporal.

A **demonstração dos resultados por naturezas** é uma das principais demonstrações financeiras que os bancos usam para avaliar a capacidade de uma empresa pagar suas dívidas, conforme o Gráfico 32 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2003-2005).

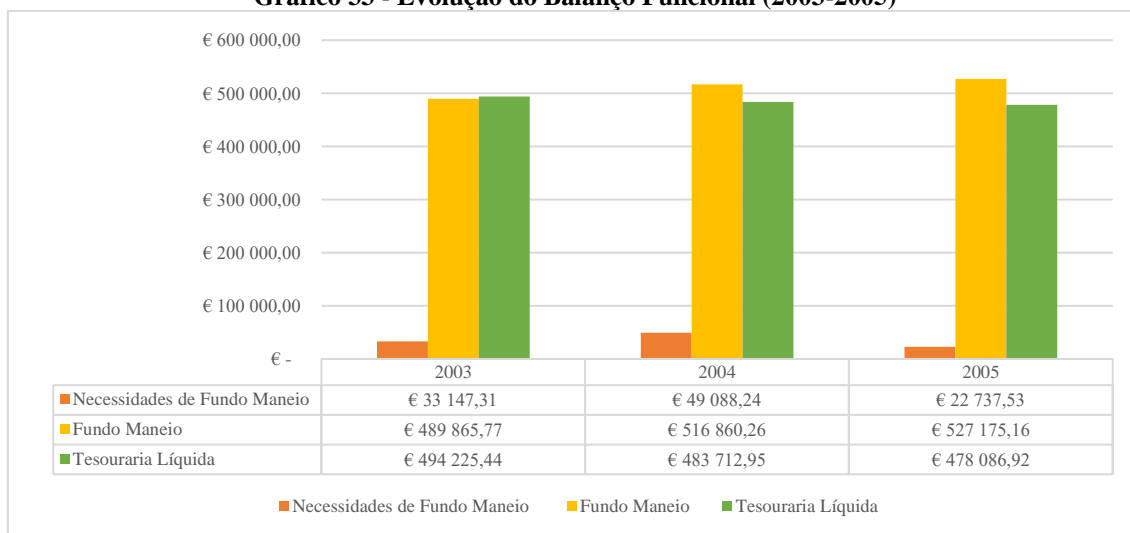
Gráfico 32 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2003-2005)



Fonte: Adaptado de SNESup (2004-2006)

As vendas e serviços prestados aumentaram em 6%, no entanto este crescimento não foi suficiente para fazer face aos restantes custos com o fornecimento e serviços externos, gastos com pessoal entre outros, que na sua totalidade aumentaram acima dos proveitos do resultado operacional da **demonstração dos resultados por naturezas** em 120% de 2003 para 2004.

Gráfico 33 - Evolução do Balanço Funcional (2003-2005)

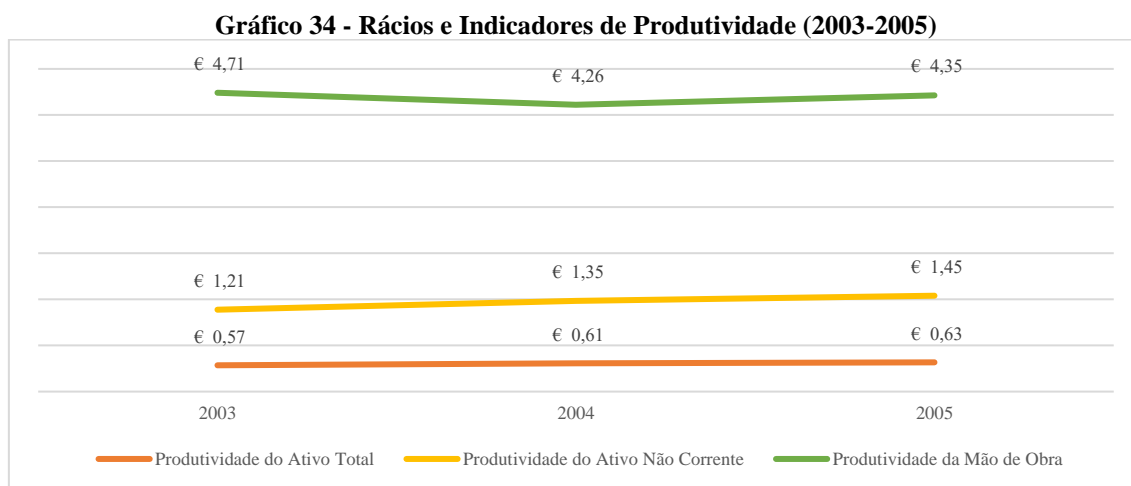


Fonte: Adaptado de SNESup (2004-2006)

Uma das ferramentas relacionadas ao balanço patrimonial é o **balanço funcional**, cujo objetivo é determinar três principais equilíbrios financeiros: fundo maneio a médio e longo prazo e tesouraria líquida a curto prazo, como descrito no Gráfico 33 - Evolução do Balanço Funcional (2003-2005). Analisando o balanço funcional no período 2003 a 2004, pode-se observar que a existência de um **fundo maneio** positivo e que aumentou nos referidos anos 6%, isto sugere que a organização é capaz de gerir suas finanças de

forma eficaz e manter a continuidade do seu negócio. Quanto à **tesouraria líquida** é positiva também, apesar de ter diminuído 2% de 2003 para 2004, o que significa que estão a ser implementadas medidas adequadas à gestão do fluxo de caixa e a gestão de tesouraria, que reduzem o risco financeiro a curto prazo.

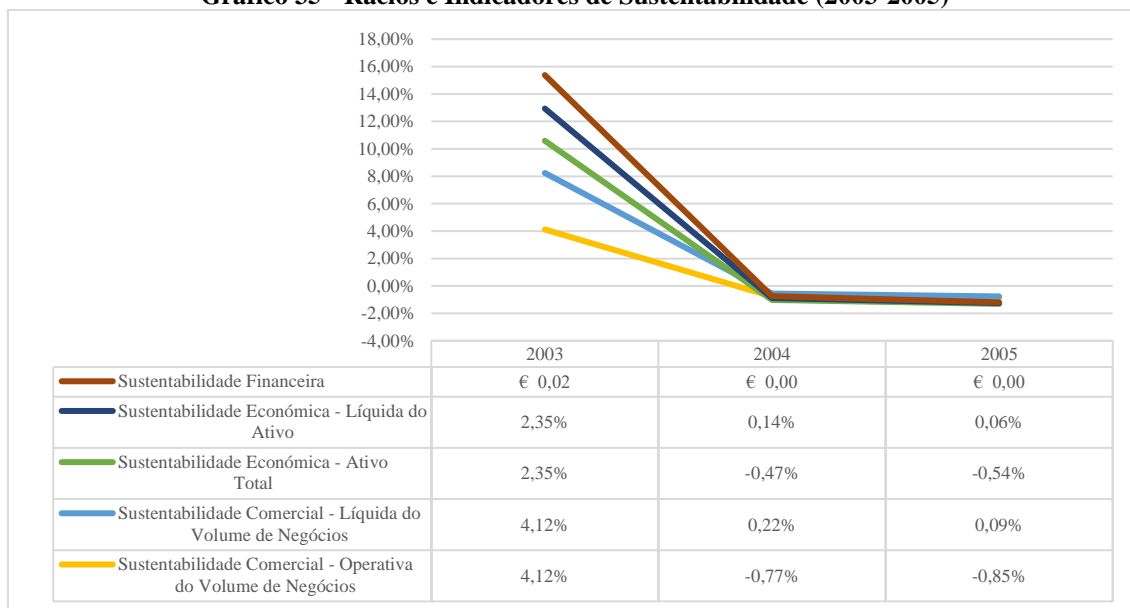
A **análise de rácios e indicadores financeiros** pode ser comparativa, comparando o desempenho de uma empresa com o de seus concorrentes ou do setor em que atua.



Fonte: Adaptado de SNESup (2004-2006)

Desta forma nos **rácios de produtividade**, verifica-se a evolução positiva destes, conforme se verifica no Gráfico 34 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2003-2005). Neste rácio do **ativo total** por cada euro investido, o volume de negócios aumentara € 0,57 em 2003 e € 0,61 em 2004 com um crescimento neste período de 8%. A produtividade dos meios económicos no **ativo não corrente** acompanha a tendência e também aumenta 12% neste mandato de € 1,21 para € 1,35. A queda mantém-se após um aumento de 32% de 2002 para 2003, na produtividade dos fatores de produção da **mão de obra** com uma diminuição de 10%, uma menor quando comparada com o mandato anterior (26% de 2001 para 2002), assim por cada euro investido o retorno situa-se entre € 4,71 (2003) e € 4,26 (2004).

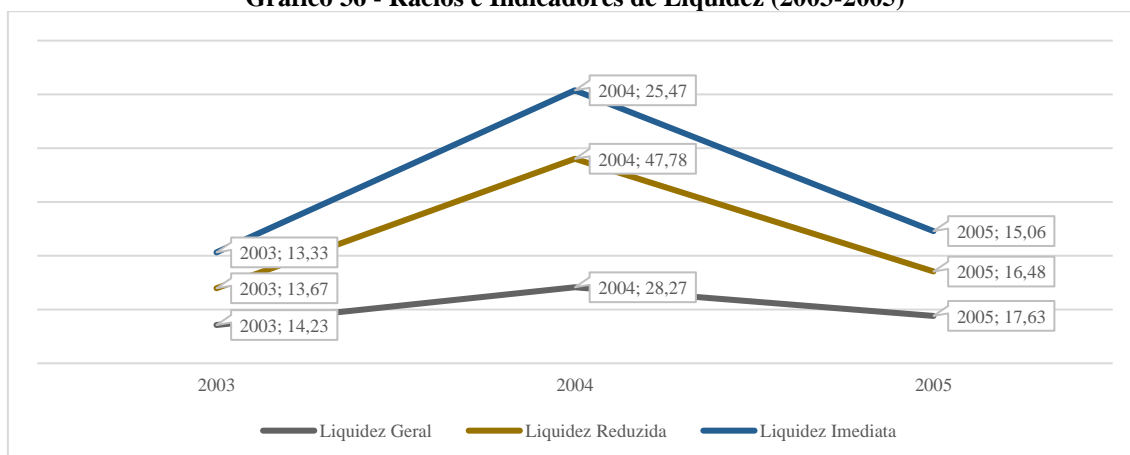
Gráfico 35 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2003-2005)



Fonte: Adaptado de SNESup (2004-2006)

Os **rácios de sustentabilidade** que são dependentes do resultado operacional e resultado líquido, mostram um claro decréscimo no período em análise, apesar de terem crescido de 2002 para 2003, como apresentado no Gráfico 35 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2003-2005), é no ano de 2004 que apresentam os piores valores quando os comparamos. Na **sustentabilidade comercial** os valores diminuem em 107% na sustentabilidade comercial operativa do volume de negócios de 4% para -0,7% e na sustentabilidade comercial líquida do volume de negócios de 4% para 0,2%, neste período já não se consegue gerar resultados a partir do volume de negócios a capacidade financeira da organização está comprometida. A **sustentabilidade económica** que descreve a capacidade económica para originar resultados dos investimentos realizados diminui em 107%. A **sustentabilidade financeira** acompanha a tendência e reduz também os valores inscritos neste período de € 0,02 para € 0,00 isto demonstra que a eficiência com que são investidos os capitais próprios não é a melhor.

Gráfico 36 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2003-2005)



Fonte: Adaptado de SNESup (2004-2006)

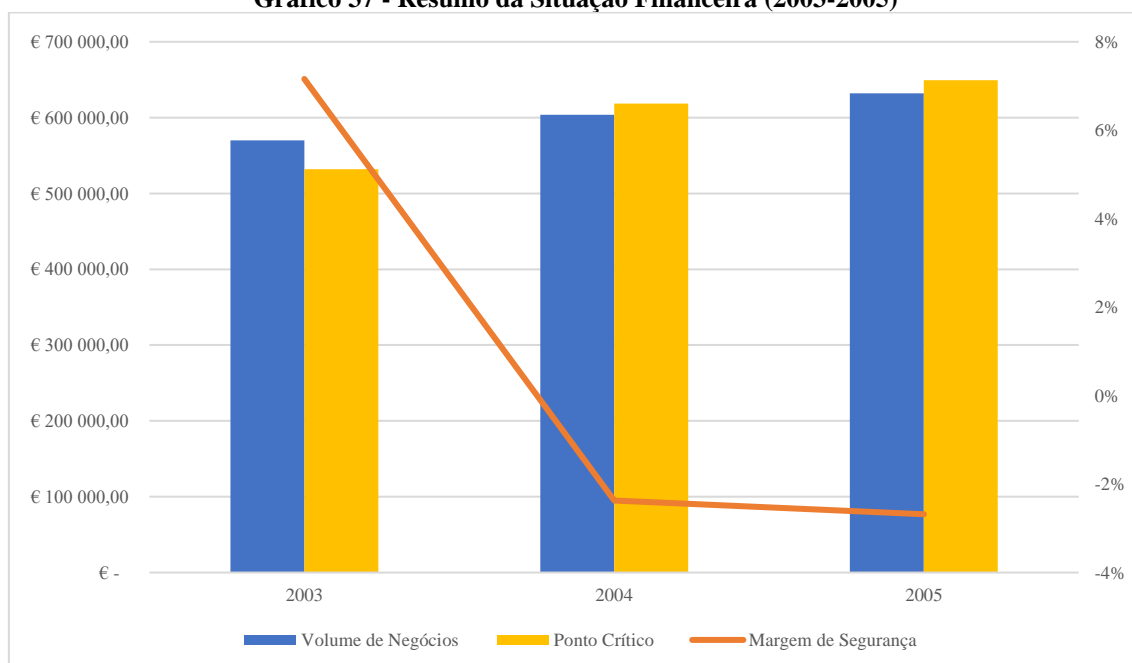
Por outro lado, os **rácios de liquidez** que indicam a capacidade para fazer face às suas obrigações de curto prazo, os indicadores encontram-se acima dos parâmetros sugeridos pela literatura, como mencionado no Gráfico 36 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2003-2005), o **rácio de liquidez geral** está também muito acima do valor aceitável, o qual seria entre os 1,3 e 1,5 ao seja o valor dos ativos correntes é superior ao passivo corrente situação que reflete um baixo risco para os credores do sindicato, fruto do decréscimo do passivo corrente. A **liquidez reduzida** deve estar a encaixar-se entre os 0,9 e os 1,1 o que não se verifica. Já a **liquidez imediata** que se referisse ao valor imediatamente disponível para fazer face às dívidas a terceiros, segue a tendência dos outros rácios de liquidez.

A **estrutura financeira** mostra uma diminuição no rácio de **estrutura do fundo maneio** com uma tendência negativa bastante reduzida, já que apresenta de 2001 para 2002 valores de 85,93% e 85,61% respetivamente. O aumento de 6% do volume de negócios não afeta o equilíbrio financeiro a médio e longo prazo, pois o fundo de maneio aumentou em 6% também no período da análise.

O **indicador de estrutura financeira** resta assegurar que ambos são nulos, uma vez que a organização não reparte lucros.

Nos **rácios de financiamento** o **rácio de endividamento** não só está abaixo de 35% como é aconselhado pela literatura, como reduz o valor de 2003 para 2004, passando de 3,70% para 1,93%. O **rácio de autonomia financeira** está acima de 65% com valores acima dos 90% novamente, de modo que esta a situação é a ideal pois o sindicato encontra-se menos dependente de capitais alheios, e apresenta valores menores de gastos financeiros e protegendo a rentabilidade.

Gráfico 37 - Resumo da Situação Financeira (2003-2005)



Fonte: Adaptado de SNESup (2004-2006)

Resumindo o sindicato, consegue fazer face aos compromissos com recurso ao autofinanciamento, em que a situação se encontra mencionada no Gráfico 37 - Resumo da Situação Financeira (2003-2005). O **volume de negócios** continua a aumentar de 2003 para 2004 em 6%, o **ponto crítico** segue a propensão, com um

aumento de 16%, a **margem de segurança** porém, diminui de 7% em 2003 para – 2% em 2004, o que se traduz numa ótima situação económica para o SNESup. A situação económica melhora, e há que continuar no bom caminho.

4.2.6. Sétimo e Oitavo Mandato - Presidente de Direção Paulo Jorge Marques Peixoto – Gonçalo Xufre Silva – Nuno Ivo Gonçalves - António Vicente

Paulo Peixoto assume a direção do SNESup de 2006-2008 em conjunto com Nuno Gonçalves a vice-presidente, no entanto para o mandato de 2008-2010, entende-se que devido aos contactos institucionais em curso, Paulo Peixoto iria assumir a direção até 30 de junho de 2009 de forma a facilitar a transição para Gonçalo Silva que é posteriormente substituído por Nuno Gonçalves para o ano 2008-2009. Já Nuno Gonçalves regressa a vice-presidente, e é sucedido em 2009-2010 por António Vicente. Como estas transições sucederam num curto espaço tempo, tanto o sindicato como para esta análise entende-se que os oitavos órgãos nacionais do sindicato devem ser incluídos na análise do sétimo mandato de forma a facilitar seguimento lógico destas transições que existiram nestas direções.

Os relatórios e contas apresentados oferecem uma visão abrangente e precisa dos eventos ocorridos durante o período analisado, à exceção do Relatório de 2008, que é um pouco superficial dado os relatórios anteriormente publicados.

No decorrer do sétimo e oitavo mandato do sindicato apresentam se alguns dos acontecimentos mais marcantes (SNESup, 2007, 2008, 2009):

- Visibilidade na comunicação social através de peças na rádio, televisão e publicação de notícias relacionadas com o sindicato;
- Reunião com o ministro Mariano Gago em julho de 2006, na qual se conseguiu um maior contato com o gabinete do ministro;
- Contactos com os Grupos Parlamentares da Assembleia da República a propósito da intenção de colaboração no Orçamento do Estado para 2007, a propósito do subsídio de desemprego;
- Publicação da edição número 20 da “A Ensino Superior – Revista do SNESup”;
- A tradução dos estatutos do sindicato em francês em inglês para facilitar o relacionamento com organizações estrangeiras internacionais;
- O sindicato inquiriu o Ministro da Educação sobre a proibição das requisições de professores do ensino básico e secundário pelo exercício de funções dos centros no ensino superior;
- Acompanhamento da concretização dos lativa do processo de Bolonha;
- No âmbito da política reivindicativa docentes do ensino superior e investigadores defrontaram-se com uma sensível degradação das suas condições de segurança no emprego, remuneração e proteção social;
- 479 expostas a pedidos de apoio jurídico, 528 consultas jurídicas presenciais em 2006;

- Discussão pública relativa à revisão do Estatuto de Carreira Docente Universitária (ECDU) Promovida pelo sindicato;
- Negado direito ao Sindicato a negociação coletiva na função pública;
- Aprovação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino (RJIES);
- O sindicato esteve atento ao processo de contratação de investigadores em regime de contrato trabalhado a termo;
- Aprovação do subsídio de desemprego em 2007;
- Em 2007 articulação entre política reivindicativa e intervenção nas escolas e apoio jurídico;
- Aprovação a 19/06/2007 em assembleia geral das orientações atualizadas para a negociação dos estatutos de carreira;
- Aumenta a sindicalização em 2007;
- Em 2008 a nova direção elege o presidente da anterior direção de forma a facilitar as negociações e contactos institucionais em curso;
- Aprovação da legislação que transfere os encargos trabalho do ensino superior Politécnico para carreira técnica superior;
- Intervenções públicas através de um artigo sobre o Financiamento do Ensino Superior assinado pelo Presidente da Direção do Sindicato com Gonçalo Silva em setembro de 2008.

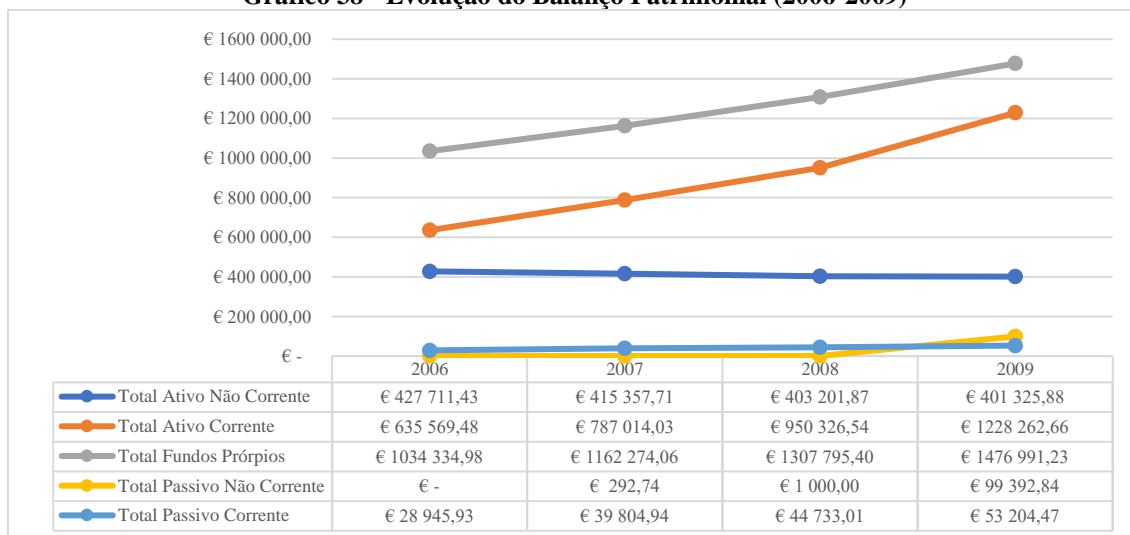
Na vertente financeira em 2006 (SNESup, 2007) sublinha-se:

- Orientação financeira com base no orçamento consagrado no Regulamento de Organização Financeira;
- estagnação do proveito das quotas, Aumento do número de aposentados, perda do vínculo laboral de muitos colegas;
- Reformulação do apoio jurídico, com a redução de 6 para 5 advogados;
- Redução do envio documentação e suporte papel;
- Supressão deleção do novembro/dezembro da revista do sindicato;
- Não convocação de qualquer Encontro ou Congresso;
- Diminuição dos encargos com os órgãos nacionais;
- Criação de aplicações financeiras das disponibilidades existentes;
- Apoio com o fundo de greve e solidariedade a 6 associados que perderam o posto de trabalho em condições consideradas como linhas de conduta preconizadas ou ratificadas pelo Sindicato.

Em 2007 (SNESup, 2008), foram ratificadas pela primeira vez na história do sindicato em assembleia geral, uma evolução favorável dos proveitos fruto do intenso for sindicalização, redução do custo e em menor publicação da revista do sindicato assim como a racionalização de encargos com apoio jurídico.

O **balanço patrimonial** é uma demonstração financeira fundamental para as entidades, pois fornece informações importantes sobre a capacidade da empresa para pagar dívidas, sua liquidez e sua solvência.

Gráfico 38 - Evolução do Balanço Patrimonial (2006-2009)



Fonte: Adaptado de SNESup (2007-2010)

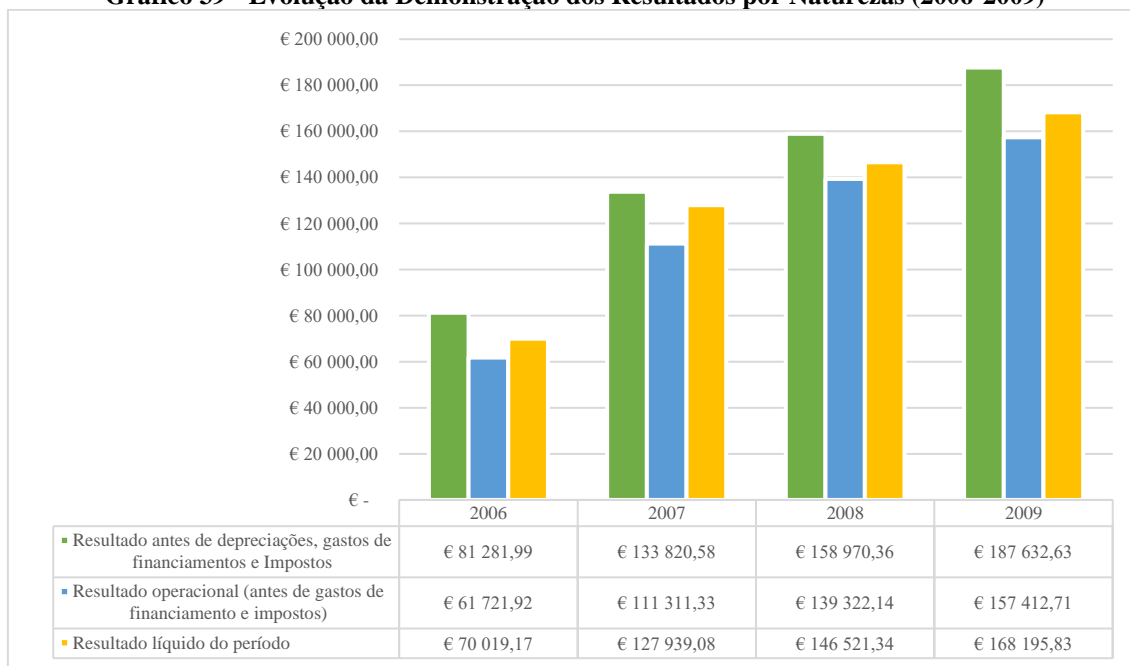
No decorrer das suas funções, e conforme o Gráfico 38 - Evolução do Balanço Patrimonial (2006-2009), o **ativo não corrente** diminuiu gradualmente de ano para ano, face à redução sucessiva de ativos fixos tangíveis, ainda que os ativos intangíveis tenham aumentado, este aumento não foi suficiente para fazer face à que de 10%, em - € 45.579,41 neste período. Não obstante, o crescimento exponencial do **ativo corrente** a par do incremento de várias rúbricas como a caixa e depósitos bancários em 123% (€ 594.135,12) e dos acionistas e sócios em 617% (€ 99.213,05).

O **Fundos patrimoniais** não ficou alheio a este aumento, uma vez que os resultados líquidos do período aumentaram em € 166,851,23 ao seja 12409%, este aumento vê-se inscrito na constituição de reservas legais sucessivas, face ao contínuo aumento dos resultados financeiros, de 2008 para 2009 requalificam as rúbricas movimentando parte das reservas legais para outras reservas, os mandatos terminam com uns dos maiores saldos no Fundos patrimoniais registado até então de € 1.476.991,23.

Se no mandato anterior a política financeira de curto prazo estava novamente em cima da mesa, nestes mandatos reformou-se mais uma vez esta ideia de que a política de curto prazo deve ter mais impacto que a de médio e longo prazo, uma vez que se verifica um acréscimo gradual do valor no **passivo não corrente** em detrimento do **passivo corrente**, através da constituição de provisões no passivo não corrente.

A **demonstração dos resultados por naturezas** é uma das principais ferramentas que os contabilistas usam para avaliar a performance financeira de uma empresa e elaborar relatórios financeiros precisos.

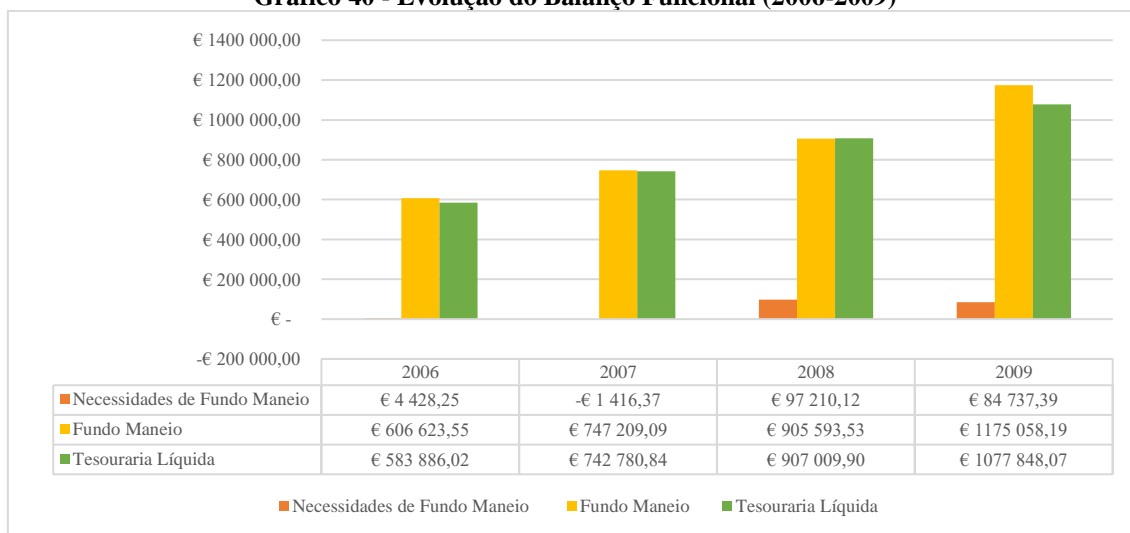
Gráfico 39 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2006-2009)



Fonte: Adaptado de SNESup (2007-2010)

A atividade operacional da **demonstração de resultados por natureza** tem uma tendência positiva neste período de 2005 para 2009, como indicado Gráfico 39 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2006-2009), já que aumentou em € 162.801,18. Devido ao aumento sucessivo das vendas e serviços prestados (16%), e dos outros rendimentos e ganhos em (100%), que em conjunto conseguem fazer face às despesas operacionais. A atividade operacional acompanhou diretamente este crescimento, que daí resulta um melhor e maior resultado líquido do período de 2005 (€ 550,25) para 2009 (€ 35.544,67).

Gráfico 40 - Evolução do Balanço Funcional (2006-2009)



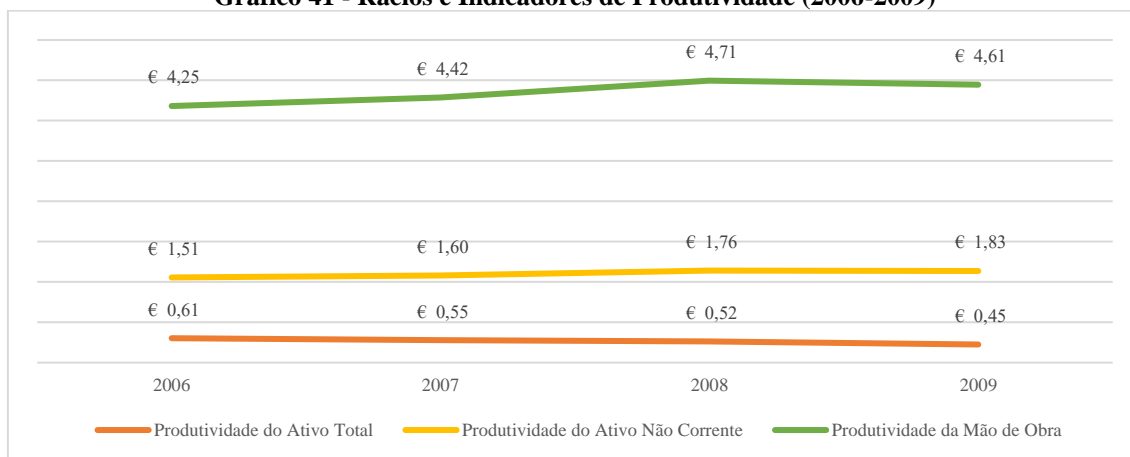
Fonte: Adaptado de SNESup (2007-2010)

O **balanço funcional** tem como finalidade determinar três equilíbrios financeiros importantes, relacionados ao balanço patrimonial: fundo maneiio a médio e longo prazo e tesouraria líquida a curto prazo. Ao analisar o balanço funcional no período de 2005 a 2009, de acordo com o Gráfico 40 - Evolução do Balanço

Funcional (2006-2009), é possível notar que o **fundo manei** se mantém maior que zero, e com um crescimento médio face a 2005 até 2009 de 22%, isto indica que a organização está bem posicionada para enfrentar possíveis períodos de instabilidade financeira, em 2009 atingiu valor de € 1.175.058,19 o mais elevado até à data. A **tesouraria líquida** apresenta de igual forma valores acima de 0 e com tendência crescente para o período em análise, o que reflete bastante liquidez para fazer face a compromissos de curto prazo.

Os **rácios e indicadores financeiros** são importantes auxiliares para a gestão de qualquer tipo de organização, na medida em que permitem fornecer mais informação financeira e operacional relativamente aos demonstrações obrigatórios de prestação de contas.

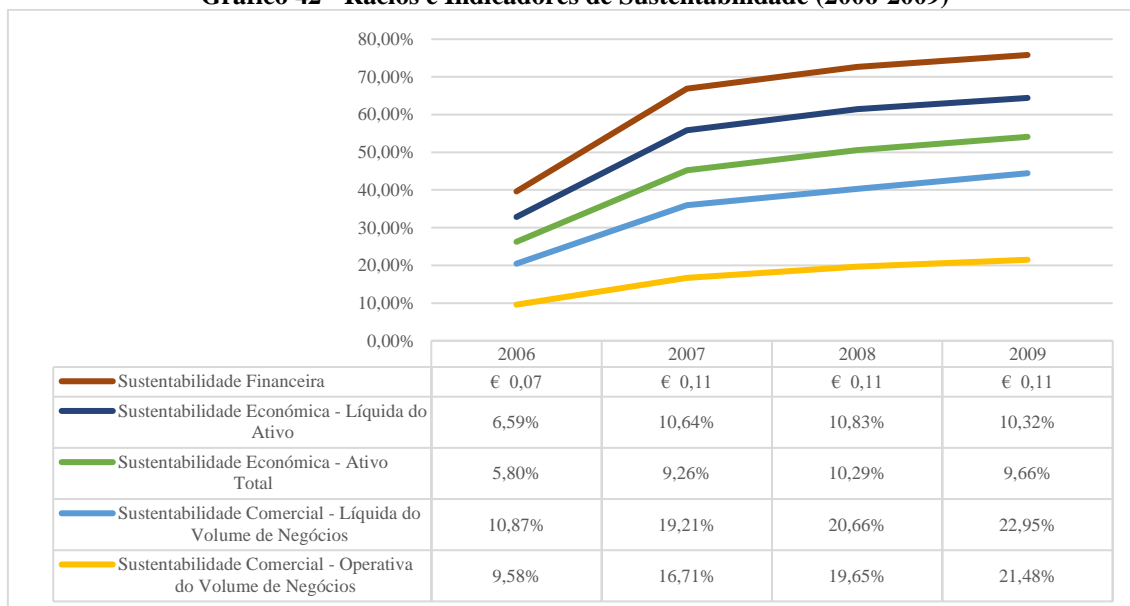
Gráfico 41 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2006-2009)



Fonte: Adaptado de SNESup (2007-2010)

Deste modo e após a análise constata-se, como indicado no Gráfico 41 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2006-2009), que existe de facto uma evolução com tendência positiva nos **rácios de produtividade**. No entanto no rácio de produtividade dos meios económicos do **ativo total** não se verifica a predominância da tendência positiva, porem aquilo que era investido em ativo total em 2005 em que por cada euro investido o volume de negócios aumentara € 0,63 após uma queda de 28%, em 2009 apenas se obtinham provenientes deste investimento €0,45. Já a produtividade dos meios económicos no **ativo não corrente** aumenta 26% nestes mandatos de € 1,45 para € 1,83. A produtividade dos fatores de produção da **mão de obra** acompanha a tendência do ativo não corrente com um aumento de 6% de 2005 para 2009 passando de € 4,35 para € 4,61 respetivamente, ainda que com uma queda de 2008 para 2009 de 2%.

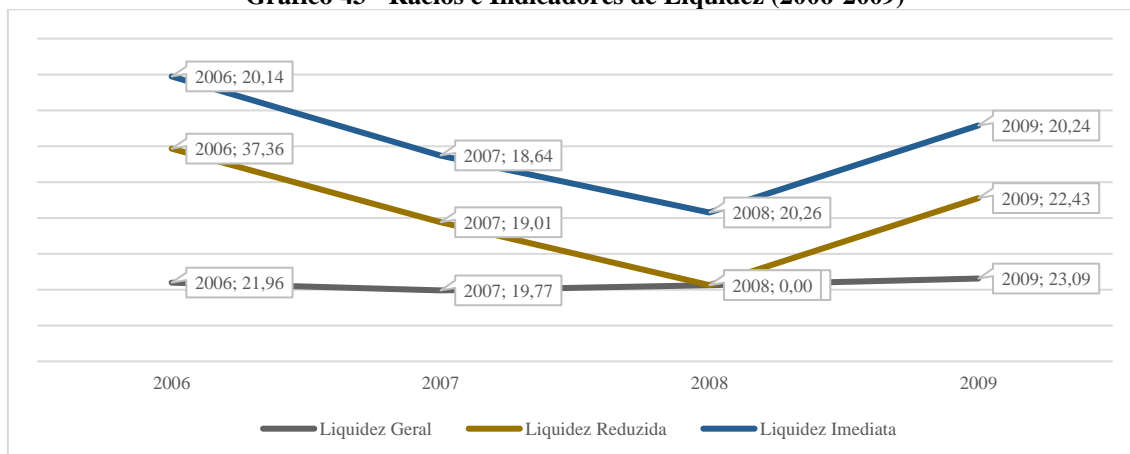
Gráfico 42 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2006-2009)



Fonte: Adaptado de SNESup (2007-2010)

Por sua vez os **rácios de sustentabilidade** dependentes do resultado operacional e resultado líquido, recuperam nestes mandatos o decréscimo que tinham sofrido anteriormente, referido no Gráfico 42 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2006-2009). A **sustentabilidade comercial**, em concreto na sustentabilidade comercial operativa do volume de negócios de - 0,85% para 21% e na sustentabilidade comercial líquida do volume de negócios de 0,09% para 22%, assim a partir de 2006 (ano em que os rácios ficam positivo) já se consegue gerar resultados a partir do volume de negócios e a capacidade financeira da organização deixa de estar comprometida. A **sustentabilidade económica** indica a capacidade económica para originar resultados dos investimentos realizados e para o período em análise cresce e passa a registar em 2009, 10% na sustentabilidade líquida do ativo e 6% de sustentabilidade económica do ativo total. A **sustentabilidade financeira** acompanha a tendência e aumenta os valores neste período de € 0,00 para € 0,11 isto demonstra que a eficiência com que são investidos os capitais próprios está a melhor, mas ainda é longe de ser a ideal.

Gráfico 43 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2006-2009)



Fonte: Adaptado de SNESup (2007-2010)

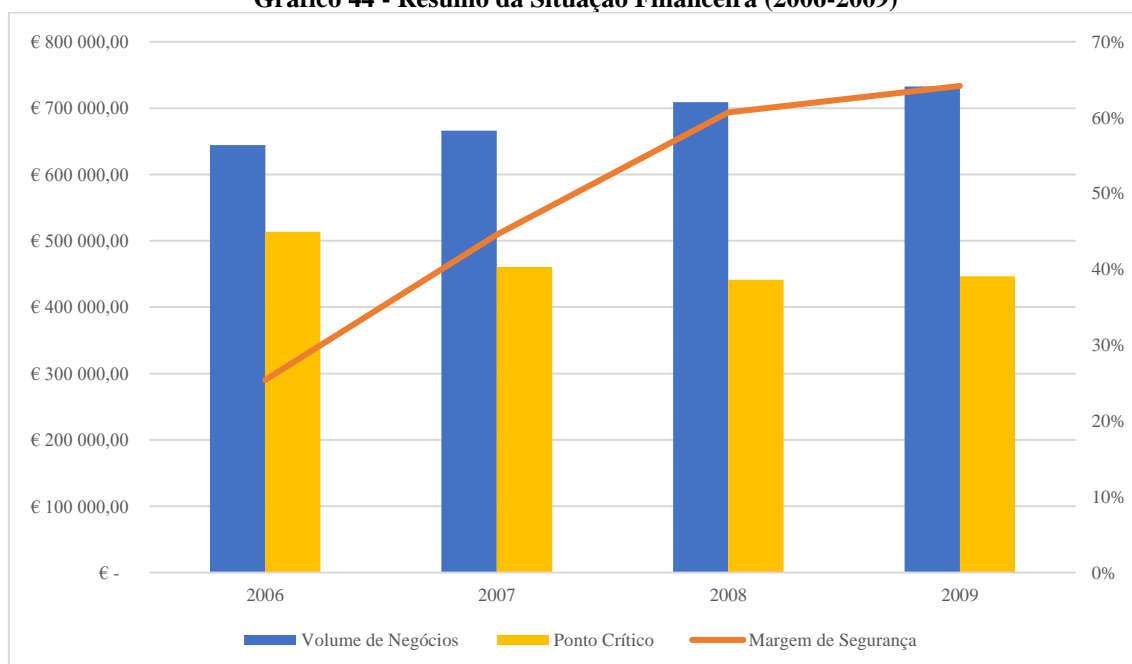
Nos **rácios de liquidez** que mostram a capacidade que uma organização tem de fazer face às suas obrigações de curto prazo, conforme o Gráfico 43 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2006-2009), os indicadores encontram-se acima dos parâmetros sugeridos pela literatura, já que o **rácio de liquidez geral** está muito acima do valor aceitável, que seria entre os 1,3 e 1,5 o que significa que o valor dos ativos correntes é superior ao passivo corrente situação que reflete um baixo risco para os credores do sindicato. A **liquidez reduzida** devia estar entre os 0,9 e os 1,1 o que não se confirma, pois, está sempre acima de 16, à exceção do ano de 2008 onde registou o valor 0. Já a **liquidez imediata** que diz respeito ao valor imediatamente disponível para fazer face às dívidas a terceiros, segue a tendência dos outros rácios de liquidez.

A **estrutura financeira** mostra um aumento no rácio de **estrutura do fundo maneio** com uma tendência positiva bastante alta, já que apresenta de 2005 para 2009 valores de 83% e 160% respetivamente. O aumento de 16% do volume de negócios não afeta o equilíbrio financeiro a médio e longo prazo já que aumentou de 2005 para 2009 de € 631.876,28 para € 732.793,09, uma vez que o fundo de maneio aumentou em 122% também no período da análise passando de € 527.175,16 para € 1.175.058,19.

Em relação aos **indicadores de estrutura financeira** confirma-se que são nulos, já que a organização não distribui lucros.

Nos **rácios de financiamento** o **rácio de endividamento** está abaixo de 35% como é sugerido pela literatura, situando-se entre os 2% e os 9% de 2005 a 2009. Já o **rácio de autonomia financeira** está acima de 65% com valores sempre acima dos 90% mais uma vez, o que demonstra uma situação é a ideal já que o sindicato se encontra menos sujeito a capitais alheios, e exibe valores inferiores de gastos financeiros e protegendo a sua rentabilidade.

Gráfico 44 - Resumo da Situação Financeira (2006-2009)



Fonte: Adaptado de SNESup (2007-2010)

Desta forma o SNESup, pode fazer face às suas obrigações com recurso ao autofinanciamento, como ilustrado no Gráfico 44 - Resumo da Situação Financeira (2006-2009). O **volume de negócios** continua a aumentar 16%, o **ponto crítico** não segue a orientação, com uma redução de 31%, porem a **margem de segurança**, aumenta de - 2% em 2005 para 64% em 2009, o que se traduz numa ótima situação económica para o SNESup.

4.2.7. Nono, Décimo e Décimo Primeiro Mandato - Presidente de Direção António Manuel Neves Vicente

António Manuel Neves Vicente foi o sétimo presidente de direção do SNESup, e até à data foi também o primeiro a completar três mandatos seguidos perfazendo seis anos na direção desta organização sindical. Foi no seu primeiro mandato, da nona direção, que nos relatórios e contas começaram a ser referidos os associados e membros que compõe o SNESup a bom rigor, apontando de forma clara e objetiva as entradas e saídas dos seus membros. Assim, e durante os seus três mandatos o SNESup sindicalizou 1115 membros, o maior número de sindicalizações (de que haja registo) de qualquer presidente de direção desta organização. A par das sindicalizações durante o referido período, os dessindicalizado, aposentados e com cessação de pagamento de quotas, foram diminuindo ano após ano no seu conjunto, 153 (em 2010) para 73 (em 2014), não existem registos em 2015.

Os relatórios e contas fornecem uma descrição precisa e completa dos acontecimentos relevantes no período em análise.

Relativamente aos acontecimentos que marcaram estes três mandatos (SNESUP, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016), destacam-se:

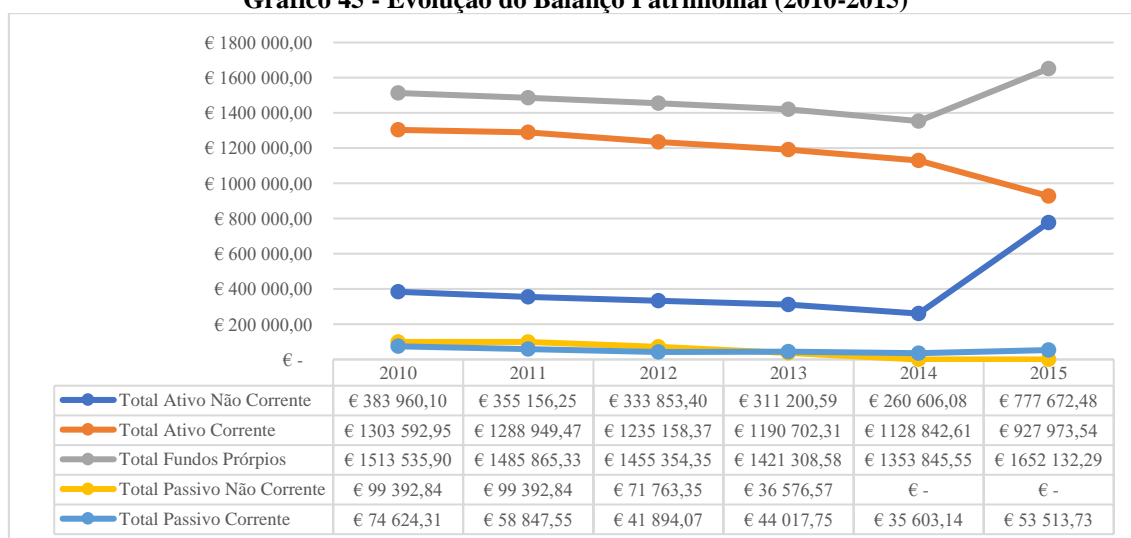
- 2009 ficou marcado pela revisão global do Estatuto de Carreira Docente Universitária (ECDU) e do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP);
- Recuperação da memória do sindicato em 2010, informação relativamente ao seu passado, nomeadamente Programas de Direção, Relatórios e Contas, relatos dos Congressos, atas de Assembleias Gerais e cartazes;
- Contactos institucionais no decorrer de 2010, com grupos parlamentares, Comissão da Educação e Ciência;
- Estratégia reivindicativa e de sindicalização de investigadores, culminou na criação de uma Newsletter mensal, a *SNESup Ciência e Tecnologia*;
- Renovação dos cartões dos associados;
- Realização do III Congresso do SNESup, subordinado ao tema *A docência e a investigação no ensino superior, o sistema binário e o papel do SNESup*;
- Redução do valor da quota cobrada aos associados em 2010 de 0,75% para 0,65% da retribuição ilíquida mensal;

- Através de uma iniciativa parlamentar, para a qual o SNESup contribuiu, foram publicadas alterações aos Estatuto de Carreira Docente Universitária (ECDU) e do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP);
- Estreitar da ligação em 2010 entre o sindicato e o Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD);
- Porem, e apesar das atividades desenvolvidas pelo SNESup, não foi possível à direção desenvolver todas as atividades, por falta de disponibilidade de vários membros da direção até à data do relatório e contas de 2010.
- 2011 ficou marcado pela redução dos vencimentos à função pública, e ainda por eleições legislativas antecipadas, que introduziram um novo executivo, o XIX Governo Constitucional de 2011 a 2015 presidido por Pedro Passos Coelho.
- Ainda em 2011 o SNESup apresentou a várias instituições de ensino superior propostas de Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública, como forma de aproveitar as possibilidades do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, com o objetivo de visar questões como os períodos de trabalho, serviço noturno, compensação de cargas, saúde, higiene e segurança, e relacionamento entre SNESup e instituições.
- Em 2012 ocorreram eleições para os órgãos do SNESup, às quais se apresentou uma lista única a cada órgão. As eleições decorreram em 26 e 27 de junho, e a tomada de posse ocorreu a 7 de julho.
- Em 2012 mantiveram os cortes aos vencimentos dos docentes do ensino superior e investigadores, agravado com a supressão dos subsídios de férias e Natal por imposição da Lei do Orçamento de Estado. A par destes cortes sucedeu-se o corte aos orçamentos das instituições de ensino bem como a capacidade destas se gerirem financeiramente e patrimonialmente.
- Continuaram a ser estabelecidos contactos com Grupos que detêm assento parlamentar.
- Em termos do apoio jurídico prestado pelo sindicato, este recebeu 738 pedidos online, 497 consultas jurídicas presenciais, e acompanhou mais de 220 ações judiciais.
- Participação na negociação do decreto-lei que aprovou o regime jurídico de contratação de doutorados com a Secretaria de Estado da Ciência, ao qual se chegou a um acordo relativo à matéria em causa.
- Aumento continuo do número de sindicalizados em 2012.
- Em 2013 mantiveram-se os cortes aos vencimentos.
- Mudança do Secretário de Estado do Ensino Superior, sendo João Queiró substituído por José Ferreira Gomes em julho de 2013, com esta alteração o contacto entre o SNESup e a secretaria de estado melhorou.
- Concentração de docentes, promovida pelo SNESup, a 23 de novembro de 2013 em frente ao Ministério da Educação e Ciência, a qual permitiu reforçar a visibilidade a muitos dos problemas que afetam o ensino superior e os seus profissionais.
- Em 2014 o sindicato celebrou 25 anos desde a sua criação, celebrados com o IV Congresso do SNESup sob o lema “25 Anos a Dignificar o Ensino Superior e a Ciência”.
- Realizadas eleições aos órgãos nacionais a 25 e 26 de junho de 2014.

- Em 2014 mantiveram-se os cortes nos vencimentos, porem o Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade no artigo 33 do Orçamento de Estado de 2014 que impunha reduções remuneratórias.
- A Comissão da Fiscalização e Disciplina emite um parecer desfavorável em 2014 à aprovação do Relatório e Contas do período de 2014, por estas não apresentarem de forma verdadeira e apropriada os aspetos materialmente relevantes, posição financeira e desempenho económico.
- 2015 ficou marcado pelas eleições legislativas a 04 de outubro, que constituíram o XX Governo Constitucional, fruto da vitória entre Partido Social Democrata (PPD-PSD) e o CDS-Partido Popular (CDS-PP) liderado por Pedro Passos Coelho, que ficaria a governar em gestão corrente uma vez que o seu programa foi rejeitado por uma moção dos demais partidos da Assembleia da República. Assume mais tarde o Governo fruto de acordos parlamentares entre o Partido Socialista (PS), Bloco de Esquerda (BE), Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), constituindo assim governo a 26 de novembro de 2015, o XXI Governo Constitucional, liderado por António Costa do PS.
- O XXI Governo Constitucional, recuperou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior como Manuel Heitor como seu Ministro.
- Em 2015 mantiveram-se, ainda assim, os cortes aos vencimentos dos docentes e investigadores.
- Aprovação da proposta do Regime do Pessoal Docente e Investigador das Instituições Privadas, regime que se encontrava por concretizar à mais de 20 anos.
- 2015 fica ainda marcado pela compra da nova delegação em Coimbra, e também por se ter atingido o associado 6000.
- Parecer positivo por parte da Comissão da Fiscalização e Disciplina relativo às contas de 2015.

O **balanço patrimonial** é uma das principais demonstrações financeiras que os bancos usam para avaliar a saúde financeira de uma empresa antes de conceder empréstimos.

Gráfico 45 - Evolução do Balanço Patrimonial (2010-2015)



Fonte: Adaptado de SNESup (2011-2016)

O longo do seu período à frente do SNESup, e conforme o Gráfico 45 - Evolução do Balanço Patrimonial (2010-2015), o **ativo não corrente** diminuiu em 23% de 2010 para 2014, face à redução sucessiva de ativos fixos tangíveis (em 29% de 2010 para 2014), os ativos intangíveis aumentaram em 2011 e mantiveram o valor dos dois anos seguintes de € 36.078,95 valor que diminuiu em 2014 em 78% para € 7.772,72 e novamente em 2015 em 61% para € 2.999,40. De 2014 para 2015, os ativos fixos tangíveis aumentaram em 206% o seu valor passando a inscrever nesta rúbrica € 774.610,18. Este crescimento revê-se no valor total desta massa patrimonial que face a 2010 (€ 383.960,10) cresce 103% quando comparada com 2015 (€ 777.672,48).

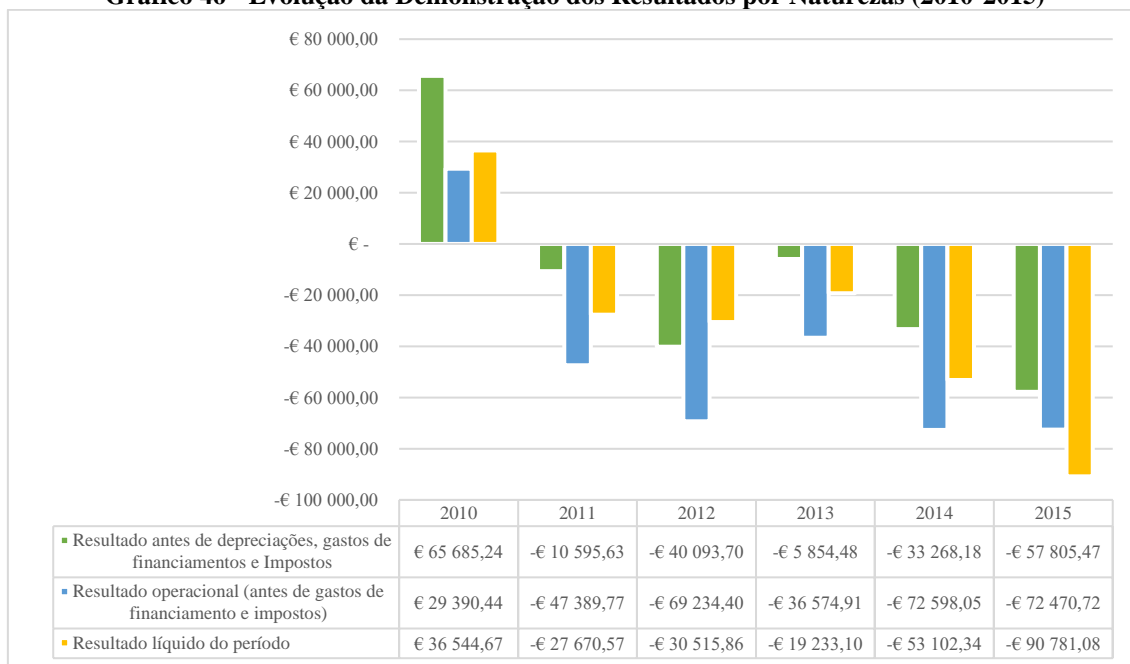
Em relação ao **ativo corrente**, este ativo líquido diminuiu ligeiramente (29%), para esta diminuição tiveram influência a caixa e outros depósitos bancários (34%), acionistas e sócios (100%) esta rúbrica perde a totalidade do seu valor de 2012 para 2013. Mas face ao ativo não corrente, o ativo corrente mantém-se pouco variável ao longo dos seis anos em análise, uma vez que em 2010 inscrevia € 1.303.592,95 e em 2015 € 927.973,54.

O **Fundos patrimoniais** foi outra massa patrimonial que pouca alteração apresentou no decorrer dos três mandatos da direção de António Vicente, desde o início das suas funções em 2010 (€ 1.513.535,90), para o seu término em 2015 (€ 1.652.132,29) cresceu apenas em 9%. Para este aumento contribuíram as rúbricas de reservas, resultados transitados e excedentes de revalorização.

A acompanhar a diminuição recorrente do **passivo não corrente** de 2010 para 2013, deixamos de ter inscritos quaisquer valores nos anos de 2014 e 2015 (obrigações de médio e longo prazo). Já o **passivo corrente** (obrigações de curto prazo), diminuiu de 2010 para 2015 em 28%, contribuindo para tal o estado e outros entes públicos e os financiamentos obtidos. Neste período, e apesar da extinção do passivo não corrente, não se poderá dizer que a direção optou por financiamentos a curto prazo em detrimento de médio longo prazo, uma vez que também reduziram as suas obrigações a curto prazo.

A **demonstração dos resultados por naturezas** é uma demonstração financeira obrigatória que todas as entidades precisam apresentar anualmente para cumprir com as exigências regulatórias.

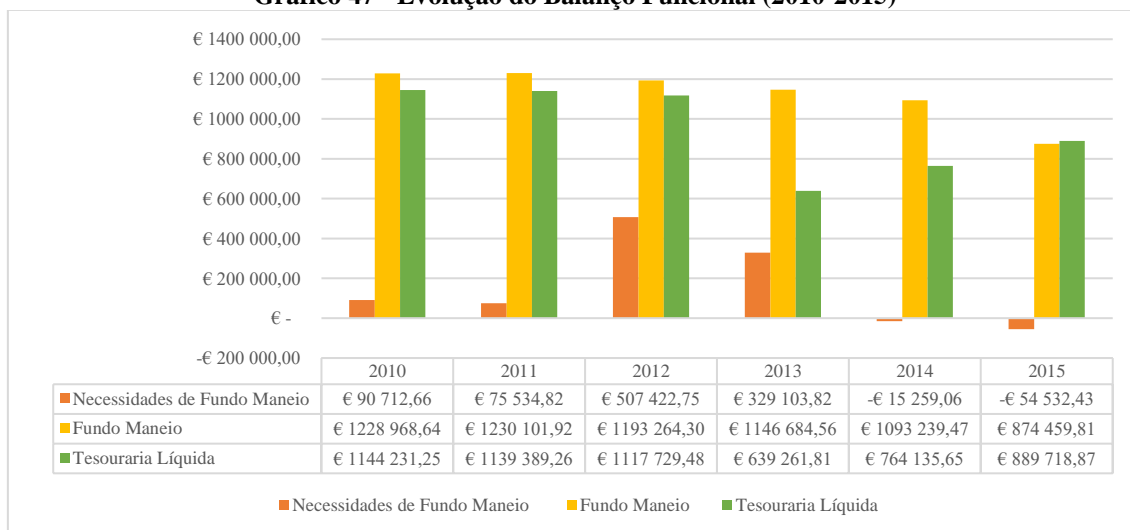
Gráfico 46 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2010-2015)



Fonte: Adaptado de SNESup (2011-2016)

Neste período, e de acordo com o Gráfico 46 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2010-2015), quer a atividade operacional quer a financeira da **demonstração dos resultados por naturezas** apresentam uma tenência bastante negativa no decorrer dos mandatos, pois de 2010 a 2015. O resultado operacional diminuiu em 374% ao seja - € 101.861,16 face ao aumento de gastos face aos proveitos obtidos ao longo deste período. O único resultado líquido positivo obtido por esta direção foi em 2010 com € 36.544,67, após este ano este resultado caiu em 176% para - € 27.670,57. Face ao primeiro e último ano de mandato os resultados caíram em 355% ao seja - € 126.325,75 de 2010 para 2015.

Gráfico 47 - Evolução do Balanço Funcional (2010-2015)



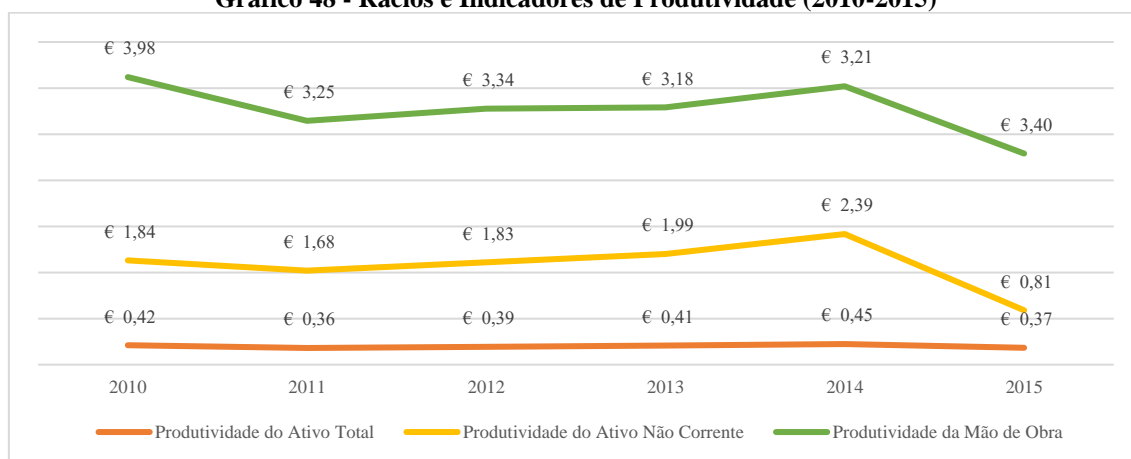
Fonte: Adaptado de SNESup (2011-2016)

Relacionado ao balanço patrimonial, temos o **balanço funcional**, que visa determinar três principais equilíbrios financeiros: fundo maneio a médio e longo prazo e tesouraria líquida a curto prazo. Ao realizar

uma análise do balanço funcional, como ilustrado no Gráfico 47 - Evolução Balanço Funcional (2010-2015), no período mencionado, constata-se que o **fundo manei** apesar de positivo o que permite à organização investir em novos projetos e oportunidades de crescimento, e contribuindo assim para o sucesso a longo prazo apresenta uma tendência negativa, uma vez que se verifica ano após ano a redução do montante nesta rubrica na ordem dos 6%. Quanto à **tesouraria líquida** segue a tendência do fundo manei apesar de ainda ser suficiente para financiar as atividades correntes da empresa, reverte-se a tendência negativa nos anos de 2014 e 2015, onde se retoma o equilíbrio da tesouraria e se constata o aumento da mesma.

A **análise de rácios e indicadores financeiros** pode ser uma forma eficaz de avaliar o desempenho de uma empresa ao longo do tempo, ajudando a identificar tendências e padrões que podem ser usados para tomar decisões estratégicas.

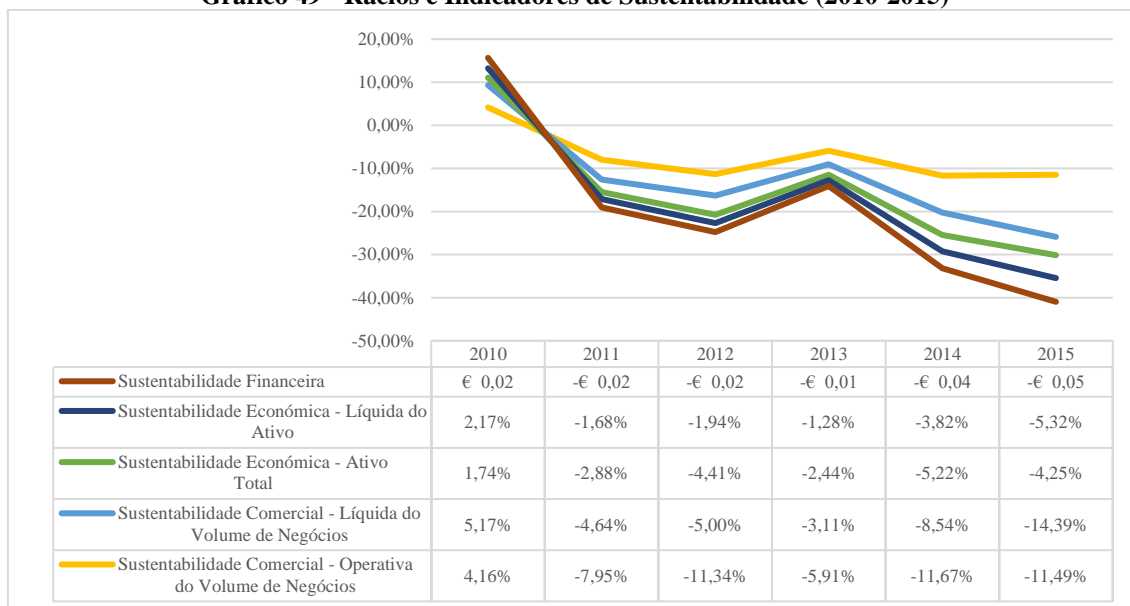
Gráfico 48 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2010-2015)



Fonte: Adaptado de SNESup (2011-2016)

Deste modo e após a análise constata-se que existe de facto uma evolução com tendência positiva, como indicado no Gráfico 48 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2010-2015), nos **rácios de produtividade**. No rácio de produtividade dos meios económicos do **ativo total** verifica-se a predominância da tendência positiva, no entanto durante estes 6 anos em que existiram três mandatos desta direção, este rácio sofreu algumas reduções nomeadamente de 2010 para 2011 com - 13%, porém os valores registados oscilam de € 0,36 em 2011 a € 0,45 em 2014, finalizando este período com € 0,37 em 2015. Já a produtividade dos meios económicos no **ativo não corrente** aumenta 29% nestes mandatos de € 1,84 em 2010 para € 2,39 em 2014, não obstante de 2014 para 2015 ocorre um aumento de 198% no ativo não corrente superior ao aumento de 1,4% do volume de negócios, o que provoca a diminuição deste rácio. A produtividade dos fatores de produção da **mão de obra** diminui neste período de € 3,98 em 2010 para € 3,40 em 2015 fruto da redução com os gastos com pessoal.

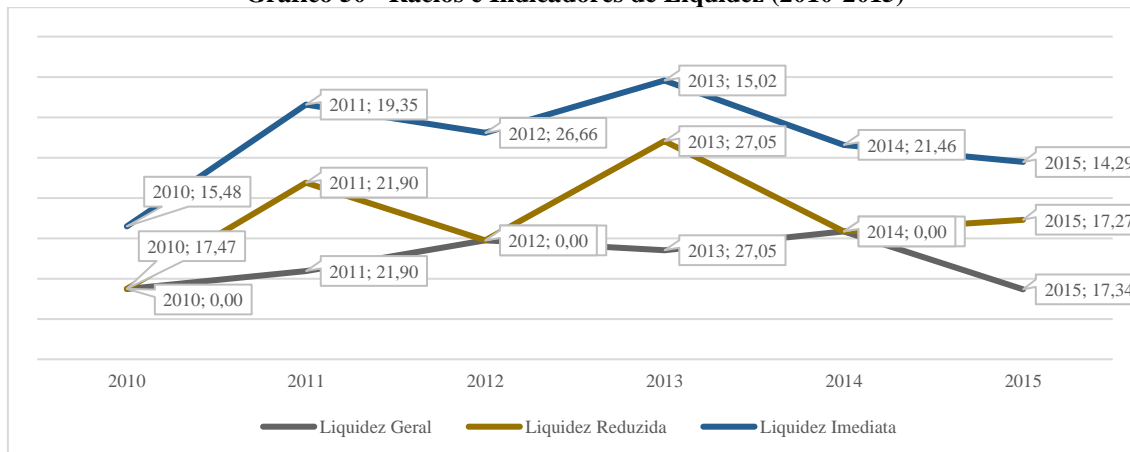
Gráfico 49 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2010-2015)



Fonte: Adaptado de SNESup (2011-2016)

Os **rácios de sustentabilidade** que são dependentes do resultado operacional e resultado líquido, diminuem nestes mandatos após uma recuperação nos mandatos anteriores, como se pode observar no Gráfico 49 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2010-2015). Na **sustentabilidade comercial**, em específico na sustentabilidade comercial operativa do volume de negócios passa de 4% para - 11% e na sustentabilidade comercial líquida do volume de negócios diminui de 5% para - 14%, assim não se pode afirmar que se consegue gerar resultados a partir do volume de negócios pois a capacidade financeira da organização está comprometida. A **sustentabilidade económica** indica a capacidade económica para gerar resultados dos investimentos realizados e neste período em análise diminui também e passa a registar valores negativos, - 4% na sustentabilidade líquida do ativo e - 5% de sustentabilidade económica do ativo total no ano de 2015. A **sustentabilidade financeira** acompanha a tendência e reduz os valores neste período de € 0,02 para - € 0,05 de 2010 para 2015 respetivamente, isto mostra a eficiência com que são investidos os capitais próprios não é a melhor.

Gráfico 50 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2010-2015)



Fonte: Adaptado de SNESup (2011-2016)

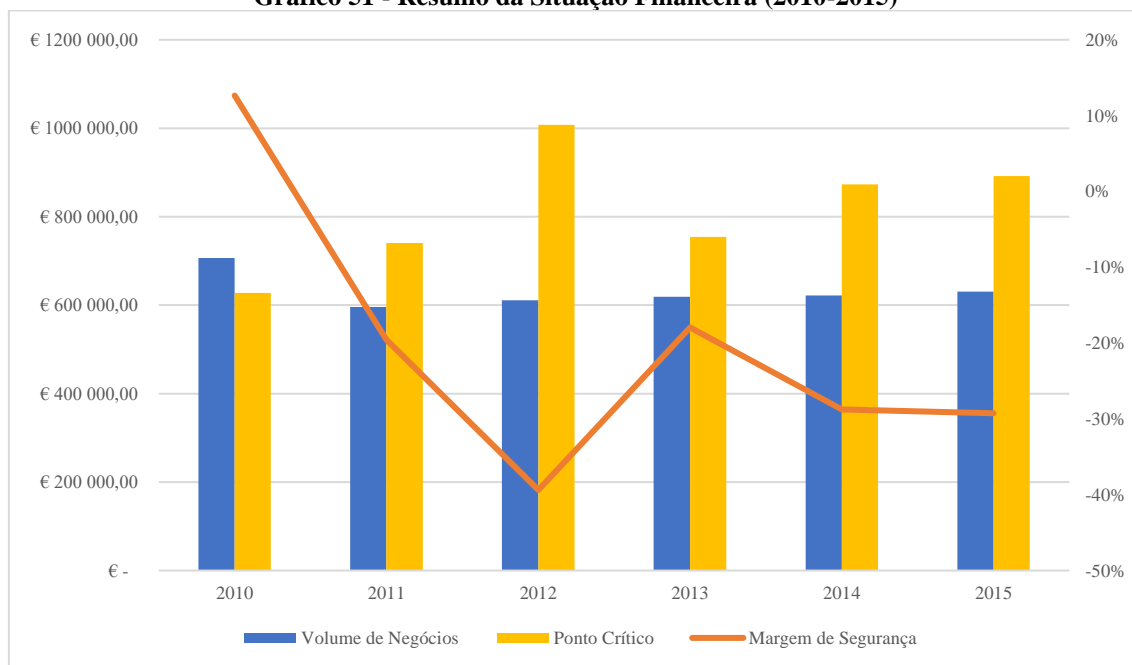
Nos **rácios de liquidez** que mostram a capacidade que uma organização tem de fazer face às suas obrigações de curto prazo, os indicadores encontram-se ainda acima dos parâmetros sugeridos pela literatura, como se pode constatar no Gráfico 50 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2010-2015), já que o **rácio de liquidez geral** está muito acima do valor recomendável, entre os 1,3 e 1,5. A **liquidez reduzida** deveria estar entre os 0,9 e os 1,1 o que não se sucede, à exceção do ano de 2014 onde registou o valor 0. Já a **liquidez imediata** que é valor imediatamente disponível para fazer face às dívidas a terceiros, segue a tendência dos outros rácios de liquidez.

A **estrutura financeira** mostra um aumento no rácio de **estrutura do fundo maneio** nos primeiros três anos 2010 para 2012, após este período o rácio diminuiu de 195% em 2012 para 138% em 2015. A diminuição de 10% do volume de negócios e a diminuição do fundo maneio em 28% afetam o equilíbrio financeiro a médio e longo prazo também no período da análise.

Em relação aos **indicadores de estrutura financeira** confirma-se que são nulos, já que a organização não distribuiu lucros.

Nos **rácios de financiamento** o **rácio de endividamento** está como é sugerido pela literatura abaixo de 35%, e regista valores entre os 2% e os 10% de 2010 a 2015. Já o **rácio de autonomia financeira** expressa uma posição ideal o que deixa o sindicato menos sujeito a capitais alheios, situa-se acima de 65% como recomendado pela literatura com valores sempre acima dos 89% mais uma vez, o que proporciona valores inferiores de gastos financeiros e amparando a sua rentabilidade.

Gráfico 51 - Resumo da Situação Financeira (2010-2015)



Fonte: Adaptado de SNESup (2011-2016)

Desta forma o SNESup, pode fazer face aos seus encargos por meio do autofinanciamento, situação ilustrada no Gráfico 51 - Resumo da Situação Financeira (2010-2015). O **volume de negócios** diminuiu 10%, o **ponto crítico** que por outras palavras, é o ponto em que as receitas são iguais às despesas, resultando em lucro zero, aumenta de 2010 para 2012 em 60% registando € 1.007.547.03, porem diminui

o valor em 25% em 2013 passando a registar € 754.558.96 nos anos seguintes aumentar o ponto crítico em 16% e 2% para 2014 e 2015 respetivamente, a direção do SNESup conclui as suas funções com um ponto crítico de € 981.709,17. A **margem de segurança**, apresenta flutuações quase idênticas ao ponto crítico, no entanto apenas em 2010 apresenta valores positivos o que se traduz em possíveis prejuízos face ao volume de negócios de cada ano quando relacionado com o ponto crítico, por outras palavras existe de 2011 até 2015 agravamento contínuo do risco económico que se verifica nos resultados negativos líquidos destes períodos.

4.2.8. Décimo Segundo e Décimo Terceiro Mandato - Presidente de Direção

Gonçalo Cardoso Leite Velho

Gonçalo Velho assume a liderança da direção com o décimo segundo e décimo terceiro mandato do SNESup para o período de 2016 a 2019. Durante o seu mandato o sindicato ganhou 684 novos membros face a 206 dessindicalizações e aposentações para o mesmo período, assim o número de membros aumentou de 2017 (5262) para 2019 (5079). É possível verificar que os relatórios e contas cobrem integralmente os eventos ocorridos e oferecem uma descrição precisa dos mesmos.

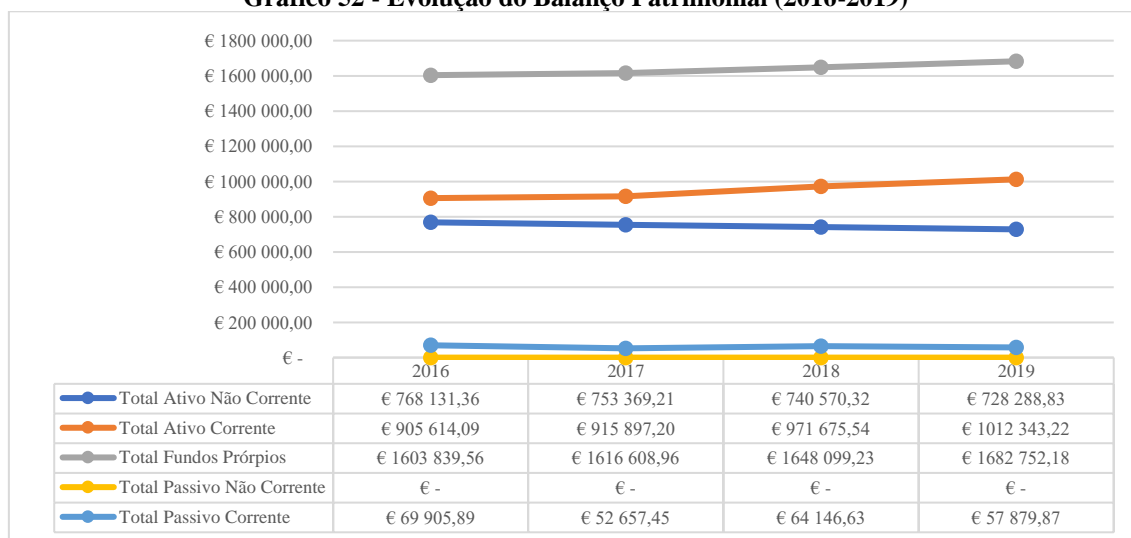
Analogamente aos acontecimentos que marcaram os dois mandatos (SNESup, 2017, 2018, 2019, 2020), destaca-se:

- Em 2016 sucedesse uma intensa atividade, seguindo o princípio de valorização e dignificação do Ensino Superior e Ciência.
- O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior decide implementar dois diplomas Regras Complementares do Processo de Transição dos Docentes do Ensino Superior Politécnico (Decreto-Lei n.º 57/2016) e Regime de Contratação de Doutorados Destinado a Estimular o Emprego Científico e Tecnológico em Todas as Áreas do Conhecimento (Decreto-Lei n.º 57/2016). E ao nível do Orçamento de Estado (art.º 19 da Lei n.º 7A/2016) em que foi aprovado uma estratégia plurianual de combate à precariedade, assim como o envolvimento do SNESup nas negociações do próprio Orçamento de Estado.
- Também em 2016 ocorre uma revisão nos cortes dos vencimentos dos docentes e investigadores do ensino superior, após um longo período de cortes e manutenção dos mesmos.
- Em 2017 mantem-se a intensa atividade do sindicato e aumenta-se a representatividade do SNESup. Através dos contactos diretos com o Governo e partidos políticos, consegue-se aprofundar o nível de negociação.
- Intervenção nas regras do Programa de Regularização de Vínculos Precários da Administração Pública (Lei n.º 114/2017).
- Em relação ao Orçamento de Estado, o SNESup apresentou um conjunto de propostas que visam a reposição dos vencimentos, como uma melhor gestão dos resultados de cada período.
- O sindicato esteve ainda representado na reunião de partes interessadas do Ensino Superior promovida pela OCDE.

- 2018 pode ser definido como ano da contestação pela desvalorização da profissão, em que a cada dia 23 de cada mês com início em março, foram mobilizados docentes e investigadores para ações de contestação.
- Aprofundamento da negociação política com o Governo e partidos políticos.
- Acompanhamento da Lei de Emprego Científico (Decreto-Lei n.º 57/2016), denúncias de problemas do Programa de Regularização de Vínculos Precários da Administração Pública (Lei n.º 114/2017 – PREVPAP) e negociação do Orçamento de Estado para 2019 através da apresentação de propostas.
- O ano de 2019 foi palco de algumas manifestações, das quais se destacam a de 6 de fevereiro no Parlamento, 8 de março pela igualdade de gênero, regresso à manifestação do 25 abril e outras.
- Realização do VI Congresso do SNESup a 8 de junho na Universidade do Algarve. Concretização do I Fórum do Ensino Superior.

O **balanço patrimonial** é uma das principais ferramentas que os contabilistas usam para avaliar a saúde financeira de uma empresa e elaborar relatórios financeiros precisos, e neste período pode-se observar a evolução através do Gráfico 52 - Evolução do Balanço Patrimonial (2016-2019).

Gráfico 52 - Evolução do Balanço Patrimonial (2016-2019)



Fonte: Adaptado de SNESup (2017-2020)

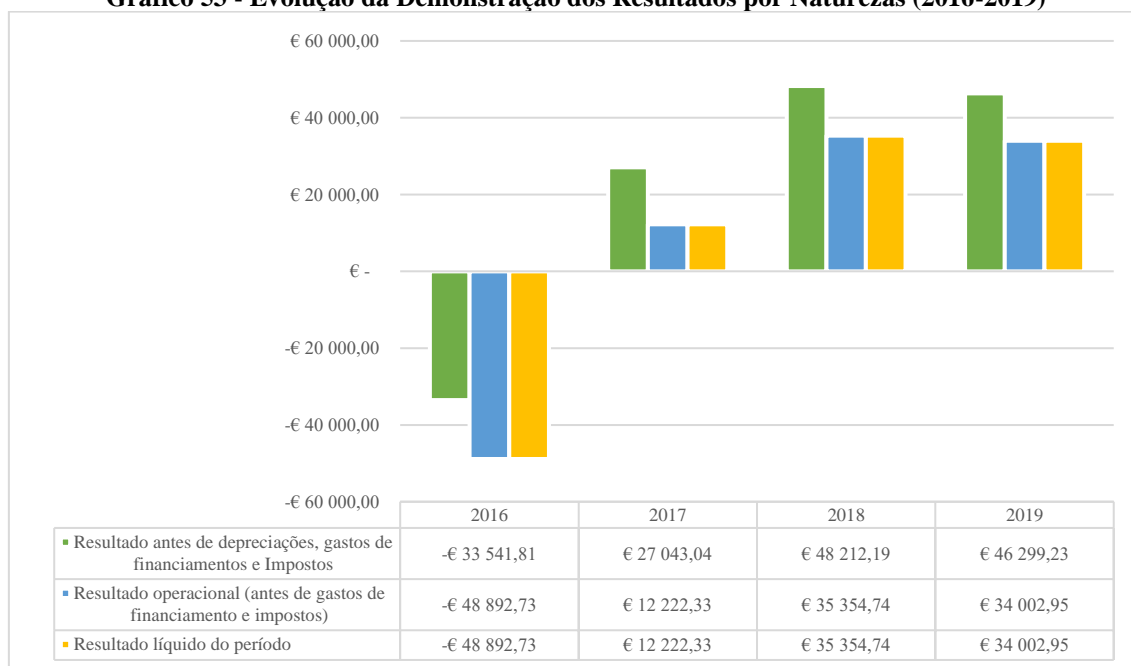
O **ativo não corrente** durante o período em análise diminuiu, face à diminuição dos ativos fixos tangíveis em 5%, e da alienação de todos os ativos intangíveis que estavam inscritos em 2016. Já o **ativo corrente** por outro lado, aumentou em 11%, fruto dos aumentos com outros ativos correntes e caixa e depósitos bancários.

A acompanhar o mesmo crescimento do ativo corrente surge o **Fundos patrimoniais**, que também cresce neste período em 5%, face às reservas acumuladas que de ano para ano aumentam e chega a totalizar € 1.682.752,18 (2019).

O **passivo não corrente** continua sem registos neste mandato. O **passivo corrente** varia negativamente em 17% nos anos em análise, tendo para isso contribuído a diminuição de outras contas a pagar e estados e outros entes públicos.

A **demonstração dos resultados por naturezas** é uma ferramenta importante para as entidades avaliarem seu desempenho financeiro ao longo do tempo e tomarem decisões estratégicas informadas para melhorar sua rentabilidade.

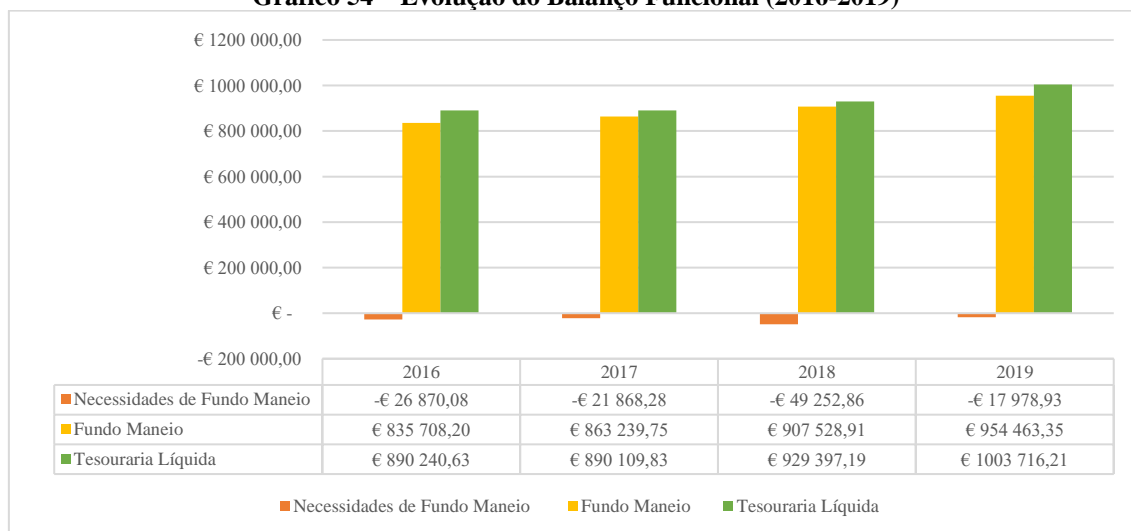
Gráfico 53 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2016-2019)



Fonte: Adaptado de SNESup (2017-2020)

Em relação à **demonstração dos resultados por naturezas**, durante os mandatos e de acordo com o Gráfico 53 - Evolução Demonstração de Resultados por Naturezas (2016-2019), apresenta os resultados operacionais e consequentemente os resultados financeiros positivos, apresentando uma tendência positiva de crescimento de 2016 (- € 48.892,73) para 2019 € 34.002,95) em 169%.

Gráfico 54 – Evolução do Balanço Funcional (2016-2019)

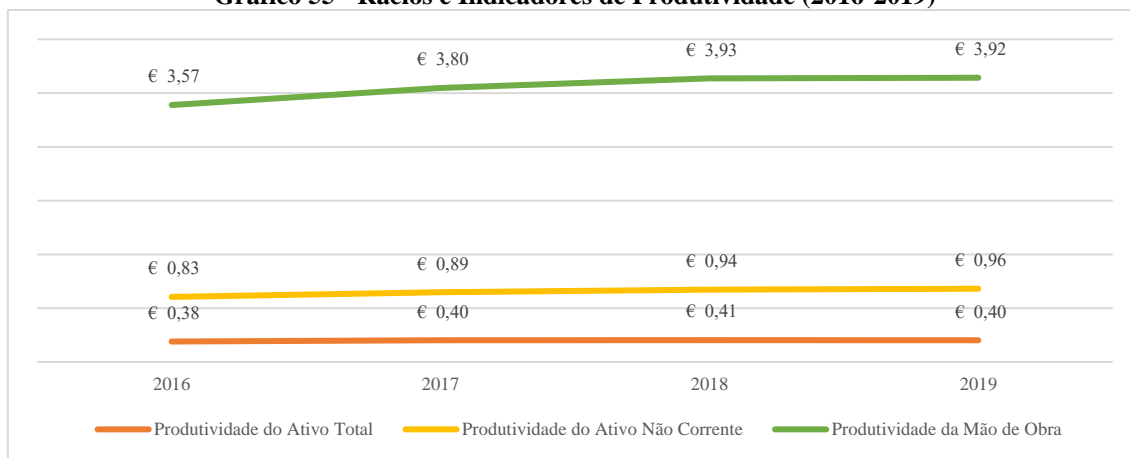


Fonte: Adaptado de SNESup (2017-2020)

O **balanço funcional** é uma ferramenta de análise financeira relacionada ao balanço patrimonial, que procura determinar três equilíbrios financeiros importantes: fundo maneio a médio e longo prazo e tesouraria líquida a curto prazo. Ao analisar o balanço funcional no período de 2016 a 2019, verifica-se de Gráfico 54 - Evolução Balanço Funcional (2016-2019) que a existência de um **fundo maneio** positivo é indicadora de que a organização está a gerar lucros e a manter uma gestão financeira responsável. A **tesouraria líquida** positiva, logo é suficiente para financiar a atividade corrente da organização.

Ao utilizar a **análise de rácios e indicadores financeiros**, é importante considerar as particularidades do setor em que a empresa atua e as condições económicas atuais.

Gráfico 55 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2016-2019)

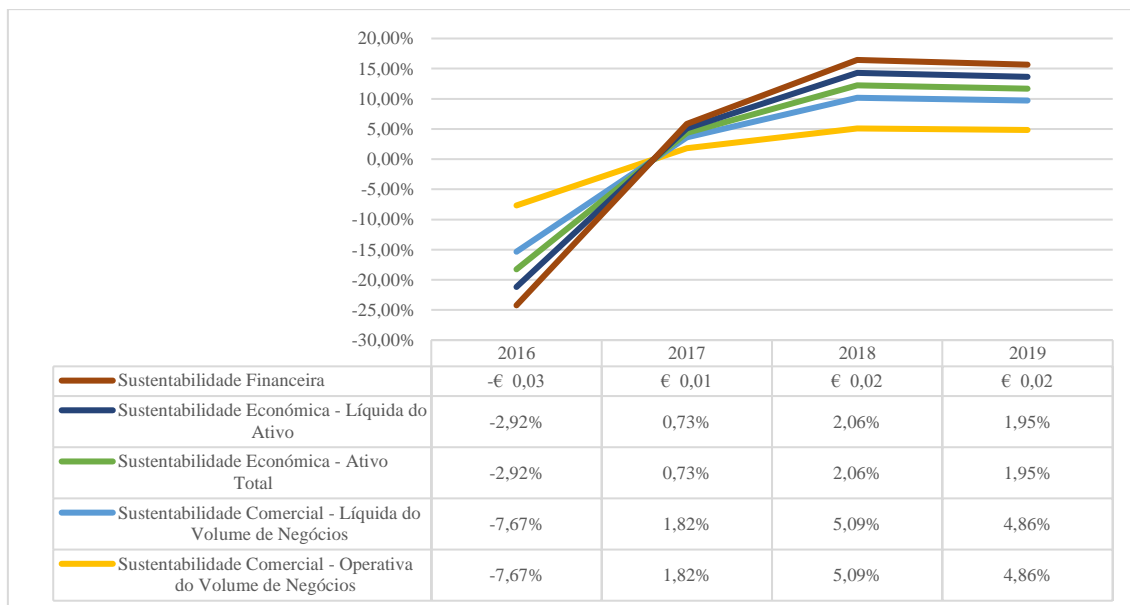


Fonte: Adaptado de SNESup (2017-2020)

Nesta nova etapa em que o SNESup ganha uma nova direção o retorno de uma gestão mais direcionada para as receitas e despesas nasce, isto começa e conforme o Gráfico 55 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2016-2019), por se verificar nos **rácios de produtividade**. O rácio de produtividade dos meios económicos do **ativo total** apresenta uma tendência positiva, apesar de pequena, o crescimento sucessivo ao longo dos três anos que marcaram esta direção é reconhecível, uma vez que o retorno por cada euro investido em ativo total cresce de € 0,38 para € 0,40 e € 0,41 nos anos de 2016, 2017 e 2018 respetivamente apesar de diminuir em 2019 para € 0,40.

A produtividade dos meios económicos no **ativo não corrente** aumenta 15% neste mandato de € 0,83 em 2016 para € 0,96 em 2019, ocorre também um aumento de 10% no volume de atividades face a uma diminuição de 5% no ativo não corrente que em nada contribui para a diminuição da produtividade no ativo não corrente, já que são recuperados no fim deste período € 0,96 pelas vendas e serviços prestados por cada euro investido em ativo não corrente. A produtividade dos fatores de produção da **mão de obra** cresce de 2016 para 2019 de € 3,57 para € 3,92 resultado do aumento do volume de atividade em relação aos gastos com pessoal.

Gráfico 56 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2016-2019)



Fonte: Adaptado de SNESup (2017-2020)

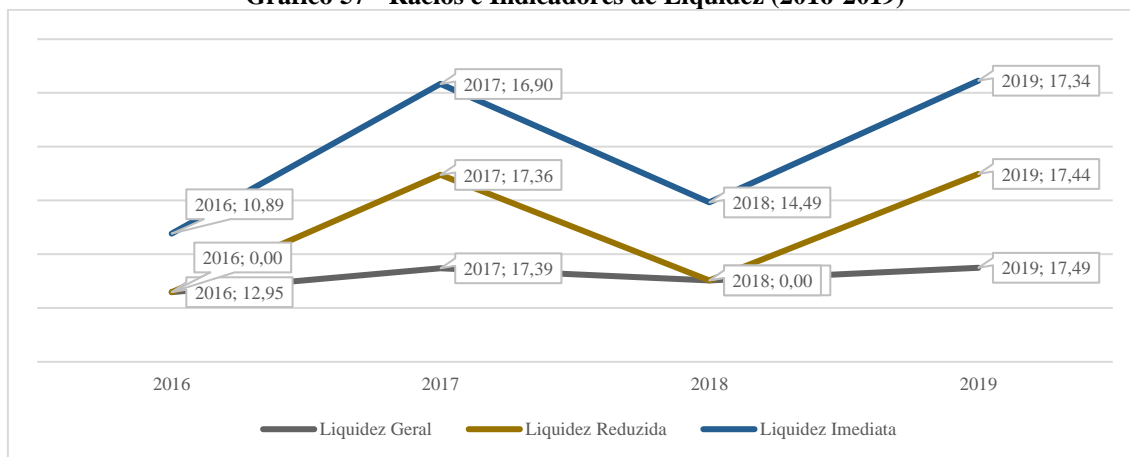
Os **rácios de sustentabilidade** que são dependentes do resultado operacional e resultado líquido, e de acordo com o Gráfico 56 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2016-2019), ainda apresentam valores negativos em 2016 devido em grande parte das políticas financeiras praticadas anteriormente, no entanto nos anos de 2017 e 2018 recuperam e tornam o sindicato capaz de gerar resultados a partir das suas vendas e serviços prestados aos membros.

A **sustentabilidade comercial**, em específico na sustentabilidade comercial operativa do volume de negócios passa de - 7% para 5% e na sustentabilidade comercial líquida do volume de negócios diminui de - 7% para 5% também, desta forma, e no decorrer dos três anos de análise pode-se afirmar que o sindicado consegue gerar resultados a partir do volume de negócios pois a capacidade financeira da organização já não está comprometida.

A **sustentabilidade económica** refere-se à capacidade económica para gerar resultados dos investimentos realizados e neste período também aumenta e passa a registar valores positivos, 2% na sustentabilidade líquida do ativo e 2% de sustentabilidade económica do ativo total no ano de 2018.

A **sustentabilidade financeira** acompanha a tendência e aumenta os valores no período de - € 0,03 para € 0,02 de 2016 para 2018 respetivamente, isto mostra que a eficiência com que são investidos os capitais próprios melhorou. Nos rácios de sustentabilidade é notório a diminuição generalizada dos mesmos na ordem dos 5% de 2018 para 2019, apesar de não ser uma diminuição acentuada, é preciso acautelar a situação no futuro para que se faça face a esta situação.

Gráfico 57 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2016-2019)



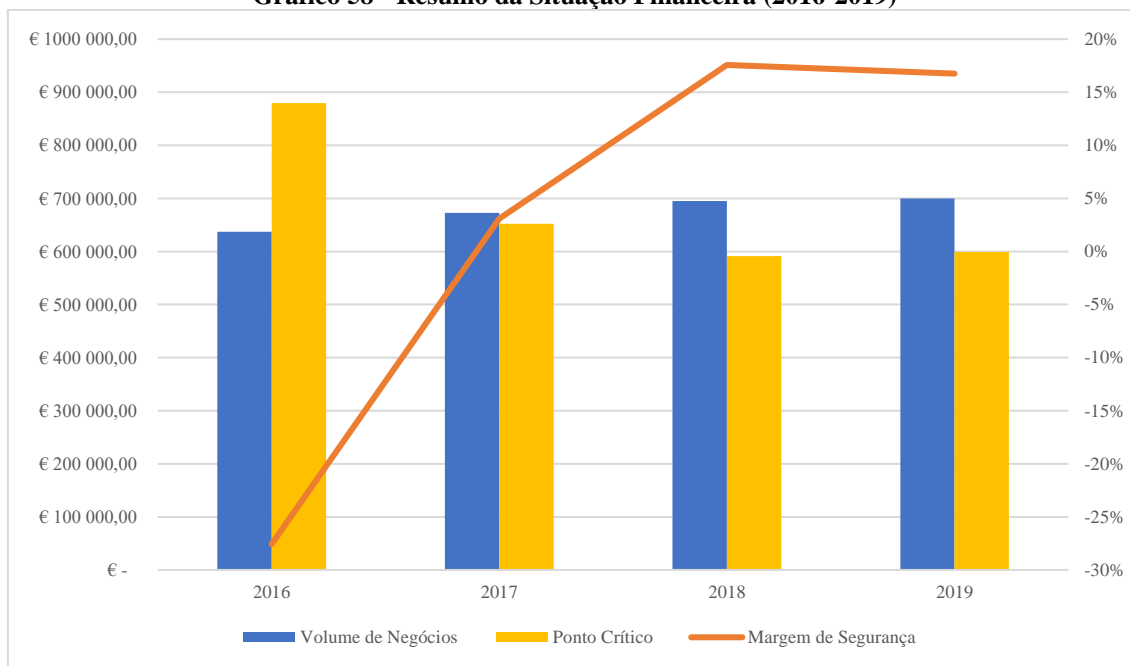
Fonte: Adaptado de SNESup (2017-2020)

Os **rácios de liquidez** exibem a capacidade que uma organização tem de fazer face às suas obrigações de curto prazo, os indicadores encontram-se ainda acima dos parâmetros sugeridos pela literatura e de acordo com o Gráfico 57 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2016-2019), já que o **rácio de liquidez geral** está em 17,49 em 2019 muito acima do valor recomendável, entre os 1,3 e 1,5. A **liquidez reduzida** deveria estar entre os 0,9 e os 1,1 o que não se sucede, encontra-se em 17,44 em 2019 face ao valor 0 que ocupa os anos 2016 e 2018. A **liquidez imediata** é o valor imediatamente disponível para fazer face às dívidas a terceiros, segue a tendência dos outros rácios de liquidez de 10,89 em 2016 para 17,34 em 2019.

A **estrutura financeira** exibe um valor normalizado no rácio de **estrutura do fundo maneio** nos já que regista 131%, 128%, 130% e 136% para os anos 2016, 2017, 2018 e 2019 respetivamente. O aumento de 10% do volume de negócios e o igual aumento do fundo maneio em 14% não alteram o equilíbrio financeiro a médio e longo prazo também no período da análise já que ambos mantem um crescimento par. Em relação aos **indicadores de estrutura financeira** são nulos, pois a organização não reparte lucros.

Nos **rácios de financiamento** os **rácios de endividamento** mantêm-se como sugerido pela literatura abaixo de 35%, e regista valores entre os 4% e os 3% de 2016 a 2019. O **rácio de autonomia financeira** manifesta uma posição ideal pelo que o sindicato está assim menos sujeito a capitais alheios, uma vez que se situa acima de 65% como advertido pela literatura com valores sempre acima dos 95%, o que oferece valores de gastos financeiros inferiores e proporciona uma melhor rentabilidade.

Gráfico 58 - Resumo da Situação Financeira (2016-2019)



Fonte: Adaptado de SNESup (2017-2020)

Em síntese o sindicato consegue praticar a sua atividade recorrendo ao autofinanciamento para corresponder aos seus compromissos, como ilustrado no Gráfico 58 - Resumo da Situação Financeira (2016-2019). O **volume de negócios** cresce 10%, o **ponto crítico** que é o ponto em que as receitas são iguais às despesas, resultando em lucro zero, diminui 32% de 2016 para 2019. A **margem de segurança**, aumenta de 2016 com -27% para 16% em 2019, o que significa que a aumenta o ponto de equilíbrio da quantidade de vendas e serviços prestados que o sindicado pode perder antes de começar a ter prejuízo, esta situação reafirma uma boa situação económica para o sindicato. De facto, neste mandato a situação económica melhorou, face ao período anterior, há que continuar a dinamizar financeiramente e economicamente o sindicato para prosseguir no bom caminho que tem existido.

4.2.9. Décimo Quarto Mandato - Presidente de Direção Mariana Teresa Gaio Alves

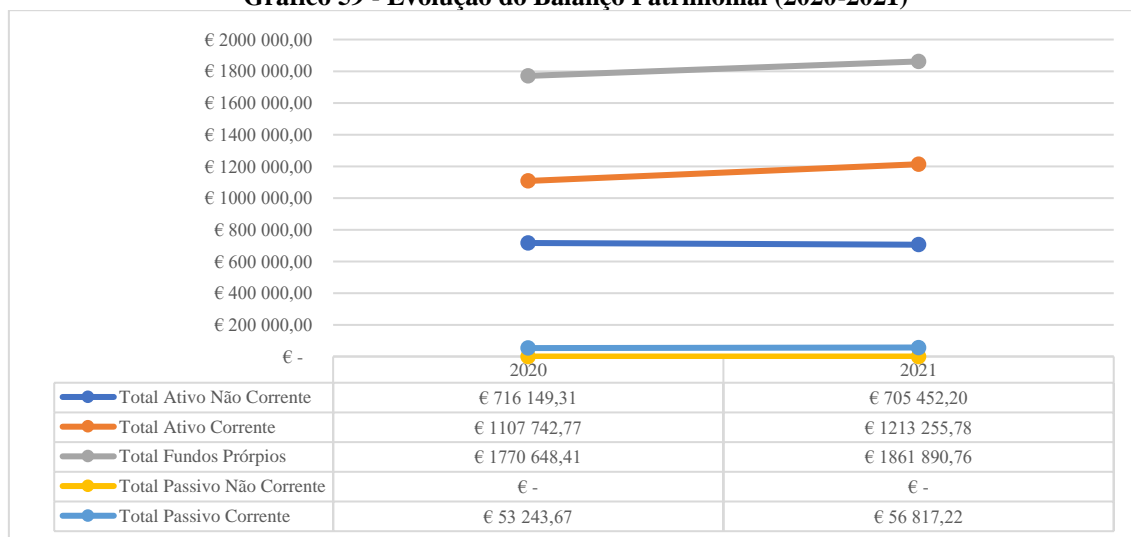
Mariana Alves é a presidente de direção do último mandato alvo de análise, durante a sua prestação como presidente do SNESup sindicalizou 115 membros, e saíram apenas 43, atingindo assim o valor de 5151 membros em 2020. A análise dos relatórios e contas demonstra que todos os eventos relevantes foram documentados de maneira precisa e completa. Analogamente aos acontecimentos que marcaram os dois mandatos (SNESup, 2020, 2021), destaca-se:

- Fruto da pandemia do vírus SARS-COVID-19, o sindicato procurou defender as condições necessárias para o funcionamento do Ensino Superior e Ciência. A 12 de outubro de 2020 o sindicato inicia uma greve que permite a recusa de trabalho em casos em que não existam condições sanitárias.

- Dadas as condições sanitárias, os serviços do sindicato são adaptados ao funcionamento em teletrabalho, durante os períodos estritamente necessários e de acordo com a legislação em vigor.
- Apesar da situação vivida, os pedidos de apoio jurídico desceram de 736 em 2019 para 615 pedidos online em 2020, e de 483 em 2019 para 451 consultas jurídicas presenciais em 2020.
- O ano de 2021, mantiveram-se as preocupações devido à crise pandémica, como a defesa de condições para o correto funcionamento do Ensino Superior e Ciência e dos seus profissionais.
- Continuaram-se a realizar adaptações aos serviços do SNESup no que diz respeito à vertente do teletrabalho devido à pandemia.
- Foram feitos contributos para o Orçamento de Estado de 2022, o qual não foi aprovado na generalidade, e levou na demissão do Governo, e na convocação de eleições para o início de 2022. Consequentemente foram interrompidas diversas negociações que se mantinham com o Governo.
- Os pedidos de apoio jurídico aumentaram, principalmente os online com 1007 respostas, por outro lado as consultas presenciais diminuíram para 435.

O **balanço patrimonial** é uma demonstração financeira obrigatória que todas as entidades precisam apresentar anualmente para cumprir com as exigências regulatórias.

Gráfico 59 - Evolução do Balanço Patrimonial (2020-2021)



Fonte: Adaptado de SNESup (2021-2022)

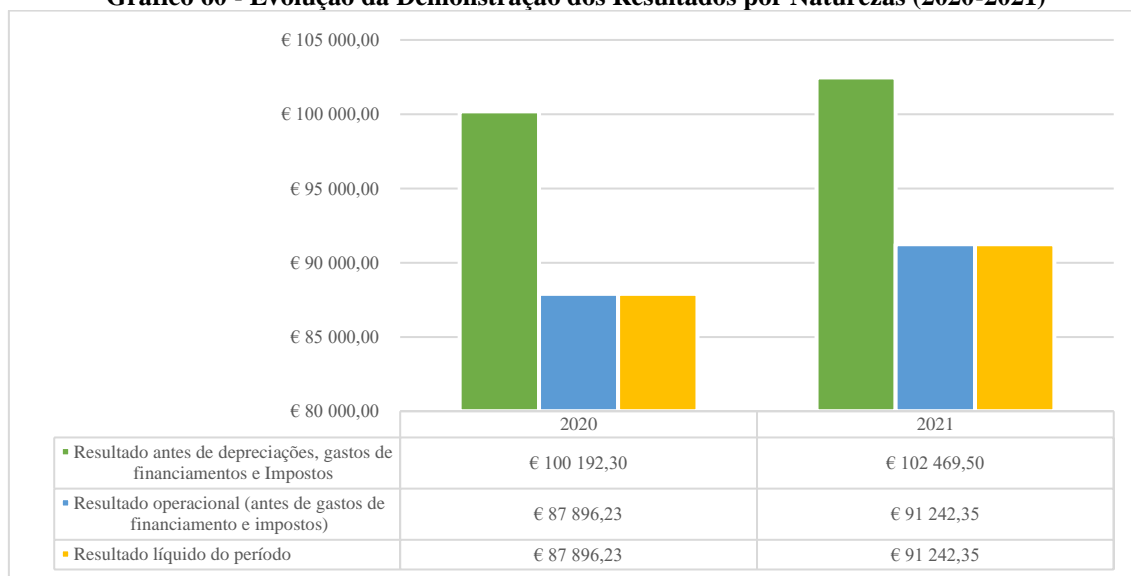
O **ativo não corrente** foi uma das massas patrimoniais que não cresceu, como ilustrado no Gráfico 59 - Evolução do Balanço Patrimonial (2020-2021), tendo de 2020 para 2021 apresentado uma tendência negativa de 1%, que corresponde a uma diminuição registada nos ativos fixos tangíveis de 2%. Por outro lado, o **ativo corrente** aumentou no período analisado, em 10% devido ao aumento de € 136.098,40 (13%) na rúbrica de caixa e depósitos bancários.

Em relação ao **Fundos patrimoniais**, este também cresce positivamente devido à tendência de constituição de reservas que tinha vindo a ser praticada noutras direções, assim contribuiu para o aumento as rúbricas de reservas (6%) e resultado líquido do período (4%), perfazendo assim um máximo nunca registado de € 1.918.707,98 no Fundos patrimoniais em 2021.

O **passivo não corrente** continua sem registos neste mandato. O **passivo corrente** revela um ligeiro aumento de 7% ao longo do mandato de Mariana Alves, tendo para isso contribuído a rúbrica de estado e outros entes públicos em € 2.592,26 ao seja 40%.

A **demonstração dos resultados por naturezas** é uma das principais ferramentas de análise financeira utilizadas pelas entidades para avaliar o seu desempenho ao longo do tempo. Esta demonstração apresenta informações importantes sobre a capacidade da empresa de gerar lucros a partir de suas atividades operacionais, bem como sobre os custos e despesas envolvidos na sua operação.

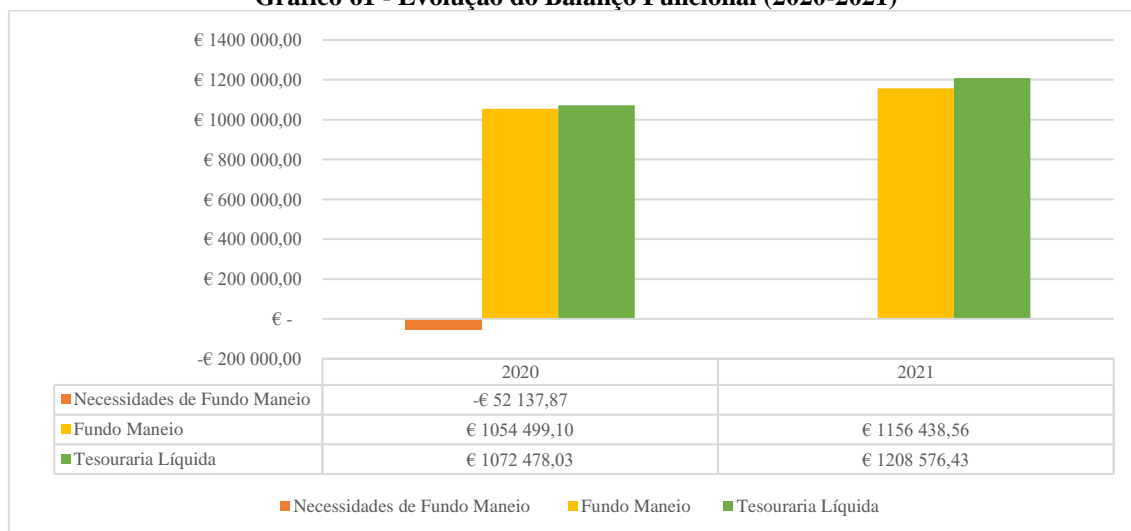
Gráfico 60 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2020-2021)



Fonte: Adaptado de SNESup (2021-2022)

Na **demonstração dos resultados por naturezas** é visível o aumento da atividade operacional com o crescimento das vendas e serviços prestados sob a redução dos fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, conforme o Gráfico 60 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (2020-2021), o que conduzem a um crescimento de 4% do resultado operacional, e por sua vez do resultado líquido do período, €87.896,23 (2020) e €91.242,35 (2021).

Gráfico 61 - Evolução do Balanço Funcional (2020-2021)

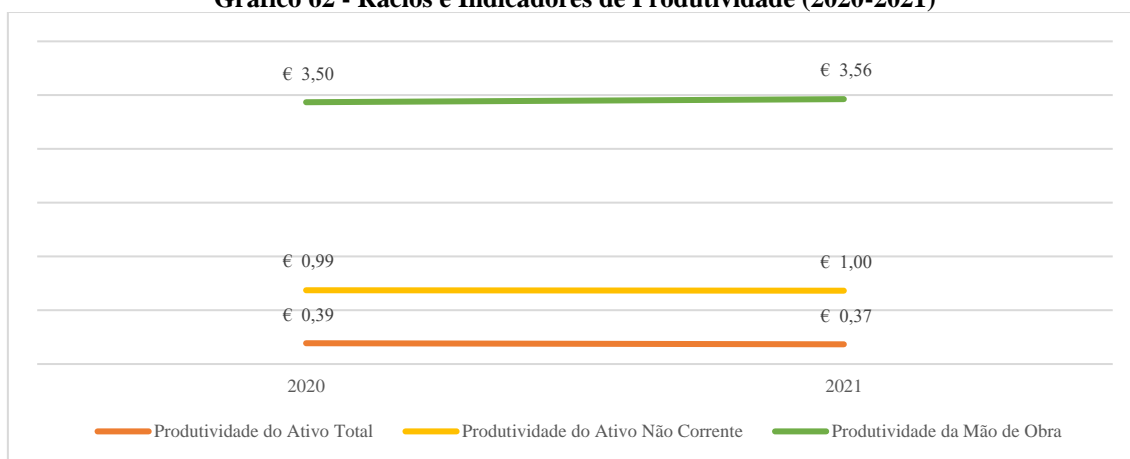


Fonte: Adaptado de SNESup (2021-2022)

Ao mencionar o balanço patrimonial, não se pode deixar de citar o **balanço funcional**, tem como objetivo determinar três principais equilíbrios financeiros: fundo maneiio a médio e longo prazo e tesouraria líquida a curto prazo. Ao analisar o balanço funcional no período 2020 a 2021, como indicado no Gráfico 61 - Evolução Balanço Funcional (2020-2021), percebe-se que o **fundo maneiio** positivo, e como tal é uma evidência de que a organização está numa posição financeira saudável e tem a capacidade de investir em si mesma para continuar a crescer. Quanto à **tesouraria líquida** é suficiente para fazer face aos compromissos de curto prazo, neste período aumentou o seu valor o que demonstra a eficiência dos processos internos da organização, e em 2021 atinge o seu valor máximo com € 1.208.576,43 após um aumento de 13% face a 2020.

A **análise de rácios e indicadores financeiros** ajudam a identificar oportunidades de melhoria e a desenvolver estratégias para melhorar o desempenho financeiro a longo prazo.

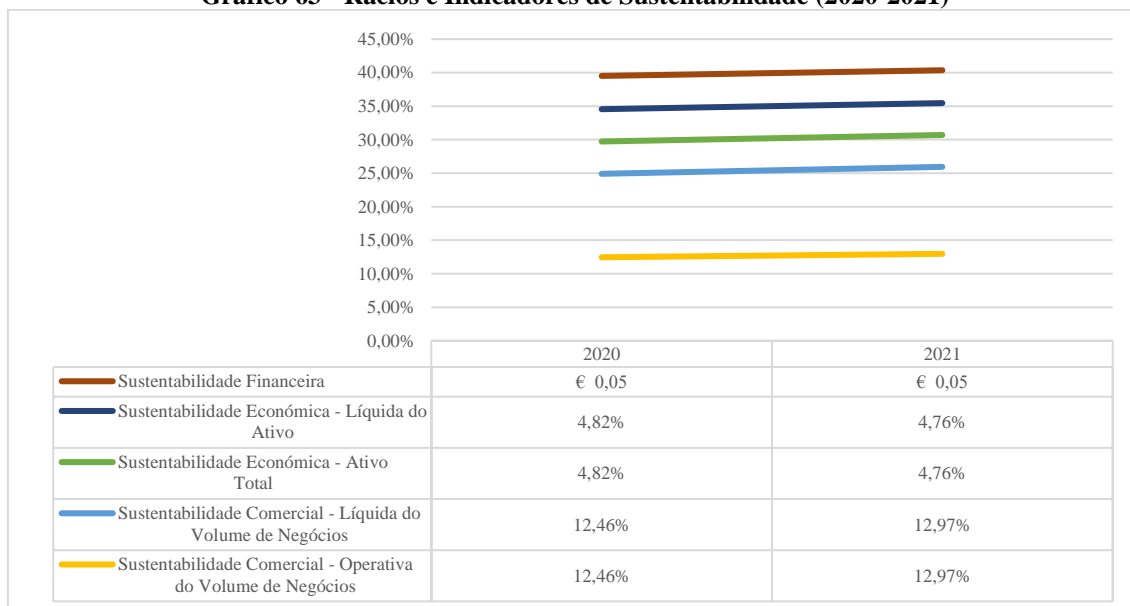
Gráfico 62 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2020-2021)



Fonte: Adaptado de SNESup (2021-2022)

Sendo este o último mandato da análise o SNESup muda novamente de direção igualmente direcionada e focada financeiramente e economicamente como se pode analisar pelo Gráfico 62 - Rácios e Indicadores de Produtividade (2020-2021) dos **rácios de produtividade**. O rácio de produtividade dos meios económicos do **ativo total** apresenta uma tendência (ainda que baixa) negativa, a diminuição do valor de retorno em 5% de 2020 para 2021, acabando por registar € 0,37 de valor recuperado pelas vendas e serviços prestados por cada euro investido em ativo. Na produtividade dos meios económicos no **ativo não corrente** aumenta 1% neste mandato de € 0,99 em 2020 para € 1,00 em 2021, assim é recuperado mais valor no fim deste período quando comparado com o fim do mandato anterior, pelas vendas e serviços prestados por cada euro investido em ativo não corrente. Já a produtividade dos fatores de produção da **mão de obra** aumenta ligeiramente de € 3,50 em 2020 para € 3,56 em 2021 devido à ligeira redução dos gastos com pessoal.

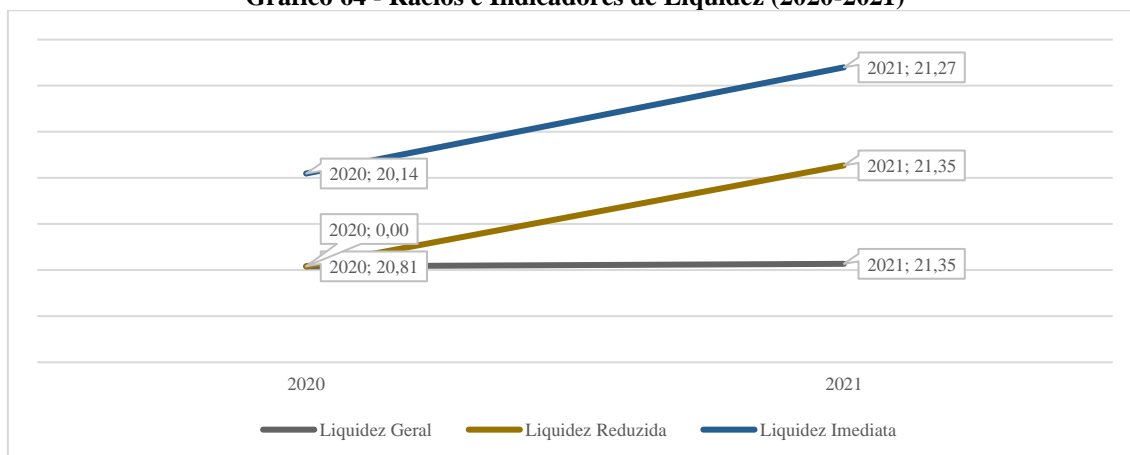
Gráfico 63 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2020-2021)



Fonte: Adaptado de SNESup (2021-2022)

Os **rácios de sustentabilidade** diminuem em 2020 face aos valores dos mandatos anteriores (2010-2019), como se pode observar no Gráfico 63 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (2020-2021), mas em 2020 e 2021 recuperam na ordem de 1%, estes rácios são dependentes do resultado operacional e resultado líquido. A **sustentabilidade comercial**, em particular a sustentabilidade comercial operativa do volume de negócios mantem-se nos 12% assim como a sustentabilidade comercial líquida do volume, pode-se dizer que o sindicado consegue gerar resultados a partir do volume de negócios pois a capacidade financeira da organização não está comprometida. A **sustentabilidade económica** que se refere a capacidade económica para gerar resultados dos investimentos realizados, neste período diminuiu de 2020 1% face a 2021. A **sustentabilidade financeira** mantém o seu valor de € 0,05 em 2020 e 2021, isto indica que a eficiência com que são empregues os capitais próprios se conservou.

Gráfico 64 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2020-2021)



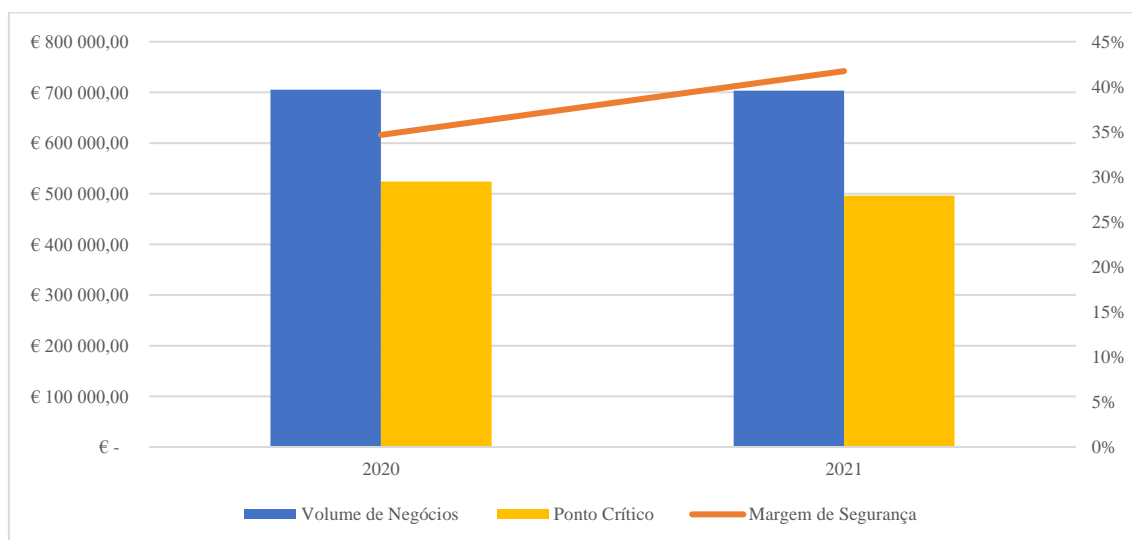
Fonte: Adaptado de SNESup (2021-2022)

Os **rácios de liquidez** demonstram a capacidade que uma qualquer organização tem para fazer face às suas obrigações de curto prazo, os indicadores encontram-se ainda acima dos parâmetros sugeridos pela literatura, de acordo com o Gráfico 64 - Rácios e Indicadores de Liquidez (2020-2021), o **rácio de liquidez geral** está em 21,35 em 2021 muito acima do valor recomendável, entre os 1,3 e 1,5. Na **liquidez reduzida** esta deveria estar entre os 0,9 e os 1,1, mas encontra-se em 21,35 em 2021 face ao valor 0 que ocupava em 2020. A **liquidez imediata** que é o valor prontamente disponível para fazer face às dívidas a terceiros, segue a propensão dos restantes rácios de liquidez de 20,14 em 2020 para 21,27 em 2021.

Nos rácios de **estrutura financeira** em concreto no rácio de **estrutura do fundo maneio** estão registados valores tendencialmente positivos, nomeadamente 149% para 164% nos anos 2020 e 2021 respetivamente. O decréscimo de 0,3% do volume de negócios é menor relativamente ao aumento do fundo maneio em 10% o que altera positivamente o equilíbrio financeiro a médio e longo prazo no período em análise. Os **indicadores de estrutura financeira** são inexistentes, o sindicato não distribui resultados.

Nos **rácios de financiamento** os **rácios de endividamento** mantêm-se como sugerido pela literatura abaixo de 35%. O **rácio de autonomia financeira** situa-se acima de 65% como é aconselhado pela literatura com valores sempre acima dos 95%. Os valores do rácio de endividamento e da autonomia financeira sugerem que os valores em gastos financeiros são inferiores e proporcionam uma melhor rentabilidade para a organização.

Gráfico 65 - Resumo da Situação Financeira (2020-2021)



Fonte: Adaptado de SNESup (2021-2022)

Resumindo a situação financeira do sindicato é saudável, já que satisfaz os seus compromissos com recurso ao autofinanciamento como se verifica pelo Gráfico 65 - Resumo da Situação Financeira (2020-2021). O **volume de negócios** apresenta uma tendência negativa já que diminui neste período, o **ponto crítico** diminui como seria de esperar pela análise da **margem de segurança**, que aumenta de 2020 para 2021 de 34% para 41%, isto significa que quanto maior é o ponto de equilíbrio das vendas e serviços prestados mais margem tem o sindicato de poder perder antes de começar a gerar prejuízo. Esta condição indica que o

sindicato dispõe de uma boa capacidade financeira para suportar eventuais perdas ou variações negativas nas suas receitas ou despesas. A situação económica volta a melhorar neste mandato e deverá pelo menos manter-se a gestão dos recursos como tem sido feito até à data.

4.3. Considerações Finais

A análise de desempenho é uma forma de estudo que é realizada por profissionais das áreas económicas, que permite avaliar a saúde financeira e operacional de uma determinada organização. Pública ou privada, com ou sem fins lucrativos. Este estudo, requer que se defina um período de análise, para que se possam analisar e retirar conclusão sobre a prestação de uma organização, num determinado período. As análises, são classificadas de curto prazo (de 3 a 5 anos), médio prazo (5 a 10 anos) ou longo prazo (maior que 10 anos).

No estudo de caso em específico, SNESup 1990-2021, foram utilizados diversos demonstrações, rácios e indicadores que permitiram analisar nove períodos distintos, consoante a direção em funções, de modo a se poder estabelecer um ponto de comparação, entre cada modelo de gestão utilizado a cada etapa política dentro do sindicato, tendo em consideração os acontecimentos mais relevantes que marcaram cada mandato e influenciaram de forma positiva e negativa a organização e os seus esforços ao longo do tempo.

Os primeiros anos da SNESup como Federação Nacional do Ensino Superior, a filiação sindical aumentou significativamente. Durante a gestão de Pedro Gonçalves, de 1990 a 1994, várias conquistas foram alcançadas e importantes iniciativas foram tomadas. A análise financeira indica uma condição estável e saudável, com crescimento de ativos, dotações e atividades operacionais.

O terceiro mandato do SNESup liderado por Jorge Pedreira, as rubricas do balanço aumentaram de uma forma geral, sobretudo o ativo não corrente. Ainda assim, os sindicatos passaram a recorrer ao crédito bancário para cumprir com suas obrigações, somando-se ao endividamento de médio e longo prazo.

O quarto mandato de Pedro Jorge Macedo de Abreu, o SNESup alcançou resultados positivos, crescimento patrimonial, estabilidade financeira e indicadores financeiros saudáveis.

Luís Silva dirigiu e iniciou o sexto mandato do SNESup, de 2003 a 2006. O sindicato enfrentou dificuldades financeiras, mas conseguiu cumprir seus compromissos por meio do autofinanciamento.

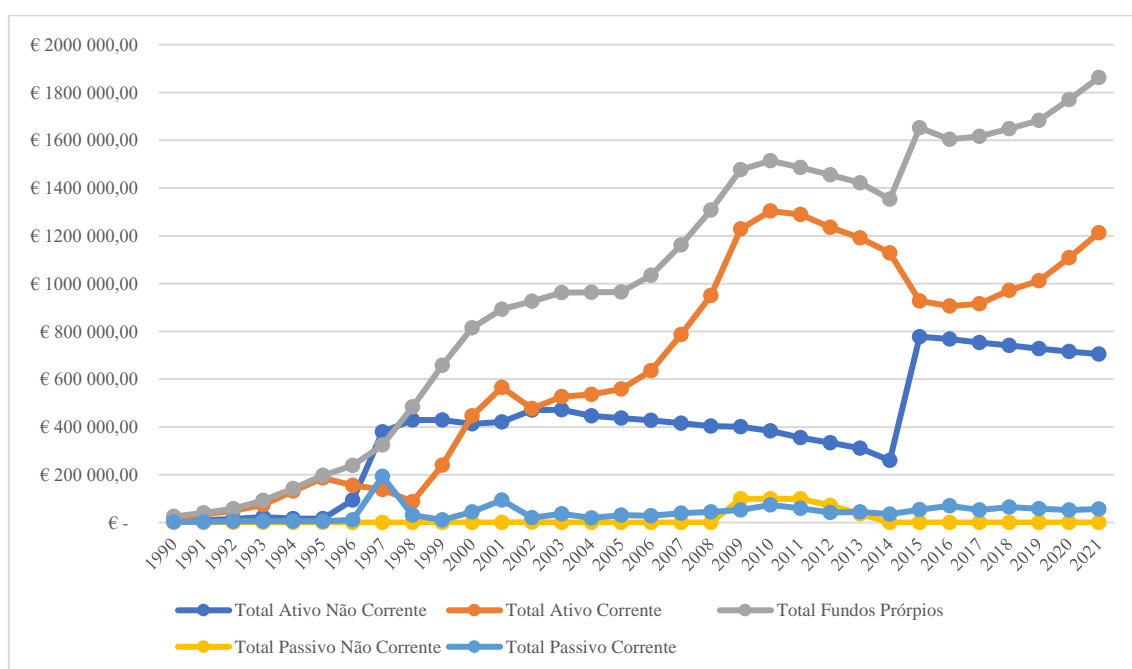
Diversas transições ocorreram na direção do SNESup durante os sétimos e oitavos mandatos. Paulo Peixoto, Nuno Gonçalves, Gonçalo Silva e António Vicente assumiram a liderança em diferentes momentos, com evoluções positivas em vários aspetos financeiros e operacionais.

António Manuel Neves Vicente foi o primeiro presidente de direção do SNESup a completar três mandatos seguidos, totalizando seis anos à frente da organização. Durante seu mandato, houve melhorias na transparência e no registo dos associados e membros do sindicato.

Gonçalo Velho viu um aumento no número de membros do SNESup e uma melhoria geral na situação económica do sindicato nos décimos segundos e terceiros mandatos.

Mariana Alves, como presidente de direção, conseguiu aumentar o número de membros sindicalizados durante o seu mandato e melhorar a situação financeira do SNESup, mantendo um bom caminho em termos de gestão de recursos e capacidade financeira.

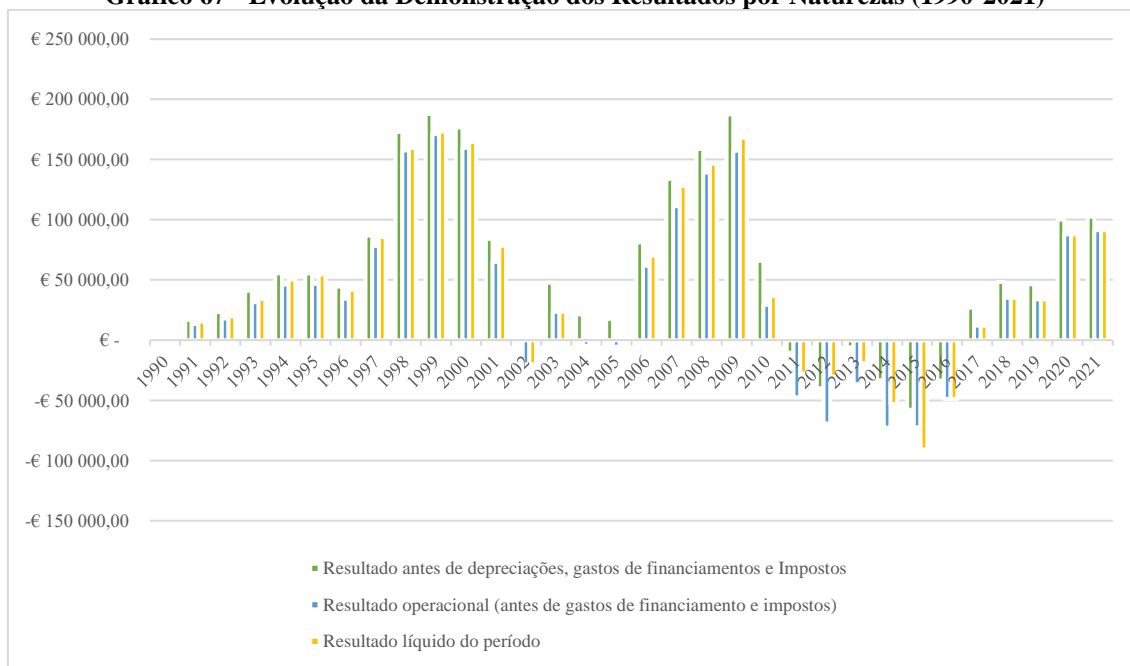
Gráfico 66 - Evolução do Balanço Patrimonial (1990-2021)



Fonte: Adaptado de SNESup (1992-2022)

Desde 1990, que as várias direções do SNESup têm tido uma preocupação não só com a defesa dos interesses dos membros do sindicato, mas como no crescimento da organização que representam e gerem. Prova de tal, é o balanço patrimonial, que apresenta uma evolução aos longos dos anos em análise notável, como se pode comprovar pelo Gráfico 66 - Evolução do Balanço Patrimonial (1990-2021).

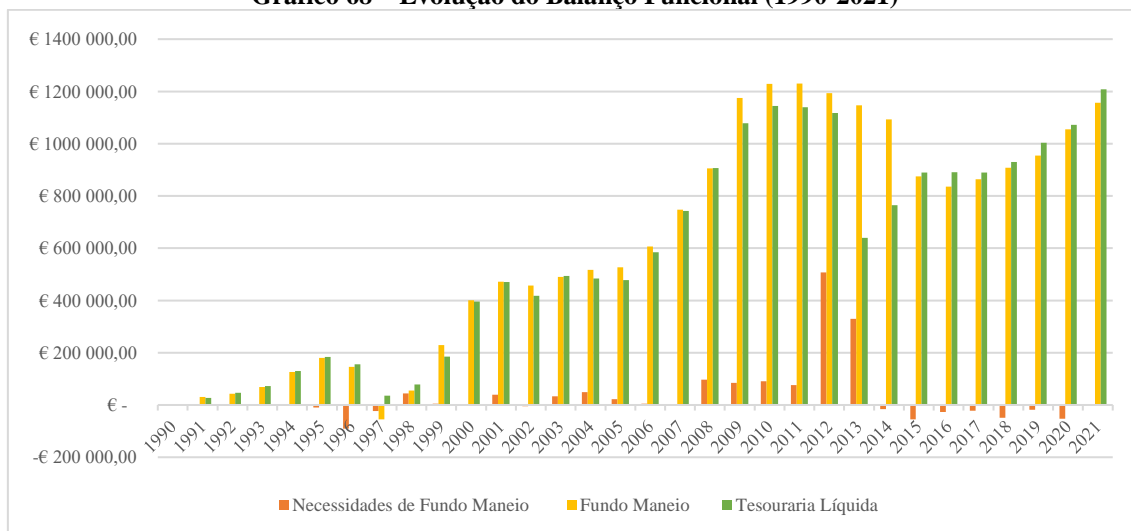
Gráfico 67 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (1990-2021)



Fonte: Adaptado de SNESup (1992-2022)

Ao longo da história do SNESUP têm existido vários acontecimentos que afetam o desempenho financeiro desta entidade sem fins lucrativos. Ainda que não tenha propósitos lucrativos, é importante que opere numa perspetiva de ver aumentar e crescer não só o património, mas como os recursos financeiros disponíveis, de forma que execute cada vez melhor as suas funções sociais, nomeadamente através do apoio monetário aos seus membros em situações que mereçam especial atenção. Apesar de todos os altos e baixos, pode-se constatar que sempre existiu uma vontade para que os resultados financeiros e operacionais fossem positivos, como se verifica no Gráfico 67 - Evolução da Demonstração dos Resultados por Naturezas (1990-2021). Ao longo de um período de 31 anos, os resultados financeiros do sindicato apresentaram um crescimento constante, expresso pelas rúbricas de resultados antes de depreciações, resultado operacional e resultado líquido do período. No entanto, houve alguns períodos em que ocorreram eventos que levaram o sindicato a registar resultados negativos, interrompendo a tendência ascendente.

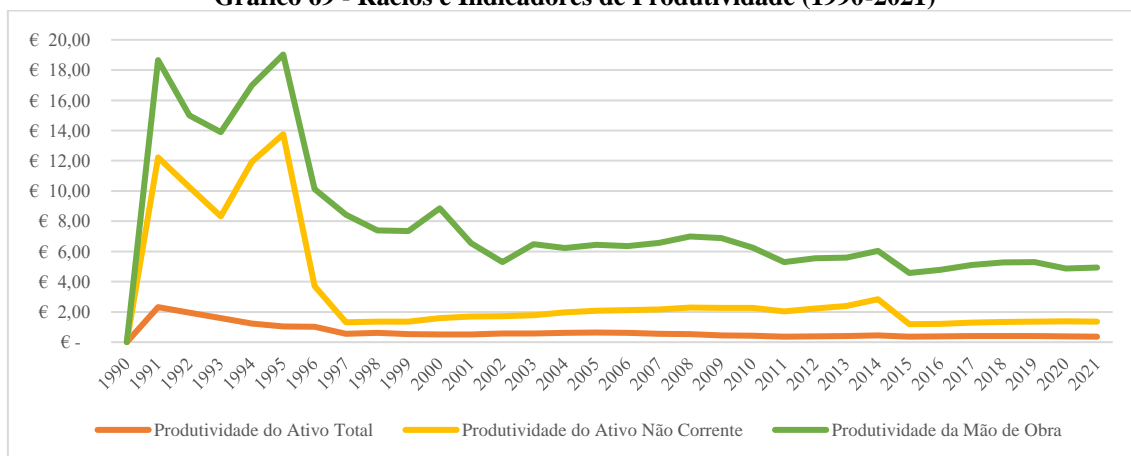
Gráfico 68 – Evolução do Balanço Funcional (1990-2021)



Fonte: Adaptado de SNESup (1992-2022)

Durante toda a existência do sindicato, o fundo de manuseio e a tesouraria líquida apresentaram uma tendência positiva e em constante crescimento, como se pode observar no Gráfico 68 – Evolução do Balanço Funcional (1990-2021). Isso significa que o sindicato foi capaz de manter uma reserva financeira adequada e aumentar seus recursos disponíveis ao longo do tempo. Essa evolução positiva é um indicativo de uma gestão financeira eficiente e saudável por parte do sindicato.

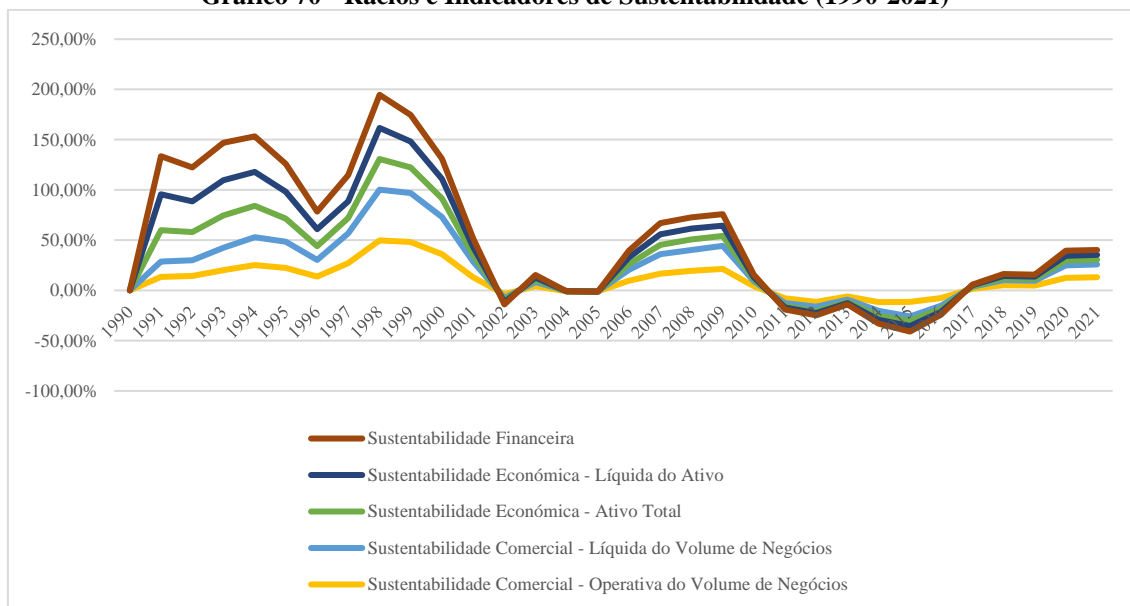
Gráfico 69 - Rácios e Indicadores de Produtividade (1990-2021)



Fonte: Adaptado de SNESup (1992-2022)

Os rácios de produtividade, conforme exposto no Gráfico 69 - Rácios e Indicadores de Produtividade (1990-2021), atingiram seus melhores valores nos primeiros dez anos de prestação de contas. No entanto, ao longo do tempo, esses rácios se mantiveram estáveis, apesar das flutuações contabilísticas observadas no balanço patrimonial e na demonstração dos resultados por naturezas. Isto indica que, embora tenha havido variações nas demonstrações financeiras, a eficiência e a produtividade do sindicato foram preservadas, resultando em um desempenho consistente ao longo do tempo.

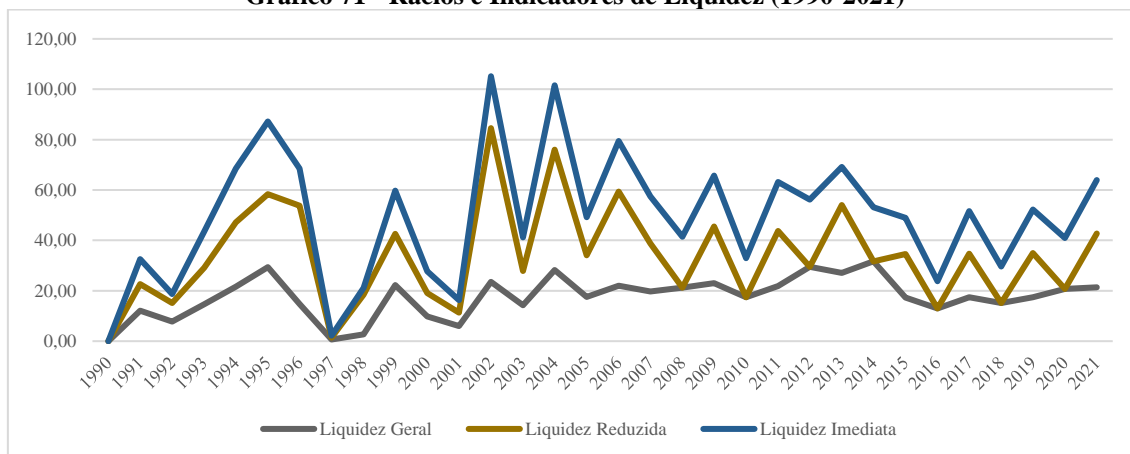
Gráfico 70 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (1990-2021)



Fonte: Adaptado de SNESup (1992-2022)

Os rácios e indicadores de Sustentabilidade atingiram seu ponto mais alto em 1998, representando um desempenho financeiro excepcional nesse período, como se verifica através do Gráfico 70 - Rácios e Indicadores de Sustentabilidade (1990-2021). No entanto, houve momentos de baixa sustentabilidade, como no período de 2011 a 2016, devido aos resultados negativos registados em vários anos consecutivos. Essa tendência de baixa sustentabilidade reflete os desafios económicos enfrentados pelo sindicato durante esse período, resultando em um impacto negativo em seus indicadores financeiros.

Gráfico 71 - Rácios e Indicadores de Liquidez (1990-2021)

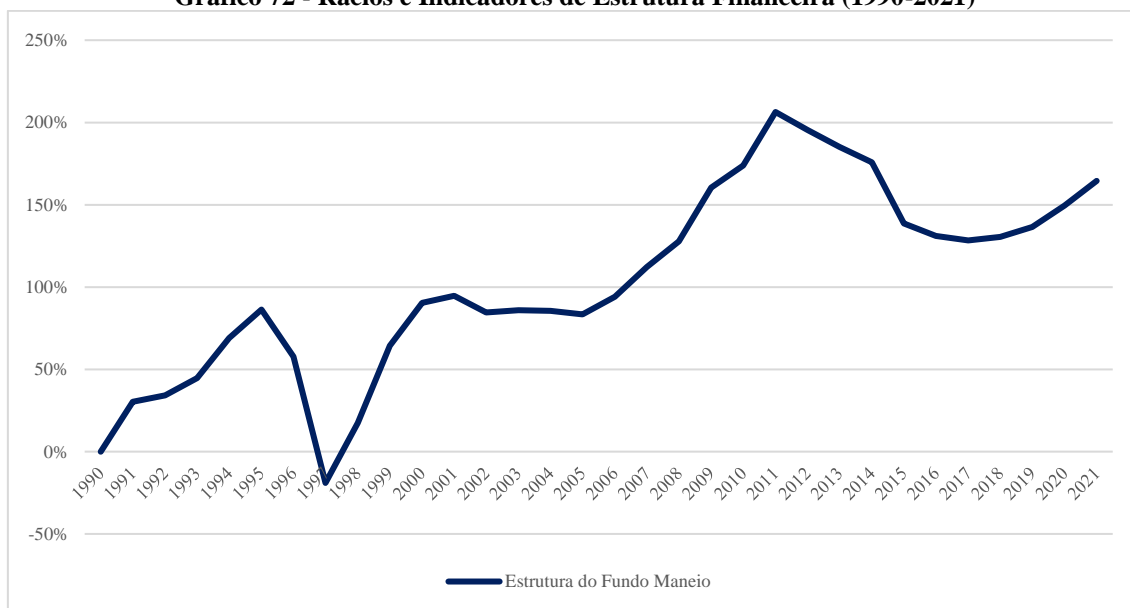


Fonte: Adaptado de SNESup (1992-2022)

Os rácios de Liquidez demonstraram uma notável volatilidade ao longo do período em análise, que se verifica no Gráfico 71 - Rácios e Indicadores de Liquidez (1990-2021). Estes indicadores financeiros, que medem a capacidade da organização de cumprir suas obrigações de curto prazo, mostraram flutuações significativas ao longo do tempo. As variações nos rácios de liquidez podem ser atribuídas a mudanças nas disponibilidades de caixa, nas contas a receber e nas obrigações de curto prazo. Esta instabilidade nos rácios

de liquidez reflete a dinâmica financeira do sindicato e destaca a importância de uma gestão eficiente do capital circulante.

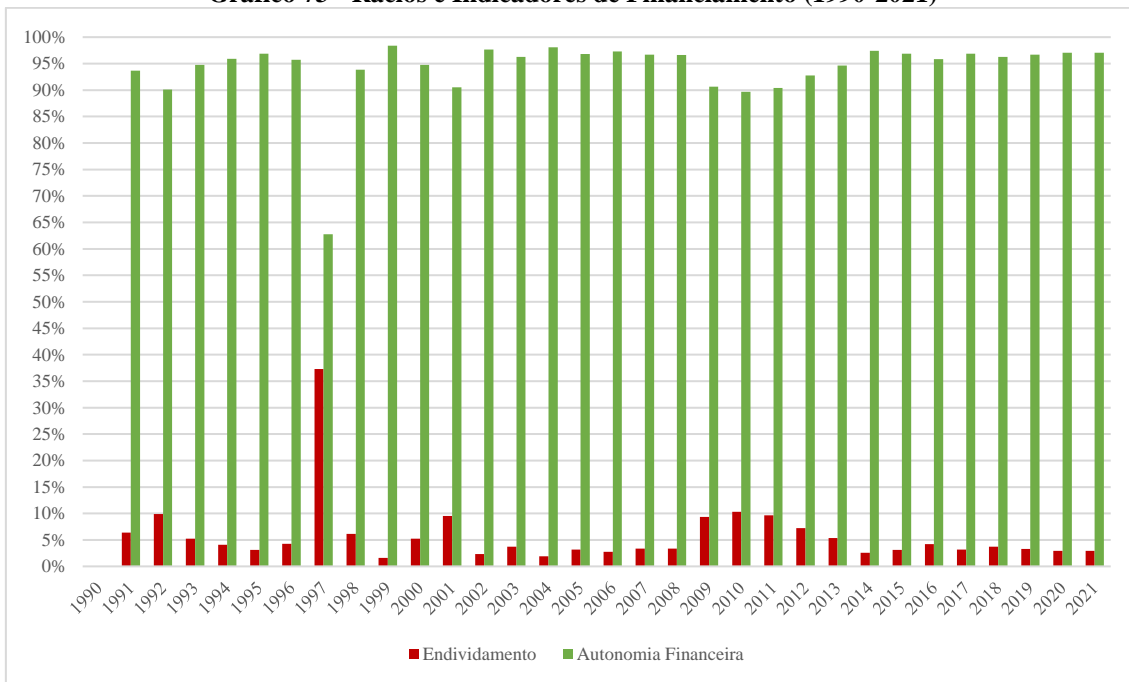
Gráfico 72 - Rácios e Indicadores de Estrutura Financeira (1990-2021)



Fonte: Adaptado de SNESup (1992-2022)

O rácio de Estrutura Financeira apresentou um valor negativo em 1997, o que indica que o sindicato tinha mais passivos do que ativos naquele período. No entanto, ao longo dos anos, como é possível observar no Gráfico 72 - Rácios e Indicadores de Estrutura Financeira (1990-2021), este rácio recuperou a evolução positiva e atingiu seu ponto máximo em 2011. O que significa que, nesse ano, o sindicato tinha uma estrutura financeira sólida, com uma proporção favorável entre os seus ativos e passivos. A melhoria do rácio de Estrutura Financeira ao longo do tempo indica uma gestão eficaz dos recursos e uma capacidade crescente de financiar as atividades do sindicato.

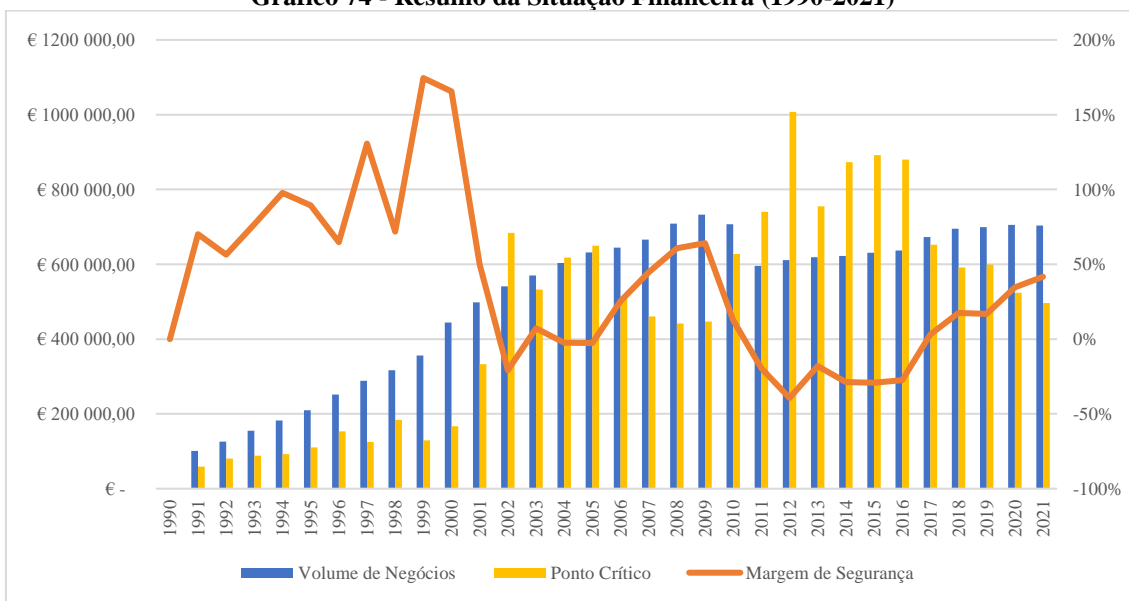
Gráfico 73 - Rácios e Indicadores de Financiamento (1990-2021)



Fonte: Adaptado de SNESup (1992-2022)

O rácio de Autonomia Financeira, ao longo do período em análise, manteve-se consistentemente acima dos 90%, com exceção do ano de 1997, como ilustrado no Gráfico 73 - Rácios e Indicadores de Financiamento (1990-2021). Isso indica que o sindicato tinha uma capacidade elevada de financiar as suas atividades com recursos próprios, sem depender significativamente de fontes externas de financiamento. Além disso, o rácio de Endividamento permaneceu abaixo dos 10%, com exceção do ano de 1997 também. O que significa que o sindicato tinha uma baixa dependência de financiamento através de empréstimos ou endividamento, o que contribuiu para uma posição financeira mais sólida e uma menor exposição a riscos financeiros.

Gráfico 74 - Resumo da Situação Financeira (1990-2021)



Fonte: Adaptado de SNESup (1992-2022)

O Volume de Negócios do sindicato apresentou uma tendência positiva e crescente ao longo do tempo, como se verifica no Gráfico 74 - Resumo da Situação Financeira (1990-2021), com exceção de uma diminuição em 2010. No entanto, o sindicato conseguiu recuperar e alcançar valores próximos aos anteriores em 2020 e 2021. Por outro lado, o Ponto Crítico, que representa o nível mínimo de atividade necessária para cobrir os custos fixos, foi superior ao Volume de Negócios em 2002 e no período de 2011 a 2016. Isto indica que, durante estes anos, o sindicato enfrentou desafios para alcançar um volume de atividade suficiente para cobrir os seus custos fixos. Em relação à Margem de Segurança, que indica a diferença entre o Ponto Crítico e o Volume de Negócios, teve seu pico mais alto em 1999 e diminuiu no mesmo período em que o Volume de Negócios diminuiu, ou seja, de 2010 a 2016. O qual significa que a margem de segurança foi reduzida, e por sua vez, aumentou a exposição a riscos financeiros durante estes anos.

Em suma, ao analisar o desempenho financeiro do SNESup ao longo dos últimos 31 anos, observa-se um crescimento consistente e positivo nos resultados financeiros, que indica uma gestão financeira eficiente e saudável. O sindicato apresentou uma evolução notável no seu balanço patrimonial e uma tendência positiva em vários indicadores, como fundo de maneiio, tesouraria líquida, produtividade, sustentabilidade, autonomia financeira e endividamento.

No entanto, existiram períodos desafiadores com baixa sustentabilidade, refletindo os desafios económicos enfrentados pelo sindicato. Os rácios de liquidez demonstraram volatilidade devido a mudanças nas disponibilidades de caixa e nas obrigações de curto prazo. No entanto, o sindicato conseguiu melhorar sua estrutura financeira ao longo do tempo, atingindo uma proporção favorável entre ativos e passivos.

O volume de negócios apresentou uma tendência geral de crescimento, embora tenha ocorrido um período em que não só diminuíram como registaram valores negativos. O sindicato enfrentou desafios para cobrir os seus custos fixos durante certos períodos, resultando numa redução da margem de segurança.

No geral, o SNESup demonstrou uma preocupação constante com a defesa dos interesses dos seus membros e obteve resultados financeiros e operacionais positivos, embora tenha enfrentado desafios ao longo do tempo. A organização continua empenhada em cumprir suas funções sociais e apoiar seus membros em situações especiais.

Conclusões

Conclusões do Capítulo 1

O panorama nacional e internacional na área sindical foi marcado por acontecimentos ao longo da história, que tornaram possível moldar os sindicatos e o sindicalismo como hoje o conhecemos. A força do sindicalismo varia em diferentes partes do mundo e ao longo do tempo. Em Portugal, o sindicalismo tem uma longa história e é uma força importante na luta pelos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

O sindicalismo é muito mais que uma associação, na verdade, é uma força apolítica que se move pela defesa dos direitos dos seus associados e da classe laboral que representa, de forma a conduzir uma melhoria do bem-estar profissional e das condições de trabalho. Contudo, é relevante entender, que nos países em desenvolvimento, a força do sindicalismo pode ser limitada por barreiras políticas, económicas e sociais.

O sindicalismo nasce da necessidade de melhorar as condições laborais, mas nem sempre foi conhecido por esta denominação. Este movimento foi acompanhando os ritmos de evolução do mundo do trabalho a par e passo, desde a escravidão remota a 3500 a.C., à Grécia Antiga, passando por várias mudanças sociais de cada sociedade, até chegar à história moderna, onde se reconhece o nascimento propriamente dito do sindicalismo a 1871, até ao presente. Na sua história mais recente, o sindicalismo ficou marcado no último século por diversos marcos históricos, nomeadamente a Fome Russa de 1921, o período fascista em Itália entre 1922 e 1943, e a Segunda Guerra Mundial até 1945 e, ainda, as primeiras convenções de trabalho em França.

Em Portugal as primeiras evidências do sindicalismo ficaram marcadas com o Centro Promotor dos Melhoramentos Laborais, em 1853, constituída após a revolução liberal. Este centro foi responsável por estabelecer o primeiro pilar de movimento operário em Portugal. Deste ponto inicial, começam aos poucos a nascer e a crescer outras associações de natureza sindical, nomeadamente na década de 1870, como é o caso da Associação dos Tipógrafos Lisbonenses.

O crescimento sindical em Portugal, sofre um travão, com o regime fascista que se instala no poder, e com este dá-se o término das associações de natureza sindical e todos os movimentos erguidos até então. Só no aproximar do fim do regime fascista vivido à altura e com o fim da Guerra Colonial Portuguesa, de 1961 a 1974, ocorre uma mudança no paradigma laboral, com a mobilização de inúmeros jovens para comporem o exército, o que conduz necessariamente à entrada em massa das mulheres para o mercado de trabalho. Assim o 25 de abril de 1974 permitiu uma nova vida para o sindicalismo em Portugal. O SNESup, foi constituído em 1989 e opera até aos dias de hoje na representação e defesa de trabalhadores com funções no ensino superior.

O sindicalismo que surge no fim do século XIX, pretendia através de negociações coletivas com os empregadores e lutas por direitos, responder às más condições de trabalho à exploração dos trabalhadores industriais. Atualmente, em muitos países, o sindicalismo já não tem a influência do passado, muito devido à globalização e mudanças nas leis do trabalho.

Conclusões do Capítulo 2

As ESNL, também conhecidas como organizações sem fins lucrativos, são organizações que não têm como objetivo principal o lucro. Estas são geralmente dedicadas a causas sociais, culturais, educacionais e ambientais, entre outras, e operam em diferentes áreas, tais como assistência social, meio ambiente, direitos humanos, cultura, desporto, entre outras.

Estas entidades são financiadas por doações, subsídios, contribuições de membros e outras fontes de financiamento, e geralmente utilizam os seus recursos para desenvolver atividades que promovam o bem-estar social ou a realização dos seus objetivos institucionais. Estas organizações sem fins lucrativos são geridas por órgãos de governança, tais como conselhos ou direções, que são eleitos pelos associados, de acordo com as normas estabelecidas nos seus estatutos.

Em Portugal, a atribuição do estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública é feita através de um processo administrativo conduzido pelo Governo, que avalia se os requisitos são cumpridos. O estatuto pode ser atribuído a entidades de diferentes áreas, como ação social, cultura, desporto, ambiente, entre outras.

O sistema contabilístico das entidades sem fins lucrativos em Portugal é regulado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março. Este diploma estabelece as regras para a contabilidade e prestação de contas das entidades sem fins lucrativos, incluindo as associações, fundações, cooperativas e outras entidades com objetivos sociais. De acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, as ESNL devem adotar um sistema de contabilidade organizada e manter registos contabilísticos adequados à sua natureza e dimensão. As entidades devem também elaborar e submeter anualmente um conjunto de documentos de prestação de contas, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o anexo.

O sistema contabilístico das entidades sem fins lucrativos tem algumas particularidades em relação aos restantes sistemas contabilísticos. Por exemplo, as ESNL estão isentas de obrigações fiscais, como a entrega do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), desde que sejam cumpridos previamente determinados requisitos. Além disso, o sistema contabilístico das entidades sem fins lucrativos deve refletir a sua natureza e objetivos sociais, de forma a permitir a avaliação da sua atividade e dos resultados alcançados.

Este sistema deve ser transparente e permitir a prestação de contas aos associados, membros e outras partes interessadas na atividade da entidade. O SNC-ESNL (Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo) e o POC-IPSS (Plano Oficial de Contabilidade para as Instituições Particulares de Solidariedade Social) são dois sistemas contabilísticos aplicáveis, à data no caso do SNC-ESNL que substituiu o POS-IPSS, a entidades sem fins lucrativos em Portugal.

Conclusões do Capítulo 3

A análise económico-financeira e a prestação de contas são elementos essenciais para o bom funcionamento dos sindicatos, permitindo uma gestão informada e justificada em evidências. Esta abordagem contribui para o fortalecimento dos sindicatos e para o cumprimento de suas responsabilidades sociais, promovendo melhores condições de trabalho e a representação dos interesses dos trabalhadores. Um sindicato forte económica e financeiramente é um sindicato com mais robustez e capacidade para defender os seus associados.

No contexto dos sindicatos, é importante considerar o seu papel como forças de mudança na sociedade que em certa forma representam e defendem. A sua vertente pública envolve negociações coletivas com empregadores e governos para garantir melhores condições de trabalho. Além disso, os sindicatos têm um carácter social e coletivo, atuando em nome dos interesses dos seus membros numa vasta amplitude de questões. As políticas e objetivos de cada sindicato devem influenciar as políticas dos países, independentemente do governo em exercício, embora os sindicatos possam ter diferentes orientações políticas e ideológicas que por sua vez também irão influenciar a forma como desempenham o seu papel.

Ainda assim, é fundamental reconhecer a responsabilidade social, como uma boa prática, que vai para além da maximização dos lucros, uma vez que incorpora preocupações como: meio ambiente e governo corporativo. Esta abordagem tem-se tornado cada vez mais relevante para os sindicatos, que valorizam as práticas éticas e sustentáveis. No entanto, a responsabilidade social deve estar alinhada com critérios de eficiência, eficácia, economia e qualidade para que os sindicatos sejam viáveis no longo prazo.

No caso dos sindicatos, ou de uma qualquer organização devem ser seguidos os mesmos princípios que se aplicam segundo a legislação em vigor, pois é importante que prestem contas claras e objetivas. Assim a análise económico-financeira, por meio de demonstrações, rácios e indicadores, auxilia a gestão na tomada de decisões, avaliação que pode ser utilizada em qualquer tipo de organização independentemente da sua área de atuação, levando em consideração a eficiência, eficácia, economia e qualidade da organização em relação aos seus objetivos internos, projeção no serviço público e impactos sociais, políticos e institucionais.

As decisões políticas podem afetar positivamente ou negativamente as forças de trabalho, aumentando ou diminuindo os esforços dos sindicatos por melhores condições. Além disso, incidentes como mudanças económicas, políticas de emprego e crises financeiras globais têm impactos significativos nas relações de trabalho e nas diferentes classes de trabalho. Na tomada de decisões políticas, é crucial realizar estudos prévios dos efeitos das medidas propostas e recolher informações relevantes de forma que qualquer decisão que seja tomada, seja feita de forma responsável. Estas decisões têm implicações diretas nas entidades, empresas, organizações e comunidades.

Conclusões do Capítulo 4

A análise de desempenho permite aos utilizadores da informação financeira, saber mais sobre a situação económica e financeira de um sindicato. Este tipo de análise foca-se em duas demonstrações, o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas, sendo que através destes que os profissionais de análise financeira elaboram outras demonstrações e determinam rácios e indicadores, de forma a fornecer a todos os utilizadores da informação financeira uma visão mais ajustada da realidade. O sindicalismo é uma força importante na política, no trabalho e na vida social de muitas comunidades e países em todo o mundo e por isso exige meios financeiros para a sua defesa. Embora, tenha enfrentado desafios ao longo dos anos, os sindicatos continuam a ser uma voz significativa para os trabalhadores e defensores da justiça social.

Com o objetivo de analisar o desempenho do Sindicato Nacional do Ensino Superior, de 1991 a 2021, a análise da evolução das demonstrações financeiras e a construção de outras demonstrações (Balanço Funcional e Demonstração pela Teoria do Gasto-Volume-Resultado) e, ainda, a bateria de rácios e de indicadores são cruciais.

Desta forma, através da análise da informação financeira publicada pelo SNESup, foi possível, avaliar financeiramente e operacionalmente ao longo de nove períodos distintos a capacidade de gestão que cada direção deteve em funções, de acordo com o panorama nacional e internacional existente. A análise foi separada por cada um dos treze mandatos e, posteriormente, foi sistematizada numa análise generalizada de toda a evolução do sindicato.

Assim, desde 1990, o Sindicato Nacional do Ensino Superior, como organização sem fins lucrativos, tem defendido professores em todo o país e internacionalmente. Ainda assim, a análise foi feita de acordo com cada direção e a capacidade de desempenhar as suas funções de maneira mais eficaz em cada mandato, mas manteve a tendência que não visava os lucros. Além disso, foi importante perceber a política financeira e económica da organização que refletiu na forma positiva das atividades operacionais do sindicato.

Sucintamente, embora tenha enfrentado desafios ao longo do tempo, o SNESup sempre se preocupou com os interesses dos seus associados e apresentou sustentabilidade financeira e operacional. O SNESup está comprometido com os seus deveres sociais, pelo que presta assistência aos seus associados em situações difíceis. Ainda assim, nos momentos difíceis apresentou uma reduzida sustentabilidade o que refletiu problemas financeiros, principalmente, devido à alteração da política das disponibilidades (caixa e obrigações de curto prazo), e os rácios de liquidez foram instáveis. Mas ao longo do tempo, o sindicato conseguiu melhorar sua produtividade, atingindo uma proporção favorável entre ativos e passivos.

A tendência, no médio e no longo prazo, é para uma relativa estabilidade financeira, continuando a crescer e a defender seus princípios e missões para com os demais associados.

Conclusões

As associações de natureza sindical representam os interesses coletivos dos trabalhadores e desempenham um papel fundamental nas negociações com os empregadores e na defesa dos seus direitos dos trabalhadores. Estas associações influenciam as leis do trabalho e participam nas conversações com o governo para garantir melhores condições de trabalho e outros benefícios para os trabalhadores.

Assim, há uma inter-relação entre governo, leis do trabalho, conversações e sindicatos. O governo estabelece as leis do trabalho, que são a base para as conversações e negociações entre os sindicatos e os empregadores. As conversações são um canal de diálogo e negociação entre os sindicatos e o governo/empregadores, e os sindicatos representam os trabalhadores nestas negociações, procurando garantir os seus direitos e melhorar as suas condições de trabalho. Esta é uma interação complexa em que cada um desses elementos influencia e é influenciado pelos demais.

As associações de natureza sindical são classificadas como entidades sem fins lucrativos e desempenham um papel crucial na sociedade, dedicando-se a causas sociais, culturais, educacionais, ambientais, de saúde, entre outras. Mas estas associações são financiadas através de doações, subsídios, contribuições de membros e outras fontes. E estas organizações operam em parceria com o setor público e privado e promovem o bem-estar social. O panorama sindical envolve uma série de elementos inter-relacionados que abrangem o aparecimento histórico do sindicalismo até a influência da globalização, as leis do trabalho, a gestão financeira das entidades sem fins lucrativos e a importância da análise económico-financeira e prestação de contas. Assim, compreender essas inter-relações é fundamental para promover a defesa dos direitos dos trabalhadores e o fortalecimento dos sindicatos.

Para resumir, a análise dos resultados financeiros do SNESup durante os últimos trinta e um anos mostram um crescimento consistente e positivo, indicando uma gestão financeira eficaz e saudável. O balanço funcional do sindicato melhorou significativamente, os principais equilíbrios financeiros, com destaque para a tesouraria líquida e o fundo de maneiio. Além disso, a inclusão de indicadores de desempenho específicos, como a produtividade, a sustentabilidade, a independência financeira e o endividamento também registaram uma tendência adequada à estratégia do sindicato. Os indicadores que poderiam medir aspetos como a eficiência na utilização dos recursos, o impacto das atividades desenvolvidas e a qualidade dos serviços prestados. Esta abordagem forneceria uma visão mais precisa sobre a eficácia das ações realizadas pelo SNESup.

Uma maior transparência e disponibilidade de informações detalhadas nos relatórios e contas ajuda também a fortalecer a confiança dos membros e do público em relação ao sindicato. Não obstante, permitiria igualmente uma melhor avaliação do desempenho, identificação de áreas de melhoria e tomada de decisões mais informadas. Portanto, é fundamental que as associações de natureza sindical devam aperfeiçoar a qualidade e a quantidade de informações financeiras apresentadas nos seus relatórios e contas, garantindo assim uma visão mais completa e esclarecedora da sua situação real.

Limitações da investigação

Entre as limitações da investigação, cabe destacar que o acesso à informação, uma vez que existiu uma escassez significativa de fontes de informação e literatura disponíveis sobre o sindicalismo, em geral, e sobre as associações de natureza sindical, em particular, apesar de apresentar uma forte dinâmica, há aspetos controversos e outros pouco explorados na literatura. Esta falta de informação e literatura também afeta a disseminação do conhecimento.

Outra limitação decorre da opção pela metodologia de caso de estudo. Contudo, esta metodologia não é generalizável o que pode levantar problemas de comparabilidade entre as associações de natureza sindical. Apesar dos relatórios e contas publicados pelo SNESup e, inclusive, a própria revista do SNESup, é importante reconhecer que, muitas vezes, estes são generalistas e não fornecem informações financeiras e operacionais detalhadas sobre si e sobre o sector.

Conhecimentos e Competências Adquiridas

Os conhecimentos e competências adquiridas ao longo da investigação permitiram aprofundar a área científica do sindicalismo e a sua história, mas também compreender a sua abrangência e os desafios enfrentados. A consciencialização sobre os desafios organizacionais, a gestão de recursos humanos e, ainda, a importância das partes interessadas em contexto sindical complementam o conjunto de conhecimentos e competências que no projeto aplicado foram aprendidas na área da administração pública.

Sem dúvida, que sendo o mestrando de Gestão, com especialidade de Administração Pública, este projeto aplicado na área do sindicalismo desenvolveu a multidisciplinaridade entre as Unidades Curriculares do mestrado e, ainda, agregou todo o conhecimento e a experiência da área da contabilidade. Entre as atividades mais árduas, cabe sobressair que a recolha e a análise de informação, bem como a capacidade de síntese e a forte necessidade de comunicar de modo claro e eficaz os resultados, traduzindo apenas os conhecimentos mais relevantes nos quais a persistência e a determinação foram essenciais. A gestão do tempo durante esta investigação foi um grande desafio, porque a escassez de fontes e dados relevantes, dificultou o desenvolvimento de investigações, bem como a obtenção de informações abrangentes sobre diferentes temáticas relacionadas ao setor dos sindicatos.

Linhas de Investigação Futura

Como linha de investigação futura pretende-se com este projeto aplicado comparar com outros casos de estudo, com foco mais alargado, quer em relação à sustentabilidade financeira das entidades sem fins lucrativos, mesmo nas próprias relações de trabalho no sector da educação do ensino superior. Esta investigação irá ser apresentada em congressos e pretende promover-se a sua publicação, de modo aumentar a consciencialização dos problemas vividos pelos trabalhadores do sector do Ensino Superior, de forma a

impactar mudanças políticas e legislativas em relação às condições de trabalho dos seus membros e na sociedade.

Referências Bibliográficas

- Abreu, R. (2023). SWOR Analysis. *In*: Idowu, S., Schmidpeter, R., Capaldi, N., Zu, L., Del Baldo, M., Abreu, R. (eds) *Encyclopedia of Sustainable Management*. Springer, Cham. Disponível em https://doi.org/10.1007/978-3-030-02006-4_871-1
- Alcantara, C. M. (2020). Os Princípios Constitucionais da Eficiência e Eficácia da Administração Pública: Estudo Comparativo Brasil e Espanha. *Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito Constitucional*, volume 1, número 1, pp. 24-29. Disponível em: <http://abdconstojs.com.br/index.php/revista/article/view/3>
- Almeida, A. A. de e Sardinha, B. de F. A. (2015). Qual Sindicalismo? Uma Análise do Papel Social do Sindicato na Atualidade, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Macapá: Universidade Federal do Amapá, Disponível em: <http://repositorio.unifap.br/handle/123456789/1203>
- Antunes, R. (Antunes, 1999). *Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, Boitempo Editorial.
- Assembleia da República (AR, 1977). Lei n.º 65/77, de 26 de agosto, aprova o direito à greve. *Diário da República* n.º 197, Série I de 26 de agosto. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/46547/lei-65-77-de-26-de-agosto>
- Assembleia da República (AR, 2005). *Constituição da República Portuguesa - VII Revisão Constitucional* [2005]. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Assembleia da República (AR, 2014). Lei n.º 2/2014 - Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro. República em anexo o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, com a redação atual e demais correções materiais. *Diário da República* n.º 11, Série I de 2014-01-16. Disponível em: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/2014-64205634>
- Associação Carapeços Solidário – IPSS (ACS, 2022). Apresentação. Disponível em: <https://carapecosystemsolidario.pt/>
- Associação Internacional dos Lusodescendentes (AILD, 2022). Instituição – Missão, Visão e Valores [Online]. Disponível em: <https://aild.pt/missao-visao-valores/>
- Associação Mutualista dos Engenheiros (AME, 2022). A AME – Quem somos. Disponível em: <https://www.mutualidadeengenheiros.pt/quem-somos>
- Associação Mutualista Montepio (AMM, 2022). Institucional. Disponível em: <https://www.montepio.org/institucional/>

- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2022). Quem somos. Disponível em:
https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/a-apav/quem-somos
- Baptista, J. P. e Loureiro, M. (2018). Ideologia Política Esquerda-Direita – Estudo Exploratório do Eleitorado Português, Interações: Sociedade E As Novas Modernidades, volume 35, pp. 57-80. Disponível em: <https://doi.org/10.31211/interacoes.n35.2018.a3>
- Benoist, A. (1995). End of the Left-Right Dichotomy: The French Case, Telos, volume 1995, número 102 (December), pp. 73-89. Disponível em: http://alaindebenoist.s3.amazonaws.com/pdf/end_of_the_left-right.pdf
- Berthier, R. (2021). Seja a “Carta de Amiens” da CGT (1906) o manifesto do sindicalismo revolucionário? Disponível em:
https://www.academia.edu/44955969/Seja_a_Carta_de_Amiens_da_CGT_1906_o_manifesto_do_sindicalismo_revolucion%C3%A1rio?pop_sutd=false
- Bertoncini, C., Brito, A., Leme, E., Silva, I., Silva, T. F. da, Perri, R. A. (2013). Processo Decisório: A Tomada de Decisão. Disponível em:
http://www.faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/QjxDDqGcS5r3dHL_2013-5-3-12-8-34.pdf
- Brugarola, M. (1964). *As Relações Humanas e a Reforma da Empresa. Ministério das Corporações e Providência Social – Junta da Acção Social*. Lisboa: Sociedade Tipográfica, Lda.
- Caetano, M. (1971). *Renovação na continuidade*. Lisboa: Verbo.
- Card, D. (1996). The Effect of Unions on the Structure of Wages: A Longitudinal Analysis. *Econometrica*, volume 64, número 4, pp. 957-979. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0012-9682%28199607%2964%3A4%3C957%3ATEOUOT%3E2.0.CO%3B2-F>
- Carlson, M. J. e Haskins, R. (2022). Changing Work, Changing Families, and Public Policies Toward Low-Income Families, *RSF: The Russell Sage Foundation Journal of the Social Sciences*, volume 8, número 5, pp. 1-22, August Russell Sage Foundation. Disponível em:
<https://muse.jhu.edu/pub/207/article/862638>
- Carvalho, M. (2020). Tudo o que precisa de saber sobre associações de natureza sindical. *Ekonomista* (08, janeiro). Disponível em: <https://www.e-konomista.pt/associacoes-sindicais/>
- Comissão de Fiscalização e Disciplina do Sindicato Nacional do Ensino Superior (CFD-SNESUP, 2015). Parecer 2014. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Comissão de Fiscalização e Disciplina do Sindicato Nacional do Ensino Superior (CFD-SNESUP, 2016). Parecer 2015. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Conselho da Revolução (CR, 1975). Decreto-Lei n.º 215-A/75, Reconhece a Intersindical Nacional como a confederação geral dos sindicatos portugueses, bem como toda a sua estrutura de âmbito regional,

- distrital e local, tendo como órgão deliberativo máximo o plenário ou congresso dos sindicatos nela filiados e como órgão executivo central o Secretariado Nacional. Diário do Governo n.º 100, 1º Suplemento, Série I de 1975-04-30. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/63740/decreto-lei-215-A-75-de-30-de-abril>
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES, 2022). Estatutos. Disponível em: <https://www.cases.pt/sobre-nos/quem-somos/estatutos/>
- Correia, C. (2016). Aspetos Fiscais e Contabilísticos nas Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL). Disponível em: https://app.cm-loures.pt/Associativismo2/associativismo_pdf/pdfsassociativismo/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Contabilidade%20e%20Fiscalidade%20Associativa.pdf
- Costa, H. A. (2020). Palavras para lá da pandemia: Cem lados de uma crise – Sindicalismo. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/90736/1/Sindicalismo.pdf>
- Cronin, J., Ross, G. e Shoch, J. eds. (2011). What's Left of the Left: Democrats and Social Democrats in Challenging Times, Published by: Duke University Press. Disponível em: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/25770>
- David, F., Abreu, R. e Madeira, J. (2010). La Responsabilidad Social Corporativa en el Proceso de Toma de Decisiones: Una Estrategia de Excelencia. XIV Encuentro ASEPUC.
- Diebolt, E. (2005). História do trabalho social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França: 1901-2001) – Revista Estudos Feministas. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200005>
- Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho – DGERT (2022). DOT – Dados das Organizações do Trabalho. Disponível em: <https://www.dgert.gov.pt/dot/>
- Doran, E. L., Bartel, A. P. e Waldfogel, J. (2019). Gender in the Labor Market: The Role of Equal Opportunity and Family-Friendly Policies, RSF: The Russell Sage - Foundation Journal of the Social Sciences - Russell Sage Foundation, volume 5, número 5, December, pp. 168-197. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/207/article/742470>
- Duarte, M. (2016). As Direitas na Democracia Portuguesa - Origens, Percursos, Mudanças e Novos Desafios [Riccardo Marchi, 2016, Alfragide, Texto], Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal, Sociologia, Problemas e Práticas, número 81, pp. 213-217. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11596/4/Carmo%20Duarte%20M.%202016.%20As%20Direitas%20na%20Democracia%20Portuguesa.%20Origens%20Percursos%20Mudan%C3%A7as%20e%20Novos%20Desafios.pdf>
- Estanque, E. (2012). Precariedade, sindicalismo e ação coletiva. Configurações - Revista de sociologia. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.1133>
- Estanque, E. e Ferreira, A. C. (2002). *Dossier do Sindicalismo Português: Transformações no mundo laboral e novos desafios do sindicalismo português*. Faculdade de Economia da Universidade de

- Coimbra e Centro de Estudos Sociais. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/62/RCCS62-149-188-Dossier%20Sindicalismo%20Portugues.pdf>
- Fernandes, C.; Peguinho, C., Vieira, E. e Neiva, J. (2019a). *Análise financeira: teoria e prática*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Fernandes, C.; Peguinho, C., Vieira, E. e Neiva, J. (2019b). *Análise financeira: casos práticos – aplicação no âmbito do SNC*. Lisboa: Edições Sílabo
- Ferrão, C. (1976). *História da 1.ª República*. Lisboa: Terra Livre.
- Fonseca, D. e Estanque, E. (2018). *Sindicalismo e lutas sociais em tempos de crise, e-cadernos CES*. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/eces.3483>
- Frasson, I. (2001). *Critérios de Eficiência, Eficácia e Efetividade Adotados pelos Avaliadores de Instituições Não-Governamentais Financiadoras de Projetos Sociais - Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção*. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82184/175094.pdf?sequence>
- Fundação de Assistência Médica Internacional (FAMI, 2022). *Homepage*. Lisboa: Assistência Médica Internacional. Disponível em: <https://ami.org.pt/>
- Galvão, A. e Varela, P. (2011). *Sindicalismo e Direitos, Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista, volume 11, número 1, pp. 241-257*, Disponível em: https://www.academia.edu/24011084/SindicaliSmo_e_direitoS
- Gondomar Social – Associação de Intervenção Comunitária é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (GS, 2022). *História*. Disponível em: <https://www.gondomarsocial.org/index.php/instituicao#verticalTab1>
- Green H. (Green, 2018). *On Strike at Hormel: The Struggle for a Democratic Labor Movement*, Temple University Press. Disponível em: https://muse.jhu.edu/pub/183/oa_edited_volume/book/60363
- Henrique, M. C. e Melo, G. S. (1989). *Salazar – Pensamento e doutrina política – Textos antológicos*. Lisboa: Oficinas da Scarpa, Lda.
- Hyman, R. (2014). *What do unions do? And how do they do it?. Review Symposium*, volume 55, número 5, pp. 673–679. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/0023656X.2014.969499>
- Instituto Social Cristão Pina Ferraz (ISCPF, 2022). *A Fundação*. Lisboa: Fundação Instituto Social Cristão Pina Ferraz Disponível em: <https://www.fundacao-pinaferraz.pt/>
- International Accounting Education Standards Board (IAECS, 2023). *Handbook of International Education Pronouncements*. New York: IFAC
- Johnstone, M. (1971). *The Paris Commune and Marx's Conception of the Dictatorship of the Proletariat. The Massachusetts (Summer)*, volume 12, número 3, pp. 447-462. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25088139>

- Joinet, L., Nogueira, J. D., Veigas, J. M. L., Crespo, M., Stötzel, H., Homem, A. P. B., Silva, M. C., Afonso, O., Cunha, A., Palma, J. (2010). *Associativismo e Sindicalismo Judiciários – Uma realidade incontornável nas Democracias Modernas*. Lisboa: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.
- Kleine, M. (2013). *Informal Governance in the European Union: How Governments Make International Organizations Work*, Published by: Cornell University Press. Disponível em: https://muse.jhu.edu/pub/255/oa_monograph/book/27320
- Kraft, J.P. (Kraft, 2010). *Vegas at Odds: Labor Conflict in a Leisure Economy, 1960–1985*, Published by: Johns Hopkins University Press, Series: Studies in Industry and Society. Disponível em: https://muse.jhu.edu/pub/1/oa_monograph/book/3451
- Krier, H. (1960). *Mão-de-obra Rural e Desenvolvimento Industrial (Adaptação e Formação)*. Cadernos de Desenvolvimento Industrial 5. Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Indústria. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII, 1952).
- Lázaro, J. (2019). O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Integração e rutura na sociedade liberal portuguesa (1852-1873), volume 50, pp. 67-85. Disponível em: https://doi.org/10.14195/0870-4147_50_3
- Lopes, M. (2010). *O sindicalismo português entre 1933 e 1974: orientações políticas e estratégicas do Partido Comunista Português para a luta sindical*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/7351>
- Machado, A. M. (2009). O Binómio «Esquerda/Direita» no Portugal pós-25 de Abril, Edições Universitárias Lusófonas, Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/4275>
- Madureira, M. (1977). *Sindicalismo e Cooperativismo: Parte I - Sindicalismo*. Instituto Politécnico da Covilhã: IPC.
- Mangerona, S. (2011). *Esquerda-Direita: uma dicotomia atual ou anacrónica?*, Edições Universitárias Lusófonas - Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/4295>
- Marino, S., Penninx, R. e Roosblad, J. (2015). Trade unions, immigration and immigrants in Europe revisited: Unions' attitudes and actions under new conditions, *Comparative Migration Studies*. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40878-015-0003-x>
- Martins, S. P. (2000). *Breve Histórico a Respeito do Trabalho*. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, volume 95, pp. 167-176. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67461>
- Matos, R.M.G.A.T. (2009). *Un Enfoque Interdisciplinar de la Investigación Económica. Aplicación del Modelo de Fanger a la Valoración de Empresas*. Tesis Doctoral. Salamanca: Facultad de Economía y Empresa / Universidad de Salamanca.

- Mechor, P. (2011). O que é associação sem fins lucrativos? Como constituir e como é tributada?. Disponível em: <https://www2.unifap.br/mariomendonca/files/2011/05/ASSOCIA%C3%87%C3%83O-SEM-FINS-LUCRATIVOS-INF.pdf>
- Medoff, J. L. e Freeman, R. B. (1979). *The two faces of unionism*. Disponível em: https://www.nationalaffairs.com/public_interest/detail/the-two-faces-of-unionism
- MeimoaCOOP – Cooperativa Agrícola de Desenvolvimento Rural e Solidariedade Social, CRL (MeimoaCOOP, 2022). A cooperativa. Disponível em: http://www.meimoacoop.pt/?cix=589&lang=1&tipo_menu=&mode=
- Mendes, S. R. C. (2016). Enquadramento das Entidades do Setor Não Lucrativo no atual Sistema Normativo Contabilístico em Portugal - Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/32472/1/Relatorio%20estagio%20-%20versao%20out.pdf>
- Merriam-Webster (2022). Union (significado). Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/labor%20union>
- Merriam-Webster (2022). Unionism (significado). Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/unionism>
- Ministério das Corporações e Previdência Social (MCPS, 1970). Decreto-Lei n.º 492/70, de 22 de outubro. Introduce alterações a várias disposições do Decreto-Lei n.º 492/12, que regula e uniformiza a estrutura das convenções colectivas de trabalho e a forma da sua elaboração e publicação. Diário do Governo n.º 245, Série I de 1970-10-22. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/218148/decreto-lei-492-70-de-22-de-outubro>
- Ministério das Finanças (MF, 2015a). Aviso n.º 8259/2015 - Homologação da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística. Diário da República n.º 146, Série II de 2015-07-29, Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/aviso/8259-2015-69889539>
- Ministério das Finanças (MF, 2015b). Decreto-Lei n.º 98/2015 - Transpõe a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas. Diário da República n.º 106, Série I, de 2015-06-02. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/98-2015-67356342>
- Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009). Decreto-Lei n.º 158/2009 - Aprova o Sistema de Normalização Contabilística, publicado em anexo. Diário da República n.º 133/2009, Série I de 2009-07-13. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/158-2009-492428>
- Morais, A. (2013). Avaliação de Empresas: Uma Investigação aplicada ao Setor dos Laticínios da Região da Serra da Estrela. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda.

- Nabais, C., & Nabais, F. (2009). *Prática Financeiras I – Análise Económica e Financeira*. Lisboa: Lidel Edição Técnicas.
- Natário, M. e Tomé, F. (2017). *Manual de Fundamentos de Economia I – Texto de Apoio, Exercícios Demonstrativos*. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda
- Neto, A. A. (2003). *Finanças Corporativas e Valor*. Lisboa: Editora Atlas.
- Neves, J. (2008). *Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Neves, J.C. (2012). *Análise e Relato Financeiro – Uma Visão Integrada de Gestão*. Textos Editores Lda, Lisboa.
- Oktay, S. (2022). *Governing Abroad - Coalition Politics and Foreign Policy in Europe*. Disponível em: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/57567>
- Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC, 2017). *ESNL – Demonstrações financeiras*. Disponível em: <https://www.occ.pt/pt/noticias/esnl-demonstracoes-financeiras/>
- Patriarca, F (1991). A institucionalização corporativa das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933). *Análise Social*, volume XXVI, número 110, pp. 23-58. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223038027T4bWC0qa6Zg53ZG0.pdf>
- Pereira, L. I. S., Silva, M. L. R. e Lopes, C. V. (2017). *Aspetos contabilísticos e fiscais das entidades do setor não lucrativo*. Disponível em: https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica/finais_site/83.pdf
- Pinho, C. e Tavares, S. (2012). *A análise financeira*. Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/13481>
- Portell, L. (1955). *Economia e Finanças (Estudo, Apreciações e Críticas)*. Lisboa: Edições Excelsior.
- Portell, L. (1957). *Economia Política – Místicas do Dirigismo*. Lisboa: Edições Excelsior.
- Porto Editora (2021). *Sindicalismo*. Porto: Porto Editora. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$sindicalismo](https://www.infopedia.pt/$sindicalismo)
- Presidência do Conselho de Ministros (PCM, 1977). Decreto-Lei n.º 460/77 - Aprova o estatuto das pessoas coletivas de utilidade pública. *Diário da República* n.º 257, Série I de 1977-11-07, Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/460-1977-277832>
- Presidência do Conselho de Ministros (PCM, 2007a). Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro - Aprova a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3. *Diário da República* n.º 219/2007, Série I de 2007-11-14. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/381-2007-629150>
- Presidência do Conselho de Ministros (PCM, 2007b). Decreto-Lei n.º 391/2007 - Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, que aprova o estatuto das pessoas coletivas de utilidade pública, e procede à sua republicação. *Diário da República* n.º 240/2007, Série I de 2007-12-13, páginas 8891 - 8895. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/391-2007-627799>

- Presidência do Conselho-Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social (PC, 1933). Decreto-Lei n.º 23:048, de 23 de setembro de 1933 – Promulga o Estatuto do Trabalho Nacional. Diário do Governo n.º 217, Série I de 1933-09-23. Disponível em: <https://www.dgert.gov.pt/wp-content/uploads/2019/05/DL-23-set-1933-estatuto-do-trabalho-nacional.pdf>
- Quinaz, L. (2015). Relatório de Auditoria 2014. Lisboa: Gonçalves & Quinaz, SROC, Lda. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Quinaz, L. (2016). *Prestação de Contas do SNESUP 2016: Certificação Legal de Contas 2015*. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Ribeiro, V. (2013). Sindicalismo em Portugal: limites e desafios, Faculdade de Letras - Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/71837/2/28590.pdf>
- Rodgers III, W. (2019). Race in the Labor Market: The Role of Equal Employment Opportunity and Other Policies, *The Russell Sage Foundation Journal of the Social Sciences*, Volume 5, Number 5, December, pp. 198-220. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/207/article/742471>
- Rodrigues, M. C. F. (2012). Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974). Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/18559/3/Portugal%20e%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Trabalho.pdf>
- Roof, T. (2011). *American Labor, Congress, and the Welfare State, 1935–2010*, Published by: Johns Hopkins University Press. Disponível em: https://muse.jhu.edu/pub/1/oa_monograph/book/61264
- Rosa, E. O. G. (2013). Os grupos económicos e o desenvolvimento em Portugal no contexto da globalização. Disponível em: http://resistir.info/livros/erosa_grupos_economicos.pdf
- Sá, V. (1984). *Nota sobre Mouzinho da Silveira*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, volume 1, p. 203. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13175>
- Santos, R.A. (2010). A Participação Política das Mulheres Agricultoras nas Organizações Populares e Sindicais no Sudoeste do Paraná, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Disponível em: https://www.academia.edu/52108824/A_Participa%C3%A7%C3%A3o_Pol%C3%ADtica_Das_Mulheres_Agricultoras_Nas_Organiza%C3%A7%C3%B5es_Populares_e_Sindicais_No_Sudoeste_Do_Paran%C3%A1
- Sartório, L. A. V. (2011). A Comuna de Paris e a Perspetiva do Trabalho – NEHTIPO/PUC-SP. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300927845_ARQUIVO_AComunadePariseaperspectivadotrabalho-LuciaValadares.pdf
- Scheffer, F. (2015). Direita e Esquerda Hoje?, UDESC - Revista Eletrônica Direito e Política, [S. l.], volume 2, número 1, pp. 36–45. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/rdp.v2n1.p36-45>
- Schiavone, M. (2016). *Austerity and the Labor Movement*. State University of New York Press. Disponível em: https://muse.jhu.edu/pub/163/oa_monograph/book/83857

- Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF, 2015). Portaria n.º 220/2015 - Aprova os modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC. Diário da República n.º 143/2015, Série I de 2015-07-24. Disponível em: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/portaria/2015-70481425>
- Silva, A. C. (2016). IVA – Obrigações das entidades sem fins lucrativos. Disponível em: <https://www.occ.pt/fotos/editor2/jnegocios5abril.pdf>
- Silva, J. (2013). Análise Financeira das Empresas. Lisboa. Editora Atlas.
- Silva, J. e Ferreira, P. (2018). Princípios de gestão financeira. Lisboa: Rei dos Livros.
- Silva, W. N. (2014). Estados Unidos (1865-1917): De Nação Dividida a Potência imperial continental. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_pdf_1.pdf
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 1992a). Contas 1991. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 1992b). Relatório de Atividades 1991. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 1993). Exercício 1992. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 1994a). Exercício 1993. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 1994b). Relatório de Atividades de 1993. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 1995a). Exercício 1994. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 1995b). Relatório de Atividades 1994. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 1996a). Exercício 1995. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 1996b). Relatório de Atividades de 1995. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 1997a). Exercício 1996. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 1997b). Relatório de Atividades da Direção 1996. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 1998). Exercício 1997. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 1999a). Exercício 1998. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 1999b). Relatório de Atividades da Direção 01/01/97-01/09/98. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2000). Exercício 1999. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2001a). Exercício 2000. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2001b). Relatório de Atividades de 2000. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2002a). Exercício de 2001. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2002b). Exercício de 19 de Junho a 31 Dezembro de 2001. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2002c). Relatório de Atividades de 2001. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2003a). Exercício 2002. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2003b). Relatório de Atividades de 2002. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2004a). Exercício 2003. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2004b). Relatório de Atividades de 2003. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2004c). Revista / Ensino Superior 11 – Revista do SNESup: Janeiro – Fevereiro 2004. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/historia/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2005a). Exercício 2004. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2005b). Relatório de Atividades de 2004. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2006a). Contas 2005. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2006b). Relatório de Atividades de 2005. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2007a). Contas 2006. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2007b). Relatório e Contas da Direção do ano de 2006. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2008a). Contas 2007. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2008b). Relatório de Atividades de 2007. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2009a). Contas 2008. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2009b). Relatório de Atividades da Direção do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP) para o Ano de 2008. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2010a). Contas 2009. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2010b). Relatório de Atividades da Direção do Sindicato Nacional do Ensino Superior (Associação Sindical de Docentes e Investigadores Relativo ao Ano de 2009). Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2011a). Relatório de Atividades da Direção do Sindicato Nacional do Ensino Superior (Associação Sindical de Docentes e Investigadores Relativo ao Ano de 2010). Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2011b). Contas 2010. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2011c). Relatório de Atividades da Direção do Sindicato Nacional do Ensino Superior (Associação Sindical de Docentes e Investigadores Relativo ao 1º Semestre do Ano de 2010). Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2012a). Contas 2011. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2012b). Relatório de Atividades da Direção do Sindicato Nacional do Ensino Superior (Associação Sindical de Docentes e Investigadores Relativo ao Ano de 2011). Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2013a). Contas 2012. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>

- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2013b). Relatório de Atividades da Direção do Sindicato Nacional do Ensino Superior (Associação Sindical de Docentes e Investigadores Relativo ao Ano de 2012. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2014). Relatório e Contas 2013. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2015). Relatório e Contas 2014. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2016). Relatório e Contas 2015. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2017). Relatório e Contas 2016. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2018). Relatório e Contas 2017. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2019). Relatório e Contas 2018. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2020a). Programa de Direção 2020-2022. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/historia/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2020b). Relatório e Contas 2019. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2021). Relatório e Contas 2020. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP, 2022). Relatório e Contas 2021. Lisboa: SNESUP. Disponível em: <https://www.snesup.pt/quem-somos/relatorios-e-contas/>
- Secretaria-Geral (SG, 2009). Aviso n.º 15652/2009, Sistema de Normalização Contabilística Estrutura Conceptual Diário da República, 2.ª série — N.º 173 — 7 de setembro-
- União Geral de Trabalhadores (UGT, 2022a). A ditadura de Salazar. Disponível em: <https://www.ugt.pt/historia?area=7>
- União Geral de Trabalhadores (UGT, 2022b). Das origens ao período fascista. Disponível em: <https://www.ugt.pt/historia?area=6>
- Vale, A. A.do (2020). Trabalho Docente no Setor Privado da Educação Superior e a Reforma Trabalhista: Destruição de Direitos e Precarização da Vida. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, volume 28, número 10, pp. 1-19. Universidade Federal Fluminense/Rede Universitas/BR. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4935>

Vázquez, E. V. e Rodríguez, E. S. (2012). Principios de la RSC en los Modelos de Excelencia. Book of Proceedings – Tourism and Management Studies International Conference Algarve, volume 4. Disponível em: <https://www.tmstudies.net/index.php/ectms/article/viewFile/513/870>

Yin, R.K. (2022). *Case Study Research and Applications: Design & Methods*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Apêndices

Índice de Apêndices

Apêndice 1 – Balanço Patrimonial (1990-1995)	198
Apêndice 2 - Balanço Patrimonial (1996-2000).....	199
Apêndice 3 - Balanço Patrimonial (2001-2005).....	200
Apêndice 4 - Balanço Patrimonial (2003-2010).....	201
Apêndice 5 - Balanço Patrimonial (2011-2015).....	202
Apêndice 6 - Balanço Patrimonial (2016-2021).....	203
Apêndice 7 – Demonstração dos Resultados por Naturezas (1990-1995).....	204
Apêndice 8 - Demonstração dos Resultados por Naturezas (1996-2000)	205
Apêndice 9 - Demonstração dos Resultados por Naturezas (2001-2005)	206
Apêndice 10 - Demonstração dos Resultados por Naturezas (2006-2010)	207
Apêndice 11 - Demonstração dos Resultados por Naturezas (2011-2015)	208
Apêndice 12 - Demonstração dos Resultados por Naturezas (2016-2021)	209
Apêndice 13 – Balanço Funcional (1991-1995).....	210
Apêndice 14 - Balanço Funcional (1996-2000).....	211
Apêndice 15 - Balanço Funcional (2001-2005).....	212
Apêndice 16 - Balanço Funcional (2006-2010).....	213
Apêndice 17 - Balanço Funcional (2011-2015).....	214
Apêndice 18 - Balanço Funcional (2016-2021).....	215
Apêndice 19 – Rácios e Indicadores (1991-1995).....	216
Apêndice 20 - Rácios e Indicadores (1996-2000)	217
Apêndice 21 - Rácios e Indicadores (2001-2005)	218
Apêndice 22 - Rácios e Indicadores (2006-2016)	219
Apêndice 23 - Rácios e Indicadores (2011-2015)	220
Apêndice 24 - Rácios e Indicadores (2016-2021)	221
Apêndice 25 - Demonstração de Resultados Teoria dos Gastos Volume Resultados (1991-1995).....	222
Apêndice 26 - Demonstração de Resultados Teoria dos Gastos Volume Resultados (1996-2000).....	223
Apêndice 27 - Demonstração de Resultados Teoria dos Gastos Volume Resultados (2001-2005).....	224
Apêndice 28 - Demonstração de Resultados Teoria dos Gastos Volume Resultados (2006-2010).....	225
Apêndice 29 - Demonstração de Resultados Teoria dos Gastos Volume Resultados (2011-2015).....	226
Apêndice 30 - Demonstração de Resultados Teoria dos Gastos Volume Resultados (2016-2021).....	227

Apêndice 1 – Balanço Patrimonial (1990-1995)

Rúbricas/Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Ativo						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	€ 7 818,45	€ 10 163,94	€ 15 104,29	€ 23 056,11	€ 17 016,60	€ 16 451,52
Ativos intangíveis		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Investimentos financeiros						
Outros ativos financeiros		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Total ativo não corrente	€ 7 818,45	€ 10 163,94	€ 15 104,29	€ 23 056,11	€ 17 016,60	€ 16 451,52
Ativo corrente						
Adiantamentos a fornecedores						
Estado e outros entes públicos		€ -	€ -	€ 28,88	€ -	€ -
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros						
Acionistas/ sócios		€ 1 603,70	€ 471,85	€ 467,84	€ 369,66	€ 603,79
Outras contas a receber		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Diferimentos	€ 953,91	€ 4 105,89	€ 2 253,29	€ 798,08	€ 1 703,89	€ 2 476,39
Outros ativos financeiros	€ 7 481,97	€ -	€ 23 642,98	€ -	€ -	€ -
Instrumentos financeiros						
Outros ativos correntes						
Caixa e depósitos bancários	€ 11 881,21	€ 27 595,70	€ 22 972,59	€ 72 982,31	€ 129 721,95	€ 184 078,06
Total ativo corrente	€ 20 317,09	€ 33 305,29	€ 49 340,70	€ 74 277,10	€ 131 795,50	€ 187 158,25
Total do ativo	€ 28 135,54	€ 43 469,23	€ 64 445,00	€ 97 333,22	€ 148 812,10	€ 203 609,76
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios						
Fundo de Greve e Solidariedade						
Reservas						
Reservas legais		€ -	€ -	€ 50 244,95	€ 84 435,42	€ 134 821,53
Outras reservas		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Resultados transitados		€ -	€ -	€ 7 815,91	€ 7 815,91	€ 7 815,91
Excedentes de revalorização		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Ajustamentos/ outras variações nos fundos permanentes						
Resultado líquido do período	€ 25 213,98	€ 40 705,23	€ 58 060,71	€ 34 190,48	€ 50 460,57	€ 54 595,72
Total dos fundos próprios	€ 25 213,98	€ 40 705,23	€ 58 060,71	€ 92 251,33	€ 142 711,90	€ 197 233,16
Passivo						
Passivo não corrente						
Provisões						
Total passivo não corrente	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Passivo corrente						
Fornecedores	€ 975,07					
Estado e outros entes públicos	€ 316,91	€ 486,53	€ 538,97	€ 377,16	€ 773,45	€ 937,74
Acionistas/ sócios		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros						
Outras contas a pagar		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Financiamentos obtidos		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Diferimentos	€ 1 629,57	€ 2 277,47	€ 5 845,31	€ 4 704,72	€ 5 326,76	€ 5 438,87
Total passivo corrente	€ 2 921,56	€ 2 764,01	€ 6 384,28	€ 5 081,89	€ 6 100,21	€ 6 376,61
Total do passivo	€ 2 921,56	€ 2 764,01	€ 6 384,28	€ 5 081,89	€ 6 100,21	€ 6 376,61
Total dos fundos próprios e do passivo	€ 28 135,54	€ 43 469,23	€ 64 445,00	€ 97 333,22	€ 148 812,11	€ 203 609,76

Apêndice 2 - Balanço Patrimonial (1996-2000)

Rúbricas/Ano	1996	1997	1998	1999	2000
Ativo					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	€ 93 570,54	€ 379 819,51	€ 429 483,24	€ 428 999,86	€ 413 563,41
Ativos intangíveis	€ -	€ -	€ -	€ -	
Investimentos financeiros					
Outros ativos financeiros	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Total ativo não corrente	€ 93 570,54	€ 379 819,51	€ 429 483,24	€ 428 999,86	€ 413 563,41
Ativo corrente					
Adiantamentos a fornecedores					
Estado e outros entes públicos	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros					
Acionistas/sócios	€ 319,55	€ 344,21	€ 964,77	€ 33 873,22	€ 19 268,55
Outras contas a receber	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Diferimentos	€ -	€ -	€ -	€ 20 799,87	€ 31 316,77
Outros ativos financeiros	€ -	€ -	€ -	€ -	€ 824,89
Instrumentos financeiros					
Outros ativos correntes					
Caixa e depósitos bancários	€ 155 924,03	€ 137 742,05	€ 86 063,97	€ 184 864,43	€ 394 725,69
Total ativo corrente	€ 156 243,58	€ 138 086,25	€ 87 028,74	€ 239 537,52	€ 446 135,90
Total do ativo	€ 249 814,12	€ 517 905,77	€ 516 511,98	€ 668 537,38	€ 859 699,31
Fundos Próprios e Passivo					
Fundos Próprios					
Fundo de Greve e Solidariedade					
Reservas					
Reservas legais	€ 189 417,25	€ 231 382,28	€ 317 094,52	€ 476 847,98	€ 641 925,11
Outras reservas	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Resultados transitados	€ 7 815,91	€ 7 815,91	€ 7 815,91	€ 7 815,91	€ 7 815,91
Excedentes de revalorização	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Ajustamentos/ outras variações nos fundos permanentes					
Resultado líquido do período	€ 41 965,03	€ 85 712,24	€ 159 753,46	€ 173 121,07	€ 164 756,89
Total dos fundos próprios	€ 239 198,19	€ 324 910,43	€ 484 663,89	€ 657 784,96	€ 814 497,91
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões					
Total passivo não corrente	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Passivo corrente					
Fornecedores					
Estado e outros entes públicos	€ 694,29	€ 1 033,99	€ 1 873,99	€ 2 096,84	€ 3 147,32
Acionistas/sócios	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros					
Outras contas a pagar	€ 9 921,64	€ 74 819,68	€ 122,44	€ 133,55	€ 79,52
Financiamentos obtidos	€ -	€ 101 601,42	€ 7 153,93	€ -	€ -
Diferimentos	€ -	€ 15 540,24	€ 22 697,72	€ 8 522,02	€ 41 974,56
Total passivo corrente	€ 10 615,93	€ 192 995,33	€ 31 848,09	€ 10 752,42	€ 45 201,40
Total do passivo	€ 10 615,93	€ 192 995,33	€ 31 848,09	€ 10 752,42	€ 45 201,40
Total dos fundos próprios e do passivo	€ 249 814,12	€ 517 905,77	€ 516 511,98	€ 668 537,38	€ 859 699,31

Apêndice 3 - Balanço Patrimonial (2001-2005)

Rúbricas/Ano	2001	2002	2003	2004	2005
Ativo					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	€ 421 300,35	€ 467 125,63	€ 469 282,67	€ 443 632,79	€ 434 869,20
Ativos intangíveis	€ -	€ 3 272,50	€ 3 272,50	€ 3 272,50	€ 2 271,45
Investimentos financeiros					
Outros ativos financeiros	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Total ativo não corrente	€ 421 300,35	€ 470 398,13	€ 472 555,17	€ 446 905,29	€ 437 140,65
Ativo corrente					
Adiantamentos a fornecedores					
Estado e outros entes públicos	€ -	€ -	€ 210,01	€ 137,34	€ -
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros					
Acionistas/ sócios	€ 24 400,76	€ 27 775,32	€ 11 720,97	€ 16 077,16	€ 44 277,72
Outras contas a receber	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Diferimentos	€ 70 183,44	€ 31 863,22	€ 20 723,29	€ 35 886,75	€ 36 507,53
Outros ativos financeiros	€ 824,89	€ 824,89	€ 824,89	€ 881,60	€ 881,60
Instrumentos financeiros					
Outros ativos correntes					
Caixa e depósitos bancários	€ 469 845,89	€ 417 190,56	€ 493 400,55	€ 482 831,35	€ 477 205,32
Total ativo corrente	€ 565 254,97	€ 477 653,99	€ 526 879,71	€ 535 814,20	€ 558 872,17
Total do ativo	€ 986 555,32	€ 948 052,12	€ 999 434,88	€ 982 719,49	€ 996 012,82
Fundos Próprios e Passivo					
Fundos Próprios					
Fundo de Greve e Solidariedade					
Reservas					
Reservas legais	€ 806 682,00	€ 884 952,63	€ 884 952,63	€ 896 188,88	€ 897 533,49
Outras reservas	€ -	€ -	€ -12 248,19	€ -	€ -
Resultados transitados	€ 7 815,91	€ 7 815,91	€ -	€ -	€ -
Excedentes de revalorização	€ -	€ 53 229,00	€ 66 232,07	€ 66 232,07	€ 66 232,07
Ajustamentos/ outras variações nos fundos permanentes					
Resultado líquido do período	€ 78 270,63	€ -20 064,10	€ 23 484,43	€ 1 344,60	€ 550,25
Total dos fundos próprios	€ 892 768,54	€ 925 933,44	€ 962 420,94	€ 963 765,55	€ 964 315,81
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões		€ 1 864,50			
Total passivo não corrente	€ -	€ 1 864,50	€ -	€ -	€ -
Passivo corrente					
Fornecedores					€ 7 586,70
Estado e outros entes públicos	€ 4 197,74	€ 3 967,51	€ 440,85	€ 441,29	€ 5 708,32
Acionistas/ sócios	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros					
Outras contas a pagar	€ 77 973,76	€ -	€ -	€ 307,03	€ -
Financiamentos obtidos	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Diferimentos	€ 11 615,28	€ 16 286,67	€ 36 573,09	€ 18 205,62	€ 18 401,99
Total passivo corrente	€ 93 786,78	€ 20 254,18	€ 37 013,94	€ 18 953,94	€ 31 697,01
Total do passivo	€ 93 786,78	€ 22 118,68	€ 37 013,94	€ 18 953,94	€ 31 697,01
Total dos fundos próprios e do passivo	€ 986 555,32	€ 948 052,12	€ 999 434,88	€ 982 719,49	€ 996 012,82

Apêndice 4 - Balanço Patrimonial (2003-2010)

Rúbricas/Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Ativo					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	€ 420 312,05	€ 406 725,17	€ 395 493,87	€ 387 381,55	€ 354 373,30
Ativos intangíveis	€ 7 399,38	€ 8 632,54	€ 7 708,00	€ 13 944,33	€ 29 586,80
Investimentos financeiros					
Outros ativos financeiros	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Total ativo não corrente	€ 427 711,43	€ 415 357,71	€ 403 201,87	€ 401 325,88	€ 383 960,10
Ativo corrente					
Adiantamentos a fornecedores					
Estado e outros entes públicos	€ 311,15	€ 0,50	€ 223,86	€ -	€ 134,59
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros					
Acionistas/sócios	€ 18 695,77	€ 13 995,82	€ 13 691,91	€ 115 290,21	€ 113 597,80
Outras contas a receber			€ -	€ -	€ 33 505,80
Diferimentos	€ 32 676,54	€ 30 236,87	€ 29 400,87	€ 35 124,38	€ -
Outros ativos financeiros	€ 881,60	€ 881,60	€ 881,60	€ 881,60	€ 881,60
Instrumentos financeiros					
Outros ativos correntes					
Caixa e depósitos bancários	€ 583 004,42	€ 741 899,24	€ 906 128,30	€ 1 076 966,47	€ 1 155 473,16
Total ativo corrente	€ 635 569,48	€ 787 014,03	€ 950 326,54	€ 1 228 262,66	€ 1 303 592,95
Total do ativo	€ 1 063 280,91	€ 1 202 371,74	€ 1 353 528,41	€ 1 629 588,54	€ 1 687 553,05
Fundos Próprios e Passivo					
Fundos Próprios					
Fundo de Greve e Solidariedade					
Reservas					
Reservas legais	€ 898 083,74	€ 968 102,91	€ 1 096 041,99	€ 375 305,13	€ 425 763,88
Outras reservas	€ -	€ -	€ -	€ 867 258,20	€ 984 995,28
Resultados transitados	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Excedentes de revalorização	€ 66 232,07	€ 66 232,07	€ 66 232,07	€ 66 232,07	€ 66 232,07
Ajustamentos/ outras variações nos fundos permanentes					
Resultado líquido do período	€ 70 019,17	€ 127 939,08	€ 145 521,34	€ 168 195,83	€ 36 544,67
Total dos fundos próprios	€ 1 034 334,98	€ 1 162 274,06	€ 1 307 795,40	€ 1 476 991,23	€ 1 513 535,90
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões	€ -	€ 292,74	€ 1 000,00	€ 99 392,84	€ 99 392,84
Total passivo não corrente	€ -	€ 292,74	€ 1 000,00	€ 99 392,84	€ 99 392,84
Passivo corrente					
Fornecedores					
Estado e outros entes públicos	€ 868,71	€ 702,31	€ 3 106,43	€ 4 942,58	€ 20 188,79
Acionistas/sócios	€ -	€ -	€ -	€ 10 555,62	€ 4 682,01
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros					
Outras contas a pagar	€ 2 783,28	€ 5 566,56	€ 8 349,84	€ 11 936,53	€ 37 630,00
Financiamentos obtidos	€ -	€ -	€ -		€ 12 123,51
Diferimentos	€ 25 293,94	€ 33 536,07	€ 33 276,74	€ 25 769,74	€ -
Total passivo corrente	€ 28 945,93	€ 39 804,94	€ 44 733,01	€ 53 204,47	€ 74 624,31
Total do passivo	€ 28 945,93	€ 40 097,68	€ 45 733,01	€ 152 597,31	€ 174 017,15
Total dos fundos próprios e do passivo	€ 1 063 280,91	€ 1 202 371,74	€ 1 353 528,41	€ 1 629 588,54	€ 1 687 553,05

Apêndice 5 - Balanço Patrimonial (2011-2015)

Rúbricas/Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Ativo					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	€ 319 077,30	€ 297 774,45	€ 275 121,64	€ 252 770,46	€ 774 610,18
Ativos intangíveis	€ 36 078,95	€ 36 078,95	€ 36 078,95	€ 7 772,72	€ 2 999,40
Investimentos financeiros			€ -	€ 62,90	
Outros ativos financeiros					€ 62,90
Total ativo não corrente	€ 355 156,25	€ 333 853,40	€ 311 200,59	€ 260 606,08	€ 777 672,48
Ativo corrente					
Adiantamentos a fornecedores					
Estado e outros entes públicos	€ 257,97	€ 788,12	€ 300,08	€ 1 967,86	€ 648,42
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			€ 22 116,14	€ 2 585,43	€ 1 414,47
Acionistas/sócios	€ 112 748,36	€ 78 653,62			
Outras contas a receber	€ 36 553,88	€ 37 987,15	€ 33 851,43	€ 36 906,01	€ 32 471,03
Diferimentos			€ -	€ 3 720,75	€ 3 720,75
Outros ativos financeiros	€ 881,60	€ 881,60			€ 124 830,00
Instrumentos financeiros			€ 473 162,81	€ 319 526,91	
Outros ativos correntes					
Caixa e depósitos bancários	€ 1 138 507,66	€ 1 116 847,88	€ 661 271,85	€ 764 135,65	€ 764 888,87
Total ativo corrente	€ 1 288 949,47	€ 1 235 158,37	€ 1 190 702,31	€ 1 128 842,61	€ 927 973,54
Total do ativo	€ 1 644 105,72	€ 1 569 011,77	€ 1 501 902,90	€ 1 389 448,69	€ 1 705 646,02
Fundos Próprios e Passivo					
Fundos Próprios					
Fundo de Greve e Solidariedade	€ 436 727,28	€ 436 727,28			
Reservas					€ 1 436 233,83
Reservas legais			€ 421 914,61	€ 421 684,63	
Outras reservas	€ 1 010 576,55	€ 1 010 576,55	€ 1 010 576,55	€ 1 010 576,55	
Resultados transitados	€ -	-€ 27 665,69	-€ 58 181,55	-€ 91 545,36	€ 107 624,31
Excedentes de revalorização	€ 66 232,07	€ 66 232,07			€ 162 434,51
Ajustamentos/ outras variações nos fundos permanentes			€ 66 232,07	€ 66 232,07	
Resultado líquido do período	-€ 27 670,57	-€ 30 515,86	-€ 19 233,10	-€ 53 102,34	-€ 54 160,36
Total dos fundos próprios	€ 1 485 865,33	€ 1 455 354,35	€ 1 421 308,58	€ 1 353 845,55	€ 1 652 132,29
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões	€ 99 392,84	€ 71 763,35	€ 36 576,57		
Total passivo não corrente	€ 99 392,84	€ 71 763,35	€ 36 576,57	€ -	€ -
Passivo corrente					
Fornecedores	-€ 24,31	€ -			€ 35,55
Estado e outros entes públicos	€ 4 990,56	€ 5 564,87	€ 6 029,31	€ 6 820,34	€ 7 010,99
Acionistas/sócios	€ 13 299,33	€ 15 945,67			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			€ 15 978,40	€ -	
Outras contas a pagar	€ 40 581,97	€ 20 383,53		€ 28 782,80	€ 46 467,19
Financiamentos obtidos			€ 22 010,04		
Diferimentos					
Total passivo corrente	€ 58 847,55	€ 41 894,07	€ 44 017,75	€ 35 603,14	€ 53 513,73
Total do passivo	€ 158 240,39	€ 113 657,42	€ 80 594,32	€ 35 603,14	€ 53 513,73
Total dos fundos próprios e do passivo	€ 1 644 105,72	€ 1 569 011,77	€ 1 501 902,90	€ 1 389 448,69	€ 1 705 646,02

Apêndice 6 - Balanço Patrimonial (2016-2021)

Rúbricas/Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ativo						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	766 574,16 €	753 197,83 €	740 340,38 €	728 044,10 €	715 748,03 €	704 898,78 €
Ativos intangíveis	1 444,38 €					
Investimentos financeiros						
Outros ativos financeiros	112,82 €	171,38 €	229,94 €	244,73 €	401,28 €	553,42 €
Total ativo não corrente	768 131,36 €	753 369,21 €	740 570,32 €	728 288,83 €	716 149,31 €	705 452,20 €
Ativo corrente						
Adiantamentos a fornecedores	14,31 €	1 844,07 €				
Estado e outros entes públicos	305,14 €	332,01 €	316,06 €	0,63 €	3 296,69 €	53,38 €
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	877,78 €					
Acionistas/ sócios						
Outras contas a receber	14 142,22 €	9 211,32 €	4 712,99 €	5 652,41 €	5 658,35 €	4 522,45 €
Diferimentos	34,01 €	1 799,97 €	24 949,30 €	2 973,97 €	26 309,70 €	103,52 €
Outros ativos financeiros	129 000,00 €					
Instrumentos financeiros						
Outros ativos correntes		12 600,00 €	12 300,00 €			
Caixa e depósitos bancários	761 240,63 €	890 109,83 €	929 397,19 €	1 003 716,21 €	1 072 478,03 €	1 208 576,43 €
Total ativo corrente	905 614,09 €	915 897,20 €	971 675,54 €	1 012 343,22 €	1 107 742,77 €	1 213 255,78 €
Total do ativo	1 673 745,45 €	1 669 266,41 €	1 712 245,86 €	1 740 632,05 €	1 823 892,08 €	1 918 707,98 €
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios						
Fundo de Greve e Solidariedade						
Reservas	1 436 833,83 €	1 437 383,83 €	1 450 153,23 €	1 486 157,97 €	1 520 160,92 €	1 608 057,15 €
Reservas legais						
Outras reservas						
Resultados transitados	53 463,95 €	4 571,22 €	156,75 €	156,75 €	156,75 €	156,75 €
Excedentes de revalorização	162 434,51 €	162 434,51 €	162 434,51 €	162 434,51 €	162 434,51 €	162 434,51 €
Ajustamentos/ outras variações nos fundos permanentes						
Resultado líquido do período	- 48 892,73 €	12 219,40 €	35 354,74 €	34 002,95 €	87 896,23 €	91 242,35 €
Total dos fundos próprios	1 603 839,56 €	1 616 608,96 €	1 648 099,23 €	1 682 752,18 €	1 770 648,41 €	1 861 890,76 €
Passivo						
Passivo não corrente						
Provisões						
Total passivo não corrente	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Passivo corrente						
Fornecedores	2 038,09 €	2 002,55 €	2 179,37 €	3 123,15 €	1 106,66 €	1 647,61 €
Estado e outros entes públicos	7 901,58 €	6 101,49 €	6 150,02 €	5 795,99 €	6 008,27 €	8 388,25 €
Acionistas/ sócios						
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros						
Outras contas a pagar	59 966,22 €	44 553,41 €	55 817,24 €	48 960,73 €	46 128,74 €	46 781,36 €
Financiamentos obtidos						
Diferimentos						
Total passivo corrente	69 905,89 €	52 657,45 €	64 146,63 €	57 879,87 €	53 243,67 €	56 817,22 €
Total do passivo	69 905,89 €	52 657,45 €	64 146,63 €	57 879,87 €	53 243,67 €	56 817,22 €
Total dos fundos próprios e do passivo	1 673 745,45 €	1 669 266,41 €	1 712 245,86 €	1 740 632,05 €	1 823 892,08 €	1 918 707,98 €

Apêndice 7 – Demonstração dos Resultados por Naturezas (1990-1995)

Rúbricas/Ano	1991	1992	1993	1994	1995
Vendas e Serviços Prestados	€ 100 693,80	€ 125 366,63	€ 155 029,90	€ 182 083,91	€ 209 388,30
Subsídios, doações e legados à exploração	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Fornecimentos e Serviços Externos	-€ 67 884,25	-€ 75 578,92	-€ 82 615,40	-€ 88 584,09	-€ 110 377,19
Gastos com Pessoal	-€ 15 633,15	-€ 26 392,83	-€ 27 813,22	-€ 36 040,85	-€ 39 724,51
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Provisões (aumentos/reduções)	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Aumentos/reduções de justo valor	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Outros rendimentos e ganhos	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Outros gastos e perdas	-€ 337,75	-€ 23,69	-€ 3 616,68	-€ 1 933,75	-€ 3 855,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	€ 16 838,65	€ 23 371,18	€ 40 984,60	€ 55 525,22	€ 55 430,89
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-€ 3 327,25	-€ 5 420,78	-€ 9 548,79	-€ 9 300,38	-€ 8 724,31
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	€ 13 511,41	€ 17 950,40	€ 31 435,81	€ 46 224,84	€ 46 706,58
Juros e rendimentos similares obtidos	€ 1 979,84	€ 1 765,14	€ 2 754,67	€ 4 235,72	€ 7 889,14
Juros e gastos similares suportados	€ -	€ -			
Gasto líquido de financiamento					
Resultado antes de imposto	€ 15 491,25	€ 19 715,54	€ 34 190,48	€ 50 460,56	€ 54 595,72
Imposto sobre o rendimento do período	€ -	€ -			
Resultado líquido do período	€ 15 491,25	€ 19 715,54	€ 34 190,48	€ 50 460,56	€ 54 595,72

Apêndice 8 - Demonstração dos Resultados por Naturezas (1996-2000)

Rúbricas/Ano	1996	1997	1998	1999	2000
Vendas e Serviços Prestados	€ 251 870,90	€ 288 567,33	€ 316 627,49	€ 355 715,50	€ 443 851,78
Subsídios, doações e legados à exploração	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Fornecimentos e Serviços Externos	-€ 164 536,94	-€ 150 375,83	-€ 167 027,89	-€ 121 600,90	-€ 212 174,74
Gastos com Pessoal	-€ 39 227,82	-€ 40 625,02	-€ 52 389,49	-€ 59 393,44	-€ 61 088,09
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Provisões (aumentos/reduções)	€ -	€ -	€ -	€ -	-€ 95,83
Aumentos/reduções de justo valor	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Outros rendimentos e ganhos	€ -	€ -	€ 95 109,71	€ 22 273,42	€ 15 127,65
Outros gastos e perdas	-€ 3 585,20	-€ 10 859,04	-€ 19 235,23	-€ 9 067,65	-€ 9 028,90
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	€ 44 520,93	€ 86 707,43	€ 173 084,58	€ 187 926,93	€ 176 591,87
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-€ 10 208,28	-€ 8 425,46	-€ 15 480,82	-€ 16 822,85	-€ 17 020,90
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	€ 34 312,65	€ 78 281,97	€ 157 603,76	€ 171 104,08	€ 159 570,96
Juros e rendimentos similares obtidos	€ 7 652,38	€ 7 430,27	€ 2 149,71	€ 2 016,99	€ 5 185,93
Juros e gastos similares suportados					
Gasto líquido de financiamento					
Resultado antes de imposto	€ 41 965,03	€ 85 712,24	€ 159 753,46	€ 173 121,07	€ 164 756,89
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período	€ 41 965,03	€ 85 712,24	€ 159 753,46	€ 173 121,07	€ 164 756,89

Apêndice 9 - Demonstração dos Resultados por Naturezas (2001-2005)

Rúbricas/Ano	2001	2002	2003	2004	2005
Vendas e Serviços Prestados	€ 498 170,73	€ 541 076,14	€ 570 082,69	€ 603 714,17	€ 631 876,28
Subsídios, doações e legados à exploração	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Fornecimentos e Serviços Externos	-€ 302 264,65	-€ 395 645,02	-€ 377 580,33	-€ 412 828,15	-€ 436 337,09
Gastos com Pessoal	-€ 102 771,59	-€ 151 373,97	-€ 121 140,94	-€ 141 807,29	-€ 145 284,06
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Provisões (aumentos/reduções)	-€ 63,89	-€ 1 864,50	-€ 14 309,94	-€ 482,74	-€ 2 470,41
Aumentos/reduções de justo valor	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Outros rendimentos e ganhos		€ 18 172,06	€ 10 621,99	€ -	€ -
Outros gastos e perdas	-€ 8 808,97	-€ 10 126,97	-€ 20 011,96	-€ 27 232,31	-€ 30 225,30
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	€ 84 261,64	€ 237,74	€ 47 661,51	€ 21 363,68	€ 17 559,42
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-€ 19 208,02	-€ 20 343,86	-€ 24 177,07	-€ 25 993,95	-€ 22 947,89
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	€ 65 053,62	-€ 20 106,12	€ 23 484,44	-€ 4 630,27	-€ 5 388,47
Juros e rendimentos similares obtidos	€ 13 217,01	€ 42,02		€ 5 975,07	€ 5 938,72
Juros e gastos similares suportados					
Gasto líquido de financiamento					
Resultado antes de imposto	€ 78 270,63	-€ 20 064,10	€ 23 484,44	€ 1 344,80	€ 550,25
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período	€ 78 270,63	-€ 20 064,10	€ 23 484,44	€ 1 344,80	€ 550,25

Apêndice 10 - Demonstração dos Resultados por Naturezas (2006-2010)

Rúbricas/Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Vendas e Serviços Prestados	€ 644 208,93	€ 666 023,01	€ 709 143,30	€ 732 793,09	€ 706 694,02
Subsídios, doações e legados à exploração	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Fornecimentos e Serviços Externos	-€ 341 955,79	-€ 332 502,08	-€ 364 406,88	-€ 377 705,71	-€ 445 257,71
Gastos com Pessoal	-€ 151 573,14	-€ 150 719,23	-€ 150 600,04	-€ 158 855,55	-€ 177 589,69
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Provisões (aumentos/reduções)	-€ 53 369,49	-€ 37 902,03	-€ 19 645,17	-€ 10 555,62	-€ 1 567,89
Aumentos/reduções de justo valor	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Outros rendimentos e ganhos	€ 482,75	€ 8 484,33	€ 9 142,29	€ 18 610,17	€ 44,72
Outros gastos e perdas	-€ 16 511,27	-€ 19 563,42	-€ 24 663,14	€ 16 653,75	-€ 16 638,21
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	€ 81 281,99	€ 133 820,58	€ 158 970,36	€ 187 632,63	€ 65 685,24
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-€ 19 560,07	-€ 22 509,25	-€ 19 648,22	-€ 30 219,92	-€ 36 294,80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	€ 61 721,92	€ 111 311,33	€ 139 322,14	€ 157 412,71	€ 29 390,44
Juros e rendimentos similares obtidos	€ 8 297,25	€ 16 627,75	€ 7 199,20	€ 14 542,03	€ -
Juros e gastos similares suportados	€ -	€ -	€ -	-€ 3 758,91	€ 7 154,23
Gasto líquido de financiamento	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Resultado antes de imposto	€ 70 019,17	€ 127 939,08	€ 146 521,34	€ 168 195,83	€ 36 544,67
Imposto sobre o rendimento do período	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Resultado líquido do período	€ 70 019,17	€ 127 939,08	€ 146 521,34	€ 168 195,83	€ 36 544,67

Apêndice 11 - Demonstração dos Resultados por Naturezas (2011-2015)

Rúbricas/Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Vendas e Serviços Prestados	€ 596 059,14	€ 610 796,27	€ 619 091,94	€ 621 862,12	€ 630 686,21
Subsídios, doações e legados à exploração					
Fornecimentos e Serviços Externos	-€ 400 827,52	-€ 463 274,62	-€ 413 943,65	-€ 452 255,24	-€ 470 102,52
Gastos com Pessoal	-€ 183 265,23	-€ 183 024,91	-€ 194 552,67	-€ 193 878,24	-€ 185 548,58
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			€ -	€ 32 153,24	-€ 2 032,61
Provisões (aumentos/reduções)	-€ 1 175,82	€ 24 983,15	-€ 3 137,73	€ -	
Aumentos/reduções de justo valor			€ -	-€ 10 622,47	-€ 19 020,00
Outros rendimentos e ganhos	€ -	€ 26 590,23	€ 8 314,75	€ 6 478,87	€ 13 010,27
Outros gastos e perdas	-€ 21 386,20	-€ 56 163,82	-€ 21 627,12	-€ 37 006,46	-€ 24 798,24
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	-€ 10 595,63	-€ 40 093,70	-€ 5 854,48	-€ 33 268,18	-€ 57 805,47
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-€ 36 794,14	-€ 29 140,70	-€ 30 720,43	-€ 39 329,87	-€ 14 665,25
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-€ 47 389,77	-€ 69 234,40	-€ 36 574,91	-€ 72 598,05	-€ 72 470,72
Juros e rendimentos similares obtidos	€ 19 719,20	€ 38 718,54			
Juros e gastos similares suportados					
Gasto líquido de financiamento			-€ 17 341,81	-€ 19 495,71	€ 18 310,36
Resultado antes de imposto	-€ 27 670,57	-€ 30 515,86	-€ 19 233,10	-€ 53 102,34	-€ 90 781,08
Imposto sobre o rendimento do período	€ -	€ -	€ -	€ -	
Resultado líquido do período	-€ 27 670,57	-€ 30 515,86	-€ 19 233,10	-€ 53 102,34	-€ 90 781,08

Apêndice 12 - Demonstração dos Resultados por Naturezas (2016-2021)

Rúbricas/Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Vendas e Serviços Prestados	€ 637 193,59	€ 672 534,18	€ 695 207,41	€ 699 530,97	€ 705 589,67	€ 703 269,96
Subsídios, doações e legados à exploração						€ 600,00
Fornecimentos e Serviços Externos	-€ 492 622,01	-€ 450 194,88	-€ 468 399,48	-€ 476 333,94	-€ 415 757,80	-€ 397 450,47
Gastos com Pessoal	-€ 178 607,55	-€ 176 933,27	-€ 176 941,57	-€ 178 312,48	-€ 201 835,96	-€ 197 429,65
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-€ 462,27	€ 1 059,12	€ 4 761,96	€ 2 060,02	€ 52,05	€ 550,00
Provisões (aumentos/reduções)						
Aumentos/reduções de justo valor				€ -	€ -	
Outros rendimentos e ganhos	€ 6 116,46	€ 5 582,49	€ 1 460,12	€ 1 957,25	€ 13 300,56	€ 580,36
Outros gastos e perdas	-€ 5 160,03	-€ 25 004,60	-€ 7 876,25	-€ 2 602,59	-€ 1 156,22	-€ 7 650,70
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e Impostos	-€ 33 541,81	€ 27 043,04	€ 48 212,19	€ 46 299,23	€ 100 192,30	€ 102 469,50
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-€ 15 350,92	-€ 14 820,71	-€ 12 857,45	-€ 12 296,28	-€ 12 296,07	-€ 11 227,15
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-€ 48 892,73	€ 12 222,33	€ 35 354,74	€ 34 002,95	€ 87 896,23	€ 91 242,35
Juros e rendimentos similares obtidos						
Juros e gastos similares suportados						
Gasto líquido de financiamento	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Resultado antes de imposto	-€ 48 892,73	€ 12 222,33	€ 35 354,74	€ 34 002,95	€ 87 896,23	€ 91 242,35
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período	-€ 48 892,73	€ 12 222,33	€ 35 354,74	€ 34 002,95	€ 87 896,23	€ 91 242,35

Apêndice 13 – Balanço Funcional (1991-1995)

		Balanço Funcional	1991	1992	1993	1994	1995	
1		Fundos Próprios	€ 40 705,23	€ 58 060,71	€ 92 251,33	€ 142 711,90	€ 197 233,16	
2		Passivo Não Corrente	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	
3 =	1 + 2	Capitais Permanentes	€ 40 705,23	€ 58 060,71	€ 92 251,33	€ 142 711,90	€ 197 233,16	
4		Ativo Não Corrente	€ 10 163,94	€ 15 104,29	€ 23 056,11	€ 17 016,60	€ 16 451,52	
5 =	3 - 4	Fundo Maneio	€ 30 541,28	€ 42 956,42	€ 69 195,22	€ 125 695,29	€ 180 781,64	
6		Necessidades Financeiras de Exploração (Ativo Corrente)						
		Adiantamentos a fornecedores	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	
		Estado e outros entes públicos	€ -	€ -	€ 28,88	€ -	€ -	
		<i>Sub-total:</i>	€ -	€ -	€ 28,88	€ -	€ -	
7		Recursos Financeiros de Exploração (Passivo Corrente)						
		Fornecedores	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	
		Estado e outros entes públicos	€ 486,53	€ 538,97	€ 377,16	€ 773,45	€ 937,74	
		<i>Sub-total:</i>	€ 486,53	€ 538,97	€ 377,16	€ 773,45	€ 937,74	
8 =	6 - 7	Necessidades de Fundo Maneio de Exploração	-€ 486,53	-€ 538,97	-€ 348,28	-€ 773,45	-€ 937,74	
9		Necessidades Financeiras Extra-Exploração (Ativo Corrente)						
		Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	
		Acionistas/ sócios	€ 1 603,70	€ 471,85	€ 467,84	€ 369,66	€ 603,79	
		Outras contas a receber	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	
		Diferimentos	€ 4 105,89	€ 2 253,29	€ 798,08	€ 1 703,89	€ 2 476,39	
		Instrumentos financeiros	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	
		Outros ativos correntes	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	
		<i>Sub-total:</i>	€ 5 709,58	€ 2 725,14	€ 1 265,91	€ 2 073,55	€ 3 080,19	
10		Recursos Financeiros Extra-Exploração (Passivo Corrente)						
		Acionistas/ sócios	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	
		Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	
		Outras contas a pagar	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	
		Diferimentos	€ 2 277,47	€ 5 845,31	€ 4 704,72	€ 5 326,76	€ 5 438,87	
		<i>Sub-total:</i>	€ 2 277,47	€ 5 845,31	€ 4 704,72	€ 5 326,76	€ 5 438,87	
11 =	9 - 10	Necessidades de Fundo Maneio Extra-Exploração	€ 3 432,11	-€ 3 120,17	-€ 3 438,81	-€ 3 253,21	-€ 2 358,68	
12 =	8 + 11	Necessidades de Fundo Maneio	€ 2 945,58	-€ 3 659,14	-€ 3 787,09	-€ 4 026,66	-€ 3 296,42	
13 =	5 - 12	Tesouraria Líquida	€ 27 595,70	€ 46 615,56	€ 72 982,31	€ 129 721,95	€ 184 078,06	
14		Ativos Financeiros (Ativo Corrente)						
		Outros ativos financeiros	€ -	€ 23 642,98	€ -	€ -	€ -	
		Caixa e depósitos bancários	€ 27 595,70	€ 22 972,59	€ 72 982,31	€ 129 721,95	€ 184 078,06	
		<i>Sub-total:</i>	€ 27 595,70	€ 46 615,56	€ 72 982,31	€ 129 721,95	€ 184 078,06	
15		Passivos Financeiros (Passivo Corrente)						
		Financiamentos obtidos	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	
		<i>Sub-total:</i>	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	
16 =	14 - 15	Tesouraria Global	€ 27 595,70	€ 46 615,56	€ 72 982,31	€ 129 721,95	€ 184 078,06	
13 = 16			Controle	€ -	€ -	€ -	€ 0,00	€ -

Apêndice 14 - Balanço Funcional (1996-2000)

		Balanço Funcional		1996	1997	1998	1999	2000
1		Fundos Próprios		€ 239 198,19	€ 324 910,43	€ 484 663,89	€ 657 784,96	€ 814 497,91
2		Passivo Não Corrente		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
3	= 1 + 2	Capitais Permanentes		€ 239 198,19	€ 324 910,43	€ 484 663,89	€ 657 784,96	€ 814 497,91
4		Ativo Não Corrente		€ 93 570,54	€ 379 819,51	€ 429 483,24	€ 428 999,86	€ 413 563,41
5	= 3 - 4	Fundo Maneio		€ 145 627,65	-€ 54 909,08	€ 55 180,66	€ 228 785,10	€ 400 934,49
6		Necessidades Financeiras de Exploração (Ativo Corrente)						
		Adiantamentos a fornecedores		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Estado e outros entes públicos		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		<i>Sub-total:</i>		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
7		Recursos Financeiros de Exploração (Passivo Corrente)						
		Fornecedores		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Estado e outros entes públicos		€ 694,29	€ 1 033,99	€ 1 873,99	€ 2 096,84	€ 3 147,32
		<i>Sub-total:</i>		€ 694,29	€ 1 033,99	€ 1 873,99	€ 2 096,84	€ 3 147,32
8	= 6 - 7	Necessidades de Fundo Maneio de Exploração		-€ 694,29	-€ 1 033,99	-€ 1 873,99	-€ 2 096,84	-€ 3 147,32
9		Necessidades Financeiras Extra-Exploração (Ativo Corrente)						
		Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Acionistas/ sócios		€ 319,55	€ 344,21	€ 964,77	€ 33 873,22	€ 19 268,55
		Outras contas a receber		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Diferimentos		€ -	€ -	€ -	€ 20 799,87	€ 31 316,77
		Instrumentos financeiros		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Outros ativos correntes		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		<i>Sub-total:</i>		€ 319,55	€ 344,21	€ 964,77	€ 54 673,09	€ 50 585,32
10		Recursos Financeiros Extra-Exploração (Passivo Corrente)						
		Acionistas/ sócios		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Outras contas a pagar		€ 9 921,64	€ 74 819,68	€ 122,44	€ 133,55	€ 79,52
		Diferimentos		€ -	€ 15 540,24	€ 22 697,72	€ 8 522,02	€ 41 974,56
		<i>Sub-total:</i>		€ 9 921,64	€ 90 359,92	€ 22 820,16	€ 8 655,58	€ 42 054,08
11	= 9 - 10	Necessidades de Fundo Maneio Extra-Exploração		-€ 9 602,09	-€ 90 015,72	-€ 21 855,39	-€ 46 017,51	-€ 8 531,24
12	= 8 + 11	Necessidades de Fundo Maneio		-€ 10 296,38	-€ 91 049,71	-€ 23 729,38	-€ 43 920,67	-€ 5 383,92
13	= 5 - 12	Tesouraria Líquida		€ 155 924,03	€ 36 140,63	€ 78 910,04	€ 184 864,43	€ 395 550,57
14		Ativos Financeiros (Ativo Corrente)						
		Outros ativos financeiros		€ -	€ -	€ -	€ -	€ 824,89
		Caixa e depósitos bancários		€ 155 924,03	€ 137 742,05	€ 86 063,97	€ 184 864,43	€ 394 725,69
		<i>Sub-total:</i>		€ 155 924,03	€ 137 742,05	€ 86 063,97	€ 184 864,43	€ 395 550,57
15		Passivos Financeiros (Passivo Corrente)						
		Financiamentos obtidos		€ -	€ 101 601,42	€ 7 153,93	€ -	€ -
		<i>Sub-total:</i>		€ -	€ 101 601,42	€ 7 153,93	€ -	€ -
16	= 14 - 15	Tesouraria Global		€ 155 924,03	€ 36 140,63	€ 78 910,04	€ 184 864,43	€ 395 550,57

13 = 16

Controle € - € - € - € - € -

Apêndice 15 - Balanço Funcional (2001-2005)

		Balanço Funcional		2001	2002	2003	2004	2005
1		Fundos Próprios		€ 892 768,54	€ 925 933,44	€ 962 420,94	€ 963 765,55	€ 964 315,81
2		Passivo Não Corrente		€ -	€ 1 864,50	€ -	€ -	€ -
3	= 1 + 2	Capitais Permanentes		€ 892 768,54	€ 927 797,94	€ 962 420,94	€ 963 765,55	€ 964 315,81
4		Ativo Não Corrente		€ 421 300,35	€ 470 398,13	€ 472 555,17	€ 446 905,29	€ 437 140,65
5	= 3 - 4	Fundo Maneio		€ 471 468,19	€ 457 399,81	€ 489 865,77	€ 516 860,26	€ 527 175,16
6		Necessidades Financeiras de Exploração (Ativo Corrente)						
		Adiantamentos a fornecedores		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Estado e outros entes públicos		€ -	€ -	€ 210,01	€ 137,34	€ -
		<i>Sub-total:</i>		€ -	€ -	€ 210,01	€ 137,34	€ -
7		Recursos Financeiros de Exploração (Passivo Corrente)						
		Fornecedores		€ -	€ -	€ -	€ -	€ 7 586,70
		Estado e outros entes públicos		€ 4 197,74	€ 3 967,51	€ 440,85	€ 441,29	€ 5 708,32
		<i>Sub-total:</i>		€ 4 197,74	€ 3 967,51	€ 440,85	€ 441,29	€ 13 295,02
8	= 6 - 7	Necessidades de Fundo Maneio de Exploração		-€ 4 197,74	-€ 3 967,51	-€ 230,84	-€ 303,95	-€ 13 295,02
9		Necessidades Financeiras Extra-Exploração (Ativo Corrente)						
		Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Acionistas/ sócios		€ 24 400,76	€ 27 775,32	€ 11 720,97	€ 16 077,16	€ 44 277,72
		Outras contas a receber		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Diferimentos		€ 70 183,44	€ 31 863,22	€ 20 723,29	€ 35 886,75	€ 36 507,53
		Instrumentos financeiros		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Outros ativos correntes		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		<i>Sub-total:</i>		€ 94 584,20	€ 59 638,54	€ 32 444,26	€ 51 963,91	€ 80 785,25
10		Recursos Financeiros Extra-Exploração (Passivo Corrente)						
		Acionistas/ sócios		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Outras contas a pagar		€ 77 973,76	€ -	€ -	€ 307,03	€ -
		Diferimentos		€ 11 615,28	€ 16 286,67	€ 36 573,09	€ 18 205,62	€ 18 401,99
		<i>Sub-total:</i>		€ 89 589,05	€ 16 286,67	€ 36 573,09	€ 18 512,65	€ 18 401,99
11	= 9 - 10	Necessidades de Fundo Maneio Extra-Exploração		€ 4 995,15	€ 43 351,87	-€ 4 128,83	€ 33 451,26	€ 62 383,26
12	= 8 + 11	Necessidades de Fundo Maneio		€ 797,41	€ 39 384,36	-€ 4 359,67	€ 33 147,31	€ 49 088,24
13	= 5 - 12	Tesouraria Líquida		€ 470 670,77	€ 418 015,45	€ 494 225,44	€ 483 712,95	€ 478 086,92
14		Ativos Financeiros (Ativo Corrente)						
		Outros ativos financeiros		€ 824,89	€ 824,89	€ 824,89	€ 881,60	€ 881,60
		Caixa e depósitos bancários		€ 469 845,89	€ 417 190,56	€ 493 400,55	€ 482 831,35	€ 477 205,32
		<i>Sub-total:</i>		€ 470 670,77	€ 418 015,45	€ 494 225,44	€ 483 712,95	€ 478 086,92
15		Passivos Financeiros (Passivo Corrente)						
		Financiamentos obtidos		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		<i>Sub-total:</i>		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
16	= 14 - 15	Tesouraria Global		€ 470 670,77	€ 418 015,45	€ 494 225,44	€ 483 712,95	€ 478 086,92

13 = 16

Controle € - € - € - € - € -

Apêndice 16 - Balanço Funcional (2006-2010)

		Balanço Funcional					
		2006	2007	2008	2009	2010	
1		Fundos Próprios	€ 1 034 334,98	€ 1 162 274,06	€ 1 307 795,40	€ 1 476 991,23	€ 1 513 535,90
2		Passivo Não Corrente	€ -	€ 292,74	€ 1 000,00	€ 99 392,84	€ 99 392,84
3	= 1 + 2	Capitais Permanentes	€ 1 034 334,98	€ 1 162 566,80	€ 1 308 795,40	€ 1 576 384,07	€ 1 612 928,74
4		Ativo Não Corrente	€ 427 711,43	€ 415 357,71	€ 403 201,87	€ 401 325,88	€ 383 960,10
5	= 3 - 4	Fundo Maneio	€ 606 623,55	€ 747 209,09	€ 905 593,53	€ 1 175 058,19	€ 1 228 968,64
6		Necessidades Financeiras de Exploração (Ativo Corrente)					
		Adiantamentos a fornecedores	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Estado e outros entes públicos	€ 311,15	€ 0,50	€ 223,86	€ -	€ 134,59
		<i>Sub-total:</i>	€ 311,15	€ 0,50	€ 223,86	€ -	€ 134,59
7		Recursos Financeiros de Exploração (Passivo Corrente)					
		Fornecedores	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Estado e outros entes públicos	€ 868,71	€ 702,31	€ 3 106,43	€ 4 942,58	€ 20 188,79
		<i>Sub-total:</i>	€ 868,71	€ 702,31	€ 3 106,43	€ 4 942,58	€ 20 188,79
8	= 6 - 7	Necessidades de Fundo Maneio de Exploração	-€ 557,56	-€ 701,81	-€ 2 882,57	-€ 4 942,58	-€ 20 054,20
9		Necessidades Financeiras Extra-Exploração (Ativo Corrente)					
		Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Acionistas/ sócios	€ 18 695,77	€ 13 995,82	€ 13 691,91	€ 115 290,21	€ 113 597,80
		Outras contas a receber	€ -	€ -	€ -	€ -	€ 33 505,80
		Diferimentos	€ 32 676,54	€ 30 236,87	€ 29 400,87	€ 35 124,38	€ -
		Instrumentos financeiros	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Outros ativos correntes	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		<i>Sub-total:</i>	€ 51 372,31	€ 44 232,69	€ 43 092,78	€ 150 414,59	€ 147 103,60
10		Recursos Financeiros Extra-Exploração (Passivo Corrente)					
		Acionistas/ sócios	€ -	€ -	€ -	€ 10 555,62	€ 4 682,01
		Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Outras contas a pagar	€ 2 783,28	€ 5 566,56	€ 8 349,84	€ 11 936,53	€ 37 630,00
		Diferimentos	€ 25 293,94	€ 33 536,07	€ 33 276,74	€ 25 769,74	€ -
		<i>Sub-total:</i>	€ 28 077,22	€ 39 102,63	€ 41 626,58	€ 48 261,89	€ 42 312,01
11	= 9 - 10	Necessidades de Fundo Maneio Extra-Exploração	€ 23 295,09	€ 5 130,06	€ 1 466,20	€ 102 152,70	€ 104 791,59
12	= 8 + 11	Necessidades de Fundo Maneio	€ 22 737,53	€ 4 428,25	-€ 1 416,37	€ 97 210,12	€ 84 737,39
13	= 5 - 12	Tesouraria Líquida	€ 583 886,02	€ 742 780,84	€ 907 009,90	€ 1 077 848,07	€ 1 144 231,25
14		Ativos Financeiros (Ativo Corrente)					
		Outros ativos financeiros	€ 881,60	€ 881,60	€ 881,60	€ 881,60	€ 881,60
		Caixa e depósitos bancários	€ 583 004,42	€ 741 899,24	€ 906 128,30	€ 1 076 966,47	€ 1 155 473,16
		<i>Sub-total:</i>	€ 583 886,02	€ 742 780,84	€ 907 009,90	€ 1 077 848,07	€ 1 156 354,76
15		Passivos Financeiros (Passivo Corrente)					
		Financiamentos obtidos	€ -	€ -	€ -	€ -	€ 12 123,51
		<i>Sub-total:</i>	€ -	€ -	€ -	€ -	€ 12 123,51
16	= 14 - 15	Tesouraria Global	€ 583 886,02	€ 742 780,84	€ 907 009,90	€ 1 077 848,07	€ 1 144 231,25

13 = 16

Controle € - € - € - € - € -

Apêndice 17 - Balanço Funcional (2011-2015)

		Balanço Funcional					
		2011	2012	2013	2014	2015	
1		Fundos Próprios	€ 1 485 865,33	€ 1 455 354,35	€ 1 421 308,58	€ 1 353 845,55	€ 1 652 132,29
2		Passivo Não Corrente	€ 99 392,84	€ 71 763,35	€ 36 576,57	€ -	€ -
3	= 1 + 2	Capitais Permanentes	€ 1 585 258,17	€ 1 527 117,70	€ 1 457 885,15	€ 1 353 845,55	€ 1 652 132,29
4		Ativo Não Corrente	€ 355 156,25	€ 333 853,40	€ 311 200,59	€ 260 606,08	€ 777 672,48
5	= 3 - 4	Fundo Maneio	€ 1 230 101,92	€ 1 193 264,30	€ 1 146 684,56	€ 1 093 239,47	€ 874 459,81
6		Necessidades Financeiras de Exploração (Ativo Corrente)					
		Adiantamentos a fornecedores	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Estado e outros entes públicos	€ 257,97	€ 788,12	€ 300,08	€ 1 967,86	€ 648,42
		<i>Sub-total:</i>	€ 257,97	€ 788,12	€ 300,08	€ 1 967,86	€ 648,42
7		Recursos Financeiros de Exploração (Passivo Corrente)					
		Fornecedores	-€ 24,31	€ -	€ -	€ -	€ 35,55
		Estado e outros entes públicos	€ 4 990,56	€ 5 564,87	€ 6 029,31	€ 6 820,34	€ 7 010,99
		<i>Sub-total:</i>	€ 4 966,25	€ 5 564,87	€ 6 029,31	€ 6 820,34	€ 7 046,54
8	= 6 - 7	Necessidades de Fundo Maneio de Exploração	-€ 4 708,28	-€ 4 776,75	-€ 5 729,23	-€ 4 852,48	-€ 6 398,12
9		Necessidades Financeiras Extra-Exploração (Ativo Corrente)					
		Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	€ -	€ -	€ 22 116,14	€ 2 585,43	€ 1 414,47
		Acionistas/ sócios	€ 112 748,36	€ 78 653,62	€ -	€ -	€ -
		Outras contas a receber	€ 36 553,88	€ 37 987,15	€ 33 851,43	€ 36 906,01	€ 32 471,03
		Diferimentos	€ -	€ -	€ -	€ 3 720,75	€ 3 720,75
		Instrumentos financeiros	€ -	€ -	€ 473 162,81	€ 319 526,91	€ -
		Outros ativos correntes	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		<i>Sub-total:</i>	€ 149 302,24	€ 116 640,77	€ 529 130,38	€ 362 739,10	€ 37 606,25
10		Recursos Financeiros Extra-Exploração (Passivo Corrente)					
		Acionistas/ sócios	€ 13 299,33	€ 15 945,67	€ -	€ -	€ -
		Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	€ -	€ -	€ 15 978,40	€ -	€ -
		Outras contas a pagar	€ 40 581,97	€ 20 383,53	€ -	€ 28 782,80	€ 46 467,19
		Diferimentos	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		<i>Sub-total:</i>	€ 53 881,30	€ 36 329,20	€ 15 978,40	€ 28 782,80	€ 46 467,19
11	= 9 - 10	Necessidades de Fundo Maneio Extra-Exploração	€ 95 420,94	€ 80 311,57	€ 513 151,98	€ 333 956,30	-€ 8 860,94
12	= 8 + 11	Necessidades de Fundo Maneio	€ 90 712,66	€ 75 534,82	€ 507 422,75	€ 329 103,82	-€ 15 259,06
13	= 5 - 12	Tesouraria Líquida	€ 1 139 389,26	€ 1 117 729,48	€ 639 261,81	€ 764 135,65	€ 889 718,87
14		Ativos Financeiros (Ativo Corrente)					
		Outros ativos financeiros	€ 881,60	€ 881,60	€ -	€ -	€ 124 830,00
		Caixa e depósitos bancários	€ 1 138 507,66	€ 1 116 847,88	€ 661 271,85	€ 764 135,65	€ 764 888,87
		<i>Sub-total:</i>	€ 1 139 389,26	€ 1 117 729,48	€ 661 271,85	€ 764 135,65	€ 889 718,87
15		Passivos Financeiros (Passivo Corrente)					
		Financiamentos obtidos	€ -	€ -	€ 22 010,04	€ -	€ -
		<i>Sub-total:</i>	€ -	€ -	€ 22 010,04	€ -	€ -
16	= 14 - 15	Tesouraria Global	€ 1 139 389,26	€ 1 117 729,48	€ 639 261,81	€ 764 135,65	€ 889 718,87

13 = 16

Controle € - € - € - € - € -

Apêndice 18 - Balanço Funcional (2016-2021)

		Balanço Funcional		2016	2017	2018	2019	2020	2021
1		Fundos Próprios		€ 1 603 839,56	€ 1 616 608,96	€ 1 648 099,23	€ 1 682 752,18	€ 1 770 648,41	€ 1 861 890,76
2		Passivo Não Corrente		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
3	= 1+2	Capitais Permanentes		€ 1 603 839,56	€ 1 616 608,96	€ 1 648 099,23	€ 1 682 752,18	€ 1 770 648,41	€ 1 861 890,76
4		Ativo Não Corrente		€ 768 131,36	€ 753 369,21	€ 740 570,32	€ 728 288,83	€ 716 149,31	€ 705 452,20
5	= 3 - 4	Fundo Maneio		€ 835 708,20	€ 863 239,75	€ 907 528,91	€ 954 463,35	€ 1 054 499,10	€ 1 156 438,56
6		Necessidades Financeiras de Exploração (Ativo Corrente)							
		Adiantamentos a fornecedores		€ 14,31	€ 1 844,07	€ -	€ -	€ -	€ -
		Estado e outros entes públicos		€ 305,14	€ 332,01	€ 316,06	€ 0,63	€ 3 296,69	€ 53,38
		<i>Sub-total:</i>		€ 319,45	€ 2 176,08	€ 316,06	€ 0,63	€ 3 296,69	€ 53,38
7		Recursos Financeiros de Exploração (Passivo Corrente)							
		Fornecedores		€ 2 038,09	€ 2 002,55	€ 2 179,37	€ 3 123,15	€ 1 106,66	€ 1 647,61
		Estado e outros entes públicos		€ 7 901,58	€ 6 101,49	€ 6 150,02	€ 5 795,99	€ 6 008,27	€ 8 388,25
		<i>Sub-total:</i>		€ 9 939,67	€ 8 104,04	€ 8 329,39	€ 8 919,14	€ 7 114,93	€ 10 035,86
8	= 6 - 7	Necessidades de Fundo Maneio de Exploração		-€ 9 620,22	-€ 5 927,96	-€ 8 013,33	-€ 8 918,51	-€ 3 818,24	-€ 9 982,48
9		Necessidades Financeiras Extra-Exploração (Ativo Corrente)							
		Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		€ 877,78	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Acionistas/ sócios		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Outras contas a receber		€ 14 142,22	€ 9 211,32	€ 4 712,99	€ 5 652,41	€ 5 658,35	€ 4 522,45
		Diferimentos		€ 34,01	€ 1 799,97	€ 24 949,30	€ 2 973,97	€ 26 309,70	€ 103,52
		Instrumentos financeiros		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Outros ativos correntes		€ -	€ 12 600,00	€ 12 300,00	€ -	€ -	€ -
		<i>Sub-total:</i>		€ 15 054,01	€ 23 611,29	€ 41 962,29	€ 8 626,38	€ 31 968,05	€ 4 625,97
10		Recursos Financeiros Extra-Exploração (Passivo Corrente)							
		Acionistas/ sócios		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Outras contas a pagar		€ 59 966,22	€ 44 553,41	€ 55 817,24	€ 48 960,73	€ 46 128,74	€ 46 781,36
		Diferimentos		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		<i>Sub-total:</i>		€ 59 966,22	€ 44 553,41	€ 55 817,24	€ 48 960,73	€ 46 128,74	€ 46 781,36
11	= 9 - 10	Necessidades de Fundo Maneio Extra-Exploração		-€ 44 912,21	-€ 20 942,12	-€ 13 854,95	-€ 40 334,35	-€ 14 160,69	-€ 42 155,39
12	= 8 + 11	Necessidades de Fundo Maneio		-€ 54 532,43	-€ 26 870,08	-€ 21 868,28	-€ 49 252,86	-€ 17 978,93	-€ 52 137,87
13	= 5 - 12	Tesouraria Líquida		€ 890 240,63	€ 890 109,83	€ 929 397,19	€ 1 003 716,21	€ 1 072 478,03	€ 1 208 576,43
14		Ativos Financeiros (Ativo Corrente)							
		Outros ativos financeiros		€ 129 000,00	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		Caixa e depósitos bancários		€ 761 240,63	€ 890 109,83	€ 929 397,19	€ 1 003 716,21	€ 1 072 478,03	€ 1 208 576,43
		<i>Sub-total:</i>		€ 890 240,63	€ 890 109,83	€ 929 397,19	€ 1 003 716,21	€ 1 072 478,03	€ 1 208 576,43
15		Passivos Financeiros (Passivo Corrente)							
		Financiamentos obtidos		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
		<i>Sub-total:</i>		€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
16	= 14 - 15	Tesouraria Global		€ 890 240,63	€ 890 109,83	€ 929 397,19	€ 1 003 716,21	€ 1 072 478,03	€ 1 208 576,43

13 = 16

Controle € - € - € - € - € - € -

Apêndice 19 – Rácios e Indicadores (1991-1995)

Rácios		1991	1992	1993	1994	1995	
ATIVIDADE	Indicadores	Volume de Negócios	€ 100 693,80	€ 125 366,63	€ 155 029,90	€ 182 083,91	€ 209 388,30
		Valor Acrescentado Bruto	€ 32 471,80	€ 49 764,01	€ 68 797,82	€ 91 566,07	€ 95 155,40
		Valor Acrescentado Líquido	€ 29 144,56	€ 44 343,23	€ 59 249,03	€ 82 265,69	€ 86 431,09
PRODUTIVIDADE	Meios Económicos	Activo Total	€ 2,32	€ 1,95	€ 1,59	€ 1,22	€ 1,03
		Activo não Corrente	€ 9,91	€ 8,30	€ 6,72	€ 10,70	€ 12,73
		Factores Produção	€ 6,44	€ 4,75	€ 5,57	€ 5,05	€ 5,27
SUSTENTABILIDADE	Comercial	Operativa do Volume de Negócios	13,42%	14,32%	20,28%	25,39%	22,31%
		Líquida do Volume de Negócios	15,38%	15,73%	22,05%	27,71%	26,07%
	Económica	Activo Total	31,08%	27,85%	32,30%	31,06%	22,94%
		Líquida do Activo	35,64%	30,59%	35,13%	33,91%	26,81%
LÍQUIDEZ	Financeira	Geral	0,38	0,34	0,37	0,35	0,28
		Reduzida	12,05	7,73	14,62	21,61	29,35
		Imediata	10,56	7,38	14,46	25,61	28,96
ESTRUTURA FINANCEIRA	Rácios	Estrutura do Fundo de Maneio	9,98	3,60	14,36	21,27	28,87
		Estrutura das Necessidades de Fundo de Maneio	30,33%	34,26%	44,63%	69,03%	86,34%
	Indicadores	Capacidade de Autofinanciamento	2,93%	-2,92%	-2,44%	-2,21%	-1,57%
		Autofinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO	Indicadores	Endividamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Autonomia Financeira	6,36%	9,91%	5,22%	4,10%	3,13%
			93,64%	90,09%	94,78%	95,90%	96,87%

Apêndice 20 - Rácios e Indicadores (1996-2000)

Rácios		1996	1997	1998	1999	2000	
ATIVIDADE	Indicadores	Volume de Negócios	€ 251 870,90	€ 288 567,33	€ 316 627,49	€ 355 715,50	€ 443 851,78
		Valor Acrescentado Bruto	€ 83 748,76	€ 127 332,45	€ 225 474,07	€ 247 320,36	€ 237 775,79
		Valor Acrescentado Líquido	€ 73 540,47	€ 118 906,99	€ 209 993,25	€ 230 497,52	€ 220 754,89
PRODUTIVIDADE	Meios Económicos	Activo Total	€ 1,01	€ 0,56	€ 0,61	€ 0,53	€ 0,52
		Activo não Corrente	€ 2,69	€ 0,76	€ 0,74	€ 0,83	€ 1,07
		Factores Produção	€ 6,42	€ 7,10	€ 6,04	€ 5,99	€ 7,27
SUSTENTABILIDADE	Comercial	Operativa do Volume de Negócios	13,62%	27,13%	49,78%	48,10%	35,95%
		Líquida do Volume de Negócios	16,66%	29,70%	50,45%	48,67%	37,12%
	Económica	Activo Total	13,74%	15,12%	30,51%	25,59%	18,56%
		Líquida do Activo	16,80%	16,55%	30,93%	25,90%	19,16%
LÍQUIDEZ	Financeira	Geral	0,18	€ 0,26	€ 0,33	€ 0,26	€ 0,20
		Reduzida	14,72	0,72	2,73	22,28	9,87
		Reduzida	39,08	0,72	15,70	20,34	9,18
		Imediata	14,69	0,71	2,70	17,19	8,73
ESTRUTURA FINANCEIRA	Rácios	Estrutura do Fundo de Maneio	57,82%	-19,03%	17,43%	64,32%	90,33%
		Estrutura das Necessidades de Fundo de Maneio	-4,09%	-31,55%	-7,49%	12,35%	1,21%
	Indicadores	Capacidade de Autofinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Autofinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO	Indicadores	Endividamento	4,25%	37,26%	6,17%	1,61%	5,26%
		Autonomia Financeira	95,75%	62,74%	93,83%	98,39%	94,74%

Apêndice 21 - Rácios e Indicadores (2001-2005)

		Rácios					
		2001	2002	2003	2004	2005	
ATIVIDADE	Indicadores	Volume de Negócios	€ 498 170,73	€ 541 076,14	€ 570 082,69	€ 603 714,17	€ 631 876,28
		Valor Acrescentado Bruto	€ 187 097,12	€ 153 476,21	€ 183 112,39	€ 163 653,71	€ 165 313,89
		Valor Acrescentado Líquido	€ 167 889,09	€ 133 132,35	€ 158 935,32	€ 137 659,76	€ 142 366,00
PRODUTIVIDADE	Meios Económicos	Activo Total	€ 0,50	€ 0,57	€ 0,57	€ 0,61	€ 0,63
		Activo não Corrente	€ 1,18	€ 1,15	€ 1,21	€ 1,35	€ 1,45
		Factores Produção	€ 4,85	€ 3,57	€ 4,71	€ 4,26	€ 4,35
SUSTENTABILIDADE	Comercial	Operativa do Volume de Negócios	13,06%	-3,72%	4,12%	-0,77%	-0,85%
		Líquida do Volume de Negócios	15,71%	-3,71%	4,12%	0,22%	0,09%
	Económica	Activo Total	6,59%	-2,12%	2,35%	-0,47%	-0,54%
		Líquida do Activo	7,93%	-2,12%	2,35%	0,14%	0,06%
LÍQUIDEZ	Financeira	€ 0,09	€ 0,02	€ 0,02	€ 0,00	€ 0,00	
		Geral	6,03	23,58	14,23	28,27	17,63
		Reduzida	5,28	60,98	13,67	47,78	16,48
		Imediata	5,01	20,60	13,33	25,47	15,06
ESTRUTURA FINANCEIRA	Rácios	Estrutura do Fundo de Maneio	94,64%	84,54%	85,93%	85,61%	83,43%
		Estrutura das Necessidades de Fundo de Maneio	0,16%	7,28%	-0,76%	5,49%	7,77%
	Indicadores	Capacidade de Autofinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Autofinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO	Indicadores	Endividamento	9,51%	2,33%	3,70%	1,93%	3,18%
		Autonomia Financeira	90,49%	97,67%	96,30%	98,07%	96,82%

Apêndice 22 - Rácios e Indicadores (2006-2010)

Rácios		2006	2007	2008	2009	2010	
ATIVIDADE	Indicadores	Volume de Negócios	€ 644 208,93	€ 666 023,01	€ 709 143,30	€ 732 793,09	€ 706 694,02
		Valor Acrescentado Bruto	€ 286 224,62	€ 322 441,84	€ 329 215,57	€ 357 043,80	€ 244 842,82
		Valor Acrescentado Líquido	€ 266 664,55	€ 299 932,59	€ 309 567,35	€ 326 823,88	€ 208 548,02
PRODUTIVIDADE	Indicadores	Meios Económicos	€ 0,61	€ 0,55	€ 0,52	€ 0,45	€ 0,42
		Activo Total	€ 1,51	€ 1,60	€ 1,76	€ 1,83	€ 1,84
		Activo não Corrente	€ 4,25	€ 4,42	€ 4,71	€ 4,61	€ 3,98
SUSTENTABILIDADE	Indicadores	Factores Produção	9,58%	16,71%	19,65%	21,48%	4,16%
		Comercial	10,87%	19,21%	20,66%	22,95%	5,17%
		Económica	5,80%	9,26%	10,29%	9,66%	1,74%
LÍQUIDEZ	Indicadores	Finança	6,59%	10,64%	10,83%	10,32%	2,17%
		Operativa do Volume de Negócios	€ 0,07	€ 0,11	€ 0,11	€ 0,11	€ 0,02
		Líquida do Ativo	21,96	19,77	21,24	23,09	17,47
ESTRUTURA FINANCEIRA	Indicadores	Reduzida	37,36	19,01	0,00	22,43	0,00
		Imediata	20,14	18,64	20,26	20,24	15,48
		Operativa do Fundo de Maneio	94,17%	112,19%	127,70%	160,35%	173,90%
FINANCIAMENTO	Indicadores	Estrutura das Necessidades de Fundo de Maneio	3,53%	0,66%	-0,20%	13,27%	11,99%
		Capacidade de Autofinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Autofinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO	Indicadores	Endividamento	2,72%	3,33%	3,38%	9,36%	10,31%
		Autonomia Financeira	97,28%	96,67%	96,62%	90,64%	89,69%

Apêndice 23 - Rácios e Indicadores (2011-2015)

		Rácios					
		2011	2012	2013	2014	2015	
ATIVIDADE	Indicadores	Volume de Negócios	€ 596 059,14	€ 610 796,27	€ 619 091,94	€ 621 862,12	€ 630 686,21
		Valor Acrescentado Bruto	€ 173 845,42	€ 117 948,06	€ 191 835,92	€ 139 079,29	€ 148 795,72
		Valor Acrescentado Líquido	€ 137 051,28	€ 88 807,36	€ 161 115,49	€ 99 749,42	€ 134 130,47
PRODUTIVIDADE	Meios Económicos	Activo Total	€ 0,36	€ 0,39	€ 0,41	€ 0,45	€ 0,37
		Activo não Corrente	€ 1,68	€ 1,83	€ 1,99	€ 2,39	€ 0,81
		Factores Produção	€ 3,25	€ 3,34	€ 3,18	€ 3,21	€ 3,40
SUSTENTABILIDADE	Comercial	Operativa do Volume de Negócios	-7,95%	-11,34%	-5,91%	-11,67%	-11,49%
		Líquida do Volume de Negócios	-4,64%	-5,00%	-3,11%	-8,54%	-14,39%
	Económica	Activo Total	-2,88%	-4,41%	-2,44%	-5,22%	-4,25%
		Líquida do Activo	-1,68%	-1,94%	-1,28%	-3,82%	-5,32%
LÍQUIDEZ	Financeira	General	€ 0,02	€ 0,02	€ 0,01	€ 0,04	€ 0,05
		Reduzida	21,90	29,48	27,05	31,71	17,34
		Imediata	21,90	0,00	27,05	0,00	17,27
ESTRUTURA FINANCEIRA	Rácios	Estrutura do Fundo de Maneio	206,37%	195,36%	185,22%	175,80%	138,65%
		Estrutura das Necessidades de Fundo de Maneio	15,22%	12,37%	81,96%	52,92%	-2,42%
	Indicadores	Capacidade de Autofinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Autofinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO	Indicadores	Endividamento	9,62%	7,24%	5,37%	2,56%	3,14%
		Autonomia Financeira	90,38%	92,76%	94,63%	97,44%	96,86%

Apêndice 24 - Rácios e Indicadores (2016-2021)

Rácios		2016	2017	2018	2019	2020	2021	
ATIVIDADE	Indicadores	Volume de Negócios	€ 637 193,59	€ 672 534,18	€ 695 207,41	€ 699 530,97	€ 705 589,67	€ 703 269,96
		Valor Acrescentado Bruto	€ 145 528,01	€ 202 917,19	€ 220 391,80	€ 222 551,69	€ 301 976,21	€ 299 349,15
		Valor Acrescentado Líquido	€ 130 177,09	€ 188 096,48	€ 207 534,35	€ 210 255,41	€ 289 680,14	€ 288 122,00
PRODUTIVIDADE	Meios Económicos	Activo Total	€ 0,38	€ 0,40	€ 0,41	€ 0,40	€ 0,39	€ 0,37
		Activo não Corrente	€ 0,83	€ 0,89	€ 0,94	€ 0,96	€ 0,99	€ 1,00
		Mão-de-Obra	€ 3,57	€ 3,80	€ 3,93	€ 3,92	€ 3,50	€ 3,56
SUSTENTABILIDADE	Comercial	Operativa do Volume de Negócios	-7,67%	1,82%	5,09%	4,86%	12,46%	12,97%
		Líquida do Volume de Negócios	-7,67%	1,82%	5,09%	4,86%	12,46%	12,97%
	Económica	Activo Total	-2,92%	0,73%	2,06%	1,95%	4,82%	4,76%
		Líquida do Activo	-2,92%	0,73%	2,06%	1,95%	4,82%	4,76%
		Financeira	€ 0,03	€ 0,01	€ 0,02	€ 0,02	€ 0,05	€ 0,05
LIQUIDEZ	Geral	Reduzida	12,95	17,39	15,15	17,49	20,81	21,35
		Reduzida	0,00	17,36	0,00	17,44	0,00	21,35
		Imediata	10,89	16,90	14,49	17,34	20,14	21,27
ESTRUTURA FINANCEIRA	Rácios	Estrutura do Fundo de Maneio	131,15%	128,36%	130,54%	136,44%	149,45%	164,44%
		Estrutura das Necessidades de Fundo de Maneio	-8,56%	-4,00%	-3,15%	-7,04%	-2,55%	-7,41%
	Indicadores	Capacidade de Autofinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Autofinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO	Endividamento	Endividamento	4,18%	3,15%	3,75%	3,33%	2,92%	2,96%
		Autonomia Financeira	95,82%	96,85%	96,25%	96,67%	97,08%	97,04%

Apêndice 25 - Demonstração de Resultados Teoria dos Gastos Volume Resultados (1991-1995)

Demonstração de Resultados Teoria dos GVR	1991	1992	1993	1994	1995
Vendas e Serviços Prestados	€ 100 693,80	€ 125 366,63	€ 155 029,90	€ 182 083,91	€ 209 388,30
Volume de Atividade	€ 100 693,80	€ 125 366,63	€ 155 029,90	€ 182 083,91	€ 209 388,30
Subsídio à Exploração	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Variação nos Inventários de Produção					
Trabalhos para a Própria Entidade					
Outros Rendimentos e Ganhos	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Rendimentos Operacionais	€ 100 693,80	€ 125 366,63	€ 155 029,90	€ 182 083,91	€ 209 388,30
Gastos Variáveis					
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas					
Fornecimentos e Serviços Externos	-€ 67 884,25	-€ 75 578,92	-€ 82 615,40	-€ 88 584,09	-€ 110 377,19
	-€ 67 884,25	-€ 75 578,92	-€ 82 615,40	-€ 88 584,09	-€ 110 377,19
Margem Bruta	€ 32 809,55	€ 49 787,71	€ 72 414,49	€ 93 499,82	€ 99 011,11
Gastos Fixos					
Gastos com Pessoal	-€ 15 633,15	-€ 26 392,83	-€ 27 813,22	-€ 36 040,85	-€ 39 724,51
Imparidades	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Provisões	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Outros Gastos e Perdas	-€ 337,75	-€ 23,69	-€ 3 616,68	-€ 1 933,75	-€ 3 855,71
Gastos de Depreciação e Amortização	-€ 3 327,25	-€ 5 420,78	-€ 9 548,79	-€ 9 300,38	-€ 8 724,31
	-€ 19 298,14	-€ 31 837,31	-€ 40 978,68	-€ 47 274,98	-€ 52 304,53
Resultado Operacional	€ 13 511,41	€ 17 950,40	€ 31 435,81	€ 46 224,84	€ 46 706,58
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	€ 1 979,84	€ 1 765,14	€ 2 754,67	€ 4 235,72	€ 7 889,14
Juros e Gastos Similares Suportados	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Aumentos e Reduções do Justo Valor	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Gasto Líquido de Financiamento	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Resultado Antes de Imposto	€ 15 491,25	€ 19 715,54	€ 34 190,48	€ 50 460,56	€ 54 595,72
Imposto sobre o Rendimento do Período					
Resultado Líquido do Período	€ 15 491,25	€ 19 715,54	€ 34 190,48	€ 50 460,56	€ 54 595,72
Dividendos					
Resultado Líquido do Período Retido	€ 15 491,25	€ 19 715,54	€ 34 190,48	€ 50 460,56	€ 54 595,72

Aplicações Teoria dos GVR	1991	1992	1993	1994	1995
Ponto crítico (PC)	59 226,76	80 167,10	87 729,97	92 064,49	110 613,41
Margem segurança (MS)	70,01%	56,38%	76,71%	97,78%	89,30%
Grau económico alavanca (MB/RO)	2,43	2,77	2,30	2,02	2,12
Grau financeiro alavanca (RO/RAI)	0,87	0,91	0,92	0,92	0,86
Grau combinado alavanca (GEA*GFA)	2,12	2,53	2,12	1,85	1,81
Ponto morto financeiro (PMF)	59226,76	80167,10	87729,97	92064,49	110613,41

Diferença entre PC e VN € 41 467,04 € 45 199,53 € 67 299,93 € 90 019,43 € 98 774,89

Apêndice 26 - Demonstração de Resultados Teoria dos Gastos Volume Resultados (1996-2000)

Demonstração de Resultados Teoria dos GVR	1996	1997	1998	1999	2000
Vendas e Serviços Prestados	€ 251 870,90	€ 288 567,33	€ 316 627,49	€ 355 715,50	€ 443 851,78
Volume de Atividade	€ 251 870,90	€ 288 567,33	€ 316 627,49	€ 355 715,50	€ 443 851,78
Subsídio à Exploração	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Variação nos Inventários de Produção					
Trabalhos para a Própria Entidade					
Outros Rendimentos e Ganhos	€ -	€ -	€ 95 109,71	€ 22 273,42	€ 15 127,65
Rendimentos Operacionais	€ 251 870,90	€ 288 567,33	€ 411 737,19	€ 377 988,91	€ 458 979,43
Gastos Variáveis					
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas					
Fornecimentos e Serviços Externos	-€ 164 536,94	-€ 150 375,83	-€ 167 027,89	-€ 121 600,90	-€ 212 174,74
	-€ 164 536,94	-€ 150 375,83	-€ 167 027,89	-€ 121 600,90	-€ 212 174,74
Margem Bruta	€ 87 333,96	€ 138 191,49	€ 244 709,30	€ 256 388,01	€ 246 804,69
Gastos Fixos					
Gastos com Pessoal	-€ 39 227,82	-€ 40 625,02	-€ 52 389,49	-€ 59 393,44	-€ 61 088,09
Imparidades	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Provisões	€ -	€ -	€ -	€ -	-€ 95,83
Outros Gastos e Perdas	-€ 3 585,20	-€ 10 859,04	-€ 19 235,23	-€ 9 067,65	-€ 9 028,90
Gastos de Depreciação e Amortização	-€ 10 208,28	-€ 8 425,46	-€ 15 480,82	-€ 16 822,85	-€ 17 020,90
	-€ 53 021,31	-€ 59 909,53	-€ 87 105,55	-€ 85 283,93	-€ 87 233,72
Resultado Operacional	€ 34 312,65	€ 78 281,97	€ 157 603,76	€ 171 104,08	€ 159 570,96
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	€ 7 652,38	€ 7 430,27	€ 2 149,71	€ 2 016,99	€ 5 185,93
Juros e Gastos Similares Suportados	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Aumentos e Reduções do Justo Valor	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Gasto Líquido de Financiamento	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Resultado Antes de Imposto	€ 41 965,03	€ 85 712,24	€ 159 753,46	€ 173 121,07	€ 164 756,89
Imposto sobre o Rendimento do Período					
Resultado Líquido do Período	€ 41 965,03	€ 85 712,24	€ 159 753,46	€ 173 121,07	€ 164 756,89
Dividendos					
Resultado Líquido do Período Retido	€ 41 965,03	€ 85 712,24	€ 159 753,46	€ 173 121,07	€ 164 756,89

Aplicações Teoria dos GVR	1996	1997	1998	1999	2000
Ponto crítico (PC)	152 913,31	125 101,27	184 358,85	129 581,05	167 124,21
Margem segurança (MS)	64,71%	130,67%	71,75%	174,51%	165,58%
Grau económico alavanca (MB/RO)	2,55	1,77	1,55	1,50	1,55
Grau financeiro alavanca (RO/RAI)	0,82	0,91	0,99	0,99	0,97
Grau combinado alavanca (GEA*GFA)	2,08	1,61	1,53	1,48	1,50
Ponto morto financeiro (PMF)	152913,31	125101,27	184358,85	129581,05	167124,21

Diferença entre PC e VN € 98 957,59 € 163 466,06 € 132 268,63 € 226 134,44 € 276 727,57

Apêndice 27 - Demonstração de Resultados Teoria dos Gastos Volume Resultados (2001-2005)

Demonstração de Resultados Teoria dos GVR	2001	2002	2003	2004	2005
Vendas e Serviços Prestados	€ 498 170,73	€ 541 076,14	€ 570 082,69	€ 603 714,17	€ 631 876,28
Volume de Atividade	€ 498 170,73	€ 541 076,14	€ 570 082,69	€ 603 714,17	€ 631 876,28
Subsídio à Exploração	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Variação nos Inventários de Produção					
Trabalhos para a Própria Entidade					
Outros Rendimentos e Ganhos	€ -	€ 18 172,06	€ 10 621,99	€ -	€ -
Rendimentos Operacionais	€ 498 170,73	€ 559 248,20	€ 580 704,68	€ 603 714,17	€ 631 876,28
Gastos Variáveis					
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas					
Fornecimentos e Serviços Externos	-€ 302 264,65	-€ 395 645,02	-€ 377 580,33	-€ 412 828,15	-€ 436 337,09
	-€ 302 264,65	-€ 395 645,02	-€ 377 580,33	-€ 412 828,15	-€ 436 337,09
Margem Bruta	€ 195 906,08	€ 163 603,18	€ 203 124,35	€ 190 886,02	€ 195 539,19
Gastos Fixos					
Gastos com Pessoal	-€ 102 771,59	-€ 151 373,97	-€ 121 140,94	-€ 141 807,29	-€ 145 284,06
Imparidades	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Provisões	-€ 63,89	-€ 1 864,50	-€ 14 309,94	-€ 482,74	-€ 2 470,41
Outros Gastos e Perdas	-€ 8 808,97	-€ 10 126,97	-€ 20 011,96	-€ 27 232,31	-€ 30 225,30
Gastos de Depreciação e Amortização	-€ 19 208,02	-€ 20 343,86	-€ 24 177,07	-€ 25 993,95	-€ 22 947,89
	-€ 130 852,46	-€ 183 709,30	-€ 179 639,91	-€ 195 516,29	-€ 200 927,66
Resultado Operacional	€ 65 053,62	-€ 20 106,12	€ 23 484,44	-€ 4 630,27	-€ 5 388,47
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	€ 13 217,01	€ 42,02	€ -	€ 5 975,07	€ 5 938,72
Juros e Gastos Similares Suportados	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Aumentos e Reduções do Justo Valor	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Gasto Líquido de Financiamento	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Resultado Antes de Imposto	€ 78 270,63	-€ 20 064,10	€ 23 484,44	€ 1 344,80	€ 550,25
Imposto sobre o Rendimento do Período					
Resultado Líquido do Período	€ 78 270,63	-€ 20 064,10	€ 23 484,44	€ 1 344,80	€ 550,25
Dividendos					
Resultado Líquido do Período Retido	€ 78 270,63	-€ 20 064,10	€ 23 484,44	€ 1 344,80	€ 550,25

Aplicações Teoria dos GVR	2001	2002	2003	2004	2005
Ponto crítico (PC)	332 745,50	683 490,02	531 991,42	618 358,30	649 288,88
Margem segurança (MS)	49,72%	-20,84%	7,16%	-2,37%	-2,68%
Grau económico alavanca (MB/RO)	3,01	-8,14	8,65	-41,23	-36,29
Grau financeiro alavanca (RO/RAI)	0,83	1,00	1,00	-3,44	-9,79
Grau combinado alavanca (GEA*GFA)	2,50	-8,15	8,65	141,94	355,36
Ponto morto financeiro (PMF)	332745,50	683490,02	531991,42	618358,30	649288,88

Diferença entre PC e VN € 165 425,24 -€ 142 413,88 € 38 091,27 -€ 14 644,13 -€ 17 412,60

Apêndice 28 - Demonstração de Resultados Teoria dos Gastos Volume Resultados (2006-2010)

Demonstração de Resultados Teoria dos GVR	2006	2007	2008	2009	2010
Vendas e Serviços Prestados	€ 644 208,93	€ 666 023,01	€ 709 143,30	€ 732 793,09	€ 706 694,02
Volume de Atividade	€ 644 208,93	€ 666 023,01	€ 709 143,30	€ 732 793,09	€ 706 694,02
Subsídio à Exploração	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Variação nos Inventários de Produção					
Trabalhos para a Própria Entidade					
Outros Rendimentos e Ganhos	€ 482,75	€ 8 484,33	€ 9 142,29	€ 18 610,17	€ 44,72
Rendimentos Operacionais	€ 644 691,68	€ 674 507,34	€ 718 285,59	€ 751 403,26	€ 706 738,74
Gastos Variáveis					
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas					
Fornecimentos e Serviços Externos	-€ 341 955,79	-€ 332 502,08	-€ 364 406,88	-€ 377 705,71	-€ 445 257,71
	-€ 341 955,79	-€ 332 502,08	-€ 364 406,88	-€ 377 705,71	-€ 445 257,71
Margem Bruta	€ 302 735,89	€ 342 005,26	€ 353 878,71	€ 373 697,55	€ 261 481,03
Gastos Fixos					
Gastos com Pessoal	-€ 151 573,14	-€ 150 719,23	-€ 150 600,04	-€ 158 855,55	-€ 177 589,69
Imparidades	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Provisões	-€ 53 369,49	-€ 37 902,03	-€ 19 645,17	-€ 10 555,62	-€ 1 567,89
Outros Gastos e Perdas	-€ 16 511,27	-€ 19 563,42	-€ 24 663,14	-€ 16 653,75	-€ 16 638,21
Gastos de Depreciação e Amortização	-€ 19 560,07	-€ 22 509,25	-€ 19 648,22	-€ 30 219,92	-€ 36 294,80
	-€ 241 013,97	-€ 230 693,93	-€ 214 556,57	-€ 216 284,84	-€ 232 090,59
Resultado Operacional	€ 61 721,92	€ 111 311,33	€ 139 322,14	€ 157 412,71	€ 29 390,44
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	€ 8 297,25	€ 16 627,75	€ 7 199,20	€ 14 542,03	€ -
Juros e Gastos Similares Suportados	€ -	€ -	€ -	-€ 3 758,91	€ 7 154,23
Aumentos e Reduções do Justo Valor	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Gasto Líquido de Financiamento	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Resultado Antes de Imposto	€ 70 019,17	€ 127 939,08	€ 146 521,34	€ 168 195,83	€ 36 544,67
Imposto sobre o Rendimento do Período					
Resultado Líquido do Período	€ 70 019,17	€ 127 939,08	€ 146 521,34	€ 168 195,83	€ 36 544,67
Dividendos					
Resultado Líquido do Período Retido	€ 70 019,17	€ 127 939,08	€ 146 521,34	€ 168 195,83	€ 36 544,67

Aplicações Teoria dos GVR					
Ponto crítico (PC)	513 686,48	460 683,13	441 355,61	446 346,58	627 368,98
Margem segurança (MS)	25,41%	44,57%	60,67%	64,18%	12,64%
Grau económico alavanca (MB/RO)	4,90	3,07	2,54	2,37	8,90
Grau financeiro alavanca (RO/RAI)	0,88	0,87	0,95	0,94	0,80
Grau combinado alavanca (GEA*GFA)	4,32	2,67	2,42	2,22	7,16
Ponto morto financeiro (PMF)	513686,48	460683,13	441355,61	438589,32	646707,73

Diferença entre PC e VN € 130 522,45 € 205 339,88 € 267 787,69 € 286 446,51 € 79 325,04

Apêndice 29 - Demonstração de Resultados Teoria dos Gastos Volume Resultados (2011-2015)

Demonstração de Resultados Teoria dos GVR	2011	2012	2013	2014	2015
Vendas e Serviços Prestados	€ 596 059,14	€ 610 796,27	€ 619 091,94	€ 621 862,12	€ 630 686,21
Volume de Atividade	€ 596 059,14	€ 610 796,27	€ 619 091,94	€ 621 862,12	€ 630 686,21
Subsídio à Exploração	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Variação nos Inventários de Produção					
Trabalhos para a Própria Entidade					
Outros Rendimentos e Ganhos	€ -	€ 26 590,23	€ 8 314,75	€ 6 478,87	€ 13 010,27
Rendimentos Operacionais	€ 596 059,14	€ 637 386,50	€ 627 406,69	€ 628 340,99	€ 643 696,48
Gastos Variáveis					
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas					
Fornecimentos e Serviços Externos	-€ 400 827,52	-€ 463 274,62	-€ 413 943,65	-€ 452 255,24	-€ 470 102,52
	-€ 400 827,52	-€ 463 274,62	-€ 413 943,65	-€ 452 255,24	-€ 470 102,52
Margem Bruta	€ 195 231,62	€ 174 111,88	€ 213 463,04	€ 176 085,75	€ 173 593,96
Gastos Fixos					
Gastos com Pessoal	-€ 183 265,23	-€ 183 024,91	-€ 194 552,67	-€ 193 878,24	-€ 185 548,58
Imparidades	€ -	€ -	€ -	€ 32 153,24	-€ 2 032,61
Provisões	-€ 1 175,82	€ 24 983,15	-€ 3 137,73	€ -	€ -
Outros Gastos e Perdas	-€ 21 386,20	-€ 56 163,82	-€ 21 627,12	-€ 37 006,46	-€ 24 798,24
Gastos de Depreciação e Amortização	-€ 36 794,14	-€ 29 140,70	-€ 30 720,43	-€ 39 329,87	-€ 14 665,25
	-€ 242 621,39	-€ 243 346,28	-€ 250 037,95	-€ 238 061,33	-€ 227 044,68
Resultado Operacional	-€ 47 389,77	-€ 69 234,40	-€ 36 574,91	-€ 61 975,58	-€ 53 450,72
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	€ 19 719,20	€ 38 718,54	€ -	€ -	€ -
Juros e Gastos Similares Suportados	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Aumentos e Reduções do Justo Valor	€ -	€ -	€ -	-€ 10 622,47	€ 19 020,00
Gasto Líquido de Financiamento	€ -	€ -	-€ 17 341,81	-€ 19 495,71	€ 18 310,36
Resultado Antes de Imposto	-€ 27 670,57	-€ 30 515,86	-€ 19 233,10	-€ 53 102,34	-€ 90 781,08
Imposto sobre o Rendimento do Período					
Resultado Líquido do Período	-€ 27 670,57	-€ 30 515,86	-€ 19 233,10	-€ 53 102,34	-€ 90 781,08
Dividendos					
Resultado Líquido do Período Retido	-€ 27 670,57	-€ 30 515,86	-€ 19 233,10	-€ 53 102,34	-€ 90 781,08

Aplicações Teoria dos GVR	2011	2012	2013	2014	2015
Ponto crítico (PC)	740 744,24	1 007 547,03	754 558,96	872 849,75	891 709,17
Margem segurança (MS)	-19,53%	-39,38%	-17,95%	-28,75%	-29,27%
Grau economico alavanca (MB/RO)	-4,12	-2,51	-5,84	-2,84	-3,25
Grau financeiro alavanca (RO/RAI)	1,71	2,27	1,90	1,17	0,59
Grau combinado alavanca (GEA*GFA)	-7,06	-5,71	-11,10	-3,32	-1,91
Ponto morto financeiro (PMF)	740744,24	1007547,03	754558,96	872849,75	891709,17

Diferença entre PC e VN -€ 144 685,10 -€ 396 750,76 -€ 135 467,02 -€ 250 987,63 -€ 261 022,96

Apêndice 30 - Demonstração de Resultados Teoria dos Gastos Volume Resultados (2016-2021)

Demonstração de Resultados Teoria dos GVR	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Vendas e Serviços Prestados	€ 637 193,59	€ 672 534,18	€ 695 207,41	€ 699 530,97	€ 705 589,67	€ 703 269,96
Volume de Atividade	€ 637 193,59	€ 672 534,18	€ 695 207,41	€ 699 530,97	€ 705 589,67	€ 703 269,96
Subsídio à Exploração	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ 600,00
Variação nos Inventários de Produção						
Trabalhos para a Própria Entidade						
Outros Rendimentos e Ganhos	€ 6 116,46	€ 5 582,49	€ 1 460,12	€ 1 957,25	€ 13 300,56	€ 580,36
Rendimentos Operacionais	€ 643 310,05	€ 678 116,67	€ 696 667,53	€ 701 488,22	€ 718 890,23	€ 704 450,32
Gastos Variáveis						
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas						
Fornecimentos e Serviços Externos	-€ 492 622,01	-€ 450 194,88	-€ 468 399,48	-€ 476 333,94	-€ 415 757,80	-€ 397 450,47
	-€ 492 622,01	-€ 450 194,88	-€ 468 399,48	-€ 476 333,94	-€ 415 757,80	-€ 397 450,47
Margem Bruta	€ 150 688,04	€ 227 921,79	€ 228 268,05	€ 225 154,28	€ 303 132,43	€ 306 999,85
Gastos Fixos						
Gastos com Pessoal	-€ 178 607,55	-€ 176 933,27	-€ 176 941,57	-€ 178 312,48	-€ 201 835,96	-€ 197 429,65
Imparidades	-€ 462,27	€ 1 059,12	€ 4 761,96	€ 2 060,02	€ 52,05	€ 550,00
Provisões	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Outros Gastos e Perdas	-€ 5 160,03	-€ 25 004,60	-€ 7 876,25	-€ 2 602,59	-€ 1 156,22	-€ 7 650,70
Gastos de Depreciação e Amortização	-€ 15 350,92	-€ 14 820,71	-€ 12 857,45	-€ 12 296,28	-€ 12 296,07	-€ 11 227,15
	-€ 199 580,77	-€ 215 699,46	-€ 192 913,31	-€ 191 151,33	-€ 215 236,20	-€ 215 757,50
Resultado Operacional	-€ 48 892,73	€ 12 222,33	€ 35 354,74	€ 34 002,95	€ 87 896,23	€ 91 242,35
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Juros e Gastos Similares Suportados	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Aumentos e Reduções do Justo Valor	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Gasto Líquido de Financiamento	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -
Resultado Antes de Imposto	-€ 48 892,73	€ 12 222,33	€ 35 354,74	€ 34 002,95	€ 87 896,23	€ 91 242,35
Imposto sobre o Rendimento do Período						
Resultado Líquido do Período	-€ 48 892,73	€ 12 222,33	€ 35 354,74	€ 34 002,95	€ 87 896,23	€ 91 242,35
Dividendos						
Resultado Líquido do Período Retido	-€ 48 892,73	€ 12 222,33	€ 35 354,74	€ 34 002,95	€ 87 896,23	€ 91 242,35

Aplicações Teoria dos GVR						
Ponto crítico (PC)	879 644,45	652 449,92	591 314,26	599 095,23	523 988,06	496 161,21
Margem segurança (MS)	-27,56%	3,08%	17,57%	16,76%	34,66%	41,74%
Grau económico alavanca (MB/RO)	-3,08	18,65	6,46	6,62	3,45	3,36
Grau financeiro alavanca (RO/RAI)	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Grau combinado alavanca (GEA*GFA)	-3,08	18,65	6,46	6,62	3,45	3,36
Ponto morto financeiro (PMF)	879644,45	652449,92	591314,26	599095,23	523988,06	496161,21

Diferença entre PC e VN -€ 242 450,86 € 20 084,26 € 103 893,15 € 100 435,74 € 181 601,61 € 207 108,75